

# GÓIS

BASES PARA UM  
PLANO ESTRATÉGICO DE  
DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

MESTRADO EM TURISMO  
GESTÃO ESTRATÉGICA DE DESTINOS TURÍSTICOS

Sílvia Sofia Bandeira Nunes Ventura  
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril

# GÓIS

BASES PARA UM  
PLANO ESTRATÉGICO DE  
DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Trabalho de projecto apresentado à  
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril  
para a obtenção do grau de Mestre em Turismo,  
Especialização em Gestão Estratégica  
de Destinos Turísticos

Orientador:

Professor Doutor Fernando João Matos Moreira

Outubro de 2010

**MESTRADO EM TURISMO**  
**GESTÃO ESTRATÉGICA DE DESTINOS TURÍSTICOS**

Sílvia Sofia Bandeira Nunes Ventura  
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril

Lá longe se inclina o sol  
Denúncia de clara lonjura  
Montes soberbos, espaço e fragrância  
Tudo na serra é distância  
Horizonte feito de verdura.

(...)

Adriano Pacheco (autor Goiense)  
em “Silvos do Vento”, 2005



## Agradecimentos

Contribuíram, directa e indirectamente, para a realização deste trabalho um conjunto de pessoas e entidades a quem quero expressar publicamente o meu agradecimento:

Ao Professor Doutor Fernando João Matos Moreira, pela orientação, pela inspiração, pela partilha do saber e pelo estímulo ao meu percurso académico.

À Sra. Presidente da Câmara Municipal de Góis, Dra. Maria de Lurdes Castanheira, pelo interesse, pela atenção, pela participação e pelo incentivo.

Aos serviços de turismo da Câmara Municipal de Góis, em especial à Dra. Ana Sá e à Fátima Gonçalves, pelo empenho, pela colaboração e pelo acompanhamento.

Aos actores locais que todos os dias constroem a actividade turística em Góis e que ajudaram na elaboração deste trabalho através das entrevistas concedidas – Dr. Paulo Silva, Dra. Sandra Marques, Dr. Jaime Garcia, Dr. Miguel Ventura e Eng. Rui Figueiredo –, pela simpatia, pela disponibilidade e pela colaboração.

E ....

Aos meus pais, por estarem ao meu lado.

À tia Isabel, pela força de todos os dias.

Ao Tiago, à Mariana e à Maria, pela alegria dos sorrisos.

Aos meus amigos, por fazerem parte da minha vida.



## Resumo

Na área da Gestão Estratégica de Destinos Turísticos o planeamento estratégico assume primordial importância, consubstanciando-se num dos instrumentos fundamentais para a definição e implementação de uma política integrada de competitividade e sustentabilidade para o turismo.

Sendo um concelho do interior do país, de cariz marcadamente rural, Góis enfrenta hoje graves problemas de desertificação e de desenvolvimento. Constituindo o turismo uma actividade transversal, capaz de gerar impactos socioeconómicos, demográficos, físicos, ambientais e culturais importantes, recaem sobre a actividade turística elevadas expectativas quanto aos seus contributos relevantes enquanto motor de desenvolvimento rural para a revitalização económica e a preservação do património natural e cultural, afirmando-se o turismo como um dos sectores estratégicos para a inovação e competitividade do concelho.

Nesse sentido, este trabalho pretende ser um contributo para o planeamento estratégico do desenvolvimento do turismo no concelho de Góis, que estabelece o conceito e a visão turística para o território e define orientações nos domínios considerados estruturantes.

Devidamente enquadrado pela análise da relevância do planeamento estratégico em turismo e da influência do turismo como alavanca para o desenvolvimento do mundo rural, a par de uma reflexão sobre os desafios que se colocam na implementação de um modelo de desenvolvimento turístico sustentável, bem como pela avaliação da importância do turismo na economia mundial e nacional, elabora-se o levantamento, diagnóstico e análise aprofundados do sistema turístico do concelho e da região, que inclui a avaliação das potencialidades dos recursos para o desenvolvimento de produtos turísticos, que irão determinar o futuro da actividade turística no concelho.

Com base no diagnóstico e análise realizados são definidos os conceitos, visão e objectivos, a partir dos quais é definida a estratégia e os respectivos eixos de intervenção, que permitirão a qualificação, diferenciação e inovação da oferta turística, promovendo o posicionamento competitivo do destino turístico Góis, num quadro de desenvolvimento sustentável.

Palavras-Chave: Planeamento Estratégico, Turismo, Góis.

## Abstract

Within the domain of strategic management of tourism destinations, strategic planning is of utmost importance, giving shape to a fundamental tool for the definition and the implementation of a competitive and sustainable integrated policy for tourism.

As an inland district, with a markedly rural nature, Góis faces these days serious desertification and development difficulties. Tourism being an activity with a crosswise dimension, capable of generating socio-economical, demographic, environmental and cultural impacts, high expectations fall on tourism activity, regarding its relevant contribution as a rural development agent for economical revival and natural and cultural heritage preservation, therefore tourism stands, among others, as a strategic sector for the district's innovation and competitiveness.

In this sense, this work pretends to be a contribution for the strategic planning of Góis' district tourism development, it establishes the territory's tourism concept and vision and it defines orientations for areas considered as fundamental.

Duly framed by the relevance analysis of strategic planning for tourism and tourism influence as a lever for rural development, along with the challenges that occur with the implementation of a model for sustainable tourism development, as well as the reflection on the importance of tourism in the world and the national economy, lies the elaboration of an in-depth data gathering, diagnosis and assessment of the district and the region's tourist system, including the evaluation of the resource potentials for the development of tourism products, which will determine the future of the district's tourism activity.

Based on a diagnosis and analysis, concepts, vision and aims are conceived, whence the strategy and the respective intervention axes are defined, which will allow the qualification, differentiation and innovation of the tourist supply, promoting the competitive positioning of Góis as a tourist destination, in a sustainable development framework.

Key words: Strategic planning, tourism, Góis.

## Lista de Abreviaturas

ADESA – Associação de Desenvolvimento Regional da Serra do Açor

ADIBER – Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra

ADXTUR – Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto

AREAC – Agência Regional de Energia e Ambiente do Centro

ART Centro – Área Regional de Turismo do Centro

BTT – Bicicleta Todo Terreno

CMG – Câmara Municipal de Góis

EN – Estrada Nacional

ENCNB – Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade

ENDS – Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável

ICNB – Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade

INE – Instituto Nacional de Estatística

NUT – Nomenclaturas de Unidades Territoriais para fins Estatísticos

OMT – Organização Mundial do Turismo

PDICE Góis – Programa Director de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo para o município de Góis

PDM – Plano Director Municipal

PEDT Beiras – Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo nas Beiras

PENDR – Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural

PENT – Plano Estratégico Nacional do turismo

PIB – Produto Interno Bruto

PNPOT – Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território

PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural

PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território

QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional

RevPAR – Revenue per Available Room (receita por quarto disponível)

SWOT – Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats (Pontos fortes, Pontos fracos, Oportunidades e Ameaças)

UE – União Europeia

VAB – Valor Acrescentado Bruto

WTO – World Tourism Organization

WTTC – World Travel & Tourism Council

## Índice Geral

Agradecimentos.....	7
Resumo .....	9
Abstract.....	11
Lista de Abreviaturas .....	13
Índice Geral .....	15
Índice de Figuras .....	19
Índice de Quadros .....	20
Nota introdutória .....	23
Enquadramento .....	25
A importância do planeamento estratégico em turismo .....	25
Desenvolvimento turístico sustentável – o desafio .....	35
O turismo como alavanca de desenvolvimento rural.....	43
1. Contextualização.....	51
O Turismo no mundo .....	51
O Turismo em Portugal.....	53
O Turismo na região Centro .....	56
2. Caracterização do território.....	59
Principais Características Físicas e Localização.....	59
Valores naturais e paisagísticos .....	61
História.....	62
Dinâmicas demográficas .....	63
Educação e Recursos Humanos .....	64
Actividade económica e emprego.....	65
Acessibilidades e mobilidade.....	68
Dinâmicas institucionais.....	70
3. Oferta turística.....	73

Recursos turísticos primários .....	75
Recursos turísticos secundários .....	81
Infra-estruturas e serviços de apoio ao turismo .....	90
Avaliação estratégica dos recursos turísticos .....	91
Potencial para a composição de produtos turísticos .....	95
Avaliação Estratégica de Produtos Turísticos .....	96
<b>4. Procura Turística .....</b>	<b>99</b>
<b>5. Instrumentos de política e estratégia .....</b>	<b>107</b>
Âmbito nacional .....	107
Âmbito regional.....	110
Âmbito municipal.....	112
<b>6. Tendências do Turismo.....</b>	<b>113</b>
<b>7. O Turismo nos concelhos vizinhos .....</b>	<b>121</b>
Arganil.....	122
Lousã.....	123
Pampilhosa da Serra.....	124
Castanheira de Pêra.....	125
Pedrógão Grande .....	126
Oferta de alojamento na região.....	127
Sinergias e complementaridades .....	129
<b>8. Análise SWOT.....</b>	<b>131</b>
<b>9. Conceito, Visão e Objectivos .....</b>	<b>135</b>
<b>10. Estratégia de desenvolvimento .....</b>	<b>139</b>
EIXO I. Concepção e Desenvolvimento de Produtos Turísticos .....	141
Turismo de Natureza.....	141
Touring Cultural e Paisagístico .....	145
Turismo Desportivo .....	147
Gastronomia e Vinhos .....	147
EIXO II. Selecção de Mercados Alvo .....	149
EIXO III. Desenvolvimento, qualificação e diferenciação da oferta turística.....	152
Medida   E3.01 Promover a qualidade urbana e paisagística .....	152

Medida   E3.02 Criar infra-estruturas e equipamentos turísticos de aproveitamento dos valores naturais.....	154
Medida   E3.03 Dinamizar a oferta turística ligada a actividades de contacto com a natureza.....	156
Medida   E3.04 Potenciar e reforçar o aproveitamento turístico das praias fluviais.....	157
Medida   E3.05 Criar uma oferta especializada para o estudo e investigação da área das Ciências Naturais.....	159
Medida   E3.06 Requalificar e valorizar o património cultural.....	160
Medida   E3.07 Reforçar a dinamização da rede das Aldeias do Xisto.....	161
Medida   E3.08 Promover a criação de percursos, rotas e circuitos.....	162
Medida   E3.09 Promover e divulgar as artes e ofícios tradicionais.....	165
Medida   E3.10 Dinamizar um programa anual de eventos.....	166
Medida   E3.11 Criar uma oferta de alojamento qualificada e diferenciada.....	167
Medida   E3.12 Divulgar e promover os produtos da região.....	169
Medida   E3.13 Divulgar e promover a gastronomia local.....	170
Medida   E3.14 Promover a qualificação e revitalização da restauração.....	171
Medida   E3.15 Melhorar a rede de acessibilidades, transportes e condições de mobilidade.....	172
EIXO IV. Reforço da informação, divulgação e promoção do destino turístico.....	174
Medida   E4.01 Definir uma estratégia de marketing turístico.....	174
Medida   E4.02 Criar e promover a imagem turística do destino "Góis".....	175
Medida   E4.03 Divulgar e promover a oferta turística do concelho junto do público.....	176
Medida   E4.04 Divulgar e promover a oferta turística do concelho junto do sector profissional do turismo.....	177
Medida   E4.05 Reforçar as formas e os meios de informação ao turista.....	179
Medida   E4.06 Promover a notoriedade do destino.....	180
Medida   E4.07 Dotar o concelho de sinalética turística integrada.....	180
EIXO V. Promoção da formação profissional, investimento, empreendedorismo e inovação.....	181
Medida   E5.01 Criação de oferta integrada de educação e formação no domínio do turismo.....	181
Medida   E5.02 Promoção do empreendedorismo que gere inovação e competitividade empresarial.....	183
Medida   E5.03 Atração de novos investimentos qualificantes.....	184
EIXO VI. Estruturação do sistema turístico.....	185
Medida   E6.01 Criação de estrutura de gestão turística.....	185

Medida   E6.02 Criação de redes de articulação e integração entre agentes e iniciativas turísticas .....	186
Medida   E6.03 Desenvolvimento de base de conhecimento e de informação sobre o turismo no concelho.....	187
Medida   E6.04 Certificação dos serviços de turismo do município .....	187
EIXO VII. Operacionalização do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico.....	189
Medida   E7.01 Dinamização do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico.....	189
Medida   E7.02 Divulgação e mobilização para a implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico .....	190
Medida   E7.03 Avaliação e revisão do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico..	190
<b>11. Conclusão .....</b>	<b>191</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>195</b>
Documentos de política e de estratégia .....	195
Bibliografia Geral .....	196
Dados Estatísticos.....	199
Outra documentação consultada .....	200
Sítios Consultados.....	200

## Anexos

Anexo I. Instrumentos de política e estratégia

Anexo II. Recursos Turísticos

Anexo III. Entidades consultadas e guião base de entrevista

Anexo IV. Carácter de importância e planeamento temporal das acções

Anexo V. Fichas de Acção Estruturantes

## Índice de Figuras

Figura 1   Localização região Centro, Pinhal Interior Norte, concelho de Góis .....	59
Figura 2   Concelho de Góis no contexto da região Centro .....	60
Figura 3   Concelho de Góis e respectivas freguesias.....	61
Figura 4   Rede rodoviária da região.....	69
Figura 5   Principais eixos rodoviários do concelho.....	70
Figura 6   Distâncias e tempos médios de ligação às sedes dos concelhos vizinhos.....	89
Figura 7   Distâncias e tempos médios de ligação aos principais centros urbanos.....	89
Figura 8   Hóspedes segundo o país de residência habitual, Pinhal Interior Norte, 2008.....	102
Figura 9   % Dormidas no Pinhal Interior Norte segundo o país de residência habitual, 2008.....	103
Figura 10   Concelhos vizinhos de Góis.....	121

## Índice de Quadros

Quadro 1   Conceito de planeamento estratégico em turismo .....	29
Quadro 2   Princípios do Turismo Sustentável .....	38
Quadro 3   Critérios de Avaliação dos Recursos Turísticos Primários .....	75
Quadro 4   Recursos Turísticos Primários – Património Natural.....	76
Quadro 5   Recursos Turísticos Primários – Património Cultural.....	78
Quadro 6   Recursos Turísticos Primários – Equipamentos .....	79
Quadro 7   Recursos Turísticos Primários – Eventos .....	80
Quadro 8   Recursos Turísticos Secundários – Alojamento .....	82
Quadro 9   Recursos Turísticos Secundários – Restauração.....	83
Quadro 10   Recursos Turísticos Secundários – Bares .....	84
Quadro 11   Recursos Turísticos Secundários – Actividades .....	85
Quadro 12   Distâncias e tempos médios de ligação aos principais centros urbanos .....	88
Quadro 13   Avaliação Estratégica de Aproveitamento dos Recursos Turísticos – Critérios de Avaliação.....	91
Quadro 14   Avaliação Estratégica de Aproveitamento dos Recursos Naturais.....	92
Quadro 15   Avaliação Estratégica de Aproveitamento dos Recursos Culturais .....	93
Quadro 16   Avaliação Estratégica de Aproveitamento dos Recursos Eventos .....	94
Quadro 17   Estruturação de Produtos Turísticos.....	95
Quadro 18   Avaliação Estratégica de Produtos Turísticos – Critérios de Avaliação.....	96
Quadro 19   Avaliação Estratégica de Produtos Turísticos.....	97
Quadro 20   N° Hóspedes Pinhal Interior Norte .....	100
Quadro 21   Hóspedes da região Centro 2008 .....	101
Quadro 22   Dormidas NUT III - Pinhal Interior Norte .....	102
Quadro 23   Dormidas Região Centro 2008.....	103
Quadro 24   Principal Razão da Visita de Turistas Estrangeiros 2007 .....	104
Quadro 25   Taxa de ocupação cama 2008 .....	105
Quadro 26   Taxa de ocupação cama concelhos vizinhos 2007 .....	105
Quadro 27   Estada média região Centro, 2008 .....	106

Quadro 28   Estada média concelhos vizinhos 2007.....	106
Quadro 29   Instrumentos de Política e Estratégia de âmbito Nacional – Principais orientações e seu significado para o Turismo no concelho de Góis .....	109
Quadro 30   Instrumentos de Política e Estratégia de âmbito Regional – Principais orientações e seu significado para o Turismo no concelho de Góis .....	111
Quadro 31   Instrumentos de Política e Estratégia de âmbito Regional – Principais orientações e seu significado para o Turismo no concelho de Góis .....	112
Quadro 32   Significado das tendências do turismo para o concelho de Góis.....	118
Quadro 33   Estabelecimentos Hoteleiros NUT III – Pinhal Interior Norte, Julho 2008.....	128
Quadro 34   Capacidade de Alojamento NUT III – Pinhal Interior Norte, Julho 2008.....	128
Quadro 35   Produtos Estratégicos e respectivos Mercados alvo .....	150



## Nota introdutória

O presente trabalho pretende ser um contributo para a elaboração de um Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo para o concelho de Góis.

A sua elaboração tem subjacente a realização de um levantamento, diagnóstico e avaliação aprofundados do sistema turístico da região, com vista à definição de parâmetros para uma orientação estratégica de desenvolvimento que permitirão a qualificação, diferenciação e inovação da oferta turística, promovendo o posicionamento competitivo do destino turístico Góis, num quadro de desenvolvimento sustentável.

A metodologia adoptada para a elaboração do presente trabalho assentou em pesquisa documental e bibliográfica e na análise de informação variada (documentos fornecidos pela Autarquia, instrumentos de gestão territorial e de política estratégica, cartografia e dados estatísticos de fontes diferenciadas), bem como na recolha de informação, incluindo levantamentos no terreno e entrevistas semi-estruturadas aos agentes do concelho.

Procurando assegurar a participação e envolvimento de todas as partes interessadas, foram consultados e ouvidos os agentes públicos e privados mais directamente ligados à actividade turística e ao ordenamento e desenvolvimento do concelho. O processo de auscultação às entidades locais teve por objectivo, por um lado, identificar necessidades e obstáculos ao desenvolvimento e, por outro, potencialidades e oportunidades reais do território. De igual modo, foi possível percepcionar qual o tipo de articulação existente entre os vários agentes, tendo em vista o seu reforço e potenciação.

O trabalho estrutura-se em quatro partes: uma primeira parte de enquadramento, onde são abordados os temas da importância do planeamento estratégico em turismo, da influência do turismo como motor para o desenvolvimento do mundo rural, e dos desafios que se colocam na procura por um modelo de desenvolvimento turístico sustentável; uma segunda parte que enquadra o sector do turismo no mundo actual, que realça a importância no turismo no contexto da economia nacional e que posiciona o turismo da região Centro; uma terceira parte de caracterização e diagnóstico, que integra a informação síntese

resultante do reconhecimento do território e da análise do sistema turístico actual, por via do trabalho de campo, da análise documental e das entrevistas realizadas; e, por fim uma fase correspondente à definição da visão e estratégia preconizada para o desenvolvimento turístico sustentável do concelho de Góis, que estabelece a visão para o território e define as orientações de base nos domínios considerados estruturantes e que descreve os objectivos e a estrutura da estratégia e, sequentemente, apresenta os eixos de intervenção, os objectivos específicos e cada uma das acções que permitem concretizá-los.

O presente trabalho integra ainda um conjunto de documentação de apoio à caracterização e diagnóstico, bem como à definição da estratégia de intervenção, designadamente:

- Anexo I – Instrumentos de Política e de Estratégia – que resulta da análise dos diferentes instrumentos de política de ordenamento, planeamento e gestão e nos documentos de orientação estratégica mais relevantes para a definição da estratégia de desenvolvimento turístico para o concelho;
- Anexo II – Recursos Turísticos – listagem detalhada dos recursos turísticos que resulta do levantamento e da análise efectuada;
- Anexo III – Entidades Consultadas e Guião Base de Entrevista – integra a listagem das entidades consultadas bem como o guião base de entrevista produzido para o efeito;
- Anexo IV – Carácter de Importância e Planeamento Temporal de Implementação das Acções – definição da prioridade e horizonte temporal para a realização de cada uma das acções propostas.
- Anexo V – Fichas de Acção Estruturantes – conjunto de actividades e projectos estratégicos a desenvolver no âmbito dos vários eixos de intervenção.

Este documento poderá ser entendido, simultaneamente, como um instrumento estratégico que visa contribuir para a afirmação turística do concelho de Góis no contexto regional e nacional e um instrumento de base à futura tomada de decisões, pelo município e pelos diversos agentes e sectores da sociedade, de natureza pública e/ou privada.

## Enquadramento

### A importância do planeamento estratégico em turismo

Um dos aspectos essenciais que caracterizam a actividade turística é a sua significativa sensibilidade aos contextos político, económico e social. Este é um sector no qual a envolvente contextual assume extrema importância, sendo fácil compreender que factores como a estabilidade política e social, o desenvolvimento económico, emprego, segurança e saúde geram impactes directos na actividade. Por outro lado, as características e as dinâmicas socioculturais e demográficas, o desenvolvimento e modernização tecnológica, o enquadramento legal e regulamentar e as crescentes preocupações ambientais exercem também grande influência tanto sobre a procura como sobre a oferta turística.

Vulnerável a um conjunto alargado de condições e circunstâncias políticas, sociais, físicas, ambientais, económicas, de saúde e segurança, o turismo exige opções de médio e longo prazo devidamente estruturadas e articuladas num planeamento estratégico abrangente e integrado. Só uma organização estruturada da oferta turística, inserida num processo de planeamento integrado, desde o nível nacional até ao local, que garanta a compatibilização dos recursos e equipamentos turísticos com a sua envolvente poderá assegurar a qualidade e a sustentabilidade dos destinos turísticos. Só através do planeamento turístico é possível compatibilizar os diferentes interesses dos diferentes intervenientes nos sistemas turísticos – comunidades de acolhimento, turistas, sector público e empresas turísticas.

O planeamento estratégico em turismo é o processo intelectual que, através dos inputs adequados, define explicitamente as políticas de turismo, formula uma visão estratégica, define objectivos e efectua propostas, reflectindo um consenso da maioria dos *stakeholders* de um destino turístico, tanto no domínio do sector, como no do contributo do mesmo para o desenvolvimento global do local (Moreira, 2008).

## **O planeamento estratégico como pilar do processo de desenvolvimento turístico sustentável**

Na gestão estratégica de destinos turísticos, o planeamento estratégico assume primordial importância, consubstanciando-se num dos instrumentos fundamentais para a definição e implementação de uma política integrada e sustentável do turismo.

Trata-se de um processo integrador de valências, competências e actores multidisciplinares, que, com base na realização de diagnóstico e avaliação aprofundados do sistema turístico, contempla a identificação dos principais vectores críticos, a avaliação do potencial de desenvolvimento turístico, a avaliação dos potenciais de carga turística e a valorização do papel estratégico do ordenamento do território turístico, a melhoria do quadro empresarial, o desenvolvimento das infra-estruturas de suporte do desenvolvimento, a atracção de novos investimentos e o desenvolvimento dos recursos humanos e dos recursos turísticos, possibilitando a definição dos parâmetros para uma orientação estratégica de desenvolvimento. O planeamento turístico estratégico permite, assim, definir uma estratégia abrangente quanto ao posicionamento no mercado, à expansão de produtos e serviços, ao confronto com a concorrência, às relações com os diversos agentes e sectores, ao mesmo tempo que facilita a mobilização da estrutura institucional, administrativa e empresarial para o processo de definição e implementação da estratégia, garantindo a participação de todos os actores no processo de desenvolvimento turístico e promovendo o seu envolvimento e concertação com vista à concretização de objectivos comuns.

Moreira (2008) identifica como grandes funções do planeamento estratégico do destino turístico a definição de parâmetros de desenvolvimento do turismo; o estabelecimento de consensos entre todos os intervenientes; e a criação de uma estrutura clara de objectivos e de regras capaz de orientar todas as partes interessadas.

### **Objectivos do planeamento do desenvolvimento turístico**

De acordo com Gunn (1994), existem pelo menos quatro objectivos gerais de planeamento para o desenvolvimento turístico: o reforço da satisfação dos visitantes; o crescimento

económico; a protecção dos recursos; e a integração do turismo na comunidade e nas características socioeconómicas locais.

Realça desta perspectiva a importância de que, apesar de os benefícios económicos do turismo serem valiosos e um objectivo válido para o planeamento turístico, o desenvolvimento económico não pode constituir o seu único propósito, existindo um conjunto de outros objectivos de igual importância. Apesar das comunidades poderem beneficiar do aumento do número de empregos, de receitas e impostos do turismo, o planeamento do desenvolvimento turístico deve igualmente promover a equidade na distribuição desses benefícios; estabelecer um programa de desenvolvimento consistente com a filosofia cultural, social e económica da área de acolhimento; promover a integração da comunidade local; respeitar a qualidade do ambiente e fomentar a defesa e preservação dos recursos naturais e do património; integrar os valores e as exigências de natureza cultural; garantido assim, simultaneamente, otimizar a satisfação dos visitantes e melhorar qualidade de vida das comunidades de acolhimento.

Nesta conceptualização de desenvolvimento turístico que tem subjacente critérios de sustentabilidade propõe-se que, além dos benefícios económicos e de preservação das características ambientais, ele deva contribuir para o bem-estar da população. Atente-se na reflexão de Gunn (1994): “Não importa se o turismo faz crescer a economia, ele terá falhado se o seu planeamento e desenvolvimento não tiver gerado o enriquecimento cultural. Independentemente dos modelos, conceitos, processos e técnicas, o planeamento turístico deve utilizar todos os instrumentos necessários para alcançar os mais elevados objectivos sociais. Todos os investidores, estratégias, decisores, reguladores e cidadãos locais partilham a responsabilidade de concretizar e alcançar esses objectivos virtuosos”. Estes objectivos devem, pois, constituir as forças motivadoras de todos os agentes do sector turístico para planear e desenvolver as estratégias turísticas.

Esta ideia está também subjacente à perspectiva de Moreira (2008) que defende que para o sucesso do destino turístico, objectivo último do planeamento, realçam duas dimensões fundamentais: a competitividade e a sustentabilidade.

A competitividade entendida como a capacidade real para o destino competir no mercado do turismo, ou seja, para atrair visitantes de forma a aumentar a prosperidade e o bem estar geral do destino. A competitividade enquanto combinação de diferentes dimensões, das quais se destacam a competitividade económica, política, sociocultural, tecnológica e ambiental, que em conjugação garantem a sua dimensão de sustentabilidade. A competitividade que assenta em dois tipos distintos de factores: factores básicos de competitividade – os elementos herdados ou criados, que englobam os recursos físicos, humanos, históricos, culturais, financeiros e económicos do destino e que constituem as suas vantagens comparativas; e factores avançados de competitividade – a capacidade do destino para utilizar racional e eficazmente os recursos e infra-estruturas, através de uma estratégia e organização eficaz, eficiente e de inovação, constituindo uma vantagem competitiva.

### **Melhor planeamento para melhor desenvolvimento turístico**

Foi no final do século XX que se começou a afirmar a necessidade de planeamento para o desenvolvimento turístico. Começaram a ter importância as preocupações com a protecção do ambiente, a qualidade de vida e a defesa dos valores da comunidade de acolhimento. Um novo turismo - sustentável, com preocupações ambientais, centrado cada vez mais na pessoa do turista e do visitante, na população de acolhimento e no território (considerando os produtos e os recursos turísticos importantes mas não centrais) - exige um novo processo de planeamento para o seu desenvolvimento. É nesta direcção que, nos últimos anos, o conceito e filosofia de planeamento se tem vindo a modificar. Gunn vem reiterar as principais características distintivas sugeridas por Lang (1988, citado por Gunn, 1994) entre o que designa de “planeamento convencional”, do passado, e o “planeamento interactivo”, actual, conforme se apresenta na figura seguinte.

Quadro 1 | Conceito de planeamento estratégico em turismo

<b>Planeamento interactivo</b>	<b>Planeamento convencional</b>
Inclui consulta, feedback e negociação	Inclui essencialmente informação de feedback e poderá ter alguma consulta
Interacção ocorre numa fase inicial e ao longo do processo de planeamento, com o conjunto de todas as partes interessadas	Interacção ocorre numa fase inicial com a entidade que irá implementar o plano; partes interessadas só envolvidas numa fase final do processo
Assume que a participação aberta leva a melhores decisões	Assume que melhor informação leva a melhores decisões
Planeador como defensor dos valores propostos	Planeador como especialista neutral
Foco na mobilização de suporte	Foco no tratamento de informação
Plano - o que concordámos fazer	Plano - o que devemos fazer
Sucesso medido pelo estabelecimento de consenso na acção	Sucesso medido pela realização dos objectivos do plano

Fonte: Lang (1988, p.92) citado por Gunn (1994) (adaptado)

Esta alteração na filosofia do planeamento não significa que os conceitos e trabalho de pesquisa por parte dos profissionais de planeamento deixem de existir, significa antes que outros actores, para além dos estrategas, têm experiências, opiniões e recomendações construtivas. As decisões finais têm muito maior probabilidade de serem implementadas e bem sucedidas se a população tiver sido envolvida. Para Lang (citado por Gunn, 1994) este modelo permite preencher duas necessidades críticas: por um lado, criar um sentimento de comunidade, que poderá motivar os agentes a procurar novas formas de colaboração activa e, por outro, criar uma efectiva capacidade de responder a mudanças e gerar a mudança quando ela é necessária.

Os novos processos de planeamento requerem o envolvimento dos decisores e de todas as partes interessadas. “A experiência, a formação e as ideias conceptuais dos profissionais de planeamento são essenciais como antes, mas a abordagem *top-down* está a ser substituída

pela abordagem *bottom-up* sob a coordenação de uma liderança profissional. O papel do planeador afirma-se cada vez mais como catalisador e facilitador.” (Gunn, 1994).

O planeamento ideal para o turismo resultará, assim, da colaboração entre todos os agentes do sector turístico - agências governamentais, profissionais e consultores de planeamento, grupos e organizações representativas da população local e dos turistas.

### **Características do planeamento do desenvolvimento turístico**

O planeamento estratégico do desenvolvimento turístico apresenta objectivos e características que o distinguem de outros tipos de planeamento. Tal resulta essencialmente das particularidades do fenómeno turístico, nomeadamente pela diversidade de actividades englobadas no sistema turístico, pela intangibilidade do produto turístico e pela variabilidade das exigências dos turistas.

Segundo Inskeep (1991, citado por Martins Vieira, 2007), “o planeamento turístico é um processo integrado, incremental, contínuo, flexível, abrangente, complexo, realista, participado, sistémico e condicionante”.

Como já analisado, o turismo é uma actividade que integra em si mesma um conjunto alargado de componentes, factores e intervenientes, constituindo uma teia complexa de serviços e interacções. Nestas circunstâncias, diversos factores precisam de ser analisados e planeados para o seu desenvolvimento e aperfeiçoamento. Como um sistema inter-relacionado, é importante que o planeamento turístico tenha como objectivo o desenvolvimento integrado de todas as partes do sistema – os factores da procura e da oferta, e os elementos físicos e institucionais. O sistema funcionará mais eficazmente e trará maiores benefícios se for planeado de forma integrada e integradora, com o desenvolvimento coordenado de todas as componentes do sistema.

Tão importante quanto o planeamento para a integração de todos os factores dentro do sistema turístico, é também o planeamento para a integração do turismo nas restantes políticas e planos de desenvolvimento de um país ou região. Este planeamento integrado permitirá antecipar, evitar e resolver potenciais conflitos nas diferentes prioridades e linhas de desenvolvimento sectoriais. A política de desenvolvimento turístico deverá reflectir as

restantes políticas de desenvolvimento do país e da região de forma a garantir a sua plena articulação e integração com as restantes áreas, nomeadamente no que respeita ao ordenamento do território, ao ambiente, à cultura, aos transportes, comunicações e obras públicas.

O planeamento turístico deve estar enquadrado no sistema de planeamento nacional ou regional para que o processo de desenvolvimento que se pretende prosseguir se processe de uma forma harmoniosa. Deve integrar e tomar em consideração os outros sectores socioeconómicos da sociedade, em todos os níveis de integração: com as políticas nacionais, com o ambiente físico envolvente, com as tradições socioculturais, com os sectores da economia mais relacionados com o turismo (transportes, comunicação,...) com o esforço financeiro público para a construção das grandes infra-estruturas, com o mercado do turismo internacional, com os actores da indústria turística (administração pública, empresários, população local, ONG, etc.).

Seguindo esta minha linha de pensamento, o planeamento turístico deve ser abrangente e não redutor, abordando todos os sectores de uma sociedade. O desenvolvimento da oferta turística não depende apenas do sector empresarial. As cinco maiores componentes da oferta – atracções, transportes, serviços, informação e promoção – são criadas e geridas tanto pelas entidades públicas e organizações não governamentais como pelas empresas. Isto significa que para o correcto funcionamento do turismo, o planeamento deve integrar políticas e medidas dirigidas aos três sectores de desenvolvimento.

Existe um entendimento errado de que o desenvolvimento da oferta turística é desempenhado exclusivamente pelo sector privado. No entanto, apesar de o sector empresarial gerar o principal impacte económico, o turismo é também desenvolvido por organizações sem fins lucrativos e pelos governos. As organizações sem fins lucrativos possuem, planeiam e gerem muitos dos recursos naturais e culturais. Elas são os actores principais nos sítios históricos, na preservação da natureza, em museus e eventos culturais. As agências governamentais têm um importante papel no planeamento e gestão de reservas naturais, centros de interpretação, acessibilidades, e infra-estruturas. O planeamento turístico não poderá ser efectivo se não incluir também estes dois actores na cadeia de valor

do negócio turístico. Planear apenas para o sector privado empresarial – hotelaria, restauração e transportes – ignora e omite outros *inputs* vitais do sector turístico.

Planeamento turístico requer grande cooperação público-privada. Para o correcto funcionamento do turismo é essencial perceber que são fundamentais os papéis dos dois sectores – público e privado. Todos os actores do sector privado dependem em grande medida do investimento, planeamento e gestão das políticas do Governo. Por outro lado, os Governos podem reduzir em grande medida os seus orçamentos transferindo para o sector privado algumas das responsabilidades na actividade turística. Uma nova cooperação entre o sector público e privado é, assim, essencial.

Deve reconhecer-se a importância do papel desempenhado pelas empresas turísticas no processo de dinamização do turismo ao nível regional. Se, por um lado, os intervenientes públicos devem garantir o ordenamento do território, a qualificação urbana e ambiental, a infra-estruturação básica essencial e a valorização do património cultural e natural, por outro, só com o contributo da actividade empresarial é possível contribuir para o desenvolvimento e riqueza da região.

O planeamento turístico deve ser participado, envolvendo todos os actores da cena turística. Só assim será possível obter o consenso à sua volta e recolher os inputs de todos, minimizando críticas e atitudes bloqueadoras.

Todos os actores do desenvolvimento turístico - administrações nacionais, regionais e locais, empresas, associações profissionais, trabalhadores do sector, organizações não governamentais e outros organismos da indústria turística - mas também as comunidades de acolhimento, órgãos de informação e os próprios turistas, exercem responsabilidades diferenciadas mas interdependentes na valorização do turismo, por isso, todos devem ser envolvidos no planeamento e desenvolvimento do turismo na sua região. Através deste envolvimento, o desenvolvimento turístico reflectirá um consenso sobre os desejos e necessidades da população. Simultaneamente, se a população local estiver envolvida nas decisões de planeamento e desenvolvimento e se compreender os benefícios que o turismo poderá gerar, poderá mais facilmente apoiar e promover o seu desenvolvimento.

O desenvolvimento do turismo sustentável requer a participação informada de todas as partes interessadas, bem como uma forte liderança política para assegurar a ampla participação e consenso.

Atingir o turismo sustentável é ainda um processo contínuo que requer monitorização constante dos impactes, introduzindo a necessidade de prevenção e/ou de medidas correctivas, sempre que necessário. O planeamento do turismo deve ser um processo contínuo e flexível, deve contemplar sistemas de monitorização e de revisão e prever a capacidade de adaptação à evolução das diversas variáveis que lhe são exógenas.

Deparando-se o processo de planeamento turístico com todos estes requisitos e desafios e antevendo o seu contínuo desenvolvimento, Costa (2003) defende que a actividade de planeamento no futuro irá crescentemente orientar-se e consolidar-se em torno das seguintes áreas-chave: (i) criação de um “capital intelectual” que lhe permita atingir soluções mais ricas e tecnicamente mais sustentáveis; (ii) criação de um “capital social” que lhe permita construir medidas de política e de estratégia de actuação mais inclusivas dos agentes sociais; (iii) criação de um “capital político” que lhe permita estar mais próximo dos agentes sociais e que reflecta e legitime as suas vontades e desejos sobre o futuro; (iv) criação de um “capital institucional” que se pautem por formas de actuação onde os diferentes agentes possam interagir e expressar-se e onde o capital social e político possam florescer; (v) criação de um “capital económico”, para que as decisões, ao serem tomadas em consonância com os agentes intervenientes no processo de desenvolvimento possam passar, de facto, da fase de projecto para a fase de implementação.

### **Diferentes escalas de planeamento**

O planeamento turístico é desenvolvido a diferentes níveis – internacional, nacional, regional e local. Apesar de existirem diferenças nas técnicas e nos promotores do planeamento nas diferentes escalas, o sucesso final do turismo depende da qualidade de integração desses diferentes níveis de planeamento.

O planeamento turístico nacional e regional visa estabelecer os principais objectivos e políticas de desenvolvimento e integrar o turismo nas políticas gerais de desenvolvimento

do país e da região. Criando o suporte de base para o desenvolvimento turístico do país, o planeamento nacional deverá constituir a primeira instância de planeamento, fornecendo o enquadramento para o posterior desenvolvimento dos planos mais detalhados. Já o planeamento regional, proporcionando o necessário enquadramento institucional e organizacional da região para a efectiva coordenação de esforços e de investimentos, vem dotar os agentes públicos e privados de um instrumento de base para a tomada de decisões no desenvolvimento turístico. No plano local as apostas podem (devem) ser diversificadas e adequadas às competências e recursos da zona, devendo ser feitas numa lógica clara de integração com as políticas definidas no nível imediatamente superior – regional ou nacional.

### **Limites ao desenvolvimento**

O desenvolvimento turístico implica sempre alterações nas características físicas e socioculturais de um destino, nomeadamente no território, nos recursos e na vida das pessoas. A construção de mais unidades hoteleiras, de estradas e acessos, e o aumento de afluência de visitantes têm sempre efeitos, uns positivos, outros negativos, que, com intensidades diferentes, afectam o território e as pessoas, na sua forma de viver e na sua qualidade de vida.

Os efeitos do desenvolvimento turístico nas comunidades, na natureza e no território podem gerar conflitos que devem ser prevenidos, estudados, medidos e resolvidos. A definição antecipada e tão rigorosa quanto possível dos limites ao desenvolvimento turístico, a partir dos quais a mudança passa a ser intolerável, é uma forma de se minimizarem esses conflitos e é, por isso, uma das questões importantes no processo de planeamento estratégico. O Código Mundial de Ética do Turismo reserva um dos seus princípios a esta problemática enunciando que a repartição no tempo e no espaço dos fluxos de turistas e de visitantes devem ser procurados por forma a reduzir a pressão da actividade turística sobre o meio ambiente e a aumentar o seu impacte benéfico na indústria turística e na economia local.

Existem para isso algumas técnicas. Uma das mais conhecidas e utilizadas medidas dos efeitos do desenvolvimento turístico é a capacidade de carga turística de um destino.

Segundo a Organização Mundial do Turismo, por capacidade de carga turística entende-se o número máximo de pessoas que podem visitar um lugar turístico sem prejudicar o meio físico, económico ou sociocultural e sem reduzir de forma inaceitável a qualidade da experiência dos visitantes. Porém, mais do que definir o número máximo de turistas ou dormidas tolerável num destino turístico, é importante determinar os efeitos do desenvolvimento turístico no ambiente, nos recursos naturais, na ocupação do território, na qualidade da água, etc., que variam com a quantidade de turistas, mas também com o tipo de uso que lhes é dado. De facto, um reduzido número de turistas pode, em determinadas circunstâncias, produzir mais efeitos negativos do que muitos turistas com um comportamento adequado.

As políticas de planeamento devem, assim, ser dirigidas tanto para o crescimento como também para a qualidade do turismo a desenvolver. Nesse sentido, o planeamento deve revelar não apenas as oportunidades de crescimento, mas sobretudo as potencialidades de melhoria e qualificação do desenvolvimento da oferta.

### Desenvolvimento turístico sustentável – o desafio

*«O êxito e o potencial de crescimento da Europa enquanto destino turístico futuro dependerá da nossa capacidade de preservar e reforçar os seus aspectos mais aliciantes através de uma combinação de desenvolvimento razoável e de inovação do produto turístico.»*

Günter Verheugen, Vice-Presidente da Comissão Europeia

### O conceito de desenvolvimento sustentável

Depois da crise petrolífera dos anos 70, os recursos naturais, a energia e o ambiente tornam-se um tema de importância política, económica e social, dando origem ao surgimento de importantes movimentos ambientalistas. Em 1972, na Conferência de Estocolmo dá-se início à discussão inter-Estados sobre a interligação entre o

desenvolvimento humano e o desenvolvimento ambiental. A reflexão gerada leva à crítica do modelo de desenvolvimento económico vigente até então, apontando uma incompatibilidade entre crescimento económico, tal como era entendido na altura, e a preservação dos recursos naturais. Já em 1987, na Comissão Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento, promovida pela ONU, é popularizado pela primeira vez o conceito de Desenvolvimento Sustentável, publicado no relatório “O Nosso Futuro Comum”, que viria a ficar mundialmente conhecido como “Relatório Brundtland” (1987).

De acordo com as conclusões da reunião, que reuniu um conjunto alargado de países de todo o mundo, entendeu-se definir o desenvolvimento sustentável como o modelo de desenvolvimento que “responde às necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades.” Isto significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e económico, atinjam um nível satisfatório de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais. Surgem assim os três pilares do Desenvolvimento Sustentável: o desenvolvimento deve procurar a eficácia económica; o desenvolvimento deve contribuir para preservar, melhorar e valorizar o ambiente; o desenvolvimento deve partir das necessidades humanas e responder a objectivos de equidade social.

### **O desenvolvimento turístico sustentável**

A cada vez maior consciência ambiental, económica e social dos governos e das instituições tem levado a que o desenvolvimento sustentável esteja em foco na maior parte dos debates e das agendas políticas, de todos os sectores e em especial na área do turismo.

O princípio do desenvolvimento sustentável aplicado ao turismo implica que os recursos naturais, culturais, ambientais e outros recursos turísticos são preservados para a sua contínua utilização futura, continuando a gerar benefícios para a sociedade actual. O planeamento turístico, desde uma escala macro até uma escala micro, deve incluir considerações do seu potencial impacte nas características sociais, económicas e ambientais.

A Organização Mundial do Turismo define o desenvolvimento turístico sustentável como sendo aquele que “atende as necessidades dos turistas e das regiões de acolhimento ao mesmo tempo que protege e potencia novas oportunidades para o futuro”, preconizando que todos os recursos devem ser geridos de tal forma que “as necessidades económicas, sociais e estéticas devem ser satisfeitas mantendo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas que garantem a vida” (WTO, 1998). Assim, de acordo com a Organização Mundial do Turismo, o turismo sustentável deve fazer uma utilização óptima dos recursos ambientais que constituem um elemento fundamental no desenvolvimento do turismo; deve respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades de acolhimento, conservar a sua vida cultural, património edificado e valores tradicionais, e contribuir para a tolerância e compreensão inter-cultural; e deve assegurar actividades económicas viáveis e de longo prazo, proporcionando a equidade na distribuição dos benefícios socioeconómicos gerados para todas as partes interessadas, contribuindo para a redução da pobreza.

O conceito de desenvolvimento sustentável é particularmente importante nos casos em que, tal como no concelho de Góis, o desenvolvimento turístico depende em grande medida das atracções e actividades relacionadas com os recursos naturais, património histórico e cultural. Se estes recursos se degradarem ou forem destruídos, as áreas turísticas não conseguirão atrair turistas e o turismo não terá êxito.

Os princípios de sustentabilidade inerentes ao desenvolvimento do turismo sustentável referem-se aos aspectos ambientais, socioculturais e económicos, e ao equilíbrio adequado que deve ser estabelecido entre estas três dimensões para garantir a sua sustentabilidade do desenvolvimento do turismo a longo prazo. Neste contexto podem referir-se os princípios fundamentais do turismo sustentável enunciados pela Organização Mundial do Turismo, apresentados no quadro seguinte.

Quadro 2 | Princípios do Turismo Sustentável

- 
1. Utilização sustentável dos recursos
  2. Redução do sobre-consumo e do desperdício
  3. Manutenção da diversidade
  4. Integração turismo-planeamento
  5. Suporte de economias locais
  6. Envolvimento das comunidades locais
  7. Consulta dos vários grupos de interesse, incluindo o público
  8. Formação de trabalhadores da indústria turística
  9. Marketing responsável do turismo
  10. Investigação
- 

Fonte: Organização Mundial do Turismo, 1993

O desenvolvimento sustentável, nas suas diversas componentes integrantes do ambiente, da economia, da sociedade e do território, constitui, hoje, o paradigma dominante dos processos de mudança económico-social e territorial das regiões, perante todas as escalas de análise e de actuação. Ao mesmo tempo, o turismo, na sua acepção mais ampla, assume-se no momento presente como uma das actividades económicas e socioculturais mais estruturantes desses processos de mudança, sobretudo quando o turismo é encarado como uma actividade efectivamente emblemática do desenvolvimento sustentável.

São, neste contexto, necessárias estratégias que permitam que o turismo possa contribuir para um desenvolvimento sustentável, integrando as directivas e recomendações como as que resultam dos vários documentos internacionais sobre esta matéria.

Dirigida a entidades governamentais, autoridades nacionais de turismo, representantes de organizações comerciais e empresas, a *Agenda 21 para a Indústria das Viagens e Turismo*, elaborada por iniciativa conjunta do Conselho Mundial de Viagens e Turismo, da Organização Mundial de Turismo e do Conselho da Terra, compreende um programa de

acção sectorial para o desenvolvimento sustentável do turismo, que define medidas práticas para implementar as metas da Cimeira da Terra (Rio de Janeiro, 1992) e tornar o turismo mais sustentável, indicando áreas de acção prioritárias, com objectivos definidos e etapas sugeridas para os alcançar.

De acordo com a *Agenda 21 para a Indústria das Viagens e Turismo*, a estrutura de suporte para o desenvolvimento sustentável a ser estabelecida pela indústria das viagens e turismo deverá assentar nos seguintes princípios básicos: conservação, protecção e recuperação do ecossistema da terra; padrões sustentáveis de produção e consumo; participação dos cidadãos no desenvolvimento turístico; e reconhecimento e apoio à identidade, cultura e interesses da população local.

No quadro da *Agenda 21 para a Indústria das Viagens e Turismo* elege-se como principal desafio para as entidades governamentais, autoridades nacionais de turismo e representantes de organizações comerciais a criação de sistemas para incorporar os princípios de desenvolvimento sustentável no âmbito do processo da tomada de decisão. Consideram-se, assim, nove áreas prioritárias de acção para as entidades institucionais: avaliar a capacidade da estrutura regulamentar, económica e voluntária existente para fazer surgir o turismo sustentável; avaliar as implicações económicas, sociais, culturais e ambientais inerentes às operações das organizações; promover a formação, educação e consciencialização do público; planear o desenvolvimento do turismo sustentável; facilitar a troca de informação, especializações e tecnologias relacionadas com o turismo sustentável entre países desenvolvidos e em desenvolvimento; proporcionar a participação de todos os sectores da sociedade; planear novos produtos turísticos com sustentabilidade na sua génese, como sendo parte integrante do processo de desenvolvimento turístico; aferir a medição do processo em direcção a um desenvolvimento sustentável; e constituir parcerias para um desenvolvimento turístico sustentável.

Para as empresas, o objectivo principal é estabelecer sistemas e procedimentos para integrar as questões do desenvolvimento sustentável ao nível das funções de gestão. Consideram-se neste âmbito dez áreas prioritárias de acção para as empresas: minimização de resíduos; conservação e gestão de energia; gestão de águas superficiais; gestão de águas residuais; substâncias perigosas; transporte; gestão e planeamento do uso do solo; envolvimento de

quadros de pessoal, clientes e comunidades em questões ambientais; design para a sustentabilidade; parcerias para um desenvolvimento turístico sustentável.

O turismo sustentável exige, sem dúvida, uma maneira diferente de pensar o desenvolvimento. Foi com esse espírito que, no quadro da I Conferência Mundial sobre Turismo Sustentável (Lanzarote, 1995), a OMT, aplicando o programa da Agenda 21, elaborou a *Carta do Turismo Sustentável*. A resolução final da conferência apontou para a promoção e adopção internacional dos 18 princípios estabelecidos pela Carta, que se orientam para apoiar o desenvolvimento turístico em critérios de sustentabilidade, ou seja, ecologicamente sustentável no longo prazo, economicamente viável, e social e eticamente equitativo para as comunidades locais. Neste âmbito incluem-se como orientações, nomeadamente, a adopção de critérios de qualidade como objectivos prioritários na formulação de estratégias de turismo; a promoção da informação, sensibilização e participação de todos os parceiros a nível local, regional, nacional e internacional no processo de sustentabilidade do turismo e a adopção e implementação de códigos de conduta.

É no âmbito da OMT, durante a sua 13ª Assembleia-geral realizada em Santiago do Chile, em 1999, que é estabelecido o *Código Mundial de Ética para o Turismo*, que constitui em si mesmo um instrumento prosector para a aplicação dos princípios éticos basilares à sustentabilidade do turismo. O *Código Mundial de Ética para o Turismo*, considerando o crescimento rápido e contínuo, não só passado como previsível, da actividade turística, que produz efeitos, positivos e negativos, no ambiente, economia e sociedade dos países de origem e destino, nas comunidades locais e nas relações e trocas internacionais, insere-se numa lógica tendente a conciliar sustentadamente a protecção ambiental, desenvolvimento económico e a luta contra a pobreza, tendo por fim promover um turismo responsável e sustentável. O Código dedica o terceiro dos seus dez artigos especialmente ao tema “O turismo, factor de desenvolvimento sustentável”. Do conjunto de cinco pontos que compõe o referido artigo ressalta a ideia-chave da necessidade da indústria turística, bem como de todos os actores do desenvolvimento turístico, agirem de forma a respeitarem as características naturais, sociais, económicas e culturais das regiões de destino, contribuindo activamente para o seu desenvolvimento contínuo e sustentável, capaz de conciliar

economia e ecologia, ambiente e desenvolvimento, abertura às trocas internacionais e protecção das identidades sociais e culturais.

Consciente do papel crucial que desempenha o turismo na economia da Europa, a Comissão Europeia adoptou em 2006 uma política de turismo renovada, cujo objectivo principal é ajudar a “melhorar a competitividade da indústria europeia do turismo e criar mais e melhor emprego através do crescimento sustentado do turismo na Europa e a nível mundial” (Comissão das Comunidades Europeias, 2007). Para se chegar a um turismo simultaneamente sustentável e competitivo, a *Agenda para um Turismo Europeu Sustentável e Competitivo* (Comissão das Comunidades Europeias, 2007), propõe que todas as partes interessadas adoptem os princípios de uma abordagem global e integrada (a fim de se chegar a um turismo equilibrado e que respeite a sociedade e o ambiente); de planificação a longo prazo (velando pelas necessidades tanto das gerações futuras como das gerações actuais); de respeito pelas características dos destinos turísticos; de intervenção de todas as partes interessadas; de minimização e gestão de riscos ambientais e sociais; e de avaliação e fixação de limites à amplitude do desenvolvimento turístico.

A Agenda da Comissão visa reforçar um processo voluntário e contínuo, que seja promovido por todos os intervenientes no sector do turismo na Europa. Ao integrar a questão da sustentabilidade nas suas actividades, as entidades ligadas ao sector do turismo poderão proteger as vantagens competitivas que fazem da Europa o destino turístico mais atractivo do mundo. Ao procurar responder ao problema da sustentabilidade de uma forma socialmente responsável, ajudarão a indústria do turismo a inovar os seus produtos e serviços e a aumentar a sua qualidade e valor.

Para alcançar os objectivos da *Agenda para um Turismo Europeu Sustentável e Competitivo* é salientada a importância de uma acção concertada e coerente apoiada por políticas públicas apropriadas, na tomada em consideração pelas empresas das preocupações em matéria de sustentabilidade e pela sensibilização dos turistas para os aspectos ligados à sustentabilidade.

As políticas públicas para a gestão sustentável dos destinos turísticos é primordial para o desenvolvimento do turismo, quer através do planeamento e controlo do ordenamento e

desenvolvimento do território, quer através de decisões de investimento nas infra-estruturas e serviços. Ao assegurar que o desenvolvimento de novas formas de turismo responda às necessidades das comunidades locais e do ambiente, a gestão sustentável reforça o nível de competitividade de um destino turístico a longo prazo. Para tal é importante o envolvimento de todas as entidades regionais e locais e uma estrutura eficiente que propicie a criação de parcerias.

Uma das condições básicas para a sobrevivência das empresas é manterem-se competitivas. Para assegurar a sua competitividade, viabilidade e prosperidade a longo prazo, as empresas deverão, mais do que nunca, integrar plenamente a questão da sustentabilidade nas suas decisões e nas práticas e ferramentas de gestão. Qualquer medida tomada nesse sentido deverá ser encarada como parte do processo de promoção da sustentabilidade.

É preciso ter em conta o importante papel dos turistas, procurando desenvolver e reforçar o seu sentido crítico e a capacidade para fazerem escolhas a favor do desenvolvimento sustentável. As campanhas de sensibilização e ética em matéria de sustentabilidade podem facilitar a criação de atitudes e práticas individuais responsáveis por parte dos turistas.

Garantir a sustentabilidade do turismo tornou-se o desafio principal daqueles que estão comprometidos com o desenvolvimento e gestão deste sector de actividade. A sustentabilidade do desenvolvimento turístico, preconizada pelos vários documentos internacionais relevantes em matéria de turismo sustentável, é hoje considerada fundamental no processo de planeamento turístico, podendo ser considerada como mais um factor intangível de competitividade para o desenvolvimento, a par da qualidade territorial, do conhecimento, do empreendedorismo e da capacidade de inovar. É necessário estimular os principais agentes do sector turístico para que as suas actividades sejam ambientalmente equilibradas, economicamente viáveis, socialmente justas, culturalmente ricas e politicamente legítimas. A implementação de práticas sociais, culturais e ambientais responsáveis são acções imprescindíveis para que o turismo possa ter um desenvolvimento sustentável a longo prazo. É nesta perspectiva que se torna urgente investir num desenvolvimento turístico sustentável.

## O turismo como alavanca de desenvolvimento rural

O turismo tem vindo a afirmar-se como uma das maiores actividades económicas mundiais, gerando impactes directos e indirectos ao nível do produto, do emprego e do investimento, ao mesmo tempo que influi na qualidade de vida das populações, através da oferta de infra-estruturas e bens e serviços essenciais, da promoção de intercâmbios culturais e da atenuação de desequilíbrios regionais.

Tal facto tem conduzido à crescente consciencialização, por parte de poderes públicos e privados, da importância do turismo enquanto motor de desenvolvimento nacional, regional e local. Porque “o turismo não é um sector isolado que vive e se desenvolve por si próprio mas antes uma actividade que integra uma grande multiplicidade de outras com as quais se fortalece e às quais acrescenta novas funções e abre novos horizontes” (Cunha, 2003), no estudo conduzido por Ernâni Lopes (2005) em “Reinventando o Turismo em Portugal” o sector do turismo é encarado com potencial estruturante para um novo modelo de desenvolvimento estratégico a adoptar para a economia portuguesa. O turismo é um sector que interage fortemente com um leque alargado de outras áreas, como transportes, ambiente, planeamento regional, energia e tecnologias da informação. Nessa medida, e considerando as suas diagnosticadas potencialidades de expansão, a diversificação das competências que envolve e os efeitos multiplicadores que gera na economia, o sector do turismo pode tornar-se um sector motor do desenvolvimento e da modernização económica integrada e sustentável.

A relevância estratégica do turismo é reforçada na Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2007, onde o Governo destaca o turismo como uma área decisiva para o desenvolvimento sustentável. “[O turismo] contribui, assim, para a melhoria da qualidade de vida dos Portugueses e para a promoção da coesão territorial e identidade nacional enquanto recurso indutor de inúmeras actividades com ele relacionadas, contribuindo para o desenvolvimento sustentado em termos ambientais, económicos e sociais.” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2007).

O mundo rural em Portugal tem sido, nas últimas décadas, sujeito a mutações de natureza demográfica, social e económica. Mudanças que se relacionam principalmente com a adesão de Portugal à União Europeia, e com o inerente aumento da competitividade no mercado e crescente industrialização das actividades agrícolas. Tal conjuntura induziu a migração e emigração da população rural para os pólos urbanos, resultando num fenómeno de êxodo rural, que teve como principais consequências o envelhecimento da população rural, o aumento do desemprego e a fragilidade do tecido produtivo. Apesar de serem detentoras de uma grande riqueza de recursos naturais, humanos e culturais, as áreas rurais portuguesas são hoje afectadas por importantes insuficiências em termos de desenvolvimento, assentes em fragilidades físicas, económicas e principalmente sociais, sendo algumas das mais evidentes a população envelhecida, a baixa taxa de alfabetização, a falta de infra-estruturas, o abandono e a degradação do território.

É neste contexto que o Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural (2007), conjugando as orientações estratégicas comunitárias e as orientações de política nacional, vem destacar que a revitalização das zonas rurais passa pela capacidade de rentabilizar melhor os seus recursos, salientando o potencial endógeno dos territórios rurais para desenvolver, num novo quadro, funções mais alargadas, que respondam a novas procuras e actividades valorizadas. Um dos objectivos centrais a prosseguir parece ser claro: contribuir para a dinamização e diversificação económica e social dos territórios rurais. As iniciativas de turismo em espaço rural surgem, entre outros, como um dos campos onde essa diversificação pode e deve ser reforçada.

O mundo rural tem assistido nos últimos anos à redescoberta pela população urbana, que, de uma forma crescente, procura locais de fuga a um quotidiano urbano cada vez mais exigente, procurando a vivência de experiências e o contacto com realidades culturais e ambientais que só estas áreas proporcionam. A actividade turística rural responde ao crescente interesse pelo património natural e pela cultura rural, por parte daqueles que se viram privados das suas vivências e do seu conhecimento, normalmente associados a residentes em áreas urbanas. Fruto de um certo movimento de retorno às origens, às tradições, às raízes, aos modos de vida autênticos e à relação com a natureza, os espaços rurais têm vindo a ser revalorizados e objecto de uma procura crescente por parte de

populações cansadas do stress urbano refere Ribeiro (2003, citado por Simões, 2003). Nas últimas décadas a sociedade portuguesa sofreu transformações importantes, que condicionaram as áreas rurais e as representações sociais sobre elas, “(...) a maior parte das áreas rurais passaram (...) de espaços (im)produtivos de alimentos a espaços-reserva de qualidade ambiental, a guardiães da natureza e das memórias do passado” (Figueiredo, 2003). A ruralidade começa a ser crescentemente entendida como “reserva moral e cultural” (Chamboredon, 1980, citado por Figueiredo, 2003), ou seja, a ruralidade já não é entendida como oposição ao processo de modernização, mas antes um sinónimo que remete para a modernidade vivida através da descoberta e valorização das “diferenças, do autêntico e do genuíno” (Joaquim, 1994, citado por Figueiredo, 2003).

O turismo rural surge, assim, como a forma mais significativa de perpetuar a ruralidade, satisfazendo a procura através do desenvolvimento de actividades de recreio, de lazer e de enriquecimento cultural nas áreas rurais. É neste contexto, que as novas modalidades de turismo relacionadas com os espaços rurais e naturais assumem um potencial de crescimento considerável, apresentando-se como resposta às vivências e preocupações de sectores da sociedade culturalmente mais exigentes e como alternativa ou complemento do turismo de massas (Simões, 2003).

As tendências emergentes de revalorização do rural e do natural reforçam a convicção de que o turismo pode constituir um instrumento eficaz para se alcançar a revitalização e a recomposição dos territórios rurais. Esta incorporação do turismo ao desenvolvimento rural vem-se impondo como irrefutável junto dos vários agentes com a responsabilidade de pensar, planear e decidir sobre os destinos destes territórios em depressão (Ribeiro, 2003). O turismo é actualmente considerado, em Portugal e em muitos países da União Europeia, como um importante instrumento de desenvolvimento rural. Tal importância é nítida na maior parte dos programas e medidas de desenvolvimento para as áreas rurais que, a par com a revitalização ou redefinição da actividade agrícola, propõem o turismo como solução para os problemas com que as áreas rurais se debatem.

Sendo uma actividade transversal, que se apoia e complementa noutras actividades, o turismo gera impactes nos contextos socioeconómicos, demográficos, físicos, ambientais e culturais. Neste âmbito, do turismo esperam-se contributos relevantes na revitalização

económica e na preservação do património natural e cultural das áreas rurais. Visto pela perspectiva do desenvolvimento rural, o turismo no espaço rural é uma das actividades mais bem colocadas para assegurar a revitalização do tecido económico, sendo tanto mais forte quanto conseguir endogeneizar os recursos, a história, as tradições e a cultura de cada região.

O turismo constitui-se como factor de diversificação das actividades agrícolas, através da dinamização de um conjunto de outras actividades económicas que dele são tributárias e que com ele interagem. É neste contexto que o turismo é encarado como uma base potenciadora do desenvolvimento rural, através da criação de emprego, induzindo o desenvolvimento de outras actividades e valorizando os recursos locais. Tratando-se de um sector gerador de infra-estruturas, de equipamentos, de actividades, de bens e serviços transaccionáveis e de empregos, pode proporcionar uma verdadeira cadeia de valor e de riqueza com repercussões directas nas economias regionais, estimulando o crescimento de outros sectores que lhe servem de suporte e contribuindo para a fixação das populações.

Este tipo de turismo, ainda que seja minoritário no conjunto do mercado turístico, pode, dar, não apenas uma contribuição valiosa para a sustentabilidade das economias, mas também em termos de conservação do meio ambiente, de impulso à reabilitação do património artístico e cultural dos espaços rurais, entre os efeitos positivos mais evidentes (Vera, 1997, citado por Ribeiro, Vareiro, 2007). Além dos pontos de vista demográfico e económico, é reconhecido que o turismo rural contribui de forma decisiva para a promoção de recuperação e da preservação do património arquitectónico e natural local, de hábitos, usos e costumes, bem como para a dinamização dos diversos produtos regionais que, no fundo, constituem o factor diferenciador de cada região.

Outro aspecto relevante reside no facto salientado por Cavaco (2005) de que as políticas de afirmação de valores do espaço rural “procuram cativar forasteiros, com interesses particulares [...], mas sobretudo [...] os filhos da terra ausentes, com visitas frequentes [...], avivando os sentimentos das raízes, aumentando a sua auto-estima na ligação com uma terra que se tornou dinâmica, acolhedora, alegre, moderna, que valoriza a sua história, as suas populações, o seu património, as suas tradições”. Os benefícios e as implicações positivas que as acções inerentes ao desenvolvimento turístico podem ter no resgate do

orgulho, da auto-estima e da afirmação da identidade das comunidades locais (Knowd, 2001, citado por Ribeiro, 2003) não podem ser ignorados nem subvalorizados.

Apesar do seu desenvolvimento permitir benefícios que os governos, regiões, municípios e populações ambicionam, o desenvolvimento deste sector de actividade pode acarretar um conjunto de efeitos perversos e problemas que urge minimizar: impactes ambientais negativos, perda de identidade local e outras ameaças ao meio envolvente como a falta de investimentos e a perda de competitividade económica.

Uma das mais importantes consequências está associada ao divórcio entre as qualidades comercializáveis oferecidas aos turistas e visitantes e os contextos históricos, sociais e económicos, com a correspondente perda de autenticidade local. Lanfant defende a tese de que o fenómeno turístico se está a formar no ponto de articulação dos mundos moderno e tradicional, industrial e arcaico, rural e urbano, afirmando que as sociedades de acolhimento, perante a necessidade de se oferecerem como produto turístico, “estão submetidas a uma contradição muito importante (...) onde são chamadas a abrir-se ao exterior e a modernizar-se pela função turística; as sociedades locais estão ao mesmo tempo implicadas num (re)investimento do seu passado, reestruturação do seu património, na manutenção e revitalização das suas tradições” (Lanfant, 1992, citado por Joaquim, 2003).

Os responsáveis públicos e privados interessados no desenvolvimento rural em Portugal colocam muitas expectativas nos contributos do turismo para a concretização desse objectivo. No entanto, tem-se reflectido muito pouco nas condições de base necessárias para garantir a viabilidade do desenvolvimento do turismo em espaços rurais e naturais. O despovoamento, o abandono das actividades agrícolas tradicionais, o estado descaracterizado e degradado das paisagens inviabilizam qualquer processo de desenvolvimento turístico sustentado. Esta actividade não deverá, por isso, descurar a complementaridade com a actividade agrícola e florestal e com outras actividades que deverão ser revitalizadas e promovidas. Atente-se na seguinte reflexão de Graça Joaquim (2003): “Inovação e Tradição, num contexto de sustentabilidade, pressupõem, em primeiro lugar, espaços vividos, habitados, com estratégias realistas de desenvolvimento socioeconómico, onde a fixação de populações é o factor determinante. Se a estratégia passa pelo desenvolvimento turístico dos espaços naturais e rurais (...), a

complementaridade com outras actividades é fundamental e constitui um factor determinante no próprio sucesso do turismo”.

Outro aspecto salientado por Joaquim (2003), é a necessidade de perceber que no turismo, indústria altamente verticalizada, é fundamental “articular produtos turísticos diferentes, articular ofertas diferenciadas, ter produtos complementares, articular o interior e o litoral, ter itinerários que possam articular formas de alojamento distintas e ofertas de animação distintas, em suma, articular o território e articular com os nossos vizinhos espanhóis”. Para evitar que se continue a assistir a formas de turismo alternativas, diferenciadas, mas claramente incipientes, sem sustentabilidade económica ou social, as estratégias de desenvolvimento turístico devem ser estudadas e definidas em espaços territoriais mais amplos, como o sub-regional ou o de agrupamentos de concelhos. Estas estratégias são essenciais para orientar e articular as iniciativas municipais, procurando potenciar mais valias resultantes da dinamização de um espaço com maiores potencialidades e massa crítica. Só num contexto sub-regional ou regional é viável a criação e funcionamento de certas estruturas de apoio ao desenvolvimento (Velo, 2003). É, pois, aconselhável que os planos de desenvolvimento turístico e a organização da sua promoção e exploração sejam, pelo menos, de âmbito sub-regional ou multimunicipal.

Deste modo, a implantação de turismo rural deve reger-se, segundo Vera (1997, citado por Ribeiro, Vareiro, 2007), pelos seguintes princípios: uso sustentável dos recursos; revitalização das economias locais; qualidade de desenho e de gestão; integração da população local; desenvolvimento planeado e controlado; e, definitivamente, a sua sustentabilidade. Bote Gómez (2001, citado por Ribeiro, Vareiro, 2007) comunga dos mesmos objectivos gerais do desenvolvimento do turismo rural, diferenciados dos do turismo tradicional, realçando a necessidade de compatibilização do desenvolvimento com a conservação dos recursos, geralmente de carácter frágil; de criar uma oferta não concentrada e de pequena escala, por contraponto da oferta concentrada e de grande escala; e de participação da sociedade rural na organização, gestão e implementação da actividade turística, conseguindo-se, assim, a optimização dos benefícios directos e indirectos do turismo.

O turismo pode, pois, ser encarado como motor do crescimento económico e alavanca do desenvolvimento rural, devendo dar-se particular relevo a políticas que promovam o empreendedorismo, a inovação, a eficiência de gestão, a criação de emprego e a procura de novas oportunidades, assentes nos conceitos de qualidade, diferenciação, diversidade e de sustentabilidade. Perante um quadro actual recessivo do mundo rural, a aposta no turismo apresenta-se como uma nova oportunidade para as regiões do interior, proporcionando a tão necessária diversificação e dinamização dos seus tecidos económicos e sociais, capaz contribuir para evitar o abandono e a desertificação de alguns espaços.



## 1. Contextualização

### O Turismo no mundo

O turismo é actualmente um dos maiores sectores económicos a nível mundial, superando, em termos de exportações, os sectores ligados à produção petrolífera e à indústria automóvel. Tendo vindo a afirmar-se como uma das maiores actividades económicas mundiais, o turismo gera impactes significativos, directos e indirectos, ao nível do produto, do emprego e do investimento.

Estima-se que em 2010, a indústria das viagens e turismo gere, directa e indirectamente, em todo o mundo 5.751 biliões de dólares, equivalente a 9,2% do total do PIB mundial, e empregue 235,8 milhões de pessoas, cerca de 8,1% do emprego total (WITTC, 2010).

Nas últimas décadas, o turismo tem-se revelado como o sector de actividade com maiores taxas de crescimento e, de acordo com as previsões das principais organizações mundiais do turismo, irá manter essa tendência ao longo das duas primeiras décadas do século XXI. Com 612 milhões de chegadas de turistas internacionais registadas em 1997, as previsões da OMT apontam para 1.561 milhões de chegadas de turistas e para 2 biliões de dólares de receitas do turismo mundial em 2020, correspondente a uma taxa de crescimento média anual de 6% a 7%, o dobro do ritmo previsto para a economia mundial. O World Travel & Tourism Council prevê que a contribuição da actividade turística para o PIB mundial cresça de 2010 para 2020 de 5.751 para 11.151 biliões de dólares, ou seja, de 9,2% para 9,6%. Em termos de emprego, espera-se que a actividade turística mundial em 2020 seja responsável por 303 milhões de empregos, correspondendo a um crescimento de 8,1% do emprego total mundial em 2010 para 9,2% em 2020.

Todas as regiões do mundo experimentarão um crescimento substancial no turismo internacional e espera-se que o turismo doméstico, que se estima cerca de dez vezes maior

que o turismo internacional, continue também a crescer de forma acelerada em todas as regiões.

Em 1996, os países industrializados, ou mais desenvolvidos, receberam aproximadamente 56% das chegadas de turistas internacionais, correspondendo 44% às viagens realizadas para os países em desenvolvimento, sendo a região da Ásia-Pacífico Oriental a que apresentou o crescimento mais acelerado ao longo dos últimos anos.

O turismo é inquestionavelmente uma das actividades económicas com mais potencial para gerar crescimento e emprego na União Europeia (UE). Considerado na sua acepção estrita, o turismo representa actualmente cerca de 4% do PIB da UE. Em contrapartida, o contributo indirecto para a criação do PIB é muito mais elevado: o turismo gera indirectamente mais de 10% do PIB da UE e assegura cerca de 12% do emprego total. A importância do turismo na economia da UE deverá continuar a aumentar, já que se espera um crescimento anual na procura do turismo superior a 3% para os próximos anos (Comissão das Comunidades Europeias, 2007).

## O Turismo em Portugal

“O turismo tem uma importância verdadeiramente estratégica para a economia portuguesa em virtude da sua capacidade em criar riqueza e emprego. Trata-se de um sector em que temos vantagens competitivas claras como sucede com poucos outros.”

*Manuel Pinho, Ministro da Economia e da Inovação, em PENT, 2007*

O turismo em Portugal tem vindo a registar uma importância crescente na economia nacional, constituindo actualmente um dos principais sectores de actividade. Com um crescimento médio anual de 3,8% entre 2000 e 2008, as receitas turísticas em Portugal atingiram em 2008 7,4 mil milhões de euros, representando a actividade turística 10,5% do PIB nacional. O turismo é, simultaneamente, um dos sectores com maior importância para o emprego nacional, representando 10,2% da população activa em 2004 (PENT, 2007). Realça-se ainda o saldo positivo da Balança Turística, que contribui com um superavit de 4,5 mil milhões de euros para a Balança Comercial nacional, revelando a importância do turismo no equilíbrio das relações com exterior (Turismo de Portugal, 2009).

Portugal é um dos principais destinos turísticos do mundo. No contexto da procura mundial, Portugal posicionou-se em 2007 na 20ª posição do ranking de chegadas de turistas internacionais e na 23ª posição do ranking das receitas internacionais de turismo, correspondendo a uma quota de 1,4% do total de chegadas e 1,2% das receitas turísticas do mundo (Turismo de Portugal, 2008). No âmbito da procura turística da Europa, Portugal ocupou, em 2007, o 12º lugar do ranking, com uma quota de 2,5% do total de chegadas de turistas internacionais na Europa.

Em 2007, Portugal recebeu 23,8 milhões de visitantes residentes no estrangeiro (mais 1,1 milhão de entradas que no ano anterior), dos quais 52% turistas e 48% excursionistas. O turismo internacional em Portugal representa 52% do total de hóspedes em território nacional. E está dependente de quatro principais mercados emissores que, em 2005, representaram, no seu conjunto, 60% dos hóspedes estrangeiros: Reino Unido (22%),

Espanha (19%), Alemanha (12%) e França (7%). Relativamente às receitas, os quatro principais mercados representam 67% das receitas, onde se destaca o Reino Unido, que contribui com 25% para esse valor (PENT, 2007).

O turismo interno tem vindo a ganhar importância face ao turismo externo, correspondendo, em 2008, a 47% do total de hóspedes em território nacional, face aos 45% que representava em 2000. O número de hóspedes nacionais tem vindo a crescer a um ritmo superior ao dos estrangeiros, com uma taxa média anual de crescimento entre 2000 e 2008 de 4,8% face ao crescimento anual de 3,0% de hóspedes residentes no estrangeiro. Em 2008, os estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos e apartamentos turísticos portugueses receberam um total de 6,3 milhões de hóspedes nacionais.

Em Portugal o sector turístico encontra-se concentrado em três principais regiões – Algarve, Lisboa e Madeira – que concentram mais de 85% das dormidas de estrangeiros em estabelecimentos hoteleiros. O Algarve é a região do país com maior grau de dependência face aos quatro principais mercados emissores (82%); Lisboa é a região com a procura mais diversificada, em que esses mercados representam apenas 50% das dormidas de estrangeiros, sendo o turista espanhol, seguido pelo alemão, os que representam maior número de dormidas; na Madeira o destaque vai para os mercados britânico e alemão. As regiões turísticas do Alentejo, Centro e Porto e Norte são as que apresentam uma maior dependência face ao turismo nacional.

Na Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2007, o Governo elege o turismo como um sector estratégico prioritário para o País, que deve dar um contributo significativo, nomeadamente através do aumento das receitas externas, para a cobertura do défice da nossa balança comercial e para o combate ao desemprego, mas também para reforçar a imagem externa de Portugal e para a valorização do património cultural e natural do País.

Para tal, o Governo definiu como objectivos estratégicos o aumento da contribuição do turismo para o PIB nacional e para o emprego qualificado e a dinamização do turismo interno. Pretende-se mobilizar os agentes do sector - públicos e privados, nacionais, regionais e locais – e os portugueses em geral para o desenvolvimento sustentado do turismo, através da promoção da qualidade da oferta.

As perspectivas de forte crescimento para o mercado mundial constituem uma oportunidade para Portugal, mas é necessária uma estratégia de actuação que permita responder à sofisticação da procura e a um número crescente de ofertas concorrenciais. Para responder aos desafios enunciados, o Plano Estratégico Nacional do Turismo (2007) define as principais linhas de desenvolvimento e enuncia como objectivos o crescimento médio anual de 5% do número de turistas – ultrapassando os 20 milhões de turistas estrangeiros em 2015 – e o crescimento médio anual de 9% das receitas turísticas - superando os 15 mil milhões de euros em 2015. Desta forma, espera-se que o turismo possa contribuir positivamente para o desenvolvimento económico do País, representando, em 2015, mais de 15% do PIB e 15% do emprego nacional.

## O Turismo na região Centro

A actividade turística na região Centro de Portugal tem vindo a assumir uma importância cada vez maior no contexto regional e nacional. As receitas geradas nos estabelecimentos hoteleiros em 2008 foram de 189,4 milhões de euros, representando 9,6% do total nacional, o que compara com os 5,7% que representava em 2000 (Anuário das Estatísticas do Turismo 2008, TP, 2009).

As taxas médias de crescimento, entre 2006 e 2008, dos vários indicadores deste destino turístico foram superiores à média nacional, registando acréscimos de 7,8% para os proveitos (6,2% no total do país), 4,8% para os hóspedes (4,3% no país) e 3,9% para as dormidas (2,2% a nível nacional).

Com base nos dados apurados pelo Turismo de Portugal em “O Turismo em 2008”, apresenta-se de seguida os principais elementos e indicadores caracterizadores da actividade turística na região Centro.

Conforme já referido, verifica-se no turismo da região Centro uma forte dependência do mercado nacional. A procura turística é maioritariamente originada pelo mercado interno (72%), representando as dormidas de residentes no estrangeiro apenas cerca de 28%. Note-se que entre 2006 e 2008, a procura nacional cresceu a um ritmo médio anual de 2,5%, enquanto a procura internacional cresceu a uma taxa média de 7,6%. Este aumento médio anual da procura externa ultrapassou em larga medida a taxa de crescimento de 1,9% observada no país.

Avaliando o conjunto dos mercados externos emissores de turistas para a região Centro, verifica-se que a Espanha (com 253 mil dormidas em 2008) é o principal mercado de origem dos fluxos internacionais, com uma quota de 35% da procura externa. A França, com 17% da procura externa é o segundo mercado mais importante para esta região e a Itália posiciona-se no terceiro lugar, com 7%, muito próxima dos mercados da Alemanha e Brasil, com quotas que rondam os 6%.

Com 24.524 camas, em 297 unidades hoteleiras, a Área Regional de Turismo do Centro (ART Centro) concentra apenas cerca de 9% da capacidade de alojamento existente a nível nacional. Na qualidade da oferta hoteleira realça-se o facto das pensões representarem 29% da capacidade hoteleira e de existir um reduzido número de hotéis de 5 estrelas. Note-se que a ART Centro abrange, entre outros, os concelhos pertencentes aos Pólos de Desenvolvimento Turístico de Leiria-Fátima e da Serra da Estrela. O número de camas do Pólo de Desenvolvimento Turístico de Leiria-Fátima representa 37% da capacidade da ART Centro e o Pólo de Desenvolvimento Turístico da Serra da Estrela tem uma quota de 17%, o que significa que estes dois Pólos de Desenvolvimento Turístico concentram 54% da capacidade total da região.

A taxa de ocupação-cama nos estabelecimentos hoteleiros e apartamentos turísticos da ART Centro, em 2008, foi de 30,3%, situando-se bastante abaixo da média nacional (41,3%). A região Centro é, a seguir ao Alentejo, a região que regista a taxa de ocupação mais baixa do país.

A região Centro atingiu em 2008 189,4 milhões de euros de proveitos totais nos estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos e apartamentos turísticos, o que corresponde a um crescimento anual de 4,7%. Apesar disso, esta continua a ser, no entanto, a região do país com pior desempenho ao nível do rendimento gerado por quarto disponível, com um RevPAR de 17,9 euros, face aos 31,3 euros de média nacional. Os proveitos foram gerados por 1,4 milhões de hóspedes e 2,6 milhões de dormidas no ano. A estada média associada mantém-se em 1,8 noites desde 2006.

De acordo com o Relatório Anual de Pesquisa 2007 produzido pelo Turismo de Portugal (2008), a principal motivação dos turistas que visitam a região Centro é o Touring Cultural e Paisagístico, sendo o argumento de atracção para 66% dos turistas. O turismo de Sol e Mar é a segunda motivação mais relevante (12%), seguindo-se o Turismo de Natureza com 5%.

A Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal apresentou, em Janeiro de 2009, na Bolsa de Turismo de Lisboa, a nova marca “Turismo Centro de Portugal”, dando a conhecer uma nova imagem assente na promoção de sete produtos estratégicos com base

na centralidade da região: Touring Cultural & Paisagístico, Natureza, Saúde & Bem-estar, Sol & Mar, Turismo Náutico, Turismo de Negócios e Gastronomia & Vinhos.

Transversais aos quatro pólos de marca turística - Castelo Branco/Naturtejo, Coimbra, Ria de Aveiro e Viseu/Dão-lafões – os produtos pretendem traduzir a diversidade existente no Centro de Portugal. “É com este referencial de produtos que se pretende dar forte expressão a projectos tradicionais e já identificados com o Centro de Portugal como o Geoparque da Naturtejo, as Aldeias Históricas e de Xisto ou Termalismo e o Bem-Estar”, disse Pedro Machado, presidente da Turismo do Centro de Portugal, em declarações à revista *Publituris* (2009). Segundo Pedro Machado, a nova imagem, especificamente desenvolvida para o mercado interno e para mercados de proximidade, pretende “difundir a centralidade e a contiguidade regional relativamente ao território nacional, do mesmo modo que a localização de confluência no eixo Portugal/Espanha propicia ao Centro de Portugal um interessante fluxo de procura turística junto de um mercado de vizinhança territorial”. Acrescentou ainda que o objectivo é “consolidar a região Centro como um destino de excelência e torná-lo o primeiro destino do turismo interno de Portugal”.

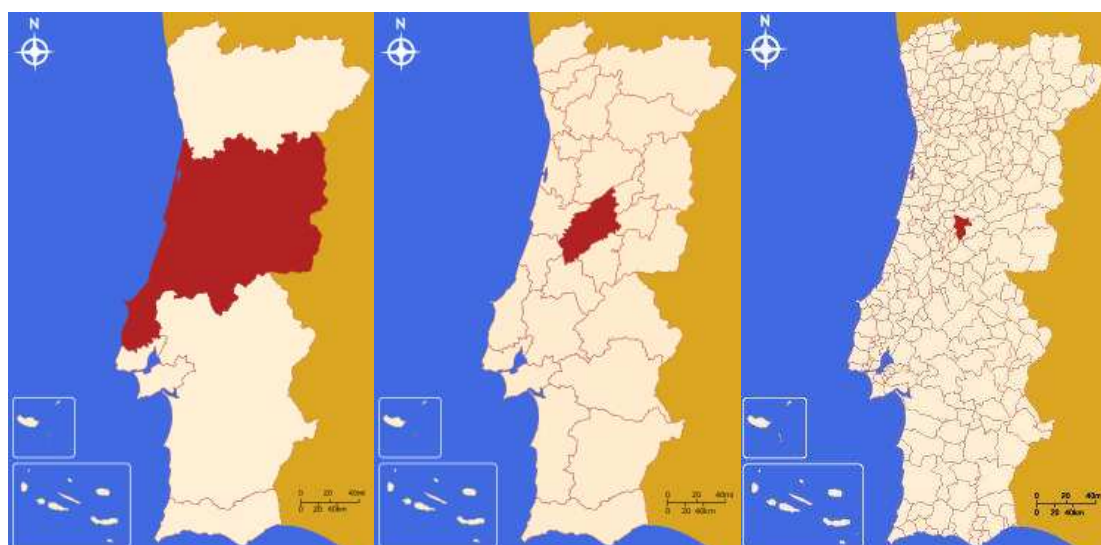
## 2. Caracterização do território

Neste capítulo apresenta-se o enquadramento local e regional de Góis, essencialmente focado nas temáticas da economia, educação e formação/qualificação dos recursos humanos e contexto administrativo, institucional e territorial, com vista ao reconhecimento de sinergias potenciais para o desenvolvimento do concelho. O conhecimento das realidades locais e apreensão das dinâmicas e singularidades de um território é fundamental para a construção de modelos de desenvolvimento adaptados às necessidades reais.

### Principais Características Físicas e Localização

Do ponto de vista geográfico o concelho de Góis localiza-se na região Centro (NUT II), na sub-região Pinhal Interior Norte (NUT III) e detém uma área de 263 Km<sup>2</sup>. Confronta a norte com o concelho de Arganil e Vila Nova de Poiares, a nascente com Pampilhosa da Serra, a sul com Castanheira de Pêra e Pedrógão Grande e a poente com Lousã.

Figura 1 | Localização região Centro, Pinhal Interior Norte, concelho de Góis

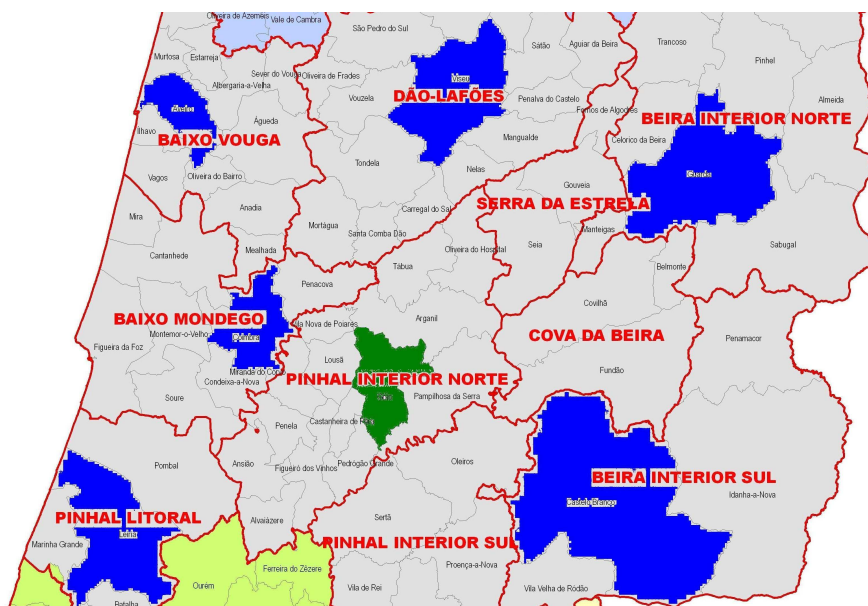


Fonte: <http://pt.wikipedia.org/>

A rede de cidades da região Centro é policêntrica, destacando-se Viseu, Coimbra, Aveiro e Leiria como principais pólos de desenvolvimento. As sedes distritais são, por força da concentração administrativa e de serviços, as cidades de média dimensão que polarizam a ocupação urbana da região.

O concelho de Góis tem com a cidade de Coimbra (sede de Distrito) os vínculos regionais mais fortes. A nível sub-regional é com os concelhos limítrofes de Arganil e Lousã que existe maior tradição de cooperação.

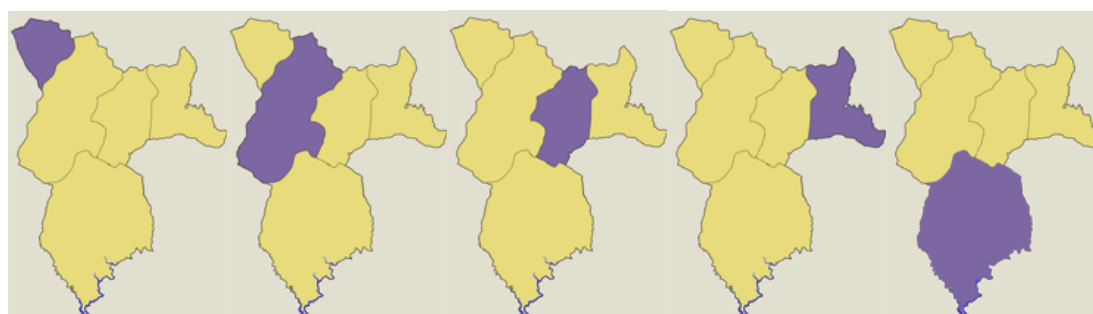
Figura 2 | Concelho de Góis no contexto da região Centro



Fonte: Autoria própria

Administrativamente, encontra-se estruturado em cinco freguesias, sendo a vila de Góis a sede e o principal núcleo urbano do concelho, e as restantes freguesias, os aglomerados urbanos mais significativos (Alvares, Cadafaz, Colmeal e Vila Nova do Ceira).

Figura 3 | Concelho de Góis e respectivas freguesias



Vila Nova do Ceira

Góis

Cadafaz

Colmeal

Alvares

Fonte: [www.goisproperty.com](http://www.goisproperty.com)

### Valores naturais e paisagísticos

Os valores naturais e paisagísticos presentes em Góis são diversos devido, fundamentalmente, à presença do rio Ceira e da Serra da Lousã que atravessam este concelho e se constituem como elementos estruturantes da paisagem que influenciam as características morfológicas.

Em termos de riqueza biológica estas duas unidades destacam-se pela presença de habitats, fauna e flora de interesse nacional e internacional para a conservação.

Marcado por uma geografia própria muito acidentada, o território está inserido na zona serrana entre os rios Mondêgo e Zêzere, fazendo parte do complexo orográfico da Serra da Lousã. 17% do território do concelho está integrado na zona da Rede Natura 2000 da Serra da Lousã. Com altitudes que variam entre os 150 m e os 1200 m, destaca-se o afloramento quartzítico do Ordovício, vulgarmente conhecido por Penedos de Góis com uma altitude de 1040 metros.

A nível hidrográfico, o rio Ceira, afluente da margem esquerda (sul) do rio Mondego, que nasce na Serra do Açor e desagua a alguns metros a montante de Coimbra, atravessa todo o concelho e constitui o elemento mais marcante do território e da paisagem.

### História

A História em Góis reporta-se à Idade do Bronze, período a que remontam os exemplares de arte rupestre da Pedra Riscada (Cadafaz) e da Pedra Letreira (Alvares). As figuras salientam-se pelas representações de alabardas, arcos e flechas, signos doliformes e escutiformes e figuras antropomórficas, gravadas com o traço fino das lascas de sílex ou quartzo.

Existem no concelho minas de ouro, prata, volfrâmio, hulha, chumbo, ferro e estanho, facto que terá sido a razão fundamental para a ocupação romana.

Em 1113 a vila de Góis é doada por D. Teresa e D. Afonso Henriques a Anião Estrada e sua esposa Ermezenda e, apesar do primeiro fundador da Casa e Morgado de Góis ter sido Vasco Peres de Farinha, só em 1352, Góis veria ser-lhe atribuído o seu primeiro foral doado por Gonçalo Vasques de Goes, a quem havia sido concedida a sua jurisdição, por D. Afonso IV.

1448 marca a História de Góis, pois nesse ano Afonso V doa essas terras a Gomes Martins de Lemos, trisavô de D. Luis da Silveira, que viria a ser 1º Conde de Sortelha, Alcaide-Mor de Alenquer e Sortelha, guarda-mor de D. Manuel e de D. João III, no reinado de quem se viria a retirar para Góis, e onde mais tarde viria a falecer.

A influência do Fidalgo junto da Corte não foi certamente alheia à edificação da ponte quinhentista sobre o Ceira, da capela-mor da Igreja Matriz, dedicada a Santa Maria Maior, e do Túmulo do Conde de Sortelha, de estilo renascentista, da capela do Castelo e da fonte do Pombal.

Apesar do rasto de destruição e morte deixado pelas tropas francesas na sua passagem por Góis em 1810, a Vila mantém hoje um centro histórico pleno de memórias: a Igreja da Misericórdia, o Hospital e Capela do Espírito Santo, o Edifício dos Paços do concelho, a

Casa do Despacho, a Cisterna e Fontanário do Pombal, a Casa dos Paços Velhos ou a Casa do Terreirinho, exemplar de arquitectura seiscentista em que se destaca o portal manuelino. Já nos anos 30 e 40 do século passado, o concelho de Góis foi marcado por um dos acontecimentos mais importantes da sua História contemporânea, que lhe deu projecção fora das suas fronteiras: a exploração de volfrâmio. A exploração de volfrâmio durante a 2ª Guerra Mundial aparece com um factor novo na vida económica e social local, que trouxe prosperidade e riqueza até cerca de 1944 a um concelho que sofria das limitações próprias de um meio rural e montanhoso, isolado, sem comunicações, alto desemprego e reduzido nível de instrução e cultura.

### Dinâmicas demográficas

No concelho de Góis, e na Região da Beira Serra em geral, o principal entrave ao desenvolvimento é, sem dúvida, o êxodo da população mais jovem para os grandes centros urbanos do litoral, situação que tem como consequência a desertificação humana das aldeias rurais desta região.

Em termos demográficos, Góis tem vindo a apresentar um decréscimo populacional significativo. De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), no Município de Góis registou-se, no último decénio intercensitário (1991-2001), uma perda populacional de cerca de 10%. Esta dinâmica mantém a tendência registada na década anterior e que é semelhante à globalmente registada na NUT III – Pinhal Interior Norte.

Com um total de 4831 residentes em 2001, no que diz respeito à distribuição intraconcelhia da população, o cenário reforça a importância da freguesia sede de concelho – Góis, como principal ponto de concentração populacional, com 2345 habitantes, representando perto de metade da população concelhia (48,2%).

De acordo com as estimativas do INE, a tendência registada no último decénio intercensitário tem vindo a manter-se, estimando-se que em 2006 a população do concelho seria inferior a 4500 habitantes.

A análise da estrutura etária da população revela um coeficiente de dependência excessivo - cerca de 44% da população encontra-se em idade não activa -, essencialmente baseado na elevada percentagem da população com idade superior a 65 anos (cerca de 32%), uma das mais altas do Pinhal Interior Norte. Este cenário indica um problema acentuado de rejuvenescimento populacional.

### Educação e Recursos Humanos

O grau de instrução da população é um factor determinante para o desenvolvimento económico e social. Tendo em consideração este pressuposto de base, importa conhecer a situação do concelho de Góis relativamente a esta variável.

Entre 1991 e 2001 registou-se uma diminuição de cerca de 4 pontos percentuais na taxa de analfabetismo, de 21,6% para 17,6%. Apesar desta tendência claramente positiva, existe um longo percurso para a convergência deste valor com o valor registado a nível nacional (9% em 2001).

A análise da distribuição da população por nível de ensino em 2001 mostra a predominância do nível de instrução primário, com cerca de 47,9%, seguido pelo grupo da população com instrução básica de 2º e 3º Ciclos, com 21%, e em terceiro lugar a população sem qualquer nível de instrução, com aproximadamente 20,6%. O total de habitantes com instrução secundária representava 7,8% da população concelhia e o número de residentes com o ensino superior representava apenas 2,6%, valor muito distante da média nacional (11%).

A rede de ensino e formação do concelho de Góis abrange desde o ensino pré-escolar até ao 3º ciclo do ensino básico, num total de cinco estabelecimentos. De acordo com dados fornecidos pela Câmara Municipal de Góis, no ano lectivo de 2009/2010, 334 alunos frequentam o conjunto das escolas pertencentes à rede pública.

De acordo com o diagnóstico elaborado na Carta Educativa do concelho, concluiu-se que as condições físicas dos estabelecimentos de ensino do concelho de Góis encontram-se em bom estado de conservação, sendo, no entanto, bastante reduzidas as taxas de ocupação (ensino do pré-escolar 65%; 1º Ciclo do Ensino Básico 50%; 2º e 3º do Ensino Básico

64%). No que se refere à taxa de retenção, os valores registados são preocupantes, sobretudo no 3º Ciclo do Ensino Básico, tendo-se registado, no ano lectivo de 2004/2005, uma taxa de 25% de retenção.

### Actividade económica e emprego

A região do Pinhal Interior, que abrange um número significativo de concelhos situados do litoral (Ansião/Alvaiázere) até ao centro do país (Oliveira do Hospital a norte e Mação a sul), caracteriza-se por um tecido económico e social debilitado cuja revitalização representa um enorme desafio.

A base económica do Pinhal Interior assenta essencialmente na silvicultura e actividades conexas que têm vindo a sofrer um decréscimo significativo dos níveis de actividade, situação agravada pelos incêndios florestais dos últimos anos. A floresta, além dos produtos lenhosos, produz um conjunto de produtos não lenhosos (frutos, cogumelos, mel, plantas aromáticas, medicinas e condimentares) e promove as condições para a prática de caça e pesca em águas interiores. Apesar desta multiplicidade de ofertas, a floresta continua ainda a ser valorizada essencialmente pela produção de material lenhoso, originando graves problemas ao nível do ordenamento.

Tendo por base a informação do INE, verifica-se que, entre 1999 e 2005, houve um decréscimo de cerca de 15,5% no número de empresas sediadas no concelho de Góis. Analisando a distribuição do número de empresas por sectores de actividade, em 2005, evidenciava-se o sector terciário (comércio), com cerca de 31% do total de empresas (130 empresas), seguido pelo sector da construção, com aproximadamente 21% (85 empresas).

Ainda de acordo com os dados do INE, as sociedades da indústria transformadora são responsáveis pelo maior número de postos de trabalho e pelo segundo maior volume de negócios do concelho. Uma análise detalhada deste último indicador revela que, em 2004, existiam apenas quatro classes de indústrias transformadoras em Góis: as indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos, responsáveis pelo maior volume de vendas (cerca de 1,3 milhões de euros); as indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco; as indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, com um volume de vendas na ordem do 1

milhão de euros; e a indústria de fabricação de outros produtos minerais não metálicos, com um volume de vendas de 0,5 milhões euros.

Com um tecido empresarial constituído fundamentalmente por microempresas (empresas em nome individual de pequena dimensão), o concelho de Góis encontra-se numa situação embrionária no que se refere à inovação e cooperação empresarial.

Enquanto território demograficamente em perda, assiste-se a um baixo dinamismo do sector empresarial. A maioria das iniciativas empresariais apresenta-se como apostas individuais, de pequena escala e sem uma estratégia de afirmação sectorial, quer a nível local, quer a nível regional.

Em relação à taxa de desemprego, em 2001, rondava os 5,5% no concelho de Góis, valor semelhante aos registados na NUT III Pinhal Interior Norte (5,6%) e na Região Centro (5,8%), e ligeiramente abaixo do verificado em Portugal (6,8%).

Analisando a evolução da população empregada por sector de actividade no período entre 1991 e 2001, verifica-se que o concelho de Góis, à semelhança da sub-região Pinhal Interior Norte, tem vindo a registar um acentuado fenómeno de terciarização da base económica local. Em 2001, cerca de 50% da população activa do concelho exercia actividade no comércio e/ou serviços.

Em relação ao sector primário, apesar de ter registado, na década intercensitária, uma perda de 3 pontos percentuais em relação ao total da população empregada, aumentou o seu número de activos. “(...) a agricultura que existe não é especializada e raramente mecanizada, revelando um atraso significativo. Naturalmente que esta realidade é consequência também da pequena dimensão das explorações, ausência de investimento, inexistência de novas técnicas, baixa produtividade e incipientes circuitos de comercialização. As suas características edafo-climáticas, não permitiram o desenvolvimento de uma agricultura e pastorícia intensiva. Este modelo de subsistência determinou a generalização das explorações florestais – pinheiro bravo e eucalipto – que hoje ocupam cerca de 75% da sua superfície. A silvicultura assume pois papel predominante no âmbito da actividade económica.” (CMG, 2006).

A análise do nível de instrução da população residente empregada no concelho de Góis mostra que em 2001 cerca de 79% dos activos tinha apenas o ensino básico e apenas 13% possuíam um grau de ensino secundário. Com o ensino superior concluído existiam apenas 78 activos (cerca de 4%), percentagem relativamente inferior à do Pinhal Interior Norte (8%).

De acordo com o diagnóstico do Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT), o Pinhal Interior, apesar da sua localização estratégica, apresenta diversas fragilidades estruturais, sendo as mais problemáticas o défice de capital humano e a inexistência de um sistema de mobilidade adequado ao desenvolvimento integrado da Região.

Citando o mesmo estudo: “(...) Sem dimensão populacional, com uma base económica débil assente nos recursos florestais e sem estrutura urbana, as perspectivas são de continuação da perda de população e para a redução do seu contributo para a economia nacional. Os cenários analisados apontam para que em 2020 o Pinhal Interior possa representar bastante menos do que 1% do VAB nacional. As acessibilidades são decisivas no desencravamento e na articulação deste espaço, revelando-se como fundamentais os eixos rodoviários de atravessamento, sobretudo os que possam contribuir para a sua estruturação urbana.”

### Acessibilidades e mobilidade

A rede de mobilidade é um elemento fundamental para qualquer território, determinando o seu grau de influência e de desenvolvimento. Por rede de mobilidade entendem-se as infra-estruturas de suporte e os meios e serviços de transporte que possibilitam as deslocações.

Góis encontra-se relativamente afastada dos principais eixos rodoviários regionais e nacionais, designadamente da Auto-Estrada nº 1 (A1) e do Itinerário Principal 3 (IP3).

O concelho de Góis tem como principais eixos de atravessamento e de ligação ao exterior:

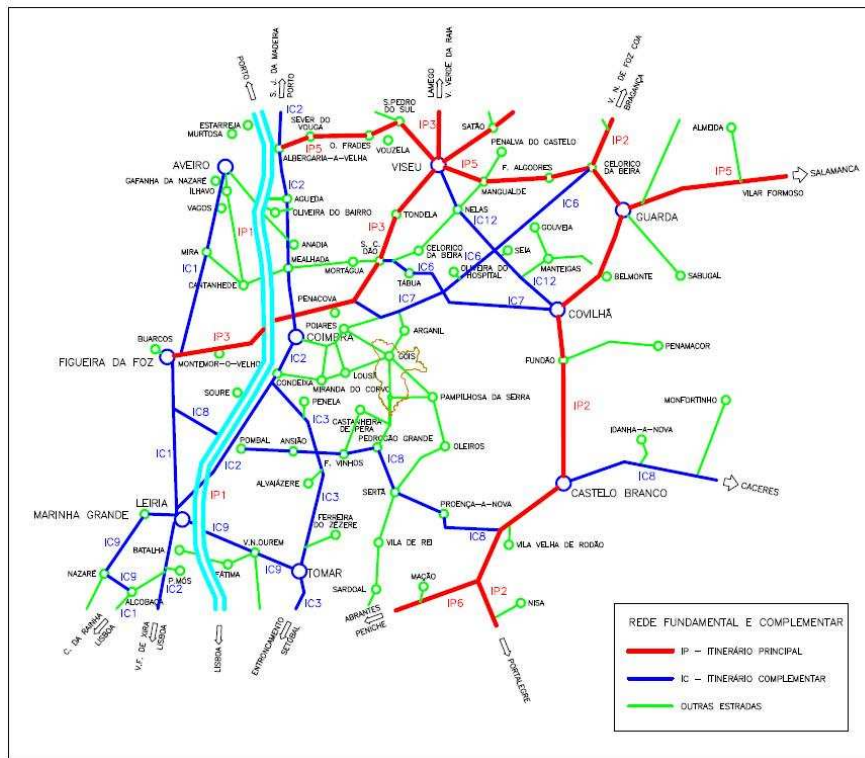
- EN2: Góis – Pedrógão Grande – Castelo Branco | estabelece a ligação concelhia no sentido Norte – Sul, sendo o seu traçado marcadamente influenciado pelo terreno acidentado;
- EN342: Lousã - Góis – Arganil | estabelece a ligação concelhia no sentido Sudoeste-Noroeste e assume um papel relevante na mobilidade inter-municipal, uma vez que constitui a ligação com os concelhos vizinhos de Lousã e Arganil.

A ligação à A1, faz-se através de Coimbra, capital de Distrito e centro urbano mais próximo, a uma distância de 44 Km.

A estrutura da rede viária principal tem ainda como eixos de suporte:

- EN112: Góis - Pampilhosa de Serra – Castelo Branco
- EN344: Góis - Pampilhosa da Serra

Figura 4 | Rede rodoviária da região



Fonte: www.goisproperty.com

Na rede viária municipal, as principais ligações internas do concelho de Góis são feitas através do seguintes eixos:

- EN2: (Poiares) – Vila Nova do Ceira – Alvares – (Pedrógão Grande)
- EN342: (Lousã) – Ponte de Sotão – Góis – Bordeiro – (Arganil)
- EN543: Góis – Cabreira – Cadafaz - Colmeal

As distâncias das várias sedes de freguesia à sede do concelho são: Alvares: 28 km; Cadafaz: 15 km; Colmeal: 20 km; Vila Nova do Ceira: 6 Km.

A orografia acidentada do concelho de Góis e dos concelhos limítrofes, imprime à rede rodoviária traçados sinuosos e de inclinações acentuadas, típicos de uma zona montanhosa.

Figura 5 | Principais eixos rodoviários do concelho



Fonte: <http://viajar.clix.pt>

### Dinâmicas institucionais

Adoptando uma postura de abertura o concelho de Góis participa num conjunto alargado de redes de nível local e regional que actuam em diferentes domínios de intervenção e que permitem gerar e fomentar variados tipos de interacção, ajudando a adoptar uma visão mais alargada e integrada no processo de desenvolvimento. Destacam-se na rede de parcerias institucionais para o desenvolvimento de Góis as seguintes organizações:

**Associação de Municípios do Pinhal Interior Norte** – constituída em 2007, esta associação, que congrega todos os municípios da NUT III com o mesmo nome, surge do interesse que os 14 concelhos demonstraram em se unir para mais facilmente articularem investimentos de interesse intermunicipal, através, nomeadamente, da contratualização da

gestão de projectos comunitários no âmbito do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) para o período de programação financeira 2007-2013;

**Associação de Desenvolvimento Regional da Serra do Açor (ADESA)** – constituída por seis municípios da Região da Serra do Açor (Arganil, Oliveira do Hospital, Góis, Pampilhosa da Serra, Tábua e Penacova) e por algumas instituições regionais e locais representativas dos órgãos da administração e da sociedade civil, o principal objectivo desta associação é a promoção do desenvolvimento global da região, através de uma integração adequada com os espaços e entidades de âmbito regional, nacional ou internacional;

**Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra (ADIBER)** – Associação de Desenvolvimento Local, fundada em 1994, cujo objectivo é a dinamização de iniciativas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida das populações locais, nomeadamente ao nível da promoção da igualdade de oportunidades, da qualificação dos recursos humanos e da promoção do património histórico e cultural. A Região da Beira Serra envolve os concelhos de Arganil, Góis, Oliveira do Hospital e Tábua;

**Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto (ADXTUR)** – entidade responsável pela gestão e promoção da marca “Aldeias do Xisto”, que tem como objectivo impulsionar o desenvolvimento regional do território de uma forma sustentável e integrada;

**Agência Regional de Energia e Ambiente do Centro (AREAC)** – apoia, na Região Centro, a definição de políticas energéticas e ambientais, e revela-se um importante parceiro para a introdução de projectos inovadores na área da energia e ambiente;

**Lousitânea – Liga dos Amigos da Serra da Lousã** – associação sem fins lucrativos, fundada em 2004, com o objectivo de preservar a natureza e valorizar o património e a cultura da Serra da Lousã;

**Entidade Regional de Turismo do Centro** – agente crucial na dinamização da vertente turística da região.



### 3. Oferta turística

Não é fácil encontrar um conceito concreto, abrangente e suficientemente rigoroso de oferta turística. Da análise de diversos autores parece todavia realçar uma ideia comum que define oferta turística como o “conjunto de todas as facilidades, bens e serviços adquiridos ou utilizados pelos visitantes, bem como todos aqueles que foram criados com o fim de satisfazer as suas necessidades e postos à sua disposição e ainda os elementos naturais ou culturais que concorrem para a sua deslocação” (Cunha, 2003).

A dificuldade de definição de oferta turística resulta das próprias características do produto turístico, que constitui um produto intangível, abstracto e compósito, que inclui necessariamente um conjunto integrado de bens e serviços, e cuja qualidade é avaliada globalmente como um todo.

A oferta turística de um destino é, por isso, constituída por um vasto conjunto de elementos. Definem-se como principais componentes da oferta turística:

- Recursos turísticos primários;
- Recursos turísticos secundários;
- Infra-estruturas e serviços de apoio ao turismo;
- Hospitalidade e acolhimento.

Entende-se por recurso turístico todo o elemento natural, actividade humana ou seu produto, capaz de motivar a deslocação das pessoas, de ocupar os seus tempos livres ou de satisfazer as necessidades decorrentes da sua permanência.

O conjunto de recursos turísticos primários - património histórico, cultural, natural, clima, paisagem, etc. - que compõem a oferta turística primária devem constituir o argumento base para a definição de uma política turística e para a concepção da oferta turística derivada (conjunto de recursos turísticos secundários: hotéis, restaurantes, instalações de

animação), tendo em conta as infra-estruturas e serviços existentes ou a criar (saneamento básico, transportes, saúde, comunicações, etc.).

Incluem-se, no entanto, também na oferta turística outros elementos intangíveis que vulgarmente se designam por hospitalidade e acolhimento. A hospitalidade traduz as atitudes de boa convivência e de tolerância perante os visitantes - a cortesia e o desejo de bem servir. O acolhimento representa, além disso, o conjunto de comportamentos, políticas e medidas que visam satisfazer as necessidades, gostos e aspirações dos turistas, valorizando o conjunto da oferta.

Uma região pode ser dotada das condições e recursos naturais, históricos e sociais essenciais para o desenvolvimento da actividade turística, mas se as restantes componentes (infra-estruturas e serviços básicos de apoio; acessibilidades e transportes, alojamento e restauração; animação e actividades recreativas e hospitalidade: cultura e cortesia, profissionalismo e competência), não estiverem reunidas ou não se encontrarem articuladas, não estarão reunidas as condições necessárias para a criação de um sistema turístico de sucesso. A competitividade do sector turístico, mais do que depender dos equipamentos e dos serviços, é também função do modo como integra os recursos existentes e como se relaciona com a sua envolvente. A articulação de todas as componentes é fundamental para um desenvolvimento turístico sustentável.

Nos destinos turísticos rurais, em que a competitividade económica, política e tecnológica é na maior parte dos casos deficitária, mais do que as vantagens comparativas existentes face a outros destinos rurais concorrentes, vantagens potencialmente baseadas nos factores ambientais, naturais, culturais, históricos e sociais, revelam-se preponderantes as vantagens competitivas associadas à eficácia, eficiência e inovação das estratégias e da gestão.

## Recursos turísticos primários

Apresenta-se de seguida a avaliação dos recursos turísticos primários inventariados para o concelho de Góis, cuja descrição se detalha no Anexo II. Importa referir que a lista apresentada não pretende ser exaustiva, elencando apenas os principais recursos considerados com potencial interesse do ponto de vista turístico.

Para a análise dos recursos foi utilizada a metodologia subjacente à aplicação dos critérios de avaliação turística apresentados no quadro seguinte.

Quadro 3 | Critérios de Avaliação dos Recursos Turísticos Primários

Critério	Descrição	Classificação
Notoriedade	Grau de conhecimento e divulgação ao recurso	elevada - o seu conhecimento está amplamente difundido (na região, quase toda a gente sabe o que é) média - o seu conhecimento é limitado às pessoas que residem no concelho ou que por ele transitam fraca - pouca gente o conhece ou sabe o que é
Capacidade de atractividade (1)	Capacidade para motivar a deslocação de turistas	isoladamente - capacidade de atrair a visita de turistas por si só em associação - capacidade de atrair a visita de turistas em associação com outros recursos turísticos
Capacidade de atractividade (2)		internacional - motiva deslocações de pessoas de outros países nacional - motiva deslocações de pessoas de todo o país regional - motiva deslocações de pessoas de outros concelhos da região Centro local - apenas atrai pessoas que já se encontram no concelho nula - actualmente não tem por si mesmo qualquer potencial
Potencial	Potencial/Capacidade para se constituir como produto turístico	âncora - recurso âncora para a composição de produto importante - recurso importante para a composição de produto com potencial - recurso com potencial de aproveitamento para a composição de produto

Fonte: Autoria própria

## Património Natural

Inserido numa zona serrana e banhado pelo rio Ceira, a riqueza natural do concelho de Góis constitui uma das suas principais atracções e potencialidades turísticas.

Quadro 4 | Recursos Turísticos Primários – Património Natural

Categoria	Descrição	Freguesia	Notoriedade	Capacidade de	Capacidade de	Potencial
				Atractividade (1)	Atractividade (2)	
Rios/Ribeiras	Rio Ceira	Todas excepto Alvares	elevada	isoladamente	nacional	âncora
	Rio Sótão	Góis; Vila Nova do Ceira	média	em associação	regional	com potencial
	Ribeira da Pena	Góis	média	em associação	regional	com potencial
	Ribeira do Sinhel	Alvares	média	em associação	regional	com potencial
Serras	Serra da Lousã	Todas	elevada	isoladamente	nacional	âncora
	Serra do Açor	Góis	elevada	isoladamente	nacional	importante
Praias Fluviais	Praia Fluvial da Peneda	Góis	elevada	isoladamente	nacional	importante
	Praia Fluvial do Pêgo Escuro	Góis	média	isoladamente	nacional	importante
	Praia Fluvial do Cerejal	Góis	média	isoladamente	nacional	importante
	Praia Fluvial das Canaveias	Vila Nova do	média	isoladamente	nacional	importante
	Praia Fluvial da Cabreira	Cadafaz	média	isoladamente	nacional	importante
	Praia Fluvial de Alvares	Alvares	média	isoladamente	nacional	importante
	Praia Fluvial da Ribeira do Sin	Alvares	média	isoladamente	nacional	importante
	Piscina Fluvial de Amiosinho	Alvares	média	isoladamente	nacional	importante
Praia Fluvial do Colmeal	Colmeal	média	isoladamente	nacional	importante	
Espaços Naturais de Recreio e Lazer	Parque da Oitava	Góis	média	em associação	regional	com potencial

Fonte: Autoria própria

### **Património Cultural**

O património cultural, humano e construído, ligado aos usos e costumes do meio rural, pontuado por alguns monumentos e construções inerentes à história da região marcam a oferta cultural do concelho.

## BASES PARA UM PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO CONCELHO DE GÓIS

Quadro 5 | Recursos Turísticos Primários – Património Cultural

Categoria	Sub-categoria	Descrição	Freguesia	Notoriedade	Capacidade de	Capacidade de	Potencial
					Atractividade (1)	Atractividade (2)	
Monumental	Estações Arqueológicas	Antigo Hospital de Góis	Góis	média	em associação	regional	importante
		Petróglifo Pedra Letreira	Alvares	média	em associação	nacional	importante
		Petróglifo Pedra Riscada	Cadafaz	média	em associação	nacional	importante
	Igrejas/Capelas/Ermidas	Igreja Matriz de Góis	Góis	média	em associação	local	com potencial
		Igreja Matriz de Alvares	Alvares	média	em associação	local	com potencial
		Igreja Matriz de Vila Nova do Ceira	Vila Nova do Ceira	média	em associação	local	com potencial
		Igreja Paroquial do Cadafaz	Cadafaz	média	em associação	local	com potencial
		Igreja Paroquial do Colmeal	Colmeal	média	em associação	local	com potencial
		Igreja da Misericórdia de Góis	Góis	média	em associação	local	com potencial
		Capela do Mártir São Sebastião	Góis	média	em associação	local	com potencial
		Capela do Castelo	Góis	média	em associação	local	com potencial
		Capela de Santo António do Cadafaz	Cadafaz	fraca	em associação	local	com potencial
		Capela de Santo António de Góis	Góis	média	em associação	local	com potencial
		Capela de Alvem/Capela de Nossa Senhora do Amparo	Góis	fraca	em associação	local	com potencial
		Capela de N. Senhora da Amargura	Colmeal	fraca	em associação	local	com potencial
		Ermida de N. Senhora da Candosa	Vila Nova do Ceira	média	em associação	local	com potencial
	Ermida de N. Senhora da Guia	Góis	média	em associação	local	com potencial	
	Palácios/Solares	Solar beirão da Quinta da Capela	Góis	média	em associação	regional	com potencial
	Pelouros/Cruzeiros	Pelourinho do Soito	Alvares	média	em associação	local	com potencial
	Casas típicas históricas	Edifício dos Paços do Concelho de Góis	Góis	média	em associação	local	com potencial
Antiga Casa da Roda		Góis	média	em associação	regional	com potencial	
Conjunto antigo casario Cabreira		Cadafaz	média	em associação	nacional	âncora	
Fontes/Chafarizes/Aqueduto	Fontanário do Pombal	Góis	média	em associação	local	com potencial	
	Cisterna do Pombal	Góis	média	em associação	local	com potencial	
Artístico	Museus	Colecção Museológica de Góis	Góis	fraca	em associação	regional	importante
		(Futura) Casa-Museu Alice Sande	Góis	média	em associação	local	com potencial
		Espaço Museológico de Vila Nova do Ceira	Vila Nova do Ceira	média	em associação	local	com potencial
		Núcleo Museológico da Cabreira	Cadafaz	fraca	em associação	local	com potencial
		Núcleo Museológico do Soito	Colmeal	fraca	em associação	local	com potencial
		Museu Casimiro Martins - Núcleo Museológico do Esporão	Góis	fraca	em associação	local	com potencial
		Museu Paroquial de Arte Sacra "Padre Ramiro Moreira"	Alvares	fraca	em associação	local	com potencial
		Espaço Museológico "Casa do Ferreiro"	Alvares	fraca	em associação	local	com potencial
	Grupos Corais	Grupo de Músicas e Cantares Tradicionais da Várzea	Vila Nova do Ceira	fraca	em associação	regional	com potencial
		Grupo de Violas e Cantares de Vila Nova do Ceira	Vila Nova do Ceira	fraca	em associação	regional	com potencial
	Grupos de Dança	Grupo de Dança da AERG	Góis	fraca	em associação	regional	com potencial
		Grupo de Danças de Salão	Góis	fraca	em associação	regional	com potencial
		Grupo de Dança Kaos	Vila Nova do Ceira	fraca	em associação	regional	com potencial
	Bandas	Filarmonia Varzeense FILVAR	Vila Nova do Ceira	média	em associação	nacional	importante
		Filarmonia da Associação Educativa e Recreativa de Góis	Góis	elevada	em associação	nacional	importante
		Grupo de Concertinistas de Góis	Góis	média	em associação	nacional	importante
		Orquestra ligeira "Force Band" da AERG	Góis	média	em associação	regional	com potencial
	Grupos de Teatro	Grupo de Teatro Esporão	Góis	fraca	em associação	regional	com potencial
		Grupo de Teatro Geração Varzeense	Vila Nova do Ceira	fraca	em associação	regional	com potencial
Complementar	Parques/Jardins Públicos	Jardim do Castelo	Góis	média	em associação	regional	com potencial
		Largo do Pombal	Góis	média	em associação	local	com potencial
	Aldéias preservadas	Aldéias do Xisto (Comarcera, Aigra Nova, Aigra Velha)	Góis	elevada	em associação	internacional	âncora
	Miradouros	Miradouro do Castelo	Góis	média	em associação	regional	com potencial
		Miradouro do Penedos de Góis	Góis	média	em associação	nacional	importante
	Moinhos/Lagares	Antigo Lagar da Cabreira	Cadafaz	média	em associação	nacional	com potencial
	Pontes (Obras de arte)	Antiga Ponte Real sobre o rio Ceira	Góis	elevada	em associação	internacional	âncora
Ponte Romana sobre a Ribeira do Sinhel		Alvares	média	em associação	internacional	âncora	
Ponte Romana da Cabreira		Cadafaz	média	em associação	internacional	âncora	
Industrial	Minas	Minas de Volfrâmio	Góis	média	em associação	nula	com potencial
	Fábricas	Antiga Fábrica de Papel da Ponte de Sótão	Góis	elevada	em associação	nula	com potencial
Etnográfico	Artesanato	Miniaturas de alfaías agrícolas, casas de xisto e de cortiços	Todas	média	em associação	regional	com potencial
		Croché	Todas	média	em associação	regional	com potencial
		Mantas de retalhos	Todas	média	em associação	regional	com potencial
		Colheres de Pau	Todas	média	em associação	regional	com potencial
	Ranchos Folclóricos	Rancho Folclórico "As sachadeiras da Várzea"	Vila Nova do Ceira	elevada	em associação	nacional	importante
		Rancho Danças e Cantares do Cadafaz	Cadafaz	elevada	em associação	nacional	importante
		Rancho Folclórico Serra do Ceira	Colmeal	elevada	em associação	nacional	importante
Rancho Mensageiros da Alegria	Vila Nova do Ceira	elevada	em associação	nacional	importante		

Fonte: Autoria própria

## Equipamentos

Num concelho marcado, nos últimos anos, pelo decréscimo populacional e pelo envelhecimento da população, a oferta de equipamentos colectivos revela-se limitada, destacando-se o pavilhão gimnodesportivo da vila de Góis e a proliferação de pequenos campos desportivos dispersos pelas várias aldeias do concelho. Enquadram-se também neste tipo de recursos turísticos as zonas de concessão de caça e pesca com relevância destaca na oferta turística da região.

Quadro 6 | Recursos Turísticos Primários – Equipamentos

Categoria	Sub-categoria	Descrição	Freguesia	Notoriedade	Capacidade de	Capacidade de	Potencial
					Atractividade (1)	Atractividade (2)	
Culturais	Artes e Espectáculos	Centro de Artesanato e Dinamização Social do Vale do Ceira	Cadafaz	média	em associação	regional	com potencial
		Galeria Posto de Turismo de Góis	Góis	média	em associação	regional	com potencial
		Casa da Associação Educativa e Recreativa de Góis	Góis	média	em associação	regional	com potencial
		Biblioteca Municipal de Góis	Góis	média	em associação	regional	com potencial
Desportivos	Zonas de caça	Campo de Treino de Caça de Vila Nova do Ceira	Vila Nova do Ceira	média	em associação	nacional	importante
		Zona de Caça Municipal de Góis	Colmeal	média	isoladamente	nacional	âncora
	Zonas de pesca desportiva	Concessão de Alvares	Alvares	média	isoladamente	nacional	âncora
		Concessão de Góis	Góis	média	isoladamente	nacional	âncora
		Concessão de Colmeal e Cadafaz	Cadafaz	média	isoladamente	nacional	âncora
	Centros hípicas	Quinta do Linteiro	Góis	média	isoladamente	regional	importante
	Pavilhões Multiusos	Pavilhão Gimnodesportivo de Góis	Góis	elevada	isoladamente	regional	importante
		Pavilhão Polidesportivo de Vila Nova do Ceira	Vila Nova do Ceira	média	em associação	local	com potencial
	Pistas	Circuito de Manutenção da Quinta do Baião	Góis	elevada	em associação	local	importante
	Campo de Ténis	Clube de Ténis de Góis	Góis	elevada	isoladamente	regional	importante
	Campo de Futebol	Campo de Futebol Eng. Augusto Nogueira Pereira	Góis	elevada	em associação	local	com potencial
		Campo de Futebol de Chã de Alvares	Alvares	média	em associação	local	com potencial
		Campo de Futebol do Esporão	Góis	média	em associação	local	com potencial
		Campo de Futebol de Vila Nova do Ceira	Vila Nova do Ceira	média	em associação	local	com potencial
Campo Polidesportivo	Campo Polidesportivo de Alvares	Alvares	média	em associação	local	com potencial	
	Campo Polidesportivo de Cortes	Alvares	fraca	em associação	local	com potencial	
	Campo Polidesportivo da Cabreira	Cadafaz	fraca	em associação	local	com potencial	
	Campo Polidesportivo da Aldeia Velha	Colmeal	fraca	em associação	local	com potencial	
	Campo Polidesportivo da Ponte de Sótão	Góis	fraca	em associação	local	com potencial	
	Campo Polidesportivo de Vale Moreiro	Góis	fraca	em associação	local	com potencial	
	Campo Polidesportivo da E.B. 2,3 de Góis	Góis	média	em associação	local	com potencial	
Campo Polidesportivo do Cerejal	Góis	elevada	em associação	local	com potencial		
Recreativos	Espaços de Recreio e Lazer	Parque do Cerejal	Vila Nova do Ceira	média	em associação	regional	com potencial
		Parque da Simantorta	Alvares	fraca	em associação	local	com potencial
		Parque da Chã de Alvares	Alvares	fraca	em associação	local	com potencial
		Parque do Carvalhal	Góis	fraca	em associação	local	com potencial
Piscinas de Recreio	Complexo do Cerro da Candosa	Vila Nova do Ceira	média	em associação	regional	com potencial	
Negócios	Auditórios/Centros Culturais	Salão dos Bombeiros Voluntários de Góis	Góis	média	em associação	regional	importante
		Auditório da Casa do Artista	Góis	média	em associação	regional	com potencial

Fonte: Autoria própria

## Eventos

A concentração mototurística realizada anualmente, em conjunto com outras provas de desporto motorizado que vão sendo promovidas ao longo do ano, são a principal atracção ao nível dos eventos realizados no concelho e os que maior impacte têm na actual promoção e divulgação do concelho. Uma importante vertente religiosa associada a festas, procissões e romarias, caracteriza também a dinâmica dos eventos socioculturais.

Quadro 7 | Recursos Turísticos Primários – Eventos

Categoria	Sub-Categoria	Descrição	Freguesia	Notoriedade	Capacidade de Atractividade (1)	Capacidade de Atractividade (2)	Potencial
Religiosos	Procissões e Romarias	Dia de Corpo de Deus	Todos	elevada	em associação	local	com potencial
		São Mateus: Agosto	Alvares	média	em associação	local	com potencial
		Santa Margarida: Agosto	Alvares	média	em associação	local	com potencial
		São Baptista: 1º Fim-de-semana Set. (Cortes)	Alvares	média	em associação	local	com potencial
		Santo António: 13 de Junho	Todos	média	em associação	local	com potencial
		N. Sª da Candosa: 15 de Agosto	Vila Nova do Ceira	elevada	em associação	local	com potencial
		Santa Bárbara: finais de Agosto	Vila Nova do Ceira	elevada	em associação	local	com potencial
		N. Sr. das Neves	Cadafaz	média	em associação	local	com potencial
		N. Srª da Conceição: 8 de Dezembro	Cadafaz	média	em associação	local	com potencial
		Santo Amaro: 15 de Janeiro	Cadafaz	média	em associação	local	com potencial
		São Domingos: 4 de Agosto	Cadafaz	média	em associação	local	com potencial
		N. Sª dos Remédios: 2º Domingo Julho	Cadafaz	média	em associação	local	com potencial
		N. Sª do Desterro: 13 Dez. (Santa Luzia)	Cadafaz	média	em associação	local	com potencial
		Mártir São Sebastião: 20 de Janeiro	Cadafaz	média	em associação	local	com potencial
Nosso Senhor da Amargura: 3º Domingo de Agosto	Colmeal	média	em associação	local	com potencial		
Desportivos	Motociclismo	Provas do Campeonato Nacional de Enduro	Góis	elevada	isoladamente	internacional	importante
		Prova da Taça Nacional de DOWNHILL	Góis	elevada	isoladamente	internacional	importante
		MOTO RALLY	Góis	elevada	isoladamente	internacional	importante
		Provas do Campeonato Nacional de Motociclismo	Góis	elevada	isoladamente	internacional	importante
Negócios	Feiras	FACIG - Feira Agrícola, Comercial e Industrial de Góis	Góis	elevada	isoladamente	regional	importante
		GóisArte	Góis	elevada	isoladamente	regional	importante
		Feira dos Santos: 1 de Novembro	Góis	elevada	em associação	local	com potencial
		Feira/Mercado semanal de Góis (Terça-feira)	Góis	elevada	em associação	local	com potencial
		Feira/Mercado mensal de Alvares (2º Domingo do mês)	Alvares	média	em associação	local	com potencial
		Feira/Mercado mensal de Vila Nova do Ceira (3º Domingo do mês)	Vila Nova do Ceira	média	em associação	local	com potencial
Mega eventos		Concentração Motard Anual (Agosto)	Góis	elevada	isoladamente	internacional	âncora

Fonte: Autoria própria

## Recursos turísticos secundários

Neste capítulo pretende-se caracterizar os vários elementos que constituem a oferta turística secundária e que condicionam as opções turísticas do concelho, apresentando-se o levantamento e análise dos equipamentos e serviços inerentes à actividade turística existentes no concelho de Góis.

### **Alojamento**

Ao nível dos estabelecimentos de alojamento, existem actualmente no concelho de Góis: uma unidade de alojamento local (com capacidade para 40 pessoas), cinco casas de turismo em espaço rural (com capacidade total para 40 pessoas), um parque de campismo, capaz de albergar 400 campistas, e um centro de férias (com capacidade para 52 pessoas).

Considerando a aptidão turística do concelho e o seu potencial de desenvolvimento, a oferta de alojamento existente revela-se diminuta e pouco diversificada.

Realça-se, no entanto, como aspecto importante para a capacidade de acolhimento, a existência, nas aldeias de todo o concelho, de um número significativo de habitações que funcionam com residências secundárias, com utilização esporádica pelos seus proprietários, durante os períodos de férias, fins-de-semana e feriados.

Quadro 8 | Recursos Turísticos Secundários – Alojamento

Nome	Categoria	Local	Nº Camas	Nº Quartos	Capacidade
Casa de Stº António	Alojamento Local	Góis	36	18	40
Casa de S. Francisco	Casa de Campo	Alvares	7	6	13
Casa da Cerejinha	Casa de Campo	Pena	5	2	5
Casa do Neveiro	Casa de Campo	Pena	2	1	2
Casa da Comareira	Casa de Campo	Comareira	5	3	8
Quinta da Simantorta	Turismo Rural	Alvares	8	6	12
<b>Subtotal</b>			<b>63</b>	<b>36</b>	<b>80</b>
Parque Municipal de Campismo de Góis	Parque de Campismo	Góis	6	3	400
Centro de Férias da Mata (União para a Acção Cultural e Juvenil Educativa)	Centro de Férias	Vila Nova do Ceira	52	8	52
<b>Total</b>			<b>121</b>	<b>47</b>	<b>532</b>

Fonte: Câmara Municipal de Góis, 2009

Refira-se que na fase final de elaboração deste trabalho foi anunciada a realização de um investimento turístico na área do alojamento, ainda em fase de projecto, que prevê a criação de um resort turístico, a localizar na vila de Góis, constituído por um hotel de 4 estrelas, com SPA, healthclub e espaço para conferências, e por 86 apartamentos e 34 moradias, com uma área total de 113.000 m<sup>2</sup>, com capacidade para cerca de 800 pessoas, que irá apostar fundamentalmente na área de turismo de saúde e bem-estar, e que a concretizar-se virá mudar radicalmente a oferta de alojamento do concelho.

Encontram-se igualmente em fase de projecto dois outros projectos: um associado aos conceitos de turismo de aldeia e ecoturismo, a instalar na aldeia do Loural, e outro dirigido ao turismo activo e turismo aventura, promovido pela empresa de animação turística Transserrano, este último com uma capacidade estimada de 60 camas. A realização destes projectos poderá vir a constituir um importante contributo para a diversificação e qualificação da oferta hoteleira do concelho no futuro.

## Restauração

Apresenta-se no quadro seguinte a oferta existente na área da restauração. Trata-se de uma oferta pouco qualificada e diversificada, concentrada essencialmente na vila de Góis, com poucas unidades nos restantes locais do concelho.

Quadro 9 | Recursos Turísticos Secundários – Restauração

Nome	Local	Freguesia	Capacidade
Restaurante Beira Rio	Góis	Góis	100
Restaurante Retiro dos Sabores	Góis	Góis	300
Restaurante Taberna Ti Maria do Augusto	Góis	Góis	60
Restaurante Pizzaria Grill Encosta da Seara	Góis	Góis	52
Café Restaurante Goiense O Careca	Góis	Góis	20
Café Restaurante Primavera	Góis	Góis	40
Restaurante self-service e take away Dom Garfo	Góis	Góis	28
Café Restaurante Caravela	Góis	Góis	45
Restaurante Bar O Cantinho	Góis	Góis	n.a
Restaurante Progresso	Góis	Góis	n.a
Restaurante O Barata	Esporão	Góis	n.a
Restaurante Caçoila	Esporão	Góis	n.a
Restaurante Ratoeira	Regateira	Góis	n.a
Restaurante Tranca da Barriga	Cabreira	Cadafaz	n.a
Café Restaurante Central	Vila Nova do Ceira	Vila Nova do Ceira	n.a
Restaurante Alto da Serra	Cabeçadas	Alvares	n.a
Taberna David	Mega Cimeira	Alvares	n.a
Café Restaurante Miguéla	Casal de Cima	Alvares	n.a
Café Restaurante Portela do Torgal	Portela do Torgal	Alvares	n.a
<b>Total</b>			<b>645</b>

Fonte: Câmara Municipal de Góis, 2010

Quadro 10 | Recursos Turísticos Secundários – Bares

<b>Categoria</b>	<b>Nome</b>	<b>Local</b>	<b>Freguesia</b>
Cafés/Bares/Pastelarias	Bar Irmãos Figueiredos (May Tay)	Góis	Góis
	Padaria Pastelaria e Pizzaria Ideal de Góis	Góis	Góis
	Padaria Pastelaria Kentidoce	Góis	Góis
	Croissanteria e gelataria O Broas	Góis	Góis
	Snack-Bar Ténis	Góis	Góis
	Café, Cervejaria e Bar Pombalinho	Góis	Góis
	Café Snack-Bar Chave D'Ouro	Góis	Góis
	Café Avenida	Góis	Góis
	Café das Bombas	Bordeiro	Góis
	Café O Terreiro	Bordeiro	Góis
	Café de Maria Elisabete M. B. Duarte	S. Martinho	Góis
	Café de Maria de Fátima Alves Pinto	Vale de Moreiro	Góis
	Café Maria Helena Barata	Ponte de Sótão	Góis
	Café Paris	Ponte de Sótão	Góis
	Café São Gens	Ponte de Sótão	Góis
	Café Floresta	Portela de Góis	Góis
	Café Sr. Casimiro	Esporão	Góis
	Café de José Martins	Vila Nova de Ceira	Vila Nova de Ceira
	Café de Mário Garcia	Vila Nova de Ceira	Vila Nova de Ceira
	Café Toka	Vila Nova de Ceira	Vila Nova de Ceira
	Café Varzeense	Vila Nova de Ceira	Vila Nova de Ceira
	Café de Ataíde Barata	Amioso Cimeiro	Alvares
	Café do Barata	Cortes	Alvares
	Café de Gracinda Ferreira	Alvares	Alvares
	Café do José Henriques Correia de Carvalho	Amioso do Senhor	Alvares
	Café de José Laranjeira	Cortes	Alvares
	Café de Manuel Antunes dos Reis	Cortes	Alvares
	Café de Manuel Lopes Tavares	Alvares	Alvares
	Café de Maria Isabel dos Santos David	Roda Cimeira	Alvares
	Café O Zeca	Alvares	Alvares
	Café Longuinho	Cabreira	Cadafaz
Café Salvador	Cabreira	Cadafaz	
Café de Abel	Colmeal	Colmeal	
Café de José Álvaro Domingos	Colmeal	Colmeal	
Bares de apoio às Praias Fluviais	Esplanada/Bar da Avó Tomásia, Góis	Góis	Góis
	Esplanada/Bar do Pego Escuro, Góis	Góis	Góis
	Esplanada/Bar da Praia das Canaveias	Várzea Pequena	Vila Nova do ceira

Fonte: Câmara Municipal de Góis, 2010

## Actividades

No âmbito das actividades, destaca-se a riqueza da gastronomia local, sendo a componente de artesanato mais reduzida e com potencial mais limitado.

Quadro 11 | Recursos Turísticos Secundários – Actividades

<b>Categoria</b>	<b>Sub-categoria</b>	<b>Descrição</b>
Gastronomia e Vinhos	Pratos Típicos	Chanfana Cabrito assado em forno de lenha Tibornada Bucho recheado Enchidos Sopa de Castanha Broa de Milho Queijo de Cabra Queijo de Ovelha
	Doçaria regional	Filhós Bolo Doce de Góis Bolo da Várzea Tigelada Arroz Doce
	Vinhos regionais	Aguardente de Mel Aguardente de Medronho
Artigos típicos		Miniaturas de alfaias agrícolas, casas de xisto e de cortiços Cestaria Mantas de retalhos Colheres de Pau
Circuitos Turísticos		Rota das Aldeias do Xisto Rota do Azeite Roteiro dos Monumentos do Centro Histórico de Góis Percurso Pedestre "Caminho do Xisto das Aldeias de Góis"

Fonte: Autoria própria

## Animação turística

A animação turística é um elemento fundamental para o enriquecimento da oferta turística, contribuindo para a qualidade e diferenciação das experiências proporcionadas aos visitantes. Actuam actualmente no concelho de Góis duas entidades que promovem

actividades de animação turística, desenvolvendo acções e iniciativas de carácter cultural, ambiental e desportiva.

#### Lousitânea – Liga dos Amigos da Serra da Lousã

A Lousitânea é uma organização associativa, sem fins lucrativos, criada em 2003, que actua na Serra da Lousã (nos limites definidos pela Rede Natura 2000) e que tem como missão “revitalizar a Serra da Lousã, valorizar tradições e lendas, preservar os valores naturais, animar a história secular, promover o turismo e melhorar a qualidade de vida na região” (<http://lousitanea.org>).

Criada com o intuito de defender, promover e valorizar todo o espaço físico da Serra da Lousã, desenvolve actividades nas vertentes turística, cultural, educativa, desportiva e ambiental. No âmbito da sua actuação, inspirando-se no princípio da Agenda 21 “agir local, pensar global”, promove a realização de iniciativas e programas de carácter lúdico-pedagógico relacionados com a preservação da natureza e dos costumes e tradições locais, que se traduz numa oferta estruturada e alargada de actividades dirigidas a diversos públicos-alvo, onde se inclui a dinamização das quatro aldeias de Góis integradas na Rede das Aldeias do Xisto, com núcleos interpretativos e programas activos em contacto com as tradições e costumes rurais.

#### TransSerrano – Formação e Serviços na Natureza, Lda.

A TransSerrano, empresa constituída em 1999 por três jovens empresários, assume como missão “evitar o desaparecimento da cultura e natureza serrana, implementando para isso formas inovadoras de criação de riqueza, através da organização de programas e serviços em que os participantes interajam com esses aspectos culturais e ambientais, permitindo a rentabilização de actividades económicas tradicionais e a visita a locais de interesse natural” (<http://www.transerrano.com>).

Em 2003, a TransSerrano, sediada em Góis, mas que desenvolve actividades noutros pontos da região Centro e do país, foi declarada de interesse para o turismo pela Direcção Geral do Turismo e obteve a licença para o exercício da actividade de animação turística, com a atribuição do alvará nº 24/2003.

Desenvolve intensa actividade de animação turística essencialmente na área de desporto aventura, animação cultural e etnográfica, realizando, nomeadamente: canoagem (descidas de canoa do rio Mondego e Alva), escalada e percursos pedestres guiados na zona da Beira Serra (Serra da Lousã e Serra do Açor), colónias de férias e programas culturais.

A TransSerrano, especialista na organização de passeios com forte cariz cultural e etnográfica, proporciona o contacto com as tradições, com o património e com a gastronomia da região, organiza igualmente passeios dirigidos ao turismo sénior.

Entre os vários programas oferecidos destaca-se, no concelho de Góis, a “Rota do Azeite”, e, nos concelhos vizinhos, a “Rota da Farinha e da Broa” e a “Rota da Cabra, da Chanfana e do Queijo”.

### **Agências de viagens**

Não existe no concelho qualquer agência de viagens.

### **Transportes**

A ligação do concelho de Góis à rede nacional de transporte colectivo rodoviário é realizada, indirectamente, a partir de Coimbra, não existindo nenhuma empresa com serviços rodoviários nacionais que sirva directamente Góis.

A oferta de serviços de transporte colectivo rodoviário é reduzida, existindo apenas uma carreira pública, com frequência diária em dias úteis, que estabelece a ligação entre Góis e a sede de distrito (Coimbra), fornecida pela empresa TransDev.

Relativamente às ligações regionais, a TransDev oferece serviços que permitem uma ligação diária de Góis às sedes de concelho vizinhas mais próximas, como é o caso de Lousã e Arganil.

Quanto às ligações intra-concelhias, existe uma carreira semanal única, à terça-feira (dia da feira semanal na sede de concelho), que liga a vila de Góis aos principais aglomerados urbanos do concelho.

No que se refere ao serviço de transporte de táxi, existem no concelho um total de 8 táxis, distribuídos pelas várias freguesias: 3 em Góis, 2 em Alvares, 1 em Vila Nova do Ceira, 1 no Colmeal e 1 no Cadafaz.

O concelho de Góis não dispõe de rede ferroviária. O terminal mais próximo localiza-se em Serpins, a 14 Km e 18 minutos de distância da sede de concelho de Góis, sendo servido pela linha que estabelece a ligação regional entre Coimbra e Lousã. A circulação ferroviária no ramal da Lousã encontra-se, no entanto, temporariamente suspensa devido a obras, que se prevêem decorrer até 2011.

O quadro seguinte salienta as distâncias e os tempos de percurso entre Góis e os principais aglomerados urbanos mais próximos.

Quadro 12 | Distâncias e tempos médios de ligação aos principais centros urbanos

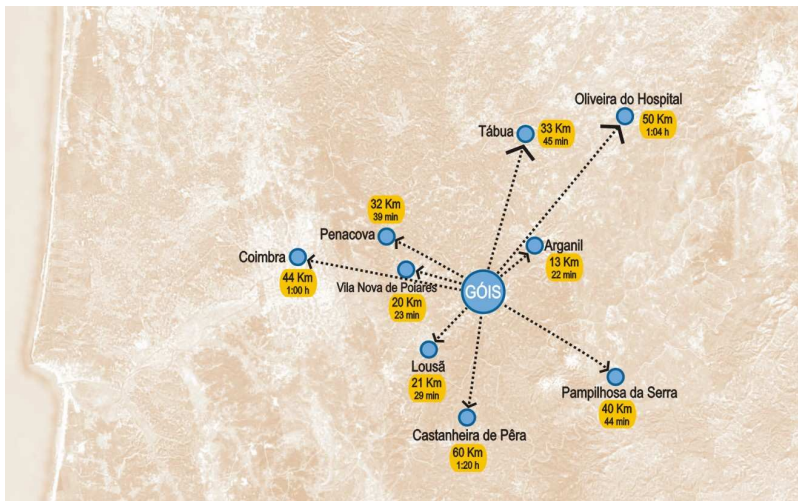
	<b>Distância</b>	<b>Tempo médio de percurso em transporte rodoviário individual</b>	<b>Tempo médio de percurso em transporte rodoviário colectivo</b>	<b>Nº de ligações em transporte rodoviário colectivo **</b>
Lisboa	259 km	3h09	4h20	1 x dia *
Porto	163 km	2h10	3h25	1 x dia *
Coimbra	44 km	1h00	1h20	1 x dia
Viseu	97 km	1h41	4h00	1 x dia *
Castelo Branco	110 km	1h53	7h12m	1 x dia *
Arganil	13 km	0h22	0h25	1 x dia
Lousã	21 km	0h29	0h45	2 x dia

\* Carreira com ligação indirecta a partir de Coimbra

\*\* Todas as ligações realizam-se apenas aos dias de semana, de 2ª a 6ª feira, excepto feriados

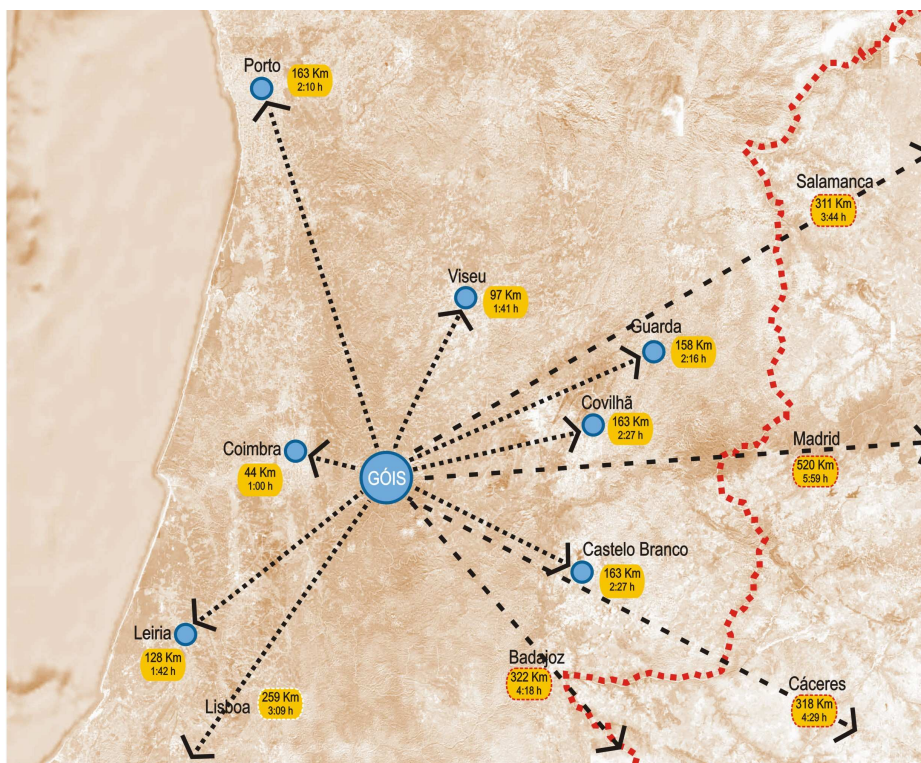
Fonte: Autoria própria

Figura 6 | Distâncias e tempos médios de ligação às sedes dos concelhos vizinhos



Fonte: Autoria própria

Figura 7 | Distâncias e tempos médios de ligação aos principais centros urbanos



Fonte: Autoria própria

## Infra-estruturas e serviços de apoio ao turismo

### **Saneamento básico**

Ao nível das infra-estruturas básicas, o concelho continua a apostar na instalação, ampliação e beneficiação de rede de saneamento básico, sendo que 23% da população, essencialmente das aldeias mais distantes dos principais aglomerados urbanos do concelho, ainda não está abrangida por este tipo de infra-estrutura (PDICE Góis, 2007).

### **Saúde**

Ao nível das infra-estruturas e serviços de saúde, a vila de Góis dispõe de um Centro de Saúde, com serviço de atendimento permanente. Este equipamento é complementado com a existência de quatro extensões de saúde, dispersas pelas freguesias de Alvares, Ponte Sótão, Cortes e Vila Nova Ceira. Os serviços de saúde prestados no concelho de Góis são directamente articulados e complementados com os Hospitais da Universidade de Coimbra.

### **Segurança**

Relativamente ao factor de segurança, o concelho de Góis dispõe de um dispositivo policial de acordo com a referência nacional, sendo dotado de uma esquadra da Guarda Nacional Republicana, localizada na sede do concelho.

### **Acção social**

Góis possui uma forte rede de apoio social, visível num conjunto diversificado de equipamentos e instituições locais que se complementam, quer nos espaços, quer nas valências dos serviços que prestam à população. A Rede Social, a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Góis, a Santa Casa da Misericórdia de Góis, a Cáritas Diocesana de Coimbra, o Centro Social Rocha Barros e o Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Alvares constituem-se como instituições e agentes locais da plataforma para a inclusão e para a solidariedade, congregando diversos parceiros com o objectivo de

encontrar soluções que respondam às necessidades das populações ao nível da integração social, apoio à terceira idade, jardim de infância e pré-escolar, etc.

### Avaliação estratégica dos recursos turísticos

Tendo em consideração a avaliação da actual oferta turística existente a análise de potencial de aproveitamento dos recursos turísticos, procede-se à avaliação estratégica dos recursos, tendo em vista a identificação das oportunidades inerentes ao desenvolvimento de actividades turísticas relacionadas, bem como a definição das necessárias acções a empreender para a optimização do aproveitamento dos recursos.

Quadro 13 | Avaliação Estratégica de Aproveitamento dos Recursos Turísticos – Critérios de Avaliação

<b>Critério</b>	<b>Classificação</b>	<b>Descrição</b>
Potencial dos recursos	++	Muito importante
	+	Suficiente
	-	Sem significado
Oferta existente	++	Boa
	+	Razoável
	-	A melhorar
Oportunidade	+	Importante
	-	Sem interesse

Fonte: Autoria própria

Quadro 14 | Avaliação Estratégica de Aproveitamento dos Recursos Naturais

Actividades Associadas	Potencial dos recursos	Oferta existente	Oportunidade	Acções				
				criação concepção	estruturação organização	ampliação	requalificação modernização	divulgação promoção
Praia fluvial	++	++	+		x	x		x
Canoagem	++	+	+		x	x		x
Pesca de rio	++	+	+		x			x
Mini-parques flutuantes	++	-	+	x				
Parques aquáticos	++	-	+	x				
Observação de flora	++	-	+	x				
Observação de fauna	++	-	+	x				
Caça	++	+	+		x			x
Orientação	++	-	+	x				
Passeios pedestres	++	-	+	x				
Passeios de bicicleta	++	-	+	x				
Passeios a cavalo	++	-	+	x				
Piqueniques	++	-	+		x			
Campismo	++	+	+				x	
Hípismo	++	-	+	x				
Paintball	++	-	+	x				
Safaris/Passeios motorizados	++	-	+	x				
Activ. montanhismo (escalada, rappel, slide)	++	-	+	x				
Passeio de carro	++	-	+	x				
Kartódromo	+	-	+	x				
Eco-museus	++	-	+			x		x
Eco-parques	++	-	+	x				
Museus naturais	++	-	+	x				
Jardins botânicos	+	-	+	x				
Áreas protegidas	++	+	+				x	x
Parques biológicos	++	-	+	x				
Quintas pedagógicas	++	-	+	x				
Centros de interpretação	++	-	+	x				

Fonte: Autoria própria, inspirado em “O Destino Turístico Arade – Uma estratégia de Intervenção”, Agência do ARADE, 2005, citado por SILVA, 2008

Quadro 15 | Avaliação Estratégica de Aproveitamento dos Recursos Culturais

Actividades Associadas	Potencial dos recursos	Oferta existente	Oportunidade	Acções				
				criação concepção	estruturação organização	ampliação	requalificação modernização	divulgação promoção
Monumentos património nacional	-	-	-					
Imóveis de interesse público	-	-	-					
Imóveis de interesse municipal	+	-	+		x		x	x
Museus	+	+	+		x		x	x
Colecções de arte	-	-	-					
Rotas e Circuitos temáticos	++	-	+	x	x			x
Recreações de história ao vivo	++	-	+	x				
Paisagem histórica	++	+	+	x				
Centros de interpretação	++	+	+			x		x
Arquivos históricos	-	-	-					
Desfiles históricos	+	-	+	x				
Feiras Históricas	+	-	+	x				
Música histórica	-	+	+		x			x
Visitas a Castelos/Fortalezas	-	-	-					
Recreação de batalhas/assalto ao castelo	-	-	-					
Espectáculos de Som e Luz/Multimédia	+	-	+	x				
Lendas, acontecimentos, histórias	+	-	+	x				
Lugar de nascimento/acção de personalidades famosas	-	-	-					
Igrejas	+	-	+	x				
Capelas	+	-	+	x				
Pontes suspensas	-	-	-					
Fábricas/Património industrial	+	-	+	x				
Edifícios históricos de renome	-	-	-					
Edifícios de arquitectura civil	+	-	+	x				
Casas senhoriais	+	-	+	x				
Minas	+	-	+	x				
Landmarks (pontos de referência)	++	+	+		x			x
Artesanato	+	-	+		x		x	
Gastronomia	+	-	+		x	x	x	x
Folclore	+	+	+				x	x
Festas populares e religiosas	+	+	+				x	x
Romarias	+	+	+				x	x
Tradições	+	-	+	x				
Participação em actividades produtivas	+	-	+	x				
Degustação de vinhos	-	-	-					
Lagares	+	-	+	x				

Fonte: Autoria própria, inspirado em “O Destino Turístico Arade – Uma estratégia de Intervenção”, Agência do ARADE, 2005, citado por SILVA, 2008

Quadro 16 | Avaliação Estratégica de Aproveitamento dos Recursos Eventos

Actividades Associadas	Potencial dos recursos	Oferta existente	Oportunidade	Acções				
				criação concepção	estruturação organização	ampliação	requalificação modernização	divulgação promoção
Feiras Agrícolas	+	-	+	x				
Exposições de animais	-	-	-					
Festivais aéreos	-	-	-					
Feiras de antiguidades	+	-	+	x				
Encontros/Festivais de arte	-	-	-					
Feiras/ Exposições de automóveis	-	-	-					
Festivais de astronomia	+	-	+	x				
Corridas de bicicletas	+	+	+		x	x		x
Torneios de futebol	-	-	-					
Festas populares	+	-	+	x				
Feiras de artesanato	+	-	+	x				
Festivais de folclore	+	-	+	x				
Concursos de pesca	+	+	+		x	x		x
Mostras de flores	-	-	-					
Shows de colecionismo	+	-	-					
Celebrações de dias oficiais	-	-	-					
Corridas motorizadas	+	+	+			x		
Rallyes	++	-	+	x				
Corridas de hipismo	+	-	+	x				
Torneios de ténis	-	-	-					
Outros torneios desportivos	+	+	+	x				
Festivais de música	+	-	+	x				
Festividades de Carnaval	-	-	-					
Festividades de Natal	-	-	-					
Festivais étnicos	-	-	-					
Festivais de dança	-	-	-					
Festivais de teatro	-	-	-					

Fonte: Autoria própria, inspirado em “O Destino Turístico Arade – Uma estratégia de Intervenção”, Agência do ARADE, 2005, citado por SILVA, 2008

## Potencial para a composição de produtos turísticos

Partindo da análise da capacidade de atratividade e potencial dos recursos turísticos é possível estruturar “clusters” de recursos, que, construindo conjuntos integrados de recursos, primários e secundários, permitem criar produtos turísticos estruturados.

Quadro 17 | Estruturação de Produtos Turísticos

<b>Touring Cultural e Paisagístico</b>	<b>Turismo de Natureza</b>	<b>Gastronomia e Vinho</b>	<b>Turismo Desportivo</b>
Rios	Rios	Pratos Típicos	Rios
Serras	Serras	Doçaria Regional	Serras
Aldeias Históricas / Casas Típicas	Zonas de caça	Vinhos Regionais	Zonas de caça
Igrejas/Capelas	Zonas de pesca desportiva	<u>Restaurantes</u>	Zonas de pesca desportiva
Estação Arqueológica	Centro hípico		Centro hípico
Espaços Museológicos	Paisagem Protegida		Paisagem Protegida
Paisagem Protegida	Praias Fluviais		Praias Fluviais
Moinhos/Lagares	Espaços Naturais de Recreio e Lazer		Espaços Naturais de Recreio e Lazer
Minas	Praias Fluviais		Parque de Campismo
Artesanato	Parque de Campismo		Estabelecimentos Hoteleiros
Rancho Folclórico	Estabelecimentos Hoteleiros		Turismo em Espaço Rural
Festas e Romarias	Turismo em Espaço Rural		<u>Restaurantes</u>
Pratos Típicos/Doçaria Regional	<u>Restaurantes</u>		
Estabelecimentos Hoteleiros			
Turismo em Espaço Rural			
<u>Restaurantes</u>			

Fonte: Autoria própria

## Avaliação Estratégica de Produtos Turísticos

A partir da análise da capacidade competitiva dos recursos turísticos e do potencial de desenvolvimento dos produtos, determina-se a relevância estratégica de cada produto turístico, que suporta a selecção dos produtos turísticos a desenvolver, com a respectiva avaliação quanto aos produtos estratégicos e complementares, que darão origem às linhas de orientação para o desenvolvimento da oferta turística.

Para a avaliação de cada um dos produtos turísticos utilizam-se os critérios de avaliação descritos no quadro seguinte.

Quadro 18 | Avaliação Estratégica de Produtos Turísticos – Critérios de Avaliação

<b>Critério</b>	<b>Descrição</b>	<b>Avaliação</b>
Avaliação Estratégica	Avaliação do interesse estratégico do produto turístico para o destino turístico	Produto Estratégico
		Produto Complementar
		Produto Sem Interesse
Recursos	Avaliação do potencial dos recursos turísticos existentes que podem integrar o produto turístico	Forte
		Moderado
		Inexistente
Potencial de Desenvolvimento	Avaliação do tipo de desenvolvimento necessário para o produto turístico de forma a potenciar a afirmação turística do destino	Desenvolvimento
		Manutenção
		Requalificação
		Extinção

Fonte: Autoria própria

A aplicação destes critérios determina a classificação da relevância estratégica dos produtos turísticos como se segue.

Quadro 19 | Avaliação Estratégica de Produtos Turísticos

<b>Produtos turísticos</b>	<b>Avaliação estratégica</b>	<b>Recursos</b>	<b>Potencial de desenvolvimento</b>
Touring Cultural e Paisagístico	Produto Estratégico	Forte	Desenvolvimento
Turismo de Natureza	Produto Estratégico	Forte	Desenvolvimento
Turismo Desportivo	Produto Complementar	Forte	Desenvolvimento
Gastronomia e Vinhos	Produto Complementar	Moderado	Requalificação
Turismo de Saúde e Bem-Estar	Produto Sem Interesse	Inexistente	Extinção
Sol e Mar	Produto Sem Interesse	Inexistente	Extinção
City Break	Produto Sem Interesse	Inexistente	Extinção
Turismo de Negócios	Produto Sem Interesse	Inexistente	Extinção
Turismo Náutico	Produto Sem Interesse	Inexistente	Extinção
Golfe	Produto Sem Interesse	Inexistente	Extinção
Turismo Residencial	Produto Sem Interesse	Inexistente	Extinção

Fonte: Autoria própria, inspirado em “O Destino Turístico Arade – Uma estratégia de Intervenção”, Agência do ARADE, 2005, citado por SILVA, 2008

De acordo com a avaliação estratégica é, assim, possível eleger como produtos turísticos estratégicos estruturantes para a oferta turística do concelho o Touring Cultural e Paisagístico e o Turismo de Natureza e como produtos turísticos estratégicos complementares o Turismo Desportivo e o Turismo de Gastronomia e Vinhos.



## 4. Procura Turística

As motivações e comportamentos que levam à prática do turismo e à selecção dos destinos turísticos têm-se diversificado, tornando-se cada vez mais complexos e dinâmicos. Nas últimas décadas, o turismo tem sofrido alterações, quer ao nível dos modelos e processos de negócio, quer ao nível dos produtos e serviços oferecidos, que têm sido determinadas, em grande medida, pela evolução da procura.

Góis apresenta um elevado potencial de crescimento e fortalecimento do sector do turismo, uma vez que detém recursos abundantes, de qualidade e com interesse turístico, imprescindíveis para estar presente no mercado do turismo. Mas isso não é, no entanto, suficiente para se afirmar como destino turístico. Para um melhor aproveitamento e profundidade das potencialidades que os seus recursos e atracções oferecem é fundamental promover o seu desempenho nos factores chave de sucesso, que não assentam apenas nas vantagens comparativas (quantidade e qualidade dos recursos), mas também, e sobretudo, nas vantagens competitivas (singularidade das experiências oferecidas, qualidade dos serviços, profissionalismo dos recursos humanos e das empresas, etc).

Nesse sentido, conhecer a procura turística, quanto à sua origem, aos seus gostos, às suas necessidades, quais os produtos que mais procuram e qual a duração da sua permanência, são elementos fundamentais para a definição de estratégias orientadoras para o desenvolvimento sustentável do sector turístico.

Na inexistência de dados estatísticos referentes à procura turística específica do concelho de Góis, analisam-se os principais indicadores que permitem caracterizar a procura turística no contexto da região, utilizando-se informação relativa à região Centro e à NUT III do Pinhal Interior Norte, complementando-se, sempre que possível com informação mais detalhada.

A procura turística na região Centro, medida em número de hóspedes em estabelecimentos hoteleiros, representou em 2008 cerca de 15,6% da procura nacional (INE, 2008).

No contexto da região Centro, os três núcleos que registam maior procura turística são as NUT's III Baixo Mondego (que abrange Coimbra, Figueira da Foz, Cantanhede, Condeixa-a-Nova, Mealhada, Mira, Mortágua, Penacova e Soure), Médio Tejo (que inclui os concelhos de Tomar, Ferreira do Zêzere, Sardoal, Torres Novas, Vila Nova da Barquinha, Alcanena, Ourém, Entroncamento, Constância e Abrantes) e Oeste (constituída pelos concelhos de Nazaré, Alcobaça, Caldas da Rainha, Óbidos, Bombarral, Peniche, Lourinhã, Cadaval, Torres Vedras, Alenquer, Sobral de Monte Agraço, Mafra e Arruda dos Vinhos), representando no seu conjunto 50% do total da procura da região Centro.

O Pinhal Interior Norte, NUT III onde se insere o concelho de Góis, apresenta em 2008 um total de 39.779 hóspedes, correspondendo a apenas 2% da procura turística da região Centro e 0,3% da procura nacional.

Quadro 20 | N° Hóspedes Pinhal Interior Norte

	2008	2007	2006
Portugal	13.456.372	13.366.173	12.376.941
Região Centro	2.103.726 15,6%	2.053.430 15,4%	1.874.388 15,1%
Pinhal Interior Norte	39.779 0,3%	40.452 0,3%	35.480 0,3%

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2006, 2007, 2008

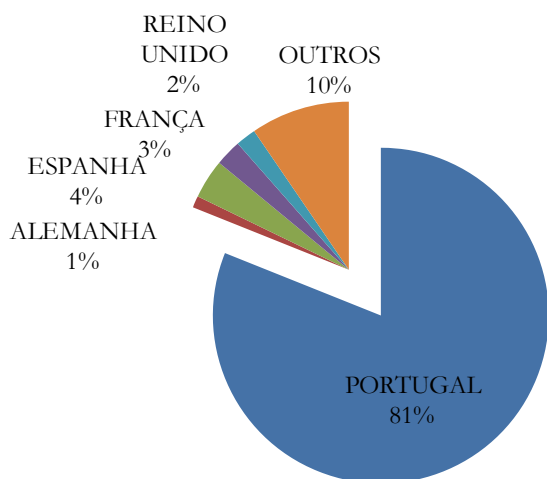
Quadro 21 | Hóspedes da região Centro 2008

<b>NUT III</b>	<b>Nº Hóspedes</b>	<b>% Região Centro</b>
Baixo Mondego	383.080	18%
Médio Tejo	368.397	18%
Oeste	297.545	14%
Dão-Lafões	226.730	11%
Baixo Vouga	266.434	13%
Pinhal Litoral	149.090	7%
Cova da Beira	154.438	7%
Beira Interior Sul	68.525	3%
Beira Interior Norte	106.464	5%
Pinhal Interior Norte	39.779	2%
Serra da Estrela	29.142	1%
Pinhal Interior Sul	14.102	1%
<b>Total Região Centro</b>	<b>2.103.726</b>	<b>100%</b>

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2008

O mercado interno é o principal mercado emissor de hóspedes para a região do Pinhal Interior Norte, representando os hóspedes residentes em Portugal 81% do total da procura turística, em 2008. À semelhança do que acontece a nível nacional, também aqui os principais mercados estrangeiros emissores de turistas são: Espanha, França, Alemanha e Reino Unido. No seu conjunto representam, no entanto, apenas 10% da procura global da região, em termos de número de hóspedes.

Figura 8 | Hóspedes segundo o país de residência habitual, Pinhal Interior Norte, 2008



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2008

A análise do número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros permite concluir um peso reduzido da região Centro face ao panorama nacional, resultando numa estada média dos turistas inferior à média nacional. Este peso tem, no entanto, vindo a registar um ligeiro acréscimo nos últimos anos, representando 9,3% do número de dormidas em Portugal em 2006 e 9,9% em 2008.

Quadro 22 | Dormidas NUT III - Pinhal Interior Norte

	2008		2007		2006	
Portugal	39.227.938		39.736.583		37.566.461	
Região Centro	3.880.275	9,9%	3.851.235	9,7%	3.508.135	9,3%
Pinhal Interior Norte	67.895	0,2%	65.970	0,2%	56.219	0,1%

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2006, 2007, 2008

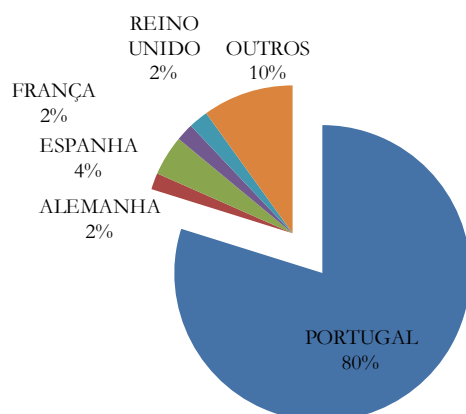
No Pinhal Interior Norte face ao total da região Centro o número de dormidas mantém a mesma proporção verificada no número de hóspedes: 2%. A análise das dormidas por país de residência permite concluir um peso igualmente preponderante dos turistas portugueses (80%), seguindo-se os espanhóis (4%), os franceses, os alemães e ingleses, representando cada um deles 2% do número de dormidas anuais no Pinhal Interior Norte, em 2008.

Quadro 23 | Dormidas Região Centro 2008

<b>NUT III</b>	<b>Nº Dormidas</b>	<b>% Região Centro</b>
Baixo Mondego	648.549	17%
Médio Tejo	661.703	17%
Oeste	647.394	17%
Dão-Lafões	481.722	12%
Baixo Vouga	479.632	12%
Pinhal Litoral	304.482	8%
Cova da Beira	249.923	6%
Beira Interior Sul	125.030	3%
Beira Interior Norte	138.405	4%
<b>Pinhal Interior Norte</b>	<b>67.895</b>	<b>2%</b>
Serra da Estrela	53.704	1%
Pinhal Interior Sul	21.836	1%
<b>Total Região Centro</b>	<b>3.880.275</b>	<b>100%</b>

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2008

Figura 9 | % Dormidas no Pinhal Interior Norte segundo o país de residência habitual, 2008



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2008

De acordo com o Relatório Anual de Pesquisa de 2007 realizado pelo Turismo de Portugal, a principal motivação dos turistas estrangeiros que visitam a região Centro é o Touring Cultural e Paisagístico (66,2%). O turismo de sol e mar, associado à zona litoral da região, é

a segunda motivação, representando 11,5%, e em terceiro lugar surge o Turismo de Natureza como principal razão da visita, correspondendo a 5,4% dos turistas estrangeiros.

Quadro 24 | Principal Razão da Visita de Turistas Estrangeiros 2007

<b>Motivação</b>	<b>Portugal</b>	<b>Região Centro</b>
Touring Cultural e Paisagístico	29,7%	<b>66,2%</b>
Sol e Mar	37,8%	<b>11,5%</b>
Turismo de Natureza	8,2%	<b>5,4%</b>
Saúde e Bem Estar	2,7%	4,4%
Turismo Residencial	2,5%	2,1%
Tours Gastronomia e Vinho	1,4%	1,7%
Golfe	7,1%	1,4%
Turismo Náutico	1,7%	1,4%
City Break	1,6%	1,0%
Outros	7,6%	4,8%

Fonte: TP, Relatório Anual de Pesquisa 2007

A taxa de ocupação dos estabelecimentos hoteleiros no Pinhal Interior Norte situa-se na ordem dos 30%, em linha com a média registada nas restantes NUT's da região Centro, mas inferior aos resultados atingidos a nível nacional, conforme se pode constatar na figura seguinte.

Quadro 25 | Taxa de ocupação cama 2008

<b>NUT III</b>	<b>Taxa de Ocupação Cama</b>
Baixo Mondego	36%
Médio Tejo	27%
Oeste	29%
Dão-Lafões	29%
Baixo Vouga	28%
Pinhal Litoral	29%
Cova da Beira	35%
Beira Interior Sul	28%
Beira Interior Norte	24%
Pinhal Interior Norte	30%
Serra da Estrela	33%
Pinhal Interior Sul	20%
<b>Região Centro</b>	<b>29%</b>
<b>Portugal</b>	<b>41%</b>

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2008

Quadro 26 | Taxa de ocupação cama concelhos vizinhos 2007

<b>Concelho</b>	<b>Taxa de Ocupação Cama</b>
Góis	n.a.
Arganil	32%
Lousã	35%
Oliveira do Hospital	33%
Seia	30%
<b>Portugal</b>	<b>43%</b>

Fonte: INE, Estatísticas do Turismo, citado em PEDT Arganil por Augusto Mateus & Assoc. (2010)

Em termos de estada média, a NUT III em estudo apresenta um valor igualmente inferior à média nacional. Com uma permanência média de 1,7 noites dos turistas no Pinhal Interior Norte, em 2008, este valor compara com 1,8 noites de estada média da região Centro e 2,9 noites em Portugal.

Quadro 27 | Estada média região Centro, 2008

<b>NUT III</b>	<b>Estada média (nº dias)</b>
Oeste	2,2
Dão-Lafões	2,1
Pinhal Litoral	2,0
Médio Tejo	1,8
Baixo Vouga	1,8
Beira Interior Sul	1,8
Serra da Estrela	1,8
Baixo Mondego	1,7
<b>Pinhal Interior Norte</b>	<b>1,7</b>
Cova da Beira	1,6
Pinhal Interior Sul	1,5
Beira Interior Norte	1,3
<b>Região Centro</b>	<b>1,8</b>
<b>Portugal</b>	<b>2,9</b>

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2008

Quadro 28 | Estada média concelhos vizinhos 2007

<b>Concelho</b>	<b>Estada média (nº dias)</b>
<b>Góis</b>	<b>n.a.</b>
Arganil	1,6
Lousã	1,6
Oliveira do Hospital	1,3
Seia	1,9
<b>Portugal</b>	<b>3</b>

Fonte: INE, Estatísticas do Turismo, citado em PEDT Arganil por Augusto Mateus & Assoc. (2010)

## 5. Instrumentos de política e estratégia

As políticas de planeamento e ordenamento para a gestão do território e para as diferentes áreas de desenvolvimento são suportadas por um conjunto de documentos de orientação estratégica, concebidos para diferentes escalas de actuação - nacional, regional e municipal -, que constituem instrumentos de enquadramento para as acções a propor, estabelecendo pressupostos essenciais para a definição da estratégia de intervenção para o desenvolvimento do Turismo no concelho de Góis.

Da análise alargada dos vários instrumentos de política e estratégia de referência para o desenvolvimento do concelho de Góis ressaltam um conjunto de orientações com particular relevância para o sector do turismo. Essas linhas orientadoras e a sua análise são resumidas nos quadros seguintes, apresentando-se a avaliação do grau de influência de cada uma das orientações para o desenvolvimento turístico do concelho, o grau de controlo do município para a concretização das estratégias definidas, bem como a área de influência das diferentes orientações, no âmbito das diversas dimensões da actividade turística.

Uma análise mais detalhada dos contextos, objectivos e estratégias preconizadas em cada documento é incluída no Anexo I – Instrumentos de Política e Estratégia.

### Âmbito nacional

A análise dos instrumentos de planeamento de âmbito nacional permite incorporar orientações e prioridades, relevantes para o concelho, na estratégia em elaboração, tendo sido analisados os seguintes documentos:

- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
- Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural
- Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável
- Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade

### ➤ Plano Estratégico Nacional do Turismo

Apresenta-se de seguida um quadro de resumo, que identifica as principais orientações com significado para o concelho, o grau de controlo e poder de intervenção das entidades concelhias para a sua implementação, e ainda o domínio de influência e de contribuição de cada orientação no âmbito do sistema turístico.

Quadro 29 | Instrumentos de Política e Estratégia de âmbito Nacional – Principais orientações e seu significado para o Turismo no concelho de Góis

Instrumento	Âmbito específico	Principais orientações	Grau de significado	Grau de controlo	Dimensão
Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território	Região Centro	Aproveitar a estrutura polinucleada da região Centro de forma a consolidar o modelo de desenvolvimento	Relevante	Reduzido	Funcionamento do sistema turístico
		Afirmar a região Centro no contexto nacional e internacional (incluindo o aproveitamento dos recursos turísticos nas vertentes do turismo cultural, natural e religioso)	Relevante	Reduzido	Qualificação da oferta
		Qualificar os territórios urbanos do ponto de vista urbanístico, patrimonial e ambiental	Muito relevante	Reduzido	Qualificação da oferta
		Proteger e valorizar os recursos naturais e agrícola-florestais	Muito relevante	Médio	Qualificação da oferta
		Valorizar o potencial produtivo, assentando na valorização económica de recursos locais, incluindo-se: (i) a recuperação do parque habitacional em meio rural, em articulação com o turismo; (ii) valorização da diversidade do potencial turístico, definindo produtos e destinos baseados na paisagem, natureza, parques e reservas naturais, património histórico e cultural	Muito relevante	Médio	Qualificação da oferta
	Pinhal Interior	Valorização dos recursos do território, implicando a protecção contra o risco de incêndio, a valorização, o planeamento e a gestão sustentável dos recursos florestais e a valorização dos recursos naturais	Muito relevante	Médio	Qualificação da oferta
		Garantia da qualidade de vida, assegurando níveis elevados de serviços às populações, associando soluções inovadoras quer na programação e gestão de equipamentos, quer ao nível das acessibilidades	Relevante	Reduzido	Funcionamento do sistema turístico
		Estruturação das novas relações urbano-rurais, fazendo com que este espaço reforce articulações que lhes sejam favoráveis com o eixo Pombal/Leiria, Coimbra, Viseu, Castelo Branco e com os centros urbanos do Médio Tejo	Relevante	Reduzido	Funcionamento do sistema turístico
Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural	Zonas rurais	Dinamização do mercado de produtos locais	Relevante	Médio	Qualificação da oferta
		Utilização inovadora do património rural e natural	Muito relevante	Elevado	Qualificação da oferta
		Actuação em complementaridade com a actividade agro-florestal	Relevante	Médio	Qualificação da oferta
		Formação orientada para o aparecimento e desenvolvimento de iniciativas locais	Muito relevante	Elevado	Formação, investimento, empreendedorismo e inovação
		Integração e complementaridade com outras intervenções territoriais	Relevante	Reduzido	Funcionamento do sistema turístico
		Promoção de serviços básicos para grupos alvo da população em meio rural	Relevante	Médio	Funcionamento do sistema turístico
Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável	Turismo	Lançamento de iniciativas específicas de dinamização de clusters/pólos de competitividade, incluindo actividades de turismo	Relevante	Elevado	Qualificação da oferta
		Apoio e incentivo às empresas e outras entidades que pretendam reforçar e inovar na sua presença no ciberespaço e no desenvolvimento de e-business	Relevante	Reduzido	Formação, investimento, empreendedorismo e inovação
		Promoção do turismo para o desenvolvimento rural (melhor articulação entre turismo, ambiente, emprego e ordenamento do território, de forma a garantir um turismo competitivo e de qualidade, mediante a prossecução de uma política integrada em termos ambientais, culturais, sociais e económicos, com vista à certificação dos destinos turísticos)	Muito relevante	Elevado	Qualificação da oferta

Instrumento	Âmbito específico	Principais orientações	Grau de significado	Grau de controlo	Dimensão
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade	Turismo	Promover a valorização das áreas protegidas e assegurar a conservação do seu património natural, cultural e social, incluindo: o desenvolvimento de turismo sustentável nas áreas protegidas; o incentivo à manutenção e valorização das actividades e produtos regionais ou locais compatíveis com a conservação da natureza; a concretização do Programa Nacional de Turismo da Natureza	Muito relevante	Elevado	Qualificação da oferta
		Promover a integração política de conservação de natureza na política de ordenamento do território e nas políticas sectoriais	Muito relevante	Reduzido	Qualificação da oferta
		Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil para a conservação dos valores do património natural e cultural e para a sua utilização como factor de desenvolvimento local sustentável	Muito relevante	Elevado	Informação, divulgação e promoção do destino turístico
Plano Estratégico Nacional do Turismo	Geral	Mercados estratégicos: Reino Unido, Espanha, Alemanha e França	Muito relevante	Reduzido	Mercados
		Produtos estratégicos para a região Centro: Touring e Turismo de Natureza, complementados pela Saúde e Bem-estar e a Gastronomia e Vinhos	Muito relevante	Médio	Produtos
		Estratégia para o Touring e Turismo de Natureza: Desenvolver rotas temáticas Recuperar e requalificar edifícios, núcleos históricos e paisagens naturais Promover a recuperação e adaptação de edifícios classificados para unidades de alojamento	Muito relevante	Médio	Qualificação da oferta
		Estratégia para o Turismo de Saúde e Bem-Estar e Gastronomia e Vinhos: Desenvolver o pólo Serra da Estrela Potenciar uma oferta termal moderna Realizar o cross-selling com Lisboa e Porto	Muito relevante	Reduzido	Qualificação da oferta
		Acções a desenvolver, transversais a todos os produtos: Qualificar a oferta hoteleira Reforçar a qualidade de serviço, ordenamento do território e protecção do ambiente	Relevante	Reduzido	Qualificação da oferta

Fonte: Autoria própria

## Âmbito regional

No âmbito regional, e para a definição da estratégia de desenvolvimento turístico para o concelho de Góis, importa destacar os seguintes instrumentos de gestão:

- Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região Centro
- Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo nas Beiras
- Plano Sectorial da Rede Natura 2000 – Serra da Lousã
- PRODOR – Programa de Desenvolvimento Rural – Estratégia de Desenvolvimento Local da Beira Serra

Quadro 30 | Instrumentos de Política e Estratégia de âmbito Regional – Principais orientações e seu significado para o Turismo no concelho de Góis

Instrumento	Principais orientações	Grau de significado	Grau de controlo	Dimensão
Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região Centro	Maximizar sinergias e complementaridades entre os modelos da região Centro para consumo interno turístico e como factor de atractividade da procura turística internacional	Muito relevante	Reduzido	Qualificação da oferta
	Posicionar estrategicamente a Região e viabilizar uma geoestratégia turística para o território que situe a Região em relação aos fluxos de touring que atravessam a região	Muito relevante	Reduzido	Qualificação da oferta
	Estabelecer quadros normativos e de intervenção de requalificação ambiental, urbanística, infra-estrutural, de recursos humanos e organizacional que potenciem a viabilização de complementaridades e sinergias entre recursos turísticos, segundo uma lógica de organização da oferta	Muito relevante	Reduzido	Qualificação da oferta
Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo nas Beiras	Valorização dos recursos turísticos	Muito relevante	Elevado	Qualificação da oferta
	Reforço e qualificação da oferta de alojamento	Muito relevante	Médio	Qualificação da oferta
	Reforço e qualificação da oferta de equipamentos e serviços turísticos	Muito relevante	Elevado	Qualificação da oferta
	Dinamização e enquadramento do investimento turístico	Muito relevante	Reduzido	Formação, investimento, empreendedorismo e inovação
	Preparação, qualificação e profissionalização dos recursos humanos	Muito relevante	Médio	Formação, investimento, empreendedorismo e inovação
	Informação, promoção e divulgação do potencial turístico	Muito relevante	Elevado	Informação, divulgação e promoção do destino turístico
	Mobilização da população residente e operadores para o turismo	Muito relevante	Elevado	Funcionamento do sistema turístico
Plano Sectorial da Rede Natura 2000 – Serra da Lousã	Produtos estratégicos para a região do Pinhal Interior: Turismo no Espaço Rural; Touring; Turismo Multiactivo; Turismo Jovem; Turismo de Natureza; Residência secundária	Relevante	Médio	Produtos Turísticos
	Conservação e manutenção das linhas de água, dos habitats e da fauna e do mosaico agrosilvo-pastoril	Muito relevante	Elevado	Qualificação da oferta
	Ordenamento da gestão florestal, acessibilidades e actividades de recreio e lazer	Muito relevante	Elevado	Qualificação da oferta
PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural   Estratégia de Desenvolvimento Local da Beira Serra	Avaliação de incidências ambientais	Relevante	Médio	Qualificação da oferta
	Criar e diversificar o emprego: estimular atitudes empreendedoras de carácter empresarial e valorizar o capital humano	Muito relevante	Reduzido	Formação, investimento, empreendedorismo e inovação
	Fomentar a participação das populações e dos diferentes agentes	Muito relevante	Elevado	Funcionamento do sistema turístico
	Dinamizar parcerias para racionalização de recursos	Relevante	Elevado	Qualificação da oferta
	Dar notoriedade à região como território moderno, competitivo, inovador, com sentido de solidariedade, coesão e da sua própria identidade	Muito relevante	Elevado	Informação, divulgação e promoção do destino turístico

Fonte: Autoria própria

## Âmbito municipal

No que diz respeito aos instrumentos de gestão territorial de âmbito municipal, evidencia-se o Plano Director Municipal. Ao nível da política estratégica local, destaca-se o Plano Director de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo para o Município de Góis.

Quadro 31 | Instrumentos de Política e Estratégia de âmbito Regional – Principais orientações e seu significado para o Turismo no concelho de Góis

Instrumento	Principais orientações	Grau de significado	Grau de controlo	Dimensão
Plano Director Municipal de Góis	Reforço da centralidade do “coração” de Góis e a criação de um sub-pólo em Alvares	Relevante	Elevado	Qualificação da oferta
	Acessibilidade inter-concelhia e intra-concelhia	Muito relevante	Médio	Qualificação da oferta
	Oferta de solo industrial em área com aptidão para o efeito	Relevante	Médio	Qualificação da oferta
	Animação cultural e de lazer	Muito relevante	Elevado	Qualificação da oferta
	Desenvolvimento do turismo:			
	Reforço das medidas de protecção do património natural e edificado	Muito relevante	Elevado	Qualificação da oferta
	Incentivo à criação de empresas de comércio e serviços com vista a uma melhor adequação da oferta à procura turística	Muito relevante	Médio	Formação, investimento, empreendedorismo e inovação
	Incremento da pesca e da caça como actividades de desporto e lazer	Relevante	Médio	Qualificação da oferta
	Enquadramento do turismo de habitação e agro-turismo de qualidade em harmonia com o meio ambiente	Relevante	Elevado	Qualificação da oferta
	Dotação de equipamentos colectivos que sirvam de base à actividade turística	Muito relevante	Elevado	Qualificação da oferta
Programa Director de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo para o Município de Góis	Fortalecer o capital social - promover a integração e a criatividade	Muito relevante	Elevado	Funcionamento do sistema turístico
	Valorizar a floresta como pilar de uma nova economia local	Muito relevante	Médio	Qualificação da oferta
	Inovar no turismo natureza como âncora estratégica:			
	Concretização de um Programa de ecoturismo	Muito relevante	Elevado	Qualificação da oferta
	Realização de um Plano de marketing do concelho de Góis	Muito relevante	Elevado	Informação, divulgação e promoção do destino turístico
	Criação de espaços culturais e criativos	Muito relevante	Elevado	Qualificação da oferta
	Expansão e valorização da Rede de Aldeias de Xisto	Muito relevante	Elevado	Qualificação da oferta
	Promoção de um programa de dinamização cultural e turística	Muito relevante	Elevado	Qualificação da oferta

Fonte: Autoria própria

## 6. Tendências do Turismo

A sensibilidade do turismo à envolvente contextual é um dos principais aspectos caracterizadores desta actividade e que assume clara importância na definição dos padrões do seu desenvolvimento. É fácil compreender que factores como a estabilidade política, o desenvolvimento e as condições económicas, o emprego, a modernização tecnológica, a segurança e a saúde, bem como as características e as dinâmicas socioculturais e demográficas que marcam o mundo, influenciam de forma determinante a actividade turística e assumem uma forte incidência nos hábitos e nas práticas turísticas.

Da conjugação desse conjunto alargado de factores resulta para a indústria do turismo, altamente competitiva e em permanente evolução, um conjunto de projecções e tendências a nível mundial, apontadas pelas principais organizações internacionais do turismo, das quais se destacam:

### **Características socioeconómicas**

- Aumento da disponibilidade temporal e económica das pessoas, em especial nos países desenvolvidos, para realizar viagens;
- Envelhecimento da população: aumento do turismo de pessoas reformadas, em idade avançada, com vida activa e com elevado poder de compra;
- Aumento da importância do turismo individual, decorrente do crescimento de novos perfis familiares, nomeadamente, solteiros e casais sem filhos;
- Aumento do turismo feito por pessoas portadoras de deficiência;
- Crescentes exigências e expectativas por parte do turistas. Os turistas são cada vez mais experientes e sofisticados nos seus hábitos de viagem e esperam encontrar atractivos, instalações e serviços de qualidade;

### Hábitos de viagem

- Aumento da tendência para o gozo de férias repartidas, mais frequentes e de estadias de curta e média duração;

### Hábitos de compra

- Aumento da realização de compras de última hora (“last minute”);
- Alargamento da utilização das novas tecnologias para a pesquisa, escolha, organização e compra da viagem. O consumidor tem acesso a mais informação, passando a dispor de maior possibilidade de escolha e a desempenhar um papel mais activo na organização da viagem;

### Motivações e interesses

- Aumento da procura turística baseada em actividades ao ar livre, de natureza desportiva, ligada à actividade física e à fruição de espaços naturais;
- Crescente procura orientada para a vivência de novas experiências e emoções;
- Mais turistas estão interessados em conhecer a história e a cultura das áreas que visitam. Os turistas são culturalmente e intelectualmente mais exigentes.
- Aumento da importância das motivações associadas à busca de raízes, no qual os turistas visitam as áreas de onde provêm os seus ancestrais;
- Reforço do turismo científico, de negócios, de congressos e incentivos;
- Mais turistas preocupam-se em manter e melhorar a sua saúde: tratamentos médicos despertam novos interesses, podendo constituir motivação de viagem;
- Aumento da procura turística relacionada com hobbies e temas específicos: actividades e programas temáticos ligados à história, à natureza, à cultura, etc;
- Aprofundamento da sensibilidade dos turistas às questões do meio ambiente e às questões sociais, procurando destinos turísticos com um modelo de desenvolvimento sustentável;

- Aumento da procura de ecoturismo, da valorização dos aspectos ecológicos ligados ao destino e da certificação ambiental dos produtos turísticos;
- Crescente coexistência de múltiplas motivações turísticas na escolha do destino e do tipo de viagem;
- Crescente diversificação da procura turística;

### **Indústria turística**

- Crescente aumento da competitividade na oferta turística;
- Crescente concentração de operados turísticos e de companhias áreas em grandes grupos económicos;
- Surgimento de operadores turísticos independentes, resultante das possibilidades geradas pela utilização das novas tecnologias de informação;
- Utilização crescente das novas tecnologias de informação e comunicação. A Internet é um instrumento cada vez mais importante nas áreas de distribuição, comercialização e marketing;
- Incremento das práticas de conservação ambiental, em resposta às crescentes preocupações e responsabilidades ambientais e sociais dos turistas e como aposta como factor de competitividade;
- Incremento das preocupações para dotar os destinos de infra-estruturas e serviços com capacidade para receber turistas com incapacidades;

### **Produtos turísticos**

- Diversificação e aumento dos produtos turísticos oferecidos no mercado;
- Aumento dos produtos desenhados à medida do cliente;
- Crescente segmentação de mercado e surgimento de produtos específicos dirigidos a públicos-alvo muito restritos, mas com forte significado económico – nichos de mercado;

- Reforço da importância da informação disponibilizada ao turista, decorrente das novas exigências e elevados padrões culturais dos turistas;

### **Oferta turística**

- Mais turistas procuram novos destinos e produtos turísticos, proporcionando diferentes oportunidades para o desenvolvimento de novas áreas turísticas e para a melhoria dos destinos turísticos existentes;
- Mais turistas tiram férias mais curtas, mas mais frequentes. Cria-se assim a oportunidade para o desenvolvimento de mais destinos turísticos e para a oferta de serviços que podem ser utilizados pelos turistas ao longo das diferentes estações do ano;
- Reforço da importância das dimensões da sustentabilidade associadas à oferta turística, consubstanciada através do desenvolvimento de produtos e práticas ambiental e socialmente sustentáveis.

Como resume Cavaco (2006), sobre a alteração do perfil e das expectativas do turista, “O estereótipo do velho turista tenderá a desaparecer, surgindo um novo turista, mais esclarecido e à procura de mais conhecimento, que aceita a diferença, a experimentação e a inovação, interessado pela descoberta da cultura do local, pelo património cultural e social, que procura o autêntico e genuíno, em busca de locais com elementos de diferenciação face a produções industriais e massificadas. Para além disso, o turista do futuro, exigente, independente e individualista, espera serviço de alta qualidade e eficiência, informação precisa e imediata, sem filas de espera, sem massas, sem multidões, e deseja experiências únicas, com mobilização do progresso tecnológico.”

Indo ao encontro das expectativas dos consumidores e da maximização da satisfação dos clientes, a oferta turística deverá, assim, focar-se quer na qualidade dos serviços, quer na segmentação de mercado, quer na diversificação dos produtos oferecidos. Como analisado, desenham-se no turismo mundial tendências que apontam para uma diversificação da procura turística e que abrem perspectivas para a criação e desenvolvimento de novos

destinos e novos tipos de oferta turística. No quadro das orientações que estruturam o mercado turístico, assiste-se, pois, a um contexto propício à criação de projectos turísticos inovadores que respondam às ambições, desejos e necessidades emergentes dos novos tipos e perfis de turistas.

É, pois, necessário que as autoridades e intervenientes locais tomem conhecimento das grandes tendências turísticas a nível internacional, a fim de planearem um desenvolvimento turístico sustentável, que atenda às expectativas dos turistas de hoje e do futuro.

Neste contexto global de perspectivas futuras para o turismo, importa avaliar como as principais tendências que marcam a actividade turística poderão influenciar o desenvolvimento do turismo no concelho de Góis. Apresenta-se no quadro seguinte uma síntese dos principais efeitos e significados esperados para o quadro da afirmação do concelho enquanto destino turístico e o respectivo nível de importância, traduzido numa escala de 1 a 5, em que 1 corresponde a “Nada importante” e 5 a “Muito importante”.

Esta análise deve, no entanto, ser ponderada por três aspectos fundamentais: por um lado, pelo facto de o turismo ser marcado por dinâmicas de mudança cada vez mais aceleradas, por outro, pelo facto de acontecimentos e conjunturas mundiais imprevisíveis poderem de forma drástica alterar as condições de base do sistema turístico (p.e. guerras, pandemias, etc.), e ainda pelo facto de, para além das tendências mundiais de carácter global, terem igualmente importância significativa para o destino turístico as tendências locais e regionais, de carácter mais específico.

Quadro 32 | Significado das tendências do turismo para o concelho de Góis

<b>Tendência</b>	<b>Significado para o concelho de Góis</b>	<b>Tipo de Significado</b>	<b>Importância</b>
Aumento da disponibilidade temporal e económica para a realização de viagens	Melhoria das condições que podem levar ao aumento da procura turística	Oportunidade	3
Envelhecimento da população: aumento do turismo de pessoas reformadas, em idade avançada, com vida activa e com elevado poder de compra	Góis possui recursos e condições óptimas para se afirmar como um destino importante para este segmento	Oportunidade	4
Aumento da importância do turismo individual, decorrente do crescimento de novos perfis familiares, nomeadamente, solteiros e casais sem filhos	Góis possui recursos e condições óptimas para se afirmar como um destino importante para este segmento	Oportunidade	3
Incremento das preocupações para dotar os destinos de infra-estruturas e serviços com capacidade para receber turistas com incapacidades	Oportunidade de surgimento de novo público e de aumento da procura Impacte na gestão dos recursos e infra-estruturas e no desenho das diversas actividades turísticas de forma a criar condições para acolher estes turistas	Oportunidade / Ameaça	2
Crescente exigências e expectativas por parte dos turistas	Necessidade de qualificação do turismo no concelho	Oportunidade / Ameaça	3
Mais turistas estão interessados em conhecer a história e a cultura das áreas que visitam. Os turistas são culturalmente e intelectualmente mais exigentes.	Oportunidade para o aproveitamento dos recursos históricos e culturais do concelho	Oportunidade	4
Aumento da tendência para o gozo de férias repartidas, mais frequentes e de estadias de curta e média duração	Oportunidade para o desenvolvimento de mais destinos turísticos e para a oferta de serviços mais diversificados que podem ser utilizados pelos turistas ao longo do ano	Oportunidade	4
Aumento da realização de compras de última hora	Necessidade de adequar os canais de venda e o planeamento das actividades a esta realidade	Ameaça	2
Aumento da procura turística baseada em actividades ao ar livre, de natureza desportiva, ligada à actividade física e à fruição de espaços naturais	Góis possui recursos e condições óptimas para se afirmar como um destino importante para este segmento	Oportunidade	5
Crescente procura orientada para a vivência de novas experiências e emoções	Oportunidade para as empresas de animação turística desenvolverem novas actividades	Oportunidade	4
Aumento da importância das motivações associadas à busca de raízes, no qual os turistas visitam as áreas de onde provêm os seus ancestrais	A história e a dinâmica de êxodo rural do concelho levam a que este seja um aspecto fundamental na captação de turistas para Góis	Oportunidade	5
Reforço do turismo científico, de negócios, de congressos e incentivos	Góis não possui infra-estruturas que lhe permitam apostar neste segmento	Ameaça	2

<b>Tendência</b>	<b>Significado para o concelho de Góis</b>	<b>Tipo de Significado</b>	<b>Importância</b>
Mais turistas preocupam-se em manter e melhorar a sua saúde: tratamentos médicos despertam novos interesses, podendo constituir motivação de viagem	Góis possui recursos e condições naturais para desenvolver novos produtos turísticos dirigidos a este segmento	Oportunidade	3
Aumento da procura turística relacionada com hobbies e temas específicos: actividades e programas temáticos ligados à história, à natureza, à cultura, etc.	Oportunidade para desenvolvimento de produtos dedicados a esses interesses específicos	Oportunidade	5
Crescente diversificação da procura turística e coexistência de múltiplas motivações turísticas na escolha do destino e do tipo de viagem	Possibilidade de aumento da procura, uma vez que o concelho reúne na sua oferta turística diferentes vertentes: culturais, históricas, naturais	Oportunidade	4
Crescente diversificação dos produtos turísticos oferecidos no mercado e crescente aumento da competitividade	O aumento da concorrência levará à permanente necessidade de desenvolvimento de produtos e serviços competitivos e inovadores	Ameaça	4
Crescente concentração de operados turísticos e de companhias áreas em grandes grupos económicos	Pressão sobre os preços Maior dependência da procura face a esses grandes grupos	Ameaça	2
Utilização crescente das novas tecnologias de informação e comunicação	Facilidade de divulgação, promoção e venda do turismo do concelho a uma escala global	Oportunidade	5
Aumento dos produtos desenhados à medida do cliente	Necessidade/Oportunidade para criação de ofertas flexíveis e ajustáveis aos requisitos do cliente	Oportunidade / Ameaça	3
Crescente segmentação de mercado e surgimento de produtos específicos dirigidos a públicos-alvo muito restritos, mas com forte significado económico – nichos de mercado	Possibilidade de aumento da competitividade do concelho através da criação de novos produtos dirigidos a públicos-alvo específicos	Oportunidade	4
Reforço da importância da informação disponibilizada ao turista, decorrente das novas exigências e elevados padrões culturais dos turistas	Possibilidade de reforçar a competitividade do concelho através de ações concretas nesse domínio	Oportunidade	2
Mais turistas procuram novos destinos e produtos turísticos	Oportunidade para a afirmação do concelho como destino turístico	Oportunidade	3
Aumento da procura e reforço da importância das dimensões da sustentabilidade social e ambiental associadas ao destino e ao tipo de oferta turística	Necessidade de implementação de um modelo de desenvolvimento turístico sustentável e de desenvolvimento de produtos e práticas ambiental e socialmente sustentáveis O concelho reúne as condições propícias para apostar	Oportunidade / Ameaça	3

Fonte: Autoria própria



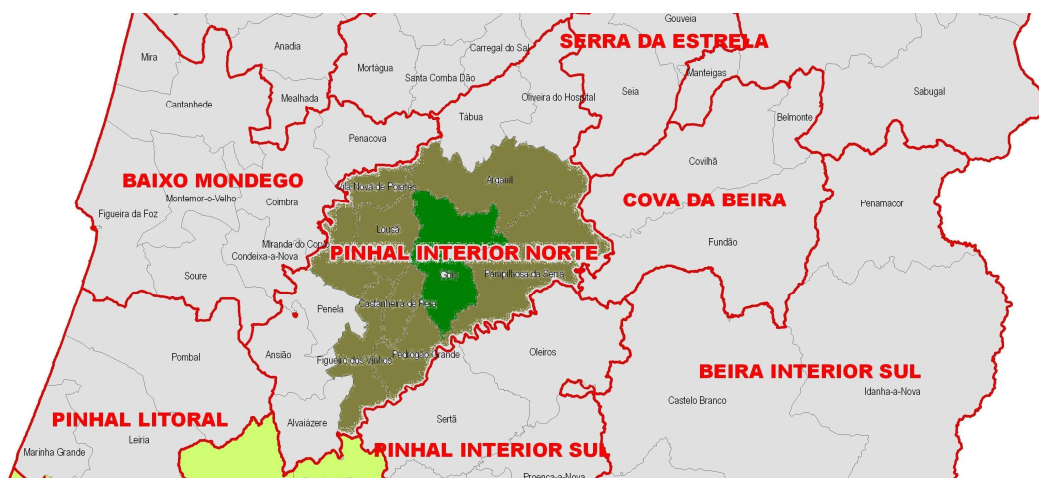
## 7. O Turismo nos concelhos vizinhos

Desenvolver o sistema turístico local não significa que se encerre todo o processo nas fronteiras administrativas do concelho, pelo contrário, há que promover a integração regional e estimular complementaridades com o meio envolvente.

Deverá acertar-se um ordenamento turístico coordenado entre os municípios da região que explore as complementaridades dos recursos e dos projectos de forma a criar uma oferta de actividades turísticas consistente, articulada e de que resultem um valor e poder de atracção reforçados.

Tendo em vista o enquadramento da dimensão e dinâmica turística da região procede-se à análise dos recursos, das particularidades e das potencialidades das actividades turísticas dos concelhos limítrofes de Góis - Arganil, Lousã, Pampilhosa da Serra, Castanheira de Pêra, Pedrógão Grande. Pretende-se com esta abordagem conhecer melhor a realidade da oferta turística neste território, contribuindo para a definição das linhas de desenvolvimento e posicionamento que o concelho de Góis deve adoptar na área do turismo.

Figura 10 | Concelhos vizinhos de Góis



Fonte: Autoria própria

## Arganil

No concelho de Arganil, destaca-se como uma das suas principais atracções turísticas a Aldeia Histórica do Piódão, situada em plena Serra do Açor, com um enquadramento paisagístico singular.

As características únicas da fauna e flora da Serra do Açor levam à sua classificação como Área de Paisagem Protegida. Merece particular destaque a Reserva Natural Parcial da Mata da Margaraça e a queda de água da Fraga da Pena. A variedade dos habitats naturais existentes constituem um atractivo importante do turismo no concelho de Arganil, existindo diversos circuitos interpretativos e uma oferta variada de programas e actividades de contacto com a natureza, disponibilizados pelo Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade e por algumas empresas de turismo activo.

Em Arganil, há ainda a salientar a existência de um conjunto de praias fluviais, destacando-se as praias fluviais do Piódão, que se localiza mesmo aos pés da Aldeia Histórica com o mesmo nome; da Cascalheira, em Secarias, situada nas margens do rio Alva; a praia fluvial de Pomares, em plena Serra do Açor; e as praias de Argoal e Côja.

Situada entre Côja e a Paisagem Protegida da Serra do Açor, a Aldeia do Xisto da Benfeita é a única aldeia do concelho que faz parte da Rede de Aldeias do Xisto, parceria que reúne 16 municípios da Região Centro.

Desde a realização de uma das etapas do Campeonato Mundial de Rallyes, Arganil manteve a sua imagem associada à realização de provas e eventos ligados a esta modalidade, continuando a acolher a realização de diversas provas nessa área, como o “Rally de Arganil”, "Campeonato Open de Rallyes", "Campeonato de Portugal Júnior de Rallyes" e "Campeonato Regional de Rallyes".

Encontra-se actualmente em curso o projecto de reabilitação da Antiga Cerâmica Arganilense, que visa dotar o concelho de um equipamento colectivo que oferecerá uma série de valências nas áreas da cultura, desporto e lazer, preservando simultaneamente a memória de um espaço de grande riqueza simbólica e patrimonial para o concelho. Está prevista a criação de uma casa das artes destinada a artistas e artesãos, uma piscina municipal, um Health Club, várias zonas comerciais e uma área de restauração.

Apresentado no início deste ano, o Plano Estratégico do Desenvolvimento do Turismo elaborado para o concelho de Arganil faz o diagnóstico do conjunto de potencialidades do concelho ao nível turístico e aponta caminhos para a sua promoção e criação de riqueza. De acordo com o estudo, desenvolver o turismo no concelho passa por apostar em projectos estruturantes, que possam aproveitar o potencial turístico da região, como a criação da Casa do Empreendedorismo Turístico, a concepção de produtos turísticos integrados e vendáveis, a definição de uma carta gastronómica regional, a definição de um portfolio de artesanato regional certificado, entre outros. Esta aposta prevê a complementaridade com projectos de recuperação e requalificação de estruturas já existentes, como a Antiga Cerâmica Arganilense, já em curso, e a recuperação e criação de unidades hoteleiras. O desenvolvimento e a formação de capital humano, assim como o investimento em infra-estruturas de suporte são também factores a que é dada elevada relevância para o cenário de desenvolvimento turístico do concelho de Arganil.

### Lousã

A Lousã situa-se no sopé ocidental da Serra da Lousã e estende-se pelas suas colinas até ao Rio Arouce. O ex libris do concelho é a montanha, cujas potencialidades são já reconhecidas desde 1929, altura em que lhe foi atribuída a classificação de Estância de Repouso e Turismo.

Muitos dos percursos marcados para passeios pedestres e actividades de todo-o-terreno, conduzem o visitante a um conjunto notável de Aldeias do Xisto, como o Talasnal, Candal, Cerdeira, Chiqueiro e Casal Novo. Pelo caminho, o contacto com a natureza é privilegiado, sendo possível avistar veados, corças e milhafres, entre outros animais exemplares.

Na serra destaca-se ainda o complexo natural e paisagístico da Senhora da Piedade, com as piscinas naturais junto ao rio e com a Ermida mesmo ao lado. As praias fluviais da Senhora da Graça, em Serpins, e da Bogueira, em Casal de Ermio, possuem também uma importante envolvente natural, constituindo-se como atracções turísticas de referência do concelho.

No centro da vila da Lousã, as velhas casas apalaçadas e brasonadas e a excelência da arquitectura dos séculos XVIII e XIX, manifesta nos vários solares e palácios, marcam a paisagem urbana histórica. O pelourinho, existente nos Paços do Concelho, é também património cultural, que, em conjunto com o Castelo, se encontram classificados como monumento nacional.

No desenvolvimento turístico do concelho sobressai a abertura recente de um Hotel de Charme no centro da vila da Lousã, que veio contribuir para a qualificação das infra-estruturas de alojamento e dos serviços associados ao turismo da região, bem como à criação de uma nova imagem e posicionamento, diversificando-se da oferta existente até então.

Pelos investimentos realizados ao longo dos anos na área do turismo e pela imagem que foi construindo, a Lousã constitui-se hoje como uma referência da actividade turística da região, representando uma âncora territorial, na medida em que polariza, económica e simbolicamente, uma parte importante da actividade turística da zona interior da região Centro.

### Pampilhosa da Serra

O concelho de Pampilhosa da Serra caracteriza-se pelos vales cavados pelas águas dos rios Ceira, Unhais e Zêzere, que marcam a paisagem. As albufeiras são um dos principais atractivos do turismo de natureza do concelho. A albufeira de Santa Luzia, a albufeira da Barragem do Cabril e a albufeira da Barragem do Alto Ceira são locais de referência.

Águas límpidas e natureza quase intocada, fazem das albufeiras locais de visita obrigatória e palcos privilegiados para a prática de desportos não motorizados: vela, canoagem, remo, pesca desportiva, etc. Por outro lado, as serras de rara beleza são o cenário ideal para passeios pedestres ou para a prática de montanhismo e outros desportos de contacto com a natureza de montanha.

A prática e dinamização de desportos de aventura ganha, assim, cada vez mais relevância no concelho, pois permite a descoberta dos valores paisagísticos, culturais e humanos da região. Nesse contexto, a autarquia de Pampilhosa da Serra, com o apoio técnico do

INATEL, tem implementado circuitos para a prática do BTT, marcha pedestre, escalada, rappel, slide e canoagem. Na sede concelho, o complexo desportivo oferece aos seus visitantes um conjunto de equipamentos diversificados: ciclovia, pista de manutenção, mini-golfe e pista de skate.

A riqueza ambiental dos rios e serras da Pampilhosa constitui o seu recurso turístico de excelência, encontrando-se espelhada nas zonas ribeirinhas bem preservadas e nas montanhas e penedos, onde é frequente avistarem-se espécies raras. Das praias fluviais existentes sobressaem as de Janeiro de Baixo, Pessegueiro e Santa Luzia, esta dotada com uma piscina flutuante.

No concelho, eminentemente rural, o património arquitectónico é também um factor distintivo relevante, em que o xisto nas fachadas das casas marca a paisagem. A aldeia do Fajão, onde se podem visitar as casas típicas e um museu local e vivenciar os modos de vida dos residentes, faz parte da Rede das Aldeias do Xisto. Um moinho escavado na rocha marca a outra Aldeia do Xisto do concelho - Janeiro de Baixo – onde se pode desfrutar de um parque de campismo e zona de lazer.

### Castanheira de Pêra

Castanheira de Pêra é uma das portas de entrada para a Serra da Lousã. Para além de uma esplêndida vista sobre a região Centro do país, que abarca desde Espanha ao Atlântico, passando pela Serra da Estrela, podem ainda observar-se a partir de Castanheira de Pêra três dos sete poços de neve, bem como a capela de Santo António, localizados num dos pontos mais altos da Serra, construções classificadas como monumentos nacionais.

No âmbito do património histórico e cultural do concelho, destaca-se o Núcleo Museológico Casa do Neveiro, onde estão expostos elementos que relembram os antepassados da região, nos seus usos e costumes, suas casas e actividades de subsistência (agricultura, pastorícia, profissões diversas, indústria artesanal, etc.). O Lagar do Corga, uma unidade industrial bastante antiga e praticamente artesanal, que utilizava a energia hidráulica da Ribeira de Pêra, foi aproveitado e transformado num núcleo museológico dedicado à produção artesanal do azeite. A Casa do Tempo trata-se de um espaço

vocacionado para a preservação e valorização do património relacionado com a arte tipográfica, funcionando simultaneamente como centro de difusão cultural.

A Praia Fluvial das Rocas é actualmente o maior ex libris do concelho de Castanheira de Pêra. Trata-se de um complexo de lazer, animação e divertimento, situado num lago com quase 1 km de extensão, bem no coração de Castanheira de Pêra. Uma ilha no centro da praia, a maior piscina de ondas do país, uma albufeira e uma ponte secular constituem um ambiente único que marca a imagem deste equipamento de recreio e lazer. Desde 2005, ano em que a Praia das Rocas abriu ao público, registaram-se já cerca de 400 mil entradas.

As águas límpidas e cristalinas da Ribeira da Pêra na Praia Fluvial do Poço Corga e as fragas imponentes da Ribeira das Quelhas, de rara beleza natural, oferecem ao visitante a tranquilidade e serenidade das paisagens que misturam o verde da Serra da Lousã com o azul do rio, propiciando um contacto pleno com a natureza.

### Pedrógão Grande

Em Pedrógão Grande a albufeira do Cabril e a albufeira da Bouça são pontos de visita obrigatórios. Por entre carvalhos, castanheiros, sobreiros e outras espécies é possível apreciar uma paisagem natural admirável. Dos miradouros de Nossa Senhora dos Milagres e da Cotovia a vista panorâmica sobre o rio Zêzere e a albufeira do Cabril é um dos seus principais pontos de interesse.

No núcleo urbano da Vila, marcadamente medieval, destacam-se a Torre do Relógio do séc. XII, a Igreja da Misericórdia de traça maneirista, com um valioso património de arte sacra, e a Capela do Mártir S. Sebastião, datada de quinhentos.

Do miradouro natural do Penedo da Granada, merece ser admirada a Ponte Filipina do Cabril, classificada como monumento nacional. Junto ao Monte da Sra. dos Milagres, marca a paisagem o Convento Dominicano de N. Senhora da Luz.

Desfrutando do prazer da caminhada ao ar livre, contemplando a paisagem, a natureza e o património histórico de Pedrógão Grande, é possível percorrer alguns dos muitos

percursos pedestres e pequenas rotas existentes, como os Trilhos do Património, dos Romanos, do Cabeço das Mós e do Açude dos Rodrigues.

Há ainda a destacar no conjunto da oferta turística do concelho de Pedrógão Grande a praia fluvial do Mosteiro, perfeitamente bem enquadrada na paisagem, onde é possível desfrutar das características únicas da Ribeira de Pêra. Esta praia fluvial encontra-se integrada na rede das praias fluviais do Pinhal Interior Norte e tem a capacidade de oferecer aos seus visitantes um conjunto de actividades de cariz cultural e desportivo.

### Oferta de alojamento na região

A análise dos dados referentes à oferta de alojamento turístico na NUT III do Pinhal Interior Norte demonstra a inexistência de uma grande diversidade de tipologias, sendo a região caracterizada, essencialmente, por estabelecimentos hoteleiros de pequena dimensão, destacando-se a tipologia de pensões e pequenos hotéis.

Relativamente à distribuição espacial do número de camas turísticas existentes, os concelhos de Tábua, Oliveira do Hospital, Lousã e Arganil destacam-se por deterem mais de 80% da oferta existente nesta NUT III, e os concelhos de Góis, Pampilhosa da Serra, Figueiró dos Vinhos, Vila Nova de Poiares, Alvaiázere e Penela por não terem qualquer estabelecimento hoteleiro.

Quadro 33 | Estabelecimentos Hoteleiros NUT III – Pinhal Interior Norte, Julho 2008

<b>Concelho</b>	<b>Total</b>	<b>Hotéis</b>	<b>Pensões</b>	<b>Outros</b>
Góis	0	0	0	0
Arganil	2	1	1	0
Lousã	2	1	1	0
Pampilhosa da Serra	0	0	0	0
Castanheira de Pêra	1	0	1	0
Pedrógrão Grande	1	0	1	0
Oliveira do Hospital	2	1	0	1
Tábua	1	1	0	0
Ansião	1	0	1	0
Miranda do Corvo	1	0	0	1
Figueiró dos Vinhos	0	0	0	0
Vila Nova de Poiares	0	0	0	0
Alvaiázere	0	0	0	0
Penela	0	0	0	0
<b>Pinhal Interior Norte</b>	<b>11</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>2</b>

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2008

Quadro 34 | Capacidade de Alojamento NUT III – Pinhal Interior Norte, Julho 2008

<b>Concelho</b>	<b>Total</b>	<b>Hotéis</b>	<b>Pensões</b>	<b>Outros</b>
Góis	0	0	0	0
Arganil	86	38	48	0
Lousã	126	92	34	0
Pampilhosa da Serra	0	0	0	0
Castanheira de Pêra	23	0	23	0
Pedrógrão Grande	23	0	23	0
Oliveira do Hospital	135	87	0	48
Tábua	169	169	0	0
Ansião	18	0	18	0
Miranda do Corvo	53	0	0	53
Figueiró dos Vinhos	0	0	0	0
Vila Nova de Poiares	0	0	0	0
Alvaiázere	0	0	0	0
Penela	0	0	0	0
<b>Pinhal Interior Norte</b>	<b>633</b>	<b>386</b>	<b>146</b>	<b>101</b>

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2008

### Sinergias e complementaridades

Num território que se distingue pelas suas características de interioridade, de montanha e pelo seu forte cariz rural, a existência de um alargado número de aldeias históricas, de aldeias de xisto e de praias fluviais de qualidade marca, a par com a paisagem natural dos rios e das serras, a imagem turística desta região.

Será, pois, com base nessas características e recursos comuns aos vários concelhos que deverá ser reforçada a cooperação estratégica intermunicipal na concepção e gestão de projectos de qualidade para a área do turismo. Tal política de concertação permitirá explorar e criar novas potencialidades desenvolvimento turístico, aproveitando e gerando sinergias positivas claras para a estratégia turística individual de cada município e para a afirmação do turismo no conjunto da região.

Estando a maioria dos municípios limítrofes ao concelho de Góis integrados na rede, já formalmente constituída, das Aldeias do Xisto e das Praias Fluviais das Aldeias do Xisto, que Góis também integra, revela-se fundamental o aprofundamento de tais redes de relacionamento, bem como o seu alargamento a outros factores de interesse e a outras áreas temáticas, de forma a garantir economias de escala em matéria da gestão, organização e promoção dos produtos turísticos a eles associados, cuja experiência actual permite já registar significativos níveis de sucesso, mas que, através da definição conjunta de uma estratégia de intervenção e de um plano de acção em articulação entre as diversas entidades municipais, poderão vir a ser potenciados e a constituir importantes âncoras de referência turística a nível nacional e internacional.

Conceber iniciativas concertadas neste conjunto de municípios permitirá ainda criar uma nova dinâmica para a oferta turística integrada, em especial nas áreas patrimoniais e culturais ligadas ao mundo rural, que poderá proporcionar padrões superiores de qualidade e diversidade e que contribuirá de forma decisiva para um maior poder de atracção da região.

A protecção e o aproveitamento do património comum da paisagem e dos recursos naturais é outro dos vectores que deverá orientar a intervenção conjunta das autarquias com vista a maximizar as vantagens inerentes ao potencial turístico dos recursos desta região. O desenho e concepção de produtos turísticos que integrem e valorizem as diferentes especificidades de cada concelho permitirá a composição de produtos inovadores e de maior valor acrescentado.

O concelho de Góis apresenta-se, assim, numa confluência de oportunidades associadas ao aproveitamento das suas características naturais e patrimoniais próprias e das características transversais à região em que se insere. Face às dinâmicas da envolvente, caberá ao concelho de Góis assumir um papel mais activo na dinamização de uma estratégia integrada de desenvolvimento turístico que beneficie da cooperação entre os seus concelhos vizinhos, criando novas propostas para os novos tipos de turismo, designadamente ao nível da capacidade de atrair e fixar turistas, configurando, assim, uma verdadeira articulação entre os municípios para a concepção de uma imagem e de um destino turístico de âmbito mais abrangente, no contexto da região Centro.

## 8. Análise SWOT

Após a caracterização da matriz territorial e socioeconómica do concelho e a análise da sua actual actividade turística, devidamente enquadrada pelas orientações estratégicas nacionais e regionais, bem como pelas tendências gerais do turismo, importa proceder à identificação das potencialidades turísticas, através da análise dos pontos fortes e pontos fracos, das ameaças e oportunidades para o desenvolvimento do turismo neste concelho.

### Pontos Fortes

---

- + Grande riqueza e diversidade dos recursos naturais;
- + Rio Ceira e Serra da Lousã como recursos turísticos estruturantes;
- + Paisagens naturais com grande valor e interesse turístico;
- + Vasto património cultural associado à história, vivências e tradições do mundo rural;
- + Riqueza etnográfica com potencial de recurso turístico, manifestada em eventos de carácter tradicional - festas populares, trajes tradicionais, folclore, procissões, música tradicional, romarias;
- + Existência de colectividades culturais e recreativas bastante activas (Filarmónicas, Ranchos, Associações de Melhoramentos, ...)
- + Existência de vários espaços museológicos de temática rural;
- + Existência de recursos e condições óptimas para a prática de caça e pesca desportiva;
- + Potencialidade da tradição gastronómica, associada aos produtos regionais locais;
- + Integração em projectos de referência turística de âmbito regional: Aldeias de Xisto;
- + Importante rede de praias fluviais qualificadas e de grande beleza natural;

- + Experiência na organização de provas de desporto motorizado;
- + Notoriedade de Góis, associada a eventos com projecção nacional como a Concentração Moto turística;
- + Localização privilegiada entre algumas das principais cidades do país, principais mercados emissores de turistas nacionais: Lisboa, Porto, Coimbra, Aveiro, Viseu, Leiria, Castelo Branco;
- + Localização privilegiada entre três pólos turísticos da região Centro, para os quais o destino Góis pode constituir uma oferta complementar: Coimbra – turismo cultural; Figueira da Foz – turismo de sol e mar; Serra da Estrela – turismo de neve;

#### Pontos Fracos

---

- Recursos naturais e culturais pouco explorados;
- Ausência de produtos turísticos integrados e estruturados, resultante da falta de articulação, organização e comercialização;
- Insuficiente promoção e divulgação turística;
- Insuficiência de recursos e suportes informativos;
- Oferta de alojamento reduzida, pouco diversificada e globalmente pouco qualificada (ausência de resposta a para os eventos);
- Oferta de restauração reduzida, pouco diversificada e globalmente pouco qualificada;
- Reduzido número de empresas de animação turística e inexistência de agências e operadores turísticos;
- Deficiências ao nível da rede de transportes e de acessibilidades;
- Baixa qualificação e especialização dos recursos humanos;
- Fraca dinâmica empresarial, de empreendedorismo e de inovação;
- Inexistência de uma oferta de eventos culturais integrada;

- Insuficiente sensibilização dos actores locais para a importância estratégica do turismo;
- Limitações do quadro técnico de apoio ao turismo.

### Oportunidades

---

- + Aposta nacional do turismo como sector estratégico da actividade económica
- + Turismo como sector de diversificação da economia local e motor de desenvolvimento rural;
- + Desenvolvimento de novas formas de divulgação e marketing turístico, decorrentes das novas tecnologias de informação e comunicação, que facilitam e agilizam o processo de venda e promoção de novos destinos turísticos;
- + Mercado turístico revela novos padrões de consumo e motivações:
  - Valorização de destinos que ofereçam experiências com elevado grau de autenticidade e qualidade ambiental;
  - Crescente procura urbana pelas zonas rurais enquanto espaço de descanso e lazer e valorização da tradição e genuinidade associada aos produtos rurais;
  - Valorização crescente dos recursos turísticos associados aos valores culturais;
  - Crescente procura por férias activas, associadas ao desporto e aventura;
  - Tendência para o gozo de férias curtas, repartidas várias vezes por ano;
- + Crescimento da procura de actividades ao ar livre;
- + Crescimento do segmento de natureza e paisagem;
- + Crescimento do segmento turismo em espaço rural.

## Ameaças

---

- Aumento da concorrência de destinos com ofertas turísticas semelhantes;
- Insuficiente organização e articulação do sector para responder aos novos desafios e para impulsionar o desenvolvimento do turismo;
- Forte sazonalidade da actividade turística;
- Debilidade do ambiente económico e dinâmica empresarial para atrair novos investimentos;
- Baixos níveis de sensibilização da população para as oportunidades do turismo;
- Êxodo rural, esvaziamento populacional e envelhecimento da população;
- Elevado risco de incêndios florestais;
- Persistência de obstáculos da natureza jurídica, formal e burocrática na aprovação e licenciamento de projectos de investimento turístico;
- Baixo nível de cooperação e articulação intermunicipal para a definição de políticas estratégicas e criação de parcerias de carácter supramunicipal;
- Negativa auto-estima social, complexo de interioridade;
- Denominação da Serra da Lousã associada exclusivamente ao concelho da Lousã leva a perda de protagonismo do destino Góis.

## 9. Conceito, Visão e Objectivos

Com base na avaliação integrada das condicionantes e potencialidades do território define-se o conceito e respectiva visão estratégica de desenvolvimento e valorização turística para o concelho de Góis.

A estratégia de desenvolvimento preconizada, com base num conceito de desenvolvimento turístico sustentável, é consubstanciada através da definição de um conjunto de objectivos estratégicos associados. O plano de acção que se apresenta materializa o principal conjunto de intervenções, maioritariamente de iniciativa municipal, necessárias para a concretização da estratégia definida.

O êxito deste Plano Estratégico depende em grande medida da concentração de esforços e do desenvolvimento de parcerias e integração de projectos, envolvendo os agentes locais determinantes para a sua implementação, bem como os níveis locais e regionais da Administração Pública.

Este modelo de desenvolvimento aqui preconizado procura compatibilizar o desenvolvimento socioeconómico e a preservação dos recursos naturais, garantindo, simultaneamente, o bem-estar das populações, sem comprometer as necessidades das gerações futuras.

Identificadas as mais relevantes características do concelho, impõe-se a definição de um conceito que traduza e congregue os pressupostos para o desenvolvimento do turismo, que constitua o elemento de base para o desenho da estratégia de desenvolvimento.

Assim, para a definição do conceito contribuem os aspectos/características determinantes na realidade do concelho:

- a existência de um conjunto de recursos de elevado potencial, associados à riqueza natural e paisagística;

- a existência de um património histórico e cultural que testemunha a realidade rural do nosso país;
- a presença de um elemento fundamental e estruturante que confere uma imagem de referência e marca a identidade do território - o rio Ceira.

A definição do conceito turístico considera ainda alguns objectivos gerais:

- transformar e organizar em produto a multiplicidade de recursos (diferenciados em vários domínios) existentes no concelho, criando condições que permitam e favoreçam a sua disponibilização integrada;
- criar uma oferta diferenciada e diversificada abrangendo um leque de motivações que se passe a constituir como alternativa ou como complemento a outras ofertas existentes nas regiões vizinhas/envolvente;
- constituir pontos de atracção no concelho, permitindo aumentar a capacidade de atracção e o período de permanência dos visitantes;
- incrementar uma consciência colectiva das oportunidades turísticas e, assim, operar uma mudança de atitude, o que implica mobilizar os agentes locais e regionais e a comunidade em geral.

Com base nos princípios acima expostos e com o objectivo de implementar um processo dinâmico de transformação do turismo no concelho de Góis, visando um desenvolvimento harmonioso, equilibrado e sustentado, recomenda-se a adopção do seguinte conceito estratégico:

**“Espaço integrador de recursos únicos de predominância natural  
que origina experiências inesquecíveis.”**

O conceito apresentado dará então lugar à formulação de um conjunto de objectivos integrados, que traduzem a seguinte visão estratégica:

**“Posicionar o concelho de Góis no contexto turístico nacional, afirmando-se no mercado do Touring Cultural e Paisagístico e do Turismo Natureza, assente na procura de complementaridades com as áreas turísticas vizinhas.”**

Dando continuidade ao conceito e visão estratégica, é possível identificar um conjunto de objectivos que servirão de base ao processo de desenvolvimento turístico que se propõe. Assim, a operacionalização da visão implica a concretização do seguinte conjunto de objectivos:

- promover a valorização e a afirmação do concelho no contexto regional e nacional como território de **excelência ambiental** enquanto factor determinante na atracção turística;
- potenciar o território como **destino turístico de natureza, de desporto-aventura e touring cultural e paisagístico e de gastronomia**, tirando partido do vasto património natural e cultural;
- valorizar a zona da **Rede Natura da Serra da Lousã** (penedos de Góis) através do incremento de actividades compatíveis com o equilíbrio ecológico, contribuindo para o desenvolvimento e revitalização socioeconómica do concelho;
- afirmar o **rio Ceira** como elemento estruturante do território fomentando a sua utilização como um recurso e promovendo a sua fruição através do incremento de actividades de recreio e lazer;
- valorizar a envolvente da albufeira do Cabril, potenciando a sua fruição e o enquadramento paisagístico de excepção;
- fomentar a iniciativa local para a **criação de micro-empresas** em áreas de negócio articuladas com as necessidades diagnosticadas;
- dinamizar/adequar a formação profissional e a aquisição de **competências** consideradas relevantes face às necessidades diagnosticadas;
- incentivar as actividades de **animação cultural e recreativa**;

- apoiar as acções de promoção de **práticas e tradições culturais** com o propósito de divulgar os elementos de identidade local, associada à paisagem e cultura da região;
- promover a valorização e revitalização do **património histórico-cultural**;
- captar **oportunidades de negócio inovadoras** em torno do património natural, o que implica o fomento da articulação com diversos actores nas áreas de investigação e empreendedorismo.

## 10. Estratégia de desenvolvimento

Na sequência da caracterização e diagnóstico do concelho, é proposta a estratégia de desenvolvimento. Para a definição da estratégia, considerando as potencialidades do concelho e a característica integradora do produto turístico, revela-se imprescindível que a proposta estratégica abranja um leque alargado de domínios, englobando um conjunto de aspectos multidimensionais e interdisciplinares. Neste sentido, os objectivos e acções propostos não se confinam a uma única vertente, sendo apresentadas propostas de natureza e âmbitos diversos, reflectindo a necessidade de encontrar respostas diferenciadas e adaptadas à realidade deste território.

Face à incidência destes objectivos, a estratégia de desenvolvimento é estruturada em função de sete linhas orientadoras, os quais se convencionou designar por **eixos estratégicos**:

- Eixo I – Concepção e Desenvolvimento de Produtos Turísticos
- Eixo II – Selecção de Mercados Alvo
- Eixo III – Desenvolvimento, qualificação e diferenciação da oferta turística
- Eixo IV – Reforço da informação, divulgação e promoção do destino turístico
- Eixo V – Promoção da formação profissional, investimento, empreendedorismo e inovação
- Eixo VI – Estruturação do sistema turístico
- Eixo VII – Operacionalização do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico

Cada um dos eixos encerra um conjunto de medidas que, em função dos objectivos e visão estabelecidos, se consideram fundamentais para encetar a estratégia proposta. Por sua vez, para cada medida são definidas acções de intervenção que contribuirão para concretização dos objectivos definidos.

Salienta-se a necessidade de identificar as prioridades diferenciadas no quadro geral das acções propostas, identificando, claramente, quais as acções estruturantes, que dão corpo à estratégia definida, e que têm, pela sua natureza, capacidade para mobilizar outros projectos e/ou actores e, desse modo, multiplicar o efeito de desenvolvimento preconizado.

Desta forma, a importância e o carácter estruturante de cada uma das acções não decorre do seu valor em si mesmo mas, fundamentalmente, do impacte que pode ter no concelho e na região como catalisadora de outras acções subsequentes. Este efeito de alavancagem intencional é responsável pelo faseamento implícito na estratégia de intervenção face à multiplicidade de acções propostas. Detentoras de níveis de materialidade distintos, as acções reflectem, por isso, a necessidade de encontrar respostas diferenciadas e adaptadas às diversas realidades. Nesse sentido, a definição de prioridades determinou a classificação das acções propostas em estruturantes, prioritárias e complementares, bem como o planeamento temporal da sua implementação, classificação que é apresentada no Anexo IV.

## EIXO I. Concepção e Desenvolvimento de Produtos Turísticos

Tendo em linha de conta os recursos e os factores distintivos do concelho, a criação de sinergias entre os vários recursos turísticos existentes na região, mas também o potencial de crescimento dos vários produtos no mercado nacional e internacional, em articulação com as linhas de desenvolvimento turístico definidas para o país pelo Plano Estratégico Nacional do Turismo e, em especial, com as suas orientações para a região Centro, conclui-se que Góis dispõe das condições e características potenciadoras para a consolidação e desenvolvimento de 4 produtos estratégicos: 2 estruturantes – Turismo de Natureza e Touring Cultural e Paisagístico; e 2 complementares - Turismo Desportivo e Gastronomia e Vinhos.

### Turismo de Natureza

O Turismo de Natureza é aquele cuja principal motivação consiste em viver experiências de grande valor simbólico, interagir e usufruir da Natureza. O Turismo de Natureza integra actividades de contemplação da natureza e de interesse especial, que incluem actividades de animação (artesanato, circuitos temáticos, produtos locais, etc.), de interpretação ambiental (exposições, colóquios, observação de fauna, etc.) e de desporto (pedestrianismo, montanhismo, escalada, etc.).

Podem assim desenhar-se para o desenvolvimento turístico de Góis três segmentos de Turismo de Natureza, que se definem sob os conceitos de:

- “Turismo de Natureza – Contemplar” – integra actividades de contemplação da natureza, que incluem a visita e descoberta de novas áreas e paisagens naturais e a prática de actividades ao ar livre de baixa intensidade. Este produto turístico é dirigido a pessoas para as quais descansar é a principal motivação das suas férias e que escolhem um ambiente de natureza como sendo o mais adequado. Este segmento representa cerca de 80% do total de viagens de Natureza;

- “Turismo de Natureza – Ousar” – associado ao Turismo Activo, integra a prática de actividades e desportos radicais e de aventura ao ar livre (pedestrianismo, montanhismo, escalada, etc.). Este produto turístico é procurado por pessoas para as quais a prática de desportos e a realização de novas experiências é a principal motivação da viagem. Este segmento, que requer um elevado grau de concentração e/ou conhecimento na prática de desportos na Natureza, representa apenas cerca de 20% do total de viagens de Natureza.
- “Turismo de Natureza – Estudar” – essencialmente vocacionado para o estudo, investigação e interpretação ambiental, integra actividades dirigidas aos profissionais, especialistas e pessoas com grande interesse pela natureza e pelas ciências naturais, como exposições, colóquios, observação de fauna, etc. Sendo um produto turístico com um público alvo muito específico e restrito, constitui um nicho de mercado.

### **Turismo de Natureza - Contemplar**

Além dos factores básicos, imprescindíveis para a afirmação de um destino de Turismo de Natureza, como a diversidade dos recursos naturais e a existência de espaços naturais protegidos, constituem factores chave para competir com êxito no sector das viagens de Turismo de Natureza de contemplação: a existência de paisagens naturais únicas e com forte atractividade; de flora e fauna abundante e diversa; de adequadas infra-estruturas de acolhimento, sinalização e equipamentos básicos; de ampla e variada oferta de rotas e itinerários adaptada a diversas tipologias de turistas e visitantes; e a existência de um sistema de certificação de espaços naturais.

Os resultados obtidos através de entrevistas realizadas, em 2005, a peritos e operadores turísticos dos principais mercados emissores europeus permitem concluir que os consumidores de Turismo de Natureza na sua vertente de contemplação são principalmente famílias com filhos, casais e reformados, que pretendem descobrir novas paisagens, visitar atractivos interessantes e praticar fotografia, e que obtêm informação sobre os destinos através de brochuras/catálogos, recomendações de familiares e amigos, realizando a sua compra maioritariamente no Verão, em agências de viagens e através de

call centres. O alojamento mais procurado na prática deste tipo de turismo são hotéis de 3 a 4 estrelas e casas rurais.

### **Turismo de Natureza - Ousar**

Para o Turismo de Natureza com uma componente mais activa afirmam-se como factores chave de sucesso as paisagens naturais únicas e com forte atractividade, mas também o bom grau de tecnologia, *know how* e experiência na gestão de actividades desportivas, o bom funcionamento de prestadores de serviços de apoio: aluguer de equipamentos e materiais, transporte, etc., um eficaz funcionamento dos serviços de resgate e serviços médicos de urgência, excelentes guias e monitores, com domínio de diferentes idiomas, alojamento integrado na envolvente natural, e um sistema de certificação de empresas.

Os resultados obtidos através das entrevistas realizadas, em 2005, a peritos e operadores turísticos dos principais mercados emissores europeus permitem concluir que os turistas que realizam viagens de Turismo de Natureza com uma vertente activa ou desportiva são principalmente jovens entre 20 e 35 anos, estudantes e profissionais liberais, praticantes/aficionados de desportos ou actividades de interesse especial. Em geral, as actividades que realizam consistem na prática de desportos ou actividades de interesse especial, no aprofundamento do conhecimento da Natureza e na realização de programas de educação ambiental. Obtêm informação sobre os destinos através de revistas especializadas, clubes e associações e internet, realizando a sua compra em associações especializadas e através da internet e procurando alojamentos integrados na Natureza (casas de campo, campismo, refúgios de montanha, etc.).

### **Turismo de Natureza – Estudar**

Afirmam-se como factores chave de sucesso para o Turismo de Natureza na vertente científico-educacional, para além das paisagens naturais únicas e em elevado estado de conservação, a experiência na gestão de actividades especializadas, um eficaz funcionamento dos serviços, uma estratégia activa de informação e divulgação e a qualidade dos equipamentos e infra-estruturas de apoio.

De acordo com a análise realizada pelo Turismo de Portugal (2006), em “10 Produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal – Turismo de Natureza” a procura principal de viagens internacionais de turismo de natureza na Europa é composta por 22 milhões de viagens por ano, representando 9% do total de viagens de lazer realizadas pelos europeus. O mercado de viagens de Turismo de Natureza tem registado um crescimento médio anual de 7% (entre 1997 e 2004), sendo a Alemanha e Holanda os dois principais mercados emissores de turistas deste tipo de turismo, concentrando os dois países 45% do total das viagens de natureza feitas pelos europeus. Espanha, Itália e França são os principais países europeus onde os consumidores manifestam uma forte intenção de realizar viagens de turismo de natureza nos próximos 3 anos.

Os destinos europeus que se afiguram como principais concorrentes de Portugal no Turismo de Natureza são: França, Alemanha, Escandinávia, Espanha, Itália e Irlanda, actualmente os principais países de destino das viagens de turismo de natureza na Europa.

Em 2004, foram realizadas 22 milhões de viagens pelos cidadãos europeus, cuja principal motivação foi usufruir do Turismo de Natureza. Em 2015 espera-se que este produto turístico seja a razão para a realização de 43,3 milhões de viagens, apresentando um taxa de crescimento médio da procura de 7% ao ano.

Apesar de Góis beneficiar da excelência e diversidade dos seus recursos naturais, o que terá certamente contribuído para que o Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) tenha elegido a região Centro como uma das regiões prioritárias para aposta no Turismo de Natureza (a par com os Açores, a Madeira e o Porto e Norte), o Turismo de Natureza no concelho apresenta ainda claros défices de infra-estruturas, de serviços, de experiência, de know how e de capacidade competitiva. Esta é, aliás, uma realidade transversal a toda a oferta turística em Portugal, nesta área. O desafio consiste, assim, em desenvolver uma oferta integrada qualificada, valorizadora do património natural, ambiental e paisagístico, tornando o produto vendável turisticamente, apostando, simultaneamente, património natural bem preservado, no grande potencial de descoberta de zonas ainda quase desconhecidas, na oferta de um conjunto diversificado de actividades/animação e na educação e preservação ambiental.

## Touring Cultural e Paisagístico

Entende-se por turismo de Touring Cultural e Paisagístico aquele cuja principal motivação de viagem é descobrir, conhecer e explorar os atractivos de uma região. O Touring Cultural e Paisagístico consiste na realização de percursos em tours, rotas ou circuitos, de diferente duração ou extensão, de conteúdos diversos (touring genérico) ou focalizado num tema (temático), em viagens organizadas e/ou independentes.

De acordo com os estudos divulgados pelo Turismo de Portugal (2006) em “10 Produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal - Touring Cultural e Paisagístico”, a procura principal de viagens internacionais de Touring é composta por 44 milhões de viagens por ano, representando 18% do total de viagens de lazer realizadas pelos europeus, e que regista um crescimento médio anual de 7,9% (entre 1997 e 2004).

Itália, França, Alemanha e Reino Unido são os quatro principais mercados emissores de viagens de Touring para a Europa. Os principais mercados emissores de turistas de Touring para Portugal são: Espanha (22%), Reino Unido (17%) e Alemanha (13%).

De acordo com o mesmo estudo, os turistas que realizam viagens de Touring Cultural e Paisagístico são principalmente casais sem filhos, empty nesters e reformados - pessoas de nível socioeconómico e formação médio/médio-elevado – que viajam em casal, em família ou em grupos reduzidos de amigos e que obtêm informação sobre os destinos através de revistas de viagens, brochuras/catálogos, recomendações de familiares e amigos e internet, realizando a sua compra em agências de viagens e através internet, com meses de antecedência caso se trate de viagens dispendiosas ou fazendo reservas de última hora caso se trate de viagens de baixo custo. O alojamento mais procurado na prática deste tipo de turismo são hotéis de 3 a 5 estrelas, pousadas, alojamentos privados e apartamentos.

Apresentam-se como destinos europeus concorrentes de Portugal para o turismo de Touring a França, Espanha, Itália e Alemanha, uma vez que são os principais países de destino das viagens de Touring dos europeus, representando, respectivamente, 12%, 10%, 8% e 7% do total das viagens de Touring realizadas em 2004.

De acordo com a opinião de peritos consultados no âmbito do estudo realizado para o Turismo de Portugal, os factores chave para competir com êxito no sector das viagens de Touring passam por uma ampla oferta de rotas e circuitos, pela existência de boas vias de comunicação, por uma ampla rede de áreas de descanso e serviços básicos como estações de serviço, oficinas, assistência da estrada, etc.; por um eficaz sistema de sinalização e informação ao viajante e pela existência de uma oferta de restauração e alojamento ampla, variada e de qualidade.

Potenciar a diversidade de recursos atractivos que se concentram em curtas distâncias constitui-se como a linha promotora do Touring Cultural e Paisagístico em Portugal. Este produto turístico representou em 2006 a segunda motivação dos turistas que visitaram Portugal. De acordo com as projecções do PENT, estima-se que em 2015 que o Touring Cultural e Paisagístico corresponda a 79 milhões de viagens por ano de turistas europeus, traduzindo um crescimento médio anual até lá de entre 5% a 7%.

A reduzida dimensão do país, as condições de mobilidade e a diversidade de recursos e atractivos a curtas distâncias conferem à generalidade das regiões nacionais claras vantagens comparativas neste produto. Apesar disso Portugal representa ainda apenas 1,7% das preferências dos turistas europeus de Touring. A região Centro, em conjunto com as regiões turísticas de Lisboa, Porto e Norte e Alentejo, são as quatro regiões prioritárias seleccionadas no quadro da estratégia nacional para o desenvolvimento do produto Touring Cultural e Paisagístico.

Neste âmbito, Góis, tirando partido da beleza e riqueza da sua paisagem natural e construída, do leque variado de recursos turísticos, capaz de atrair turistas com interesses diversos, da sua localização privilegiada entre os 2 pólos urbanos do país (Lisboa e Porto) e das sinergias com outros produtos turísticos, em cooperação com outros municípios da região e em articulação com o conjunto de serviços que interferem na descoberta do território, deverá promover a definição de circuitos que aproveitem e potenciem os seus locais ímpares de património natural, paisagístico, histórico e cultural. A competitividade neste produto requer a estruturação da oferta, através da criação de rotas temáticas, da melhoria das acessibilidades, do enriquecimento das experiências associadas, da qualificação da oferta hoteleira e da melhoria da informação e acessibilidades.

## Turismo Desportivo

O Turismo Desportivo caracteriza-se por proporcionar ao turista condições para a prática de actividades desportivas e contempla a realização de eventos desportivos destinados a serem presenciados por espectadores, bem como a organização de estágios e de treinos das diversas modalidades desportivas destinados a profissionais e atletas de alta competição.

Já com experiência nesta área, ao nível da organização de eventos de desportos motorizados de contacto com a natureza, Góis detém também condições de base privilegiadas para o desenvolvimento deste produto turístico.

Destinando-se a um nicho de mercado, dirigido essencialmente a profissionais e atletas de alta competição, mas cujo desenvolvimento poderá também funcionar como um importante promotor e difusor da imagem do concelho, este deverá ser considerado como um produto turístico complementar, que contribuirá para o enriquecimento e diversificação da oferta.

## Gastronomia e Vinhos

Com um crescimento médio esperado de 7% ao ano, prevê-se que em 2015 o turismo motivado pela Gastronomia e Vinhos atinja 1,2 milhões de viagens anuais realizadas por turistas da Europa. Para além de constituir uma importante motivação de viagem, a Gastronomia e Vinhos é um produto importante como oferta complementar, que enriquece o conjunto da oferta associada a outros tipos de turismo, uma vez que é um dos produtos para os quais se prevê maior crescimento da receita média gerada por dia por turista.

Considerada Património Cultural pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 96/2000, a Gastronomia constitui um factor diferenciador e de valorização da oferta turística portuguesa, podendo ter um papel importante na revitalização do meio rural, evitando o êxodo, e fomentando a fixação dos produtores dos produtos tradicionais locais.

Góis não oferece, actualmente, nesta área um produto estruturado, existindo uma falta de adequação da oferta ao turista pela inexistência de unidades de restauração com vocação turística, pela falta de pessoal qualificado e pela falta de dinamização e valorização dos produtos e da gastronomia local. A riqueza e qualidade da sua gastronomia encerra, no entanto, em si grande potencialidade de desenvolvimento e aproveitamento turístico, sendo para tal necessário desenvolver uma identidade gastronómica mais marcante, à semelhança do que acontece noutras regiões do país.

Caracterizando-se por ter uma procura sofisticada e exigente, com baixa sazonalidade e que actualmente regista elevadas taxas de crescimento anual, o produto turístico Gastronomia tem como mercado externo preferencial Espanha. Góis poderá assim beneficiar da sua boa localização geográfica para um produto de diversidade e itinerância como este, e integrar a estratégia nacional que pretende promover a região Centro como espaço de grande riqueza e diversidade no turismo gastronómico e enoturismo, apostando na Gastronomia como produto estratégico complementar.

A concepção e desenvolvimento de produtos turísticos para o concelho de Góis permite assim estruturar a sua oferta turística nos seguintes 6 conceitos:

Produtos Estratégicos Estruturantes:

- Turismo de Natureza – “Contemplar”
- Turismo de Natureza – “Ousar”
- Turismo de Natureza – “Estudar”
- Touring Cultural e Paisagístico – “Descobrir”

Produtos Estratégicos Complementares:

- Turismo Desportivo – “Competir”
- Gastronomia e Vinhos – “Gostar”

## EIXO II. Selecção de Mercados Alvo

Para a selecção dos mercados emissores em que o destino deve apostar para a captação de turistas, foram tidos em conta os mercados estratégicos principais identificados internacionalmente para cada um dos produtos turísticos a desenvolver, as orientações definidas pelo PENT quanto aos mercados prioritários a captar para Portugal e os mercados tradicionais que actualmente já procuram o concelho de Góis como destino turístico.

Para além do mercado nacional, que constitui um mercado estratégico por excelência, pretende-se desenvolver um portfolio de mercados internacionais que possibilite captar os mercados de maior proximidade e os mercados com elevado potencial de procura, que permitam um efectivo crescimento da actividade turística e das receitas associadas.

Assim, são definidos 6 mercados alvo prioritários para a captação de turistas para o concelho de Góis:

- Prioridade 1 | Mercado interno
- Prioridade 2 | Espanha
- Prioridade 3 | França; Reino Unido; Alemanha; Holanda

O mercado interno constitui o mercado alvo prioritário por excelência, uma vez que representa uma quota muito elevada do total de fluxos e de receitas turísticas do país e também no caso particular da região Centro. Esta é, aliás, uma característica transversal à actividade turística, uma vez que a Organização Mundial do Turismo estima que o turismo interno deverá representar cerca de 75% das deslocações turísticas mundiais. Pela sua relevância e pela sua maior facilidade de atracção este afirma-se como o mercado alvo preferencial. Deverá ser dada particular relevância aos principais centros urbanos emissores de turistas a nível nacional – Lisboa e Porto.

Espanha, pela sua proximidade, pela dimensão do seu mercado e pelo facto de constituir um dos mercados estratégicos definidos para o turismo nacional, deverá ser o mercado emissor internacional de primeira prioridade. Acresce ainda que o mercado espanhol está identificado como um dos principais mercados emissores de turistas de Touring para Portugal.

França, Reino Unido, Alemanha e Holanda são os mercados estratégicos identificados pelo PENT para o desenvolvimento do Turismo de Natureza em Portugal. A Alemanha e Holanda constituem os dois principais mercados emissores de viagens de Turismo de Natureza da Europa. A França e o Reino Unido são simultaneamente mercados estratégicos para o turismo de Touring Cultural e Paisagístico. Nesse contexto, estes afiguram-se como mercados alvo prioritários no modelo de desenvolvimento turístico do concelho de Góis, uma vez que se baseia a sua aposta na estruturação dos produtos turísticos de Natureza e Touring.

Face à análise da atractividade dos produtos turísticos do concelho e tendo em conta a potencialidade dos diferentes mercados, é possível definir estrategicamente para cada um dos produtos estratégicos o mercado específico a abordar, bem como a sua complementaridade com outros produtos. Apresenta-se assim no quadro seguinte a matriz de intervenção que deverá orientar as medidas de actuação no âmbito do desenvolvimento de produtos e mercados.

Quadro 35 | Produtos Estratégicos e respectivos Mercados alvo

<b>Produto Turístico</b>	<b>Mercado alvo</b>	<b>Produtos complementares a associar</b>
Turismo de Natureza - Contemplar	Mercado interno: público em geral Espanha / Alemanha / Reino Unido / Holanda	Touring Cultural e Paisagístico Gastronomia e Vinhos
Turismo de Natureza - Ousar	Mercado interno: jovens até 35 anos Espanha / Alemanha / Reino Unido / Holanda	Touring Cultural e Paisagístico
Turismo de Natureza - Estudar	Mercado interno: Escolas / Universidades / Centros de Investigação / Associações	Touring Cultural e Paisagístico
Touring Cultural e Paisagístico - Descobrir	Espanha / Alemanha / Reino Unido / França	Turismo de Natureza - Contemplar Gastronomia e Vinhos
Turismo Desportivo - Competir	Mercado interno: Organizações, Associações e Federações Desportivas	Turismo de Natureza - Ousar
Gastronomia e Vinhos - Gostar	Mercado interno: público em geral	Touring Cultural e Paisagístico Turismo de Natureza - Contemplar

Junto dos mercados estratégicos definidos deverá ser efectuado um elevado esforço de promoção e distribuição de forma a assegurar uma efectiva contribuição e crescimento para o turismo do concelho.

A estratégia de captação de turistas estrangeiros para o concelho de Góis deverá também prever a também a implementação de medidas de cross-selling com Lisboa e Porto, permitindo a atracção de turistas estrangeiros que se encontrem de férias nas principais cidades e destinos turísticos do país.

## EIXO III. Desenvolvimento, qualificação e diferenciação da oferta turística

O Eixo Estratégico III contempla o conjunto de medidas e acções que visam garantir a transformação dos recursos turísticos em produtos turísticos atractivos, criando uma oferta turística qualificada e diferenciada, conferindo-lhe competitividade e inovação através da qualidade das estruturas de acolhimento, da excelência e da diversidade dos serviços, da reestruturação e alargamento das actividades, da beneficiação da paisagem e do património, e da revitalização e aproveitamento dos valores culturais, com vista à qualificação e densificação dos produtos turísticos e à valorização da oferta turística global numa óptica de sustentabilidade.

### Medida | E3.01

#### Promover a qualidade urbana e paisagística

##### **Acção | E3.01.01**

##### **Valorização da paisagem e do espaço público na envolvente do rio**

Propõe-se promover a requalificação e valorização da paisagem natural em toda a envolvente do rio Ceira e aumentar a vocação dos espaços públicos junto às margens com vista a proporcionar uma maior utilização e fruição deste espaço de excelência, sendo, para tal, necessário aumentar as áreas de passeio pedonal, introduzir mobiliário e equipamento urbano, introduzir iluminação pública e criar novos pontos de contacto e acesso à água.

##### **Acção | E3.01.02**

##### **Recuperação e revitalização de antigos moinhos e lagares**

Recuperação e refuncionalização do edificado obsoleto existente na envolvente do rio (moinhos, lagares,...) com a possível introdução de novas actividades (comércio, serviços ou áreas expositivas) que permitam promover a continuidade

da frente ribeirinha e que permitam enriquecer os percursos pedestres, as rotas e circuitos, potenciando a oferta turística de Touring Cultural e Paisagístico.

#### **Ação | E3.01.03**

##### **Preservação da autenticidade arquitectónica e paisagística**

Promover a preservação da autenticidade arquitectónica e paisagística através da criação de incentivos à conservação e recuperação das casas típicas e edifícios de traça arquitectónica tradicional, garantindo a manutenção da utilização dos materiais tradicionais, que caracterizam a paisagem rural das aldeias do concelho.

#### **Ação | E3.01.04**

##### **Iluminação cénica da vila de Góis**

Implementação de iluminação cénica dos principais elementos arquitectónicos, do rio e das 3 praias fluviais na vila de Góis, de acordo com o projecto a elaborar para esse efeito, que deverá ter em consideração o percurso de ligação ao rio e as novas estruturas e equipamentos a criar.

#### **Ação | E3.01.05**

##### **Requalificação da colina do Castelo**

Requalificação da colina do Castelo, através do arranjo paisagístico e da conservação e valorização dos seus espaços, devendo ser promovida uma maior articulação com a Vila, através do planeamento e requalificação dos acessos, que permita beneficiar a ligação entre o centro urbano, o rio, a praia fluvial, o parque de campismo e os jardins do Castelo.

#### **Ação | E3.01.06**

##### **Construção de uma praça de eventos no Castelo**

Construção de uma praça de eventos na colina do Castelo, devidamente projectada e equipada para acolher a realização de espectáculos e eventos, em especial durante o Verão, podendo funcionar igualmente como espaço privilegiado para a realização de cerimónias oficiais e recepções, beneficiando do magnífico enquadramento cénico e paisagístico do local.

Medida | E3.02

Criar infra-estruturas e equipamentos turísticos de aproveitamento dos valores naturais

**Ação | E3.02.01**

**Construção de infra-estruturas de apoio à actividade de recreio e lazer nos espaços naturais**

Promover a construção de infra-estruturas de apoio às actividades de recreio e lazer nas áreas naturais, através da criação de locais próprios para essas actividades, devidamente sinalizados e dotados de mobiliário urbano, balneários, posto de primeiros socorros, parque de estacionamento, ponto de informação e outras estruturas de apoio.

**Ação | E3.02.02**

**Criação de rede de miradouros**

Promover a criação de um conjunto integrado de miradouros, devidamente sinalizados e equipados com mobiliário de apoio, zonas de estadia e parque de estacionamento, a instalar nos locais com uma envolvente natural e paisagística privilegiada. Esta medida contribuirá para o apoio à visitação e para a densificação e qualificação da oferta associada ao Turismo de Natureza e ao Touring Cultural e Paisagístico.

### **Acção | E3.02.03**

#### **Criação de um Parque Natural**

Criação de um Parque Natural Municipal, que constitua uma área protegida, integrando amostras representativas das paisagens características, naturais ou humanizadas, da flora e fauna, dos locais geomorfológicos ou dos habitats específicos com interesse ecológico, científico e educacional e que inclua espaços lúdicos e formativos, disponibilizando actividades de educação ambiental e de descoberta da natureza, integradas numa agenda global de actividades.

A concretização desta acção deverá ter em conta as infra-estruturas já existentes e o conceito de desenvolvimento futuro previsto para o Parque da Oitava, podendo as duas iniciativas terem estreita articulação.

### **Acção | E3.02.04**

#### **Criação de um Parque de Ungulados**

Encontra-se em estudo a ideia promovida pela Universidade de Aveiro para a criação, a nível intermunicipal, reunindo os concelhos de Góis, Lousã e Castanheira de Pêra, de um parque natural de preservação em regime selvagem de corços, javalis e veados.

Esta é uma proposta cujos objectivos se enquadram na estratégia definida para o turismo do concelho de Góis, pelo que se propõe que seja analisada e desenvolvida.

### **Acção | E3.02.05**

#### **Promoção da criação de centro equestre**

Propõe-se a promoção da criação de um centro equestre de referência regional, vocacionado para a oferta de actividades e serviços qualificados de recreio e lazer, que, usufruindo das excelentes condições naturais e paisagísticas da região, seja, em articulação com outros agentes turísticos, impulsor da organização de eventos hípicas, de escola e campos de férias para a aprendizagem e práticas hípicas.

### Medida | E3.03

#### Dinamizar a oferta turística ligada a actividades de contacto com a natureza

##### **Ação | E3.03.01**

##### **Elaboração de um plano de utilização dos espaços vocacionados para práticas desportivas outdoor**

Elaboração de um plano de utilização para os espaços vocacionados para a realização de práticas desportivas outdoor, que contemple a definição das condições de utilização e a infra-estruturação dos espaços (condições de acesso, sinalética, mobiliário urbano e eventual estacionamento). O desenvolvimento deste trabalho de campo poderá ser assegurado por estudantes de Escolas de Turismo, devidamente acompanhados pela estrutura municipal do Turismo.

##### **Ação | E3.03.02**

##### **Dinamização da actividade de *birdwatching***

Valorizar, proteger e dar a conhecer a avifauna, bem como o património natural e paisagístico das serras e dos rios através da criação de trilhos pedonais, percursos em terra batida e passadiços de madeira especificamente planeados para possibilitar a observação da avifauna local. Deverá promover-se a instalação de pontos de observação e painéis informativos, a produção de brochuras com a rede de percursos e indicação dos locais preferenciais para a observação de aves, bem como a realização regular de encontros e actividades de *birdwatching*.

##### **Ação | E3.03.03**

##### **Realização de safaris e concursos fotográficos**

Promover a realização de safaris e concursos fotográficos de natureza, tirando partido das riquezas e belezas naturais das serras, dos rios, da fauna e da flora para atrair profissionais e amantes da fotografia. Os resultados dos concursos fotográficos poderão ser aproveitados simultaneamente para utilização na promoção turística do concelho.

#### **Acção | E3.03.04**

##### **Dinamização de pesca desportiva**

Pretende-se potenciar a prática de pesca desportiva através da promoção e organização de torneios e eventos, implicando a construção de estruturas de apoio, sinalização e demarcação das zonas destinadas para esse fim nos planos de água e respectivas margens. Esta acção deve ser implementada em colaboração com as entidades e associações da especialidade, de acordo com os planos de ordenamento em vigor e em articulação com a realização de programas de caracterização, inventariação e monitorização das espécies existentes.

#### **Acção | E3.03.05**

##### **Ordenamento e promoção de actividades de caça**

Promoção do ordenamento cinegético do território, conjugado com um calendário anual de eventos e actividades relacionadas com a caça, de projecção nacional, assegurando, em colaboração com as entidades e associações da especialidade, uma gestão turística sustentável de todos os terrenos de caça existentes, tendo em vista a adequada compatibilização da actividade cinegética e turística com a conservação da diversidade biológica.

#### **Medida | E3.04**

##### **Potenciar e reforçar o aproveitamento turístico das praias fluviais**

#### **Acção | E3.04.01**

##### **Criação de um Ecoparque Aquático**

Promoção da construção de um Ecoparque Aquático, constituído por piscinas naturais e infra-estruturas e equipamentos de apoio à realização de actividades de recreio e lazer e desportos aquáticos: canoagem, pólo aquático, insufláveis, escorregas, etc., integrando e respeitando a paisagem e envolvente natural do rio Ceira, contribuindo para o reforço e qualificação da oferta turística.

### **Ação | E3.04.02**

#### **Requalificação e alargamento da rede de praias fluviais**

Dotação de serviços e equipamentos de apoio e de animação em novos locais do rio Ceira e do rio Sótão com potencialidades físicas, paisagísticas e de localização para atracção de turistas, de forma a alargar a rede de praias fluviais do concelho. Deverá prever-se igualmente a requalificação e melhoria das condições de acolhimento de algumas das praias já existentes, nomeadamente através melhoria dos acessos, da criação de pequenas zonas de estar e de recreio e lazer devidamente equipadas, da requalificação e limpeza das margens e da instalação de sinalética e informação turística.

### **Ação | E3.04.03**

#### **Elaboração de um programa de dinamização das praias fluviais**

Promover a elaboração de um programa de dinamização para as praias fluviais no âmbito de um modelo de gestão a implementar e a desenvolver em articulação com os municípios vizinhos, no quadro da Rede de Praias Fluviais das Aldeias do Xisto. O programa deverá prever a dinamização de um conjunto alargado de actividades de animação e de recreio e lazer: concursos, festas, *peddy pappers*, aulas de ginástica, jogos tradicionais, etc., promovendo o enriquecimento da experiência proporcionada ao turista.

### **Ação | E3.04.04**

#### **Realização de acordos com creches, jardins infantis e ATL's para a frequência das praias fluviais**

Realização de acordos com creches, jardins infantis e centros de actividades de tempos livres (ATL's) localizados nos centros urbanos mais próximos (Coimbra, Leiria, ...) com vista a fomentar a frequência regular (diária/semanal) das crianças às praias fluviais do concelho, durante a época balnear. Esta acção implicará a eventual necessidade de dotar as praias de equipamentos específicos destinados a acolher estes grupos de crianças em condições de conforto e segurança. Representará também uma forma de impulsionar a visita dos familiares.

### Medida | E3.05

#### Criar uma oferta especializada para o estudo e investigação da área das Ciências Naturais

##### **Ação | E3.05.01**

##### **Realização de protocolos com Universidades para a criação de pólo universitário para as áreas das Ciências Naturais**

Realização de protocolos com universidades nacionais, em especial com a Universidade Coimbra, para a criação de um pólo universitário de realização de actividades de componente prática associadas aos cursos de licenciatura, mestrados e doutoramentos nas áreas da biologia, geologia, engenharia do ambiente, ciências da terra e da vida, biodiversidade, ecologia, etc.

##### **Ação | E3.05.02**

##### **Apoio à organização de congressos, conferências, seminários e workshops temáticos sobre Ciências Naturais**

Apoio à realização de congressos e workshops temáticos para técnicos, profissionais, e investigadores nas áreas das ciências naturais.

##### **Ação | E3.05.03**

##### **Criação de um Centro de Interpretação Ambiental**

O Centro de Interpretação Ambiental associado à Rede Natura 2000 da Serra da Lousã deverá ter como principal objectivo a sensibilização, promoção e divulgação dos diferentes públicos para a difusão dos valores naturais, patrimoniais e socioeconómicos presentes na Serra. Pretende-se que a dinamização deste equipamento seja suportada cientificamente em parcerias com universidades e centros de investigação na área das ciências naturais, permitindo oferecer um conjunto diversificado de informações e programas de educação ambiental com carácter lúdico e pedagógico dirigidos aos turistas e visitantes, mas também à população local. Deverá ser simultaneamente um espaço de intervenção com um âmbito mais abrangente, que contemple uma ligação directa à promoção turística do concelho, funcionando também como ponto de informação turística.

Encontra-se actualmente em estudo pela Lousitânea - Liga dos Amigos da Serra da Lousã o desenvolvimento de um projecto neste âmbito.

#### **Ação | E3.05.04**

##### **Concepção de programas de visita especiais para escolas**

Concepção de programas de visita especialmente destinados aos alunos do ensino básico e secundário de todo o país, que possam constituir visitas de estudo sobre temáticas abrangidas pelos programas curriculares, nomeadamente nas áreas de estudo da Natureza e Ambiente, História e Mundo Rural. Esta acção deverá aliar a componente lúdica de passeio com a interpretação da paisagem, assumindo, uma componente pedagógica direccionada para a população escolar.

#### **Medida | E3.06**

##### **Requalificar e valorizar o património cultural**

#### **Ação | E3.06.01**

##### **Criação do Museu da Beira-Serra**

Propõe-se a criação em Góis de um museu unificador da história natural e humana de toda a Beira-Serra, reforçando o panorama museológico da região. Para tanto, será importante o estabelecimento de relações privilegiadas com outros espaços museológicos da região. O museu deverá ser estruturado tendo como pano de fundo os ambientes geológicos, geográficos, hidrológicos, económicos e sociais de toda a região do Pinhal Interior Norte.

Este equipamento de diversas valências deverá constituir-se como um centro de interpretação da história da região, materializado no seu importante e disperso património arquitectónico, arqueológico e etnográfico. A exibição do acervo deverá ser articulada com a utilização de novas tecnologias, no sentido da compreensão e vivência das realidades em presença, por públicos diversificados.

O museu constituirá um importante pólo de actividade cultural e turística.

Esta acção deverá ser implementada em articulação com o projecto em curso pela autarquia de criação do Centro de Referência da Memória Goicense.

### **Ação | E3.06.02**

#### **Valorização do património arqueológico | Pedra Letreira e Pedra Riscada**

Ao nível da valorização do património arqueológico, na sua estruturação e organização enquanto produto cultural e turístico, destacam-se dois elementos patrimoniais de particular relevância que importa valorizar e incluir na oferta de turismo cultural do concelho: a Pedra Letreira e a Pedra Riscada. A valorização destes dois elementos passa, necessariamente, pela realização de uma intervenção alargada que garanta a protecção e conservação do património, a beneficiação dos acessos e a instalação de estruturas de apoio à visita. Esta intervenção deverá igualmente ser acompanhada de correcta divulgação.

### **Ação | E3.06.03**

#### **Conservação e beneficiação do património religioso | Capelas e Ermidas**

Promoção de um programa de acção integrado de realização de intervenções de conservação e beneficiação das Capelas e Ermidas dispersas por todo o concelho, a concretizar em articulação com as Comissões de Melhoramentos locais, que deverá incluir a requalificação dos acessos e das áreas envolventes, bem como a afixação de painéis informativos, que descrevam a história, tradição e cultura associada ao património, bem como informações úteis e de condições de visita, de acordo com o projecto de sinalética a desenvolver, tendo em vista a potenciação da visita do património religioso.

### Medida | E3.07

#### Reforçar a dinamização da rede das Aldeias do Xisto

### **Ação | E3.07.01**

#### **Expansão e valorização da rede das Aldeias do Xisto**

Promover a integração de outras aldeias do concelho na rede das Aldeias do Xisto, maximizando o aproveitamento dos fundos financeiros disponibilizados para o efeito, beneficiando da imagem e reputação já existente, permitindo reforçá-la.

### **Acção | E3.07.02**

#### **Reforço do programa de dinamização das Aldeias do Xisto**

Reforçar a aposta na dinamização e divulgação de actividades culturais dirigidas aos turistas no âmbito da Rede das Aldeias do Xisto. O programa deverá prever a dinamização de um conjunto alargado de actividades associadas à riqueza etnográfica, à história e à cultura do mundo rural, promovendo o enriquecimento da experiência proporcionada ao turista.

Inserir-se no âmbito desta acção o projecto em desenvolvimento pela Associação Lousitânea que tem como objectivo a criação de um ecomuseu vivo nas Aldeias do Xisto de Góis.

### **Medida | E3.08**

#### **Promover a criação de percursos, rotas e circuitos**

### **Acção | E3.08.01**

#### **Criação da “Rota: O Rio e a Serra”**

Desenvolvimento de roteiro paisagístico e de natureza, que permita um melhor aproveitamento turístico e uma maior notoriedade dos recursos naturais do concelhos. Esta acção deverá aliar a componente lúdica de passeio com a interpretação da paisagem, com possibilidade de observação da fauna e da flora presentes nas serras e na envolvente do rio.

Esta acção deverá ser articulada com o projecto intermunicipal em curso de criação da “Rota do Vale do Ceira”, que envolve os concelhos de Góis, Arganil e Pampilhosa da Serra, e que prevê uma intervenção integrada de requalificação das margens do rio e do património associado às actividades tradicionais: moinhos, lagares e açudes.

### **Acção | E3.08.02**

#### **Criação da “Rota das Capelas e Ermidas da Serra”**

Articulação entre os valores patrimoniais religiosos existentes através da criação de um circuito integrado que inclua os antigos e actuais locais de culto e de

devoção popular, como a Ermida de Nossa Senhora da Guia e a Ermida da N. Senhora da Candosa, bem como as histórias e lendas associadas. Implica a introdução de sinalização e informação histórica respectiva em cada elemento incluído na rota, de acordo com o projecto de sinalética a desenvolver.

#### **Acção | E3.08.03**

##### **Criação da “Rota das Minas”**

Definição de circuito de visitação que inclua os vários locais onde se localizam as antigas minas de volfrâmio, património histórico industrial que marcou a biografia económica e social da região e do país durante a 2ª Guerra Mundial. Implica a criação de condições que possibilitem a visitação de algumas das minas e a preparação de informação histórica a disponibilizar aos visitantes, bem como a introdução de sinalização, de acordo com o projecto de sinalética a desenvolver.

Esta acção relaciona-se com um projecto iniciado há alguns anos pela autarquia, mas entretanto abandonado, de criação de um museu mineiro.

#### **Acção | E3.08.04**

##### **Criação de percursos pedestres**

Criação de um conjunto de itinerários temáticos de observação e contacto com a natureza, que percorram áreas do concelho com património natural e paisagístico de grande interesse e importância ambiental. Os percursos poderão ser efectuados de formas diversas: com guia ou individualmente e através da disponibilização de materiais adequados (folhetos informativos, guias móveis em PDA's, ...). Os guias e folhetos deverão incluir informação técnica sobre as principais características naturais do percurso, esquema com a rota, recomendações e várias dicas úteis.

#### **Acção | E3.08.05**

##### **Criação de roteiros de Todo-o-Terreno**

Definição de circuitos integrados para a prática de Todo-o-Terreno, que reúnam os valores naturais, culturais e paisagísticos do concelho.

#### **Ação | E3.08.06**

##### **Criação, dinamização e optimização de rotas e circuitos supra-municipais**

Propõe-se a tomada de iniciativa para a criação, dinamização e optimização de rotas e circuitos rodoviários supra-municipais, que permitam integrar e afirmar as potencialidades naturais e patrimoniais do concelho em roteiros de dimensão e área de abrangência de escala regional. Deverá atender-se ao facto de existir já a Rota das Aldeias do Xisto.

#### **Ação | E3.08.07**

##### **Elaboração de publicações relativas às redes de percursos pedestres, rotas e circuitos**

Elaboração de publicações específicas relativas à rede de percursos pedestres, rotas e circuitos do concelho contendo dois níveis de informação: um, cartográfico, onde a rede deverá estar complementada com a informação relativa aos locais de ligação com a rede viária normal, bem como com a que se reporta à localização das infra-estruturas e serviços de apoio ao percurso, seja no domínio facilidades disponibilizadas, seja no dos riscos e segurança; outro, onde se devem contextualizar tematicamente os vários troços, prestar toda a informação turística adequada, bem como descrever os níveis de dificuldade que serão encontrados e as recomendações necessárias.

## Medida | E3.09

### Promover e divulgar as artes e ofícios tradicionais

#### **Ação | E3.09.01**

##### **Promover a criação de rede de promoção, comercialização e distribuição de artesanato de âmbito regional**

Promover a criação de rede de promoção, comercialização e distribuição de artesanato da região, em articulação com os municípios vizinhos. Uma vez que o artesanato concelhio não tem dimensão, expressão e grau de diferenciação significativa, sugere-se o seu desenvolvimento e promoção a par com o artesanato dos concelhos vizinhos, que enfrentam, também eles, os mesmos constrangimentos, podendo em conjunto beneficiar de sinergias, criando uma marca própria para estes produtos.

#### **Ação | E3.09.02**

##### **Criação de um programa de revitalização do artesanato local**

No âmbito das políticas sociais integradoras num contexto de envelhecimento populacional, propõe-se o desenvolvimento de um programa de ocupação para os idosos, direccionado para a produção artesanal de peças ligadas à história e tradição da região que, utilizando materiais e saberes locais, e devidamente orientado por especialistas profissionais, possa constituir um importante motor de renascimento do potencial turístico artesanal do concelho.

#### **Ação | E3.09.03**

##### **Divulgação do artesanato local**

Valorização turística das artes e ofícios tradicionais através da divulgação e exposição dos trabalhos dos principais artesãos locais nas feiras e eventos realizados no concelho e nas representações do turismo de Góis realizadas no exterior. Inclui-se também a realização de mostras de artesanato, através da promoção de acções de demonstração de artesanato ao vivo nos meios urbanos

(p.e. realização de mostras nos principais pólos urbanos do país, em centros comerciais, etc.).

### Medida | E3.10

#### Dinamizar um programa anual de eventos

##### **Ação | E3.10.01**

##### **Criação de uma agenda anual de eventos culturais**

Criação de um programa/agenda anual regular de eventos de natureza cultural e de lazer que marquem progressivamente a oferta turística do concelho. A agenda deverá assentar na criação e reforço de eventos fixos de repercussão externa, com uma distribuição anual equilibrada, atenuando a sazonalidade da procura turística, adequando-se às características meteorológicas das várias épocas do ano e assinalando o calendário festivo local. O programa de eventos deverá ser estruturado tendo por base as actividades das associações e instituições culturais e recreativas do concelho e articulado com as agendas supra-municipais da região. Deverá ser um programa diversificado na tipologia de iniciativas e nos locais de realização dos eventos, capaz de atrair diversos públicos, de faixas etárias e níveis socioculturais diferentes, podendo incluir desde espectáculos, concertos, conferências, workshops, festivais, recriações históricas, etc., que contribuam para o enriquecimento da oferta turística e para a projecção regional e nacional de Góis como destino turístico.

##### **Ação | E3.10.02**

##### **Reforço da promoção de eventos desportivos**

Reforço da promoção para a realização de competições, provas, passeios e eventos desportivos, incluindo a atracção de estágios nacionais e internacionais de equipas profissionais, que garantam uma agenda anual regular de eventos desportivos associados à natureza (BTT, *Downhill*, Enduro, Todo-o-terreno, etc.). Para esta acção será fundamental a colaboração activa do Góis Motoclube, entidade dinamizadora deste tipo de actividades no concelho e que assume um

papel de relevo na interlocução com os principais actores do meio desportivo nacional e internacional.

Os eventos assumem-se, simultaneamente, como uma estratégia de divulgação, que proporciona a fidelização dos desportistas a futuras visitas na sua esfera familiar e de amigos.

Encontra-se em curso a construção das novas instalações da sede do Góis Moto clube que será dotada de condições para permitir melhor acolher este tipo de eventos.

### **Ação | E3.10.03**

#### **Publicação de agenda cultural**

Toda a informação sobre a oferta cultural e de lazer do concelho deverá a ser reunida na edição de uma publicação periódica, com carácter mensal ou trimestral, que aposte numa divulgação alargada da actividade cultural do concelho em toda a região Centro e também nos principais centros urbanos do país, de forma a permitir a realização de eventos com poder de atracção regional e nacional.

### Medida | E3.11

#### Criar uma oferta de alojamento qualificada e diferenciada

### **Ação | E3.11.01**

#### **Promoção da instalação de novas unidades de alojamento**

Um processo de desenvolvimento turístico assenta necessariamente numa oferta de alojamento equilibrada e qualificada. Nesse sentido, face ao diagnóstico realizado e à estratégia definida, é fundamental promover a criação de uma oferta hoteleira assente nas características rurais e valores naturais presentes no concelho, particularmente através da instalação de novas unidades de alojamento que se enquadrem nos conceitos de turismo de natureza e turismo em espaço rural, como é o caso de unidades de turismo de habitação, de casas de campo e de hotéis rurais, como forma de dotar o concelho de uma oferta de alojamento diferenciada, enquadrada com as características do meio, complementar à já

existente na região e àquela que se perspectiva nos projectos em curso. Deverá ser privilegiada a reabilitação do edificado existente, com interesse arquitectónico, histórico ou artístico, para a criação de unidades ambientalmente sustentáveis e inseridas no conceito de turismo responsável. Para tal deverão ser definidas políticas municipais de divulgação junto de potenciais investidores e de incentivo e apoio à instalação de novas unidades de alojamento.

Enquadra-se neste âmbito o projecto “Loural Village”, projecto de turismo de aldeia em curso para instalação na aldeia do Loural, na freguesia do Colmeal.

#### **Ação | E3.11.02**

##### **Criação de parques de campismo e caravanismo**

Propõe-se a criação de novos parques de campismo, que permita ampliar a oferta existente no concelho, e que incluam a vertente de caravanismo. Os novos parques a criar deverão incorporar princípios sustentáveis, nomeadamente do ponto de vista da conservação da natureza e da sua integração na paisagem e no meio envolvente.

#### **Ação | E3.11.03**

##### **Promoção da construção de um Parque Aventura**

Com vista à diversificação e valorização da oferta concelhia em termos de alojamento, mas também ao nível da animação turística, deverá promover-se a criação de condições para a construção de um “Parque Aventura”, na proximidade da serra e do rio. Esta unidade de alojamento deverá ser simultaneamente um centro de actividades lúdicas e desportivas de contacto com a natureza, incorporando o conceito de turismo sustentável.

Encontra-se em curso pela empresa de animação turística local TransSerrano um projecto neste âmbito que, a concretizar-se, poderá assumir um papel importante na dinamização e imagem turística do concelho, em especial no segmento direccionado ao “Turismo de Natureza – Ousar”.

#### **Acção | E3.11.04**

##### **Criação de um Centro de Estágios para desportos motorizados**

Promoção da construção de um Centro de Estágios dotado dos equipamentos, infra-estruturas e serviços adequados para acolher equipas técnicas e atletas de desportos motorizados de alta competição, nomeadamente em termos de alojamento, serviços de organização de eventos e pistas de corridas para a realização dos treinos, capaz de atrair estágios e eventos de nível nacional e internacional.

#### Medida | E3.12

##### Divulgar e promover os produtos da região

#### **Acção | E3.12.01**

##### **Criação de um modelo de interligação entre os produtores agrícolas e os agentes da restauração local**

Criar um modelo de interligação entre os produtores agrícolas e os agentes da restauração local, criando uma parceria com benefícios mútuos, que generalize a inclusão do cabrito, da castanha, do mel e do queijo de cabra produzidos no concelho na oferta gastronómica de Góis. Deverá promover-se a divulgação e promoção junto dos operadores do concelho do uso regular dos produtos locais, quer na confecção de pratos de restauração, quer de doçaria e pastelaria locais, o que implica a realização de acções de informação e de promoção dos produtos locais junto dos restaurantes do concelho.

#### **Acção | E3.12.02**

##### **Desenvolvimento de uma oferta integrada de produtos tradicionais**

Criar e organizar uma oferta integrada de produtos tradicionais com base no cabrito, queijo de cabra, enchidos, castanha, compotas, mel, etc. Criação um programa de incentivo à venda nas lojas do concelho, de sinalética, de elementos interpretativos e de uma marca e logótipo para identificar restaurantes e rede de lojas onde o turista possa encontrar produtos certificados e experimentar alguns

desses produtos. Organização de uma feira anual dedicada aos produtos regionais, que reúna a participação de empresas ligadas à sua produção, do concelho e de outras regiões do país. O sucesso desta acção será potenciado se puder vir a ser implementada a uma escala supra-municipal. Insere-se no âmbito desta acção a recente abertura do Centro de Vendas de Produtos Endógenos, no centro histórico da vila de Góis, que vem contribuir para a exposição, divulgação e venda dos produtos locais.

**Acção | E3.12.03**

**Concepção e comercialização de novos produtos associados à floresta**

Apoio à concepção e comercialização de novos produtos associados à exploração florestal, promovendo a inovação no sector dos recursos naturais, numa perspectiva de maximização dos proveitos económicos obtidos a partir da floresta, que constitui um dos pilares da economia local.

**Acção | E3.12.04**

**Criação de um programa de incentivo à comercialização do “Cabaz da Beira Serra”**

Em articulação com os restantes concelhos da Beira Serra, propõe-se a associação de Góis à criação de um programa de incentivo à comercialização e divulgação junto dos vários agentes económicos de um cabaz com os produtos regionais de maior notoriedade, conforme acção proposta pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico de Arganil.

Medida | E3.13

Divulgar e promover a gastronomia local

**Acção | E3.13.01**

**Definição de uma carta gastronómica**

Concepção de uma carta gastronómica típica e tradicional com a definição de um conjunto de pratos e doçaria tradicional, com base nos produtos típicos locais que

permita uma clara especialização e identificação da oferta gastronómica local, que seja facilmente reconhecida e procurada por locais e por turistas.

**Ação | E3.13.02**

**Desenvolvimento de estudo sobre as origens e as influências da gastronomia local**

Desenvolvimento de estudo sobre as origens e as influências da gastronomia local e sua posterior publicação e divulgação nas diversas iniciativas de promoção do turismo do concelho.

**Ação | E3.13.03**

**Dinamização de eventos valorizadores de uma oferta gastronómica de qualidade**

Dinamização de eventos, actividades e acções promocionais valorizadoras de uma oferta gastronómica de qualidade diferenciada para o concelho. Inclui-se a organização de um festival de gastronomia com visibilidade externa, através de uma divulgação eficaz nos meios de comunicação e da sua associação a empresas e a agentes relevantes no âmbito da gastronomia. Por exemplo: Festa da Castanha; Festival das Sopas, etc.

Medida | E3.14

Promover a qualificação e revitalização da restauração

**Ação | E3.14.01**

**Criação de incentivos à qualificação das unidades de restauração existentes**

Promoção de acções de sensibilização e criação de uma linha de incentivos à realização de intervenções de qualificação das infra-estruturas, equipamentos e serviços das unidades de restauração existentes no concelho, incluindo a instituição de um prémio municipal anual que incentive e premeie a qualidade dos estabelecimentos.

#### **Acção | E3.14.02**

##### **Promoção de acções de formação dirigidas aos agentes de restauração**

Promoção da oferta de formação dirigida aos agentes de restauração do concelho, na área da decoração, conservação e confecção alimentar, qualidade do serviço e organização de ementas.

#### **Acção | E3.14.03**

##### **Promoção da criação de novas unidades de restauração**

Definição de políticas de apoio e incentivo à criação de novas unidades de restauração de oferta qualificada e diferenciada, baseada na cozinha tradicional local.

#### **Medida | E3.15**

##### **Melhorar a rede de acessibilidades, transportes e condições de mobilidade**

#### **Acção | E3.15.01**

##### **Beneficiação da rede viária**

Promover a beneficiação, a conservação e o bom estado dos principais eixos estruturantes de ligação ao concelho, bem como das estradas e caminhos municipais, tendo em vista a melhoria das acessibilidades e das condições de circulação e de segurança.

#### **Acção | E3.15.02**

##### **Elaboração de um plano de sinalização turística**

Elaboração de um plano de sinalização turística para todo o concelho que permita promover a visita dos principais locais com elementos naturais ou patrimoniais com interesse turístico, facilitar a circulação e informação ao turista e identificar no terreno os principais roteiros e circuitos definidos, através de uma imagem de marca uniformizada e apelativa.

### **Ação | E3.15.03**

#### **Criação de transporte turístico, durante os meses de Verão**

Criação de um transporte turístico, durante os meses de Verão, ligando o centro da Vila (onde se situam a maioria das unidades de alojamento do concelho) aos principais pontos de interesse histórico, natural e paisagístico. A instituição deste serviço deverá ser alvo de protocolo a estabelecer entre os agentes turísticos e a autarquia, tendo em vista definir formas de financiamento, tarifas, percursos e horários. A introdução deste transporte de segmento turístico permitirá a deslocação da população (quer residente, quer visitante), assim como a fácil e cómoda visita aos pontos de interesse natural, cultural e paisagístico do concelho. Com esta medida pretende-se, igualmente, diminuir a carga automóvel, assim como permitir a protecção de áreas ambientalmente sensíveis.

### **Ação | E3.15.04**

#### **Criação de uma ecopista**

No domínio da mobilidade e no âmbito do ecoturismo e turismo sustentável, deverá promover-se a construção de uma infra-estrutura ciclo-pedonal para uso turístico. Esta ecopista poderá promover a ligação entre o Praia Fluvial da Peneda, no centro de Góis, e a Praia Fluvial das Canaveias, em Vila Nova do Ceira, seguindo sempre em contacto visual com o rio, permitindo a ligação ciclo-pedonal das aldeias e lugares mais próximos à vila de Góis e promovendo a continuidade e fruição da frente ribeirinha. Será relevante dotar este corredor ciclável de estruturas de apoio como mobiliário urbano, iluminação, sinalização, bancos de descanso e parques de bicicletas.

### **Ação | E3.15.05**

#### **Disponibilização de serviço de utilização pública de bicicletas**

Criação de um serviço destinado, essencialmente, ao lazer e ao turismo, que permitirá disponibilizar a utilização de bicicletas públicas aos turistas e à população.

## EIXO IV. Reforço da informação, divulgação e promoção do destino turístico

A afirmação do concelho enquanto destino turístico implica a elaboração de um plano de marketing, a utilização de meios de comunicação e informação eficazes e a criação de uma imagem de marca associada.

Este Eixo pretende fomentar a visibilidade do concelho de Góis ao nível turístico, adoptando para tal formas inovadoras e de grande impacto ao nível da promoção, interna e externa, que divulguem as potencialidades e a qualidade da sua oferta e que incrementem a sua atractividade.

Este Eixo deve ter uma interligação activa com as instituições que organizam, promovem e desenvolvem produtos turísticos nos concelhos envolventes e implementado em conjugação com as entidades que operam a uma escala mais alargada, como a Entidade Regional de Turismo do Centro.

### Medida | E4.01

#### Definir uma estratégia de marketing turístico

##### Acção | E4.01.01

##### **Elaboração de um plano de *marketing* turístico**

Com base na elaboração de um plano de *marketing*, devidamente suportado num estudo de mercado aprofundado, deverão ser formulados os objectivos e a estratégia de marketing turístico, que permitirá posicionar o concelho enquanto destino turístico perante o mercado interno e externo, assegurar a consistência entre a oferta e a procura, respondendo às expectativas e tendências de consumo, bem como definir o perfil e a comunicação adequada da oferta turística do concelho.

Deverá ser considerada a possibilidade de integração deste plano no desenvolvimento futuro de um processo mais amplo de criação de uma estratégia

de marketing turístico de nível regional, em articulação com os municípios vizinhos.

#### **Acção | E4.01.02**

##### **Realização de estudos de opinião periódicos**

Realização de estudos de opinião periódicos a fim de obter informação precisa e actualizada sobre o perfil dos turistas que visitam Góis e sobre o seu grau de satisfação, permitindo identificar os aspectos mais valorizados e as falhas ou lacunas da oferta turística, com vista à permanente revisão e ajustamento da estratégia e das políticas de *marketing*.

#### Medida | E4.02

##### Criar e promover a imagem turística do destino "Góis"

#### **Acção | E4.02.01**

##### **Criação e promoção de uma imagem de marca própria**

Criar e promover, a partir do conceito de turismo preconizado para o concelho e do plano de *marketing* turístico a realizar, uma imagem forte, inovadora e apelativa, com marca, slogan e logótipo próprios, a serem utilizados de forma sistemática por todos os agentes, operadores, empresas, instituições e entidades públicas e privadas, em todos os suportes e meios de comunicação e divulgação turística do concelho, garantindo a necessária uniformização e coerência da imagem do destino turístico, de forma a permitir a sua fácil e intuitiva identificação.

## Medida | E4.03

### Divulgar e promover a oferta turística do concelho junto do público

#### **Ação | E4.03.01**

##### **Produção e distribuição de materiais promocionais e informativos**

Produção e distribuição de folhetos, brochuras, posters, mapas e postais de divulgação da oferta turística do concelho, com informação sobre os principais atractivos turísticos e informações de serviços de apoio ao turista. Estas publicações deverão ser desenvolvidas de acordo com as orientações do Plano de *Marketing* Turístico. A sua distribuição deverá ser feita a agentes de viagens, operadores turísticos e turistas, através dos postos de turismo, das unidades de alojamento e dos estabelecimentos de restauração de toda a região. Os materiais deverão estar disponíveis em vários idiomas, em particular, nos dos países identificados como mercados alvo.

#### **Ação | E4.03.02**

##### **Criação de um site de divulgação turística**

Criação de um site moderno, funcional e apelativo de divulgação turística, que deverá integrar informação completa e actualizada sobre as atracções, eventos e actividades turísticas oferecidas, permitindo ao consumidor um contacto directo, mais e melhor informação, maior rapidez de resposta, simplificação do processo de compra, transparência nos preços e características dos produtos, aquisição directa e organização individual da viagem à sua medida. O site deverá ser desenvolvido em articulação com a Área Regional de Turismo do Centro e com o Turismo de Portugal. As tendências da indústria turística revelam a importância da incorporação de sistemas tecnológicos modernos e integrados na concepção e nas formas de divulgação e comercialização dos destinos turísticos, aumento da procura e a satisfação de cliente.

### **Acção | E4.03.03**

#### **Participação em feiras e exposições**

Representação em exposições, feiras de turismo e outros eventos e iniciativas de divulgação turística dirigidos ao público em geral, em especial nos realizados nos principais centros urbanos emissores de turistas nacionais: Lisboa, Porto, Coimbra, Viseu, Leiria, etc.

### **Acção | E4.03.04**

#### **Publicidade em rádios, jornais e revistas**

Realização de publicidade institucional e divulgação de actividades e eventos em rádio, jornais e revistas dirigidas ao público em geral; em jornais da região, que chegam a milhares de conterrâneos que vivem espalhados pelo país e pelo mundo; em revistas especialmente dedicadas aos temas de férias, viagens e turismo; e também em revistas e outras publicações especializadas em temas relacionados com a preservação da natureza e a educação ambiental.

## Medida | E4.04

Divulgar e promover a oferta turística do concelho junto do sector profissional do turismo

### **Acção | E4.04.01**

#### **Divulgação junto do *trade* para captação de turistas**

Para a captação de novos públicos propõe-se a realização de reuniões de trabalho junto dos representantes do *trade* e a organização de viagens especiais de visita para divulgação da oferta turística do concelho junto dos operadores turísticos e agentes de viagens, de modo a promover a componente do *incoming* nos principais mercados alvo, do país e do estrangeiro.

#### **Acção | E4.04.02**

##### **Convite à visita de jornalistas, escritores e fotógrafos**

Convidar e acolher jornalistas, escritores e fotógrafos especialistas em reportagens de viagens e turismo, de modo a incentivar a publicação de artigos sobre o concelho, no país e no estrangeiro.

#### **Acção | E4.04.03**

##### **Participação em feiras de negócios de turismo e viagens**

Participação em feiras, conferências e colóquios dirigidos aos profissionais do sector do turismo, de forma a divulgar as potencialidades e a oferta do concelho junto dos principais agentes do turismo, públicos e privados, entidades nacionais e estrangeiras, operadores e investidores.

#### **Acção | E4.04.04**

##### **Concepção de conteúdos de comunicação para apresentações e exposições**

Concepção e desenvolvimento de conteúdos como suportes de promoção e comunicação para apresentação e representação, em diversos formatos, em diferentes tipos de eventos e iniciativas de divulgação turística.

#### **Acção | E4.04.05**

##### **Divulgação da agenda de eventos às entidades institucionais do turismo**

Divulgação periódica e atempada da agenda de eventos e actividades a realizar no concelho às entidades regionais e nacionais do turismo, de forma a poderem garantir a sua correcta promoção e divulgação através seus canais próprios, junto de um público mais alargado, nomeadamente através de brochuras e sites institucionais.

## Medida | E4.05

### Reforçar as formas e os meios de informação ao turista

#### **Ação | E4.05.01**

##### **Disponibilização de informação turística em suportes electrónicos móveis**

Disponibilização de informação turística electrónica móvel, através de áudio guias, dispositivos multimédia MP4, aparelhos GPS, etc., que acompanhando os novos desafios e exigências, de uma forma inovadora de valorização da oferta, permita aos turistas visitarem o concelho e percorrerem diversos percursos, de modo organizado e individual, ao seu ritmo e interesse pessoal, assim como obter informações acerca dos equipamentos e serviços de apoio turístico disponíveis.

#### **Ação | E4.05.02**

##### **Elaboração de um Guia do Turismo Sustentável**

Deverá promover-se a elaboração de um guia, inspirado no Código de Ética do Turismo, que constitua um guia de boas práticas de divulgação de princípios éticos, com um conjunto de conselhos de práticas e comportamentos que os turistas que visitam Góis deverão respeitar no quadro da prática de um turismo sustentável.

#### **Ação | E4.05.03**

##### **Criação de rede de pontos de informação turística**

Por associação ao Posto do Turismo de Góis, criar uma rede concelhia de pontos turísticos de informação e divulgação, nomeadamente nas sedes de freguesia mais distantes da sede do concelho, em eventual articulação com entidades e agentes económicos, culturais e/ou turísticos locais. Estas extensões do Posto de Turismo de Góis devem também comercializar os produtos tradicionais da região (doçaria, mel, artesanato, etc.) rotulados com a marca turística do concelho.

Medida | E4.06

Promover a notoriedade do destino

**Acção | E4.06.01**

**Promoção e apoio à realização de eventos**

Promoção da notoriedade do concelho através da atracção, promoção e apoio à realização de eventos de projecção nacional, apoiando e patrocinando a sua organização em conjunto com os diversos actores, públicos e privados, da região, como forma de dar visibilidade e notoriedade, fazendo parte integrante do marketing activo do destino e dos produtos turísticos.

Medida | E4.07

Dotar o concelho de sinalética turística integrada

**Acção | E4.07.01**

**Elaboração de um projecto de sinalética integrada**

Deverá promover-se a elaboração de um projecto de sinalética integrada com imagem e conceito próprio, que permita: criar as condições necessárias para a circulação eficaz dos turistas e dos visitantes; promover a divulgação e frequência turística e recreativa dos principais sítios turístico; estimular a articulação entre os diferentes sítios turísticos; e orientar, no terreno, as principais rotas turísticas definidas.

## EIXO V. Promoção da formação profissional, investimento, empreendedorismo e inovação

O sector turístico caracteriza-se pela utilização intensiva de capital humano, levando a que a competitividade das organizações e dos destinos turísticos dependa em grande medida do factor humano. No contexto actual de competição global e de aumento do nível de expectativas e exigência dos consumidores, o desenvolvimento dos recursos humanos revela-se, assim, fundamental para a economia do turismo.

Paralelamente, tendo o sector do turismo um carácter multidimensional, torna-se preponderante a existência de um robusto tecido de pequenas e médias empresas, para o qual o empreendedorismo e o desenvolvimento de um espírito empresarial dinâmico, inovador e competitivo são essenciais.

O Eixo de promoção da formação profissional, do investimento, do empreendedorismo e da inovação no sector turístico visa alavancar as condições de operação e qualificação das actividades turísticas, promovendo a melhoria e criação de infra-estruturas e serviços capazes de capitalizar o potencial turístico do concelho, através de um tecido empresarial mais empreendedor e competitivo, com uma organização e gestão modernizadas, atento às tendências do mercado e com capacidade para inovar.

### Medida | E5.01

#### Criação de oferta integrada de educação e formação no domínio do turismo

##### Acção | E5.01.01

##### **Promoção de acções de formação profissional na área do turismo**

Deverá promover-se a dinamização da formação da população activa, através do apoio à concretização de acções de formação profissional dirigidas a todos os intervenientes no sector turístico, de acordo com as necessidades concretas das empresas e da sua adequação ao mercado. O desenvolvimento de políticas de formação inicial e contínua de activos é uma acção de extrema importância para a

qualificação da mão-de-obra e para a conseqüente competitividade turística do concelho.

A Associação de Desenvolvimento Local ADIBER desempenha um importante papel ao nível da oferta de formação profissional no concelho, pelo que deverá ser, em articulação com outras instituições e organismos regionais, um parceiro fundamental na criação de programas específicos de formação direccionados para as actividades turísticas, nomeadamente nas áreas de turismo de natureza, de animação, de restauração e hotelaria.

#### **Acção | E5.01.02**

##### **Reforço da oferta escolar na área do Turismo**

Promoção do envolvimento da rede escolar local e regional na criação de uma oferta educativa que contemple cursos técnico-profissionais em áreas de especialização associadas à actividade turística. O reforço da oferta escolar na área do turismo irá permitir, a médio e longo prazo, a integração da comunidade local no processo de desenvolvimento turístico do concelho preconizado para o concelho.

#### **Acção | E5.01.03**

##### **Criação de bolsas de estudo de Turismo**

Criação de um programa de bolsas de estudo dirigidas aos estudantes do concelho de forma a promover a frequência do ensino universitário nas diversas áreas do Turismo.

#### **Acção | E5.01.04**

##### **Realização de estágios profissionais**

Realização de protocolos de cooperação com Escolas Superiores de Turismo de referência nacional com vista à elaboração de trabalhos científicos com interesse para o turismo do concelho e à realização de programas de estágios profissionais que permitam a aplicação dos conhecimentos científicos e das competências técnicas adquiridas pelos estudantes universitários às práticas turísticas do concelho, em unidades de alojamento, empresas de animação turística, associações

e entidades públicas do concelho, contribuindo, simultaneamente, para o reforço da capacidade de atracção e fixação de jovens no concelho e para a sua integração no mercado de trabalho.

#### Medida | E5.02

#### Promoção do empreendedorismo que gere inovação e competitividade empresarial

##### **Ação | E5.02.01**

##### **Criação de um serviço de apoio ao empreendedorismo**

O empreendedorismo é uma das formas de fomentar o emprego, o investimento e a inovação, mas, por envolver várias componentes (financeira, técnica e de formação), é considerada, pelos potenciais empreendedores, uma realidade complexa e burocrática. Nesse sentido, o incentivo e apoio a novas iniciativas empresariais será facilitada se existir um acompanhamento especializado pelas entidades locais, que permita, entre outros aspectos, a possível mediação entre o potencial investidor e os parceiros-chave para o negócio, bem como o acompanhamento para a obtenção de apoios e incentivos financeiros ao investimento no turismo.

##### **Ação | E5.02.02**

##### **Incentivo ao empreendedorismo dos jovens locais**

Desenvolvimento de acções de incentivo à concepção, criação e dinamização de projectos ou actividades turísticas por parte de alunos do concelho e dos concelhos vizinhos, através da criação de concursos de ideias que dêem lugar à atribuição de prémios para a concretização das melhores projectos.

### Medida | E5.03

#### Atração de novos investimentos qualificantes

##### **Ação | E5.03.01**

##### **Criação de incentivos à fixação de empresas turísticas**

Definição de uma política clara de incentivos à fixação de empresas na área do turismo. A política para a atração de investimentos deverá incluir um conjunto estruturado de medidas que poderão envolver a criação de uma linha de apoio financeiro específica, a agilização dos processos de licenciamento, a disponibilização de serviços técnicos municipais, a facilitação e o apoio à realização de candidaturas para acesso a sistemas de incentivos financeiros à actividade turística e a realização de investimentos públicos de suporte ao investimento privado.

A realização de investimentos públicos em infra-estruturas de apoio à instalação de empresas é já uma política adoptada pelo Município, pelo que deverá ser mantida e reforçada.

## EIXO VI. Estruturação do sistema turístico

Este Eixo Estratégico de intervenção visa dotar o concelho de Góis das condições organizacionais, reguladoras e técnicas específicas de suporte ao turismo, indispensáveis à necessária integração e articulação das políticas e medidas na área do turismo, bem como à promoção do envolvimento, cooperação e estabelecimento de parcerias estratégicas entre entidades, por forma a criar uma dinâmica de interações positivas e activas, indispensável ao desenvolvimento turístico integrado.

### Medida | E6.01

#### Criação de estrutura de gestão turística

##### **Ação | E6.01.01**

##### **Reforço da estrutura e serviços de Turismo da Câmara Municipal**

Reforço da estrutura e serviços de Turismo da Câmara Municipal, nomeadamente através do alargamento do quadro de pessoal especializado e da dotação financeira destinada a esta área. Este reforço deverá ser estruturado tendo em vista como principais linhas de actuação: a gestão e regulamentação do destino turístico; a criação de condições para o correcto aproveitamento turístico dos recursos; a certificação das condições de qualidade da oferta turística; a promoção de parcerias público-privadas; a divulgação de Góis como destino turístico e a promoção externa junto dos potenciais investidores e dos principais mercados. Desta forma será possível uma intervenção mais activa, abrangente e estruturada por parte da autoridade municipal.

## Medida | E6.02

### Criação de redes de articulação e integração entre agentes e iniciativas turísticas

#### **Acção | E6.02.01**

##### **Intensificação da participação em redes temáticas**

Intensificação da participação do concelho em redes temáticas no domínio do turismo, tendo em vista: a constituição de parcerias concretas no âmbito da criação e desenvolvimento de circuitos e roteiros turísticos de escala supra-municipal, regional e nacional; a participação em iniciativas conjuntas de candidaturas a projectos e estudos financiáveis; e o estabelecimento de plataformas conjuntas de divulgação turística.

A participação do concelho na Rede das Aldeias do Xisto constitui um excelente exemplo da concretização do potencial existente da integração num produto turístico concebido e utilizado em rede.

#### **Acção | E6.02.02**

##### **Aprofundamento do processo associativo entre as autarquias da região**

Aprofundamento do processo associativo no domínio do turismo entre as autarquias dos concelhos vizinhos, tendo em vista a produção de sinergias nos domínios da promoção turística e da oferta de produtos estruturados em torno do aproveitamento das complementaridades existentes. Deverá procurar-se que o processo associativo ganhe novos contornos no domínio do turismo, traduzindo-se em iniciativas concretas, baseadas nas necessidades e estratégias das partes, mas valorizadas por uma estratégia de conjunto.

#### **Acção | E6.02.03**

##### **Apoio ao associativismo das empresas turísticas**

Mobilização e apoio ao associativismo das empresas turísticas, procurando envolver em especial os proprietários das empresas nas áreas do alojamento, restauração e animação, tendo em vista a criação de uma plataforma de concertação de iniciativas, capaz de viabilizar o encontro de soluções de

integração alargada, dentro dos objectivos estratégicos definidos para o turismo no concelho.

#### **Ação | E6.02.04**

##### **Reforço de articulação com a Entidade Regional de Turismo do Centro**

Reforço das relações com a Entidade Regional de Turismo do Centro com vista a melhor coordenar a actuação a nível regional e nacional.

#### Medida | E6.03

##### Desenvolvimento de base de conhecimento e de informação sobre o turismo no concelho

#### **Ação | E6.03.01**

##### **Criação de um observatório do Turismo de Góis**

Criação de um observatório do turismo de Góis, que permita criar e gerir uma base de dados para o turismo, potenciando a realização de estudos e análises, bem como a obtenção de dados estatísticos e indicadores de desempenho, de apoio à decisão e monitorização dos processos de desenvolvimento do turismo no concelho. As informações obtidas e os resultados do turismo do concelho deverão ser periodicamente disponibilizados aos agentes do turismo.

#### Medida | E6.04

##### Certificação dos serviços de turismo do município

#### **Ação | E6.04.01**

##### **Concepção e implementação de um Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente**

Concepção e implementação de um Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente para os serviços turísticos do município, através do qual seja possível aferir regularmente o nível de satisfação dos turistas; estabelecer uma comunicação eficaz, interna e externa, destinada a todas as partes interessadas; providenciar as condições adequadas para o desenvolvimento de competências dos colaboradores, tendo em vista um desempenho eficaz e eficiente; fomentar uma estreita relação

com fornecedores e clientes, procurando um permanente relacionamento de efectiva parceria; e promover uma gestão ecoeficiente, através da utilização sustentável dos recursos e da aplicação das melhores práticas de gestão ambiental. A certificação de um Sistema Integrado de Qualidade e Ambiente permitirá promover a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados e do nível de desempenho, assegurando a total satisfação dos turistas e conferindo uma imagem de prestígio e qualidade.

## EIXO VII. Operacionalização do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico

Para garantir o sucesso da implementação das acções de intervenção propostas no âmbito do Plano Estratégico a adoptar, é necessário acautelar um conjunto de condições complementares de intervenção que envolvem a dinamização, divulgação, acompanhamento e avaliação do próprio Plano. Esse sistema de operacionalização do Plano Estratégico deverá ser acompanhado de um importante processo de envolvimento e participação dos agentes locais e das diversas entidades, instituições públicas e agentes privados, que determinam o processo de desenvolvimento turístico.

### Medida | E7.01

#### Dinamização do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico

##### **Acção | E7.01.01**

##### **Criação de uma estrutura de dinamização e acompanhamento do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico**

A capacidade de implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico será potenciada se for criada uma estrutura específica para esse efeito. A estrutura a criar deverá coordenar e dinamizar as intervenções previstas, de forma a assegurar a sua execução, divulgação, avaliação e acompanhamento, a colaborar activamente com todas as entidades envolvidas e a proceder à apreciação do desenvolvimento turístico do concelho, numa lógica de gestão centralizada focada nas linhas de orientação estratégica definidas.

## Medida | E7.02

### Divulgação e mobilização para a implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico

#### Acção | E7.02.01

##### **Divulgação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico junto da população residente**

Deverá promover-se a realização de sessões de apresentação pública do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico do concelho de Góis junto da população local, bem como a sua divulgação nos meios de comunicação social regionais, de forma a assegurar a informação da comunidade local quanto aos objectivos e medidas de acção preconizadas. A apresentação do Plano Estratégico deverá servir simultaneamente como ponto de partida para a realização de uma campanha de sensibilização mais alargada dirigida à população residente, no sentido de dar melhor consciência da importância do Turismo no desenvolvimento local e, nesse sentido, do papel estratégico que desempenha a mobilização e participação activa de todos para a prossecução do desenvolvimento turístico.

## Medida | E7.03

### Avaliação e revisão do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico

#### Acção | E7.03.01

##### **Definição de sistema de controlo e monitorização do Plano Estratégico**

A execução do Plano Estratégico deve ser alvo de avaliação periódica regular, com base numa análise elaborada com as contribuições dos diferentes agentes do sector turístico do concelho. Para tal deverá ser definido e implementado um sistema de controlo e monitorização do Plano Estratégico, que permita avaliar a adequação ou necessidade de revisão do Plano e proceder aos ajustamentos ou planos de acções complementares no sentido de reorientar as opções e medidas, com vista à gestão mais eficiente dos recursos disponíveis para a promoção do desenvolvimento turístico do concelho.

## 11. Conclusão

Neste trabalho identificam-se as condições e os factores críticos de sucesso para o desenvolvimento turístico do concelho de Góis, que, através de uma abordagem que procura potenciar os recursos endógenos do território e mobilizar de forma concertada os diversos agentes públicos e privados para o desenvolvimento de soluções de base empreendedora e sustentável, se concretiza numa proposta de Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo para o concelho de Góis.

Numa primeira abordagem é posta em evidência, por um lado, a relevância do planeamento estratégico para a concretização de um modelo de desenvolvimento assente nas dinâmicas de sustentabilidade económicas, sociais e ambientais, e, por outro, a importância do turismo para o desenvolvimento socioeconómico e para a melhoria da qualidade de vida das zonas rurais. Da análise sobre o crescimento da actividade turística e da sua expressão na economia mundial e nacional, conclui-se pela relevância que este sector desempenha nas sociedades actuais e, em particular, em Portugal, enquanto um dos grandes destinos mundiais. Numa breve resenha sobre a dimensão e dinâmica do turismo na região Centro identificam-se défices de desenvolvimento que constituem janelas de oportunidade para a futura afirmação turística desta zona do país.

Da análise efectuada ao concelho conclui-se que este apresenta um potencial turístico relevante, beneficiando dos valores naturais, culturais e paisagísticos, que, tem tido, no entanto, até hoje, uma exploração casuística e esporádica, numa óptica insipiente, não sendo visível uma estratégia clara de desenvolvimento. É evidente uma indefinição, ou mesmo inexistência de um posicionamento concreto do concelho no mercado turístico. O levantamento realizado e os resultados da avaliação dos recursos turísticos indicam a existência de património natural, histórico e etnográfico que, a ser explorado de forma estruturada, poderá constituir uma forte potencialidade para o desenvolvimento do concelho.

O potencial turístico de uma região não depende, no entanto, exclusivamente da quantidade e qualidade dos seus recursos, mas também da forma como são disponibilizados ao turista. Será necessária uma qualificação inovadora dos serviços e infra-

estruturas de apoio ao turismo de forma a transformar o potencial dos recursos naturais e culturais num destino turístico atractivo e competitivo.

Para isso devem ser definidas condições que capitalizem as potencialidades turísticas de Góis e que garantam a afirmação enquanto destino turístico, permitindo assim obter vantagens competitivas que gerem um posicionamento no mercado assente na qualidade, inovação e diferenciação. Adoptando uma perspectiva integradora e centrada nas características do concelho de Góis, a proposta de estratégia de desenvolvimento indica eixos de intervenção importantes, que incluem: produtos e mercados a desenvolver; valorização dos produtos e serviços que diferenciam o destino; desenvolvimento, qualificação e diferenciação da oferta turística; informação, divulgação e promoção turística; formação de recursos humanos, investimento e inovação; e organização do sistema turístico. Estes eixos estratégicos são estruturados num conjunto de medidas que incluem propostas de acção para cada uma das áreas de actuação.

À Câmara Municipal de Góis caberá o papel de principal agente catalisador da estratégia, não só pelas responsabilidades enquanto promotor directo de grande parte das acções, mas também como o actor-chave mobilizador e facilitador do envolvimento dos restantes actores enquanto parceiros da estratégia preconizada para o concelho. Face à diversificada natureza das acções propostas e ao conjunto de actores que poderão estar envolvidos, propõe-se, para cada uma das acções o estabelecimento de parcerias, quer públicas, quer público-privadas.

O trabalho centra-se, assim, na definição de soluções competitivas e sustentáveis que permitam a este território rural construir processos de desenvolvimento que harmonizem, através do turismo, o emprego, a competitividade, a qualidade de vida, o ambiente e a identidade cultural.

Não se ambicionando esgotar neste trabalho a reflexão sobre o desenvolvimento turístico do concelho, apontam-se alguns aspectos que se afiguram de interesse de forma a dar continuidade ao trabalho desenvolvido: as limitações que naturalmente possam existir, quer ao nível processual, quer ao nível da disponibilidade de recursos (técnicos, financeiros, de recursos humanos ou outros) carecem de uma abordagem pormenorizada e poderão

determinar algumas alterações à estratégia proposta; num estudo mais detalhado dos recursos turísticos do concelho deverá ser alargada a consulta a um maior número de intervenientes e especialistas locais em cada uma das áreas específicas de intervenção; deverá também ser aprofundado o estudo da procura potencial para este destino turístico.

Salientando o contributo da actividade turística para o aumento das receitas públicas e privadas geradas no concelho, a relevância deste trabalho resulta da evidência do potencial que o turismo tem no território em estudo e na oportunidade que o sector turístico representa para a região Centro e para o país.

O sucesso deste trabalho não se limitará ao grau de implementação das propostas apresentadas, passará também pela sensibilização dos decisores políticos para a necessidade de um planeamento estratégico para o turismo e pelo alavancar de um processo de mobilização e debate público que, de uma forma integrante e alargada, defina os objectivos e o modelo de desenvolvimento local para a afirmação do território enquanto destino turístico. Propondo medidas e acções que pretendem servir de inspiração e de suporte aos processos de desenvolvimento turístico, espera-se que este trabalho venha a constituir um instrumento de orientação, mobilizador para novas práticas de cooperação e de inovação, que contribua para gerar dinâmicas e processos em prol de um desenvolvimento mais harmonioso e sustentável do concelho de Góis.



## Bibliografia

### Documentos de política e de estratégia

#### **Âmbito Nacional**

Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (Lei n.º58/2007, de 4 de Setembro de 2007)

Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade (Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, 20 de Setembro de 2001)

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2015 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, 20 de Agosto de 2007)

Plano Estratégico Nacional do Turismo 2006 - 2015 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2007)

Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural 2007-2013 (versão de Outubro de 2007), Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

#### **Âmbito Regional**

Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região Centro – Proposta Preliminar de Modelo Territorial (versão de Junho de 2007), Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008 de 21 de Julho de 2008)

Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo das Beiras, CEDRU, Março 2002

PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural – Estratégia de Desenvolvimento Local da Beira Serra 2007-2013, Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra

### **Âmbito Municipal**

Plano Director Municipal de Góis (Resolução de Conselho de Ministros n.º 41/2003 de Março de 2003)

Plano Director de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo para o Município de Góis, Sociedade Portuguesa de Inovação, Abril de 2007

### **Bibliografia Geral**

BAUM, Tom, AMOAH, Vanessa, SPIVACK, Sheryl (1997), “Policy dimensions of human resource management in the tourism and hospitality industries” em *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, p. 221-229

CÂMARA MUNICIPAL DE GÓIS (2006), Carta Educativa do Município de Góis

CAVACO, Carminda (2006), “Práticas e lugares de turismo” em *Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais e Pós-Agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer*, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Lisboa, p. 299-362

CAVACO, Carminda (2005), “Os espaços de turismo” em *Geografia de Portugal 3 – Actividades Económicas e Espaço Geográfico*, Coord. MEDEIROS, Carlos Alberto, Círculo de Leitores, p. 409-422

CAVACO, Carminda (2003), “Permanências e mudanças nas práticas e nos espaços turísticos” em *TERN: Turismo em Espaços Rurais Naturais*, Coord. SIMÕES, Orlando e CRISTOVÃO, Artur, Instituto Politécnico de Coimbra, Edições IPC Inovar para Crescer, 2003, Coimbra, p.25-38

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (2007), “Agenda para um Turismo Europeu Sustentável e Competitivo”, Comunicação da Comissão, 621, Bruxelas

COSTA, Carlos (2003), “Um paradigma emergente na área do planeamento? Reflexão sobre questões de teoria e de prática para a área do planeamento em turismo” em TERN: Turismo em Espaços Rurais Naturais, Coord. SIMÕES, Orlando e CRISTOVÃO, Artur, Instituto Politécnico de Coimbra, Edições IPC Inovar para Crescer, 2003, Coimbra, p.189-200

COSTA, Jorge (2004), “The portuguese tourism sector: key challenges for human resources management” em International Journal of Contemporary Hospitality Management, vol. 16, nº 7, p. 402-407

CUNHA, Licínio (2003), Introdução ao Turismo, 2ª Edição, Editorial Verbo

FIGUEIREDO, Elisabete (2003), “Quantas mais “aldeias típicas” conseguimos suportar? Algumas reflexões a propósito do turismo como instrumento de desenvolvimento local em meio rural” em TERN: Turismo em Espaços Rurais Naturais, Coord. SIMÕES, Orlando e CRISTOVÃO, Artur, Instituto Politécnico de Coimbra, Edições IPC Inovar para Crescer, 2003, Coimbra, p.65-82

GUNN, Clare A (1994), Tourism planning: basics, concepts, cases, Taylor & Francis, London

INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE (2008), Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008 de 05 de Junho)

JOAQUIM, Graça (2003), “Turismo sustentável: o desafio da inovação e da tradição” em TERN: Turismo em Espaços Rurais Naturais, Coord. SIMÕES, Orlando e CRISTOVÃO, Artur, Instituto Politécnico de Coimbra, Edições IPC Inovar para Crescer, 2003, Coimbra, p.57-64

JOAQUIM, Graça (1998), “Da identidade à sustentabilidade ou a emergência do turismo responsável” em Sociologia Problemas e Práticas nº23, CIES/ISCTE, Lisboa

LOPES, Ernâni (2005), Reinventando o Turismo em Portugal, Confederação do Turismo Português, Lisboa, p. 11-215

MARTINS VIEIRA, João (2007), Planeamento e ordenamento territorial do turismo: uma perspectiva estratégica, Editorial Verbo, Lisboa

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (2003), Guia de desenvolvimento do turismo sustentável, trad. Sandra Netz, Bookman, Porto Alegre

PARTIDÁRIO, Maria do Rosário (2003), “Turismo em espaços rurais e naturais: uma oportunidade sustentável” em TERN: Turismo em Espaços Rurais Naturais, Coord. SIMÕES, Orlando e CRISTOVÃO, Artur, Instituto Politécnico de Coimbra, Edições IPC Inovar para Crescer, 2003, Coimbra, p.115-126

PRZECLAWSKI, Krzysztof (1993), “Tourism as the subject of interdisciplinary research” em PEARCE and BUTTLER (eds), Tourism Research – Critiques and Challenges, Routledge, Londres, p. 9-19

RIBEIRO, J.Cadima, VAREIRO, Laurentina C. (2007), “Turismo e desenvolvimento regional: o espaço rural como destino turístico” em Actas do 1º Congresso Internacional Casa Nobre: um património para o futuro, Câmara Municipal Arcos de Valdevez, p. 470-486

RIBEIRO, Manuela (2003), “Pelo turismo é que vamos/podemos ir (?). Sobre as representações e as visões dos responsáveis das administrações públicas de âmbito local, acerca do turismo para o desenvolvimento rural” em TERN: Turismo em Espaços Rurais Naturais, Coord. SIMÕES, Orlando e CRISTOVÃO, Artur, Instituto Politécnico de Coimbra, Edições IPC Inovar para Crescer, 2003, Coimbra, p. 41-56

SIMÕES, Orlando (2003), “Turismo em espaços rurais e naturais: um ponto de partida” em TERN: Turismo em Espaços Rurais Naturais, Coord. SIMÕES, Orlando e CRISTOVÃO, Artur, Instituto Politécnico de Coimbra, Edições IPC Inovar para Crescer, 2003, Coimbra, p.15-23

VELOSO, António Santos (2003), “O turismo e a sustentabilidade dos espaços rurais e naturais do interior das Beiras” em TERN: Turismo em Espaços Rurais Naturais, Coord.

SIMÕES, Orlando e CRISTOVÃO, Artur, Instituto Politécnico de Coimbra, Edições IPC Inovar para Crescer, 2003, Coimbra, p.83-94

WORLD TOURISM ORGANIZATION (1994), National and regional tourism planning : methodologies and case studies

WORLD TOURISM ORGANIZATION (1998), Guide for local Authorities on Developing Sustainable Tourism

WORLD TOURISM ORGANIZATION (1999), Global Code of Ethics for Tourism

WORLD TOURISM ORGANIZATION (2001), Tourism 2020 Vision, Volume 7 - Global Forecasts and Profile of Market Segments

WORLD TOURISM ORGANIZATION (2001), Tourism market trends: 2001 edition: World Overview & Tourism Topics

WORLD TOURISM ORGANIZATION (2008), Tourism Highlights

### Dados Estatísticos

Turismo de Portugal, Ministério da Economia e da Inovação e do Desenvolvimento (2009), Anuário das Estatísticas do Turismo 2008

Turismo de Portugal, Ministério da Economia e da Inovação (2008), O Turismo em 2007

Turismo de Portugal, Ministério da Economia e da Inovação (2007), O Turismo em 2006

Turismo de Portugal, Instituto de Marketing Research (n.d.), Relatório Anual de Pesquisa 2007 – Determinação da representatividade das motivações primárias e estágio de satisfação dos turistas em Portugal

Instituto Nacional de Estatística (2008), Estatísticas do Turismo 2007

Instituto Nacional de Estatística (2009), Anuário Estatístico da Região Centro 2008

World Travel & Tourism Council (2010), Travel & Tourism Economic Impact 2010 – Executive Summary

## Outra documentação consultada

Augusto Mateus & Associados – Soc. de Consultores, Lda (2010), Apresentação sobre o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo em Arganil, realizada em Arganil, em Janeiro de 2010

CÂMARA MUNICIPAL DE GÓIS (2009), Listagem de Unidades de Alojamento no Concelho de Góis

CÂMARA MUNICIPAL DE GÓIS (2010), Listagem de Bares e Restaurantes do Concelho de Góis

MOREIRA, Fernando João (2008), Documentação de apoio da disciplina de Planeamento Estratégico, ano lectivo 2007/08 do Mestrado em Turismo, da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril

SILVA, Sancho (2008), Documentação de apoio da disciplina de Concepção e Desenvolvimento de Produtos Turísticos, ano lectivo 2007/08 do Mestrado em Turismo, da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril

Publituris (2009), Edição online de 26 de Janeiro de 2009

Turismo de Portugal (2006), 10 Produtos Estratégicos para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal – Touring Cultural e Paisagístico

Turismo de Portugal (2006), 10 Produtos Estratégicos para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal – Turismo de Natureza

## Sítios Consultados

Agência Portuguesa do Ambiente – [www.apambiente.pt](http://www.apambiente.pt)

Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra –  
<http://adiber.cidadevirtual.pt/adiber.htm>

Câmara Municipal de Góis – [www.cm-gois.pt](http://www.cm-gois.pt)

Câmara Municipal de Arganil – [www.cm-arganil.pt](http://www.cm-arganil.pt)

Câmara Municipal da Lousã – [www.cm-lousa.pt](http://www.cm-lousa.pt)

Câmara Municipal da Pampilhosa da Serra – [www.cm-pampilhosadaserra.pt](http://www.cm-pampilhosadaserra.pt)

Câmara Municipal de Castanheira de Pêra – [www.cm-castanheiradepera.pt](http://www.cm-castanheiradepera.pt)

Câmara Municipal de Pedrógão Grande – [www.cm-pedrogaogrande.pt](http://www.cm-pedrogaogrande.pt)

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro – [www.ccdrc.pt](http://www.ccdrc.pt)

CP – Caminhos de Ferro Portugueses, E.P. – [www.cp.pt](http://www.cp.pt)

Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade – [www.icnb.pt](http://www.icnb.pt)

Instituto Nacional de Estatística – [www.ine.pt](http://www.ine.pt)

Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional –  
[www.maotdr.gov.pt](http://www.maotdr.gov.pt)

Revista Publituris – [www.publituris.pt](http://www.publituris.pt)

Rodoviária da Beira Litoral – [www.rede-expressos.pt](http://www.rede-expressos.pt)

Lousitânea – Liga dos Amigos da Serra da Lousã – <http://lousitanea.org/>

TransSerrano – Formação e Serviços na Natureza, Lda. – [www.transserrano.com](http://www.transserrano.com)

World Travel & Tourism Council – [www.wttc.org](http://www.wttc.org)

**Anexo I**  
INSTRUMENTOS DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA

## Anexo I.

### Instrumentos de política e estratégia

<b>Âmbito nacional</b> .....	<b>2</b>
Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território .....	2
Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural .....	7
Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável.....	11
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade .....	13
Plano Estratégico Nacional do Turismo.....	15
<b>Âmbito regional</b> .....	<b>19</b>
Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região Centro .....	19
Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo nas Beiras.....	24
Plano Sectorial da Rede Natura 2000 – Serra da Lousã .....	29
PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural   Estratégia de Desenvolvimento Local da Beira Serra.....	32
<b>Âmbito municipal</b> .....	<b>35</b>
Plano Director Municipal.....	35
Programa Director de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo para o Município de Góis.....	37

## Âmbito nacional

### Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

O Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT) concretiza a estratégia de ordenamento, desenvolvimento e coesão territorial do país, constituindo-se como guia orientador do sistema de gestão territorial e da política de ordenamento do território.

O programa de acção do PNPOT, em coerência com outros instrumentos estratégicos, consubstancia a coordenação da política e gestão territorial através da definição de orientações gerais e de um conjunto articulado de objectivos estratégicos, que se desenvolvem através de objectivos específicos e de medidas prioritárias.

Assim, são definidos pelo PNPOT como objectivos estratégicos gerais:

1. Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos e prevenir e minimizar os riscos – onde se inclui como objectivos estratégicos a valorização das paisagens e do património cultural e o desenvolvimento de sistemas de conhecimento e informação sobre os recursos naturais;
2. Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global – onde se inclui como objectivo específico a implementação de uma estratégia que promova o aproveitamento sustentável do potencial turístico;
3. Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infra-estruturas de suporte à integração e à coesão territoriais – onde se inclui como

- objectivo específico a promoção do desenvolvimento rural, considerando em especial as necessidades das áreas mais vulneráveis e despovoadas ;
4. Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social – onde se inclui como objectivo estratégico a dinamização de redes de equipamentos culturais que valorizem identidades e patrimónios num quadro de aprofundamento do reforço da participação nas actividades culturais;
  5. Expandir as redes e infra-estruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública;
  6. Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, activa e responsável dos cidadãos das instituições.

A inserção da região Centro na estratégia nacional de ordenamento do território assenta na posição de charneira que detém no espaço nacional e internacional. É, no entanto, necessário potenciar a relativamente densa rede de cidades existentes, ao mesmo tempo que se deverão desenvolver estratégias de valorização dos recursos naturais, patrimoniais e agro-florestais.

Neste contexto, constituem orientações da estratégia de ordenamento e desenvolvimento da região Centro:

- Aproveitar a estrutura polinucleada da região de forma a consolidar o modelo de desenvolvimento;
- Afirmação da região no contexto nacional e internacional – Abrange-se como vector de intervenção desta orientação o aproveitamento os recursos turísticos da região de projecção nacional e internacional, nas vertentes do turismo cultural, natural e religioso;
- Qualificar os territórios urbanos do ponto de vista urbanístico, patrimonial e ambiental;

- Protecção e Valorização dos Recursos Naturais e Agrícola-Florestais;
- Valorizar o potencial produtivo de territórios específicos, nomeadamente dos territórios de baixa densidade do Pinhal Interior, da Beira Interior e do Médio Tejo – Neste contexto, a estratégia assenta em três vectores: a configuração de um modelo territorial ancorado nas pequenas e médias cidades; a implementação de estratégias de valorização económica de recursos locais, onde se inclui a implementação de programas de recuperação do parque habitacional em meio rural, nomeadamente em territórios com potencial de desenvolvimento agrícola, em articulação com o turismo, que permitem contribuir para uma gestão sustentável do património histórico, natural e rural e para o reforço das relações urbano-rurais; e o desenvolvimento de acções de discriminação positiva dos investimentos no domínio social, considerando-se como um dos eixos de actuação valorizar a diversidade do potencial turístico, definindo nichos complementares de produtos e destinos em que a paisagem, natureza, parques e reservas naturais, património histórico e cultural, que apesar da pequena escala podem proporcionar o estabelecimento de redes direccionadas a segmentos especializados em contraponto a outros mais massificados.

O Pinhal Interior, unidade territorial na qual se insere o concelho de Góis representa 5% do território, 1,8% da população e 1% do PIB do país. “Tendo sofrido um rápido declínio da população, encontra-se hoje fortemente desvitalizada, apresentando saldos fisiológicos altamente negativos que apenas o Pinhal Interior Norte consegue equilibrar parcialmente com um saldo migratório positivo por efeito dos ganhos conseguidos na parte inserida na área de influência de Coimbra. Trata-se de um dos espaços mais problemáticos do País em termos de perspectivas de desenvolvimento. Sem dimensão populacional, com uma base económica débil assente nos recursos florestais e sem estrutura urbana, as perspectivas são

de continuação da perda de população (...) e para a redução do seu contributo para a economia nacional (...)” (PNPOT, 2007)

Neste contexto, são definidos pelo PNPOT três desafios para o Pinhal Interior:

- Valorização dos recursos do território, implicando a protecção contra o risco de incêndio, a valorização, o planeamento e a gestão sustentável dos recursos florestais e a valorização dos recursos naturais;
- Garantia da qualidade de vida, assegurando níveis elevados de serviços às populações, associando soluções inovadoras quer na programação e gestão de equipamentos, quer ao nível das acessibilidades;
- Estruturação das novas relações urbano-rurais, fazendo com que este espaço reforce articulações que lhes sejam favoráveis com o eixo Pombal/Leiria, Coimbra, Viseu, Castelo Branco e com os centros urbanos do Médio Tejo.

Assim, para o território do Pinhal Interior as opções de desenvolvimento delineadas passam por:

- Gerir o declínio da população e a baixa densidade, de forma a garantir os mínimos de ocupação necessários à gestão sustentável do território;
- Implementar planos sectoriais de ordenamento florestal com capacidade para ultrapassar as limitações decorrentes da estrutura da propriedade e promover a gestão sustentável dos recursos, prevenindo o risco de incêndio e a sua exploração integrada numa óptica empresarial;
- Reforçar as funções urbanas das sedes de concelho como centros organizadores do território, apostando em soluções inovadoras com recurso às novas tecnologias de informação e comunicação;
- Reforçar as articulações com as cidades de Leiria/Pombal, Coimbra, Viseu, Castelo Branco e com os centros urbanos do Médio Tejo, indo ao encontro das novas procuras urbanas, sobretudo nos domínios do turismo e do lazer;

- Assumir o papel que pode ter o uso residencial das estruturas de povoamento tradicionais, em particular das aldeias da serra, para manter a ocupação do espaço e para a dinamização económica;
- Valorizar o potencial para a produção de energias renováveis, sobretudo eólica e de biomassa;
- Valorizar os recursos hídricos e concluir os projectos de despoluição integrada, em particular da bacia do Zêzere;
- Estruturar a rede de equipamentos de âmbito supramunicipal numa lógica de complementaridade, especialização e funcionamento concertado;
- Prever soluções de mobilidade e acessibilidade que garantam a todos os grupos populacionais o acesso efectivo às funções urbanas.

### Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural

O Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural (PENDR) estabelece as prioridades conjuntas do Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural (FEADER) e de cada Estado Membro da União Europeia, para o período 2007-2013, conjugando as orientações estratégicas comunitárias com as orientações de política nacional, constituindo o instrumento de referência para a preparação da programação do FEADER, e sendo concretizado através dos Programas de Desenvolvimento Rural.

A actividade agrícola e florestal foi, durante muito tempo, a principal actividade das zonas rurais, ocupando grande parte da mão-de-obra e sendo a principal fonte de rendimento da população. As mudanças ocorridas nas últimas décadas alteraram, no entanto, significativamente esta realidade, conduzindo à diminuição e acentuado envelhecimento da população rural, à terciarização da sua população activa e a uma grande dependência das famílias residentes das transferências sociais públicas.

Neste contexto, a evolução das zonas rurais mais interiores ou de montanha do Norte e Centro, do Alentejo e do Algarve foi particularmente gravosa e a sua situação exige uma especial atenção por parte da política de desenvolvimento rural.

Sendo certo que a revitalização das zonas rurais depende muito do seu grau de atractividade e este das condições oferecidas à população em geral e aos empresários em particular, é importante a criação ou a melhoria de serviços básicos de apoio à população e às empresas.

A revitalização das zonas rurais passa ainda pela capacidade de rentabilizar melhor os recursos existentes. O Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural destaca o potencial endógeno dos territórios rurais para desenvolver, num novo quadro, funções mais alargadas, que respondem a novas procuras e actividades valorizadas. Nesta óptica, o PENDR identifica como oportunidade a crescente procura de produtos e actividades de lazer associadas ao ambiente e paisagens rurais, realçando que o desenvolvimento de

actividades como as turísticas e de lazer, assentes no carácter multifuncional da actividade agro-florestal, pode contribuir de forma decisiva para o aumento de riqueza e de emprego.

Sendo o turismo um sector com potencialidades para a revitalização destes territórios pela capacidade de adaptação e resposta à nova procura turística, é identificada pelo PENDR a necessidade de diversificar a oferta de animação complementar, de aumentar o dinamismo e o grau de organização do sector e de qualificar os recursos humanos que lhe estão afectos.

A viabilidade dos territórios rurais está, assim, bastante dependente da capacidade de criar, organizar e desenvolver a actividade económica no sector agro-florestal, e da capacidade de diversificação para outras actividades que satisfaçam novas procuras, internas e externas ao território, contribuindo desta forma para uma inversão da situação de fragilidade em que se encontram.

A Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Rural procura, por isso, estimular a competitividade e a sustentabilidade dessas actividades reforçando o seu contributo para o desenvolvimento do País e dos seus territórios. Neste enquadramento, a finalidade da estratégia definida consiste em promover a competitividade do sector agro-florestal e dos territórios rurais de forma sustentável.

No quadro do PENDR, o desenvolvimento sustentável dos meios rurais é entendido como a utilização adequada dos recursos endógenos pelas gerações actuais, empresas e agentes, com vista à sua valorização económica, social, ambiental e patrimonial e à qualificação de infra-estruturas, tornando-os mais competitivos e preservando a utilização dos recursos pelas gerações vindouras.

Para promover a competitividade sustentável dos territórios rurais, são definidos no PENDR três objectivos estratégicos, interligados e directamente vocacionados para o desenvolvimento rural:

- Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal;
- Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais;

- Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais.

Consideram-se como sub-objectivos de suporte à realização dos grandes objectivos estratégicos:

- Diversificar a economia rural;
- Melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais;
- Desenvolver competências nas zonas rurais.

A concretização destes sub-objectivos assenta, por sua vez, nas seguintes linhas mestras de actuação: dinamização do mercado de produtos locais; utilização inovadora do património rural e natural; actuação em complementaridade com a actividade agro-florestal; formação orientada para o aparecimento e desenvolvimento de iniciativas locais; integração e complementaridade com outras intervenções territoriais; promoção de serviços básicos para grupos alvo da população em meio rural.

“Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais” constitui um dos objectivos estratégicos estruturantes, uma vez que as zonas rurais apresentam, frequentemente, uma frágil sustentabilidade económica e social, revelando-se, portanto, necessário contribuir para aumentar a atractividade e competitividade destas zonas enquanto local para viver, trabalhar e visitar. De acordo com o Plano Estratégico, a sua concretização deverá ser feita através da mobilização organizada dos actores locais, que deverão ser os facilitadores da promoção de actividades de diversificação da economia rural, da criação de competências locais e serviços de apoio e da conservação e valorização do património rural e natural.

A promoção da diversificação da economia e do emprego é desejável nos territórios rurais dada a sua dependência do emprego gerado pelas actividades agro-florestais e pela administração pública face ao que se verifica nos restantes territórios. A intervenção do FEADER neste eixo tem como prioridade esta diversificação, procurando orientá-la para o aproveitamento de potencialidades endógenas e para a incorporação de novos factores tecnológicos e/ou organizacionais. As prioridades de intervenção do FEADER no âmbito

da promoção da melhoria da qualidade de vida são, por um lado, a conservação e valorização de valores do património rural e natural e, por outro, a implementação de serviços básicos dirigidos à economia rural e a grupos alvo da população rural. No caso do património rural, está em causa a recuperação de valores patrimoniais tradicionais materiais e imateriais que possam beneficiar a população rural pelo uso directo ou pelo valor de atractividade que possam gerar no exterior, área em que o turismo poderá desempenhar um papel dinamizador importante.

### Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável

Um importante instrumento de natureza estratégica com reflexos no turismo é a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável. Resultando dos compromissos assumidos por Portugal no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável constitui um instrumento de orientação estratégica, para o horizonte 2005-2015, que visa nortear o processo de desenvolvimento do País, numa perspectiva de sustentabilidade, em articulação coerente com os demais instrumentos, planos e programas de acção em vigor ou em preparação, funcionando como instrumento de mobilização e concertação para as iniciativas e acções dos agentes económicos, sociais, culturais e da sociedade civil.

Desenvolvida em torno do desígnio integrador de “retomar uma trajectória de crescimento sustentado que torne Portugal, no horizonte de 2015, num dos países mais competitivos e atractivos da União Europeia, num quadro de elevado nível de desenvolvimento económico, social e ambiental e de responsabilidade social” (ENDS, 2006), a ENDS afirma sete objectivos de acção:

1. Preparar Portugal para a Sociedade do Conhecimento;
2. Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética;
3. Melhor Ambiente e Valorização do Património;
4. Mais Equidade, Igualdade de Oportunidade e Coesão Social;
5. Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território;
6. Um Papel Activo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação Internacional;
7. Uma Administração Pública mais Eficiente e Modernizada.

No que respeita ao turismo, este surge como um dos principais pontos fortes identificados na análise SWOT realizada à situação de partida do país. É destacado o potencial do património histórico, cultural e arquitectónico; do acesso a um espaço oceânico; e das condições climáticas e paisagísticas favoráveis à atracção de pessoas e à criação de condições sólidas para o desenvolvimento de actividades turísticas. Por outro lado, realça-se a afectação excessiva de espaços ao turismo afluente, com conseqüente risco de consumo excessivo de recursos naturais.

No quadro do Plano de Implementação da ENDS, contempla-se um programa de acções diversificadas, sustentadas em vectores e prioridades estratégicas, dos quais se destacam para a área do turismo:

- No âmbito do segundo objectivo “Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética, no vector “Incentivo ao Reforço do Investimento em I&D pelas Empresas” inclui-se como medida de referência o lançamento de iniciativas específicas de dinamização de clusters/pólos de competitividade, incluindo actividades de turismo;
- Ainda para o mesmo objectivo, é integrada como medida de referência no vector “Desenvolvimento do Sistema de Comunicações Centrado na Generalização do Uso da Banda Larga e da Internet” o apoio e incentivo às empresas e outras entidades, incluindo as do sector turístico, que pretendam reforçar e inovar na sua presença no ciberespaço e no desenvolvimento de *e-business*;
- No âmbito do terceiro objectivo “Melhor Ambiente e Valorização do Património”, na sua prioridade estratégica direccionada à conservação da natureza e à sua articulação com as políticas sectoriais e de combate à desertificação, é definido como vector estratégico a promoção do turismo para o desenvolvimento rural, sendo defendida uma melhor articulação entre turismo, ambiente, emprego e ordenamento do território, de forma a garantir um turismo competitivo e de qualidade, mediante a

prosseção de uma política integrada em termos ambientais, culturais, sociais e económicos, com vista à certificação dos destinos turísticos.

### Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade

A Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB) constitui um instrumento importante não só para a política integrada de conservação da natureza e ambiente, mas também para as políticas sectoriais relevantes para o desenvolvimento sustentável, nomeadamente: a agricultura, as pescas, as florestas, o ordenamento do território, a energia, os transportes, e também o turismo. Considerando que a perda de biodiversidade traz consequências importantes para a sustentabilidade, na medida em que reduz o capital de recursos naturais em que se baseia o próprio desenvolvimento económico e social, a ENCNB preconiza que estes sectores integrem na definição das suas estratégias e na adopção dos seus planos e programas específicos a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica e dos recursos naturais.

Os objectivos enunciados pela ENCNB são:

- Conservar a natureza e a diversidade biológica;
- Promover a utilização sustentável dos recursos biológicos;
- Contribuir para a prosseção dos objectivos visados pelos processos de cooperação internacional na área da conservação da natureza em que Portugal está envolvido.

Para a concretização desses objectivos a ENCNB define 10 orientações estratégicas, das quais se destacam, por terem maior influência para o turismo:

1. Promover a valorização das áreas protegidas e assegurar a conservação do seu património natural, cultural e social – Neste âmbito é realçada a importância de que nas áreas protegidas o turismo se desenvolva de forma sustentável, isto é, respeitando a capacidade de carga do meio natural. Para tal revela-se necessária uma

gestão territorial cuidada, infra-estruturas de apoio adequadas, acções de sensibilização e fiscalização eficazes, bem como incentivos à manutenção e valorização dos produtos regionais ou locais e das actividades económicas tradicionais compatíveis com a conservação da natureza. É igualmente relevada a concretização do Programa Nacional de Turismo da Natureza, promovendo uma oferta integrada de alojamento e de animação ambiental, consentânea com os objectivos de conservação a natureza, de desenvolvimento local e de diversificação e qualificação da actividade turística.

2. Promover a integração política de conservação de natureza na política de ordenamento do território e nas políticas sectoriais – importa que, com o contributo das políticas sectoriais, se alcance uma mais efectiva preservação do património natural e uma utilização sustentável desse recurso como factor de desenvolvimento. Essa integração passa pela assunção das opções estratégicas da ENCNB nas diferentes políticas sectoriais.
3. Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil – importa promover acções de sensibilização e educação ambiental que permitam divulgar, junto da população, dos agentes económicos locais e do público em geral, os valores do património natural e cultural com vista a estimular não só a sua conservação, mas também a sua utilização como factor de desenvolvimento local sustentável, invertendo o processo de desertificação das áreas protegidas. A sensibilização do público par as questões da conservação da natureza suscitará atitudes, individuais e colectivas, mais respeitadoras dos valores do património natural, nomeadamente através de uma postura mais exigente e rigorosa dos cidadãos enquanto consumidores.

Na integração das preocupações da política de conservação da natureza na política de turismo, destaca-se ainda na ENCNB a necessidade de valorizar o Turismo de Natureza e o próprio conceito de turismo sustentável no planeamento estratégico da política de turismo,

bem como no ordenamento e no desenvolvimento das actividades turísticas, especialmente nas áreas protegidas e nas zonas mais sensíveis, onde se incluem as zonas de montanha, como é o caso de Góis.

Salienta-se neste domínio o facto de a preservação dos valores naturais, além de ser uma exigência que se coloca ao turismo como a qualquer outra actividade económica, revestir-se de uma importância vital para este sector, uma vez que contribui de modo decisivo para a valorização da própria oferta turística.

A ENCNB faz ainda uma referência especial aos segmentos de turismo no espaço rural, ecoturismo, turismo de natureza e outros tipos de turismo baseados na valorização e divulgação do património natural e cultural e da paisagem rural como actividades preponderantes para combater a desertificação do interior e promover o desenvolvimento local sustentável.

### Plano Estratégico Nacional do Turismo

O Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) define os objectivos e linhas de desenvolvimento estratégico para o sector do turismo em Portugal para o período 2006-2015.

As linhas de orientação estratégicas emanadas deste instrumento de política e planeamento assentam na visão preconizada para o turismo nacional: “Portugal deverá ser um dos destinos de maior crescimento na Europa, através do desenvolvimento baseado na qualificação e competitividade da oferta, transformando o sector num dos motores de crescimento da economia nacional.” (PENT, 2007)

Para a concretização de tal visão são identificados 5 eixos estratégicos de intervenção:

- Eixo I. Território, Destinos e Produtos
- Eixo II. Marcas e Mercados

- Eixo III. Qualificação de recursos
- Eixo IV. Distribuição e comercialização
- Eixo V. Inovação e conhecimento

Para o desenvolvimento de um conjunto de mercados internacionais que permita um elevado crescimento de receitas, que capte o potencial dos mercados de proximidade, que contribua para a redução da sazonalidade e que assegure a presença de Portugal em mercados de elevado potencial, foram seleccionados 20 mercados emissores, classificados em três grupos, que deverão seguir prioridades e abordagens distintas:

- Mercados estratégicos – mercados já desenvolvidos e responsáveis por uma elevada percentagem da receita para Portugal : Reino Unido, Espanha, Alemanha e França;
- Mercados a desenvolver – mercados que já apresentam alguma importância para Portugal: Irlanda, Bélgica, Holanda, Itália, Escandinávia (Dinamarca, Suécia, Finlândia, Noruega), EUA, Japão e Brasil;
- Mercados de diversificação – mercados atractivos onde Portugal tem ainda uma posição marginal: Suíça, Áustria, Hungria, Polónia, República Checa, Rússia, Canadá e China.

Tendo em consideração os recursos e factores distintivos de Portugal e o seu potencial de crescimento futuro, são também identificados pelo PENT os 10 produtos turísticos considerados estratégicos. Tendo como objectivo o desenvolvimento de ofertas distintas para as várias regiões do país, capitalizando a vocação natural de cada região e desenvolvendo os seus factores de qualificação, assegurando, simultaneamente, que a proposta de valor da cada região está alinhada com a proposta de valor do destino Portugal, o PENT define o conjunto de produtos específicos que deve alavancar o desempenho da cada região, conforme se apresenta no quadro seguinte.

## Contribuição dos produtos para cada região



Os principais produtos de crescimento definidos para a região Centro são o Touring e o Turismo de Natureza, complementados pela Saúde e Bem-estar e a Gastronomia e Vinhos, e, especificamente para o pólo de desenvolvimento turístico do Oeste, o Turismo Residencial e Golfe.

Para os produtos principais - Touring e Turismo de Natureza - são sugeridas como ações a desenvolver:

- Desenvolver rotas temáticas;
- Recuperar e requalificar edifícios, núcleos históricos e paisagens naturais;
- Promover a recuperação e adaptação de edifícios classificados para unidades de alojamento.

Para os produtos complementares - Saúde e Bem-estar e a Gastronomia e Vinhos - são sugeridas como ações a desenvolver:

- Desenvolver o pólo Serra da Estrela;

- Potenciar uma oferta termal moderna;
- Realizar o *cross-selling* com Lisboa e Porto.

Como acções transversais a todos os produtos são definidas as seguintes orientações:

- Qualificar a oferta hoteleira;
- Reforçar a qualidade de serviço, ordenamento do território e protecção do ambiente;
- Melhorar as acessibilidades rodoviárias.

Para a região Centro são apontados no PENT como objectivos de crescimento para 2015:

- 2,2 a 2,3 milhões de dormidas de estrangeiros anuais em 2015
- Taxa de crescimento média anual do nº de dormidas de estrangeiros: 7,3%
- Taxa de crescimento média anual do nº de turistas estrangeiros: 6,2%
- Taxa de crescimento média anual do nº de turistas nacionais: 2,3%
- Taxa de crescimento média anual das receitas em estabelecimentos hoteleiros: 10%

## Âmbito regional

### Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região Centro

Os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT) são instrumentos de desenvolvimento territorial, de natureza estratégica, de âmbito regional. Visam definir as estratégias regionais de desenvolvimento territorial, integrando as opções estabelecidas a nível nacional e considerando as estratégias municipais de desenvolvimento local, constituindo assim o quadro de referência para a elaboração dos planos especiais, intermunicipais e municipais de ordenamento.

O âmbito territorial do PROT-Centro inclui a área geográfica de intervenção da CCDR Centro com uma extensão de 23 659 Km<sup>2</sup>, abrangendo 1 783 596 habitantes de 78 municípios integrados em 10 NUT (NUTS III Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Litoral, Dão Lafões, Serra da Estrela, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Beira Interior Norte, Cova da Beira e Beira Interior Sul).

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2006, de 23 de Março, que determinou a elaboração do PROT – Centro, estabeleceu como objectivos gerais e objectivos estratégicos para o modelo territorial:

Objectivos gerais:

- Definir directrizes para o uso, ocupação e transformação do território, num quadro de opções estratégicas estabelecidas a nível regional;
- Desenvolver, no âmbito regional, as opções constantes do programa nacional da política de ordenamento do território e dos planos sectoriais;
- Traduzir, em termos espaciais, os grandes objectivos de desenvolvimento económico e social sustentável formulados no plano de desenvolvimento regional;

- Equacionar as medidas tendentes à atenuação das assimetrias de desenvolvimento intra-regionais;
- Servir de base à formulação da estratégia nacional de ordenamento territorial e de quadro de referência para a elaboração dos planos especiais, intermunicipais e municipais de ordenamento do território.

Objectivos estratégicos:

- O reforço dos factores de internacionalização da economia regional e a valorização da posição estratégica da região para a articulação do território nacional e deste com o espaço europeu;
- A protecção, valorização e gestão sustentável dos recursos hídricos e florestais;
- O aproveitamento do potencial turístico, dando projecção internacional ao património natural, cultural e paisagístico;
- A mobilização do potencial agro-pecuário e a valorização dos grandes empreendimentos hidro-agrícolas;
- O desenvolvimento de uma política integrada para o litoral;
- O reforço da cooperação transfronteiriça, visando uma melhor inserção ibérica das sub-regiões do interior.

O PROT-Centro encontra-se ainda em elaboração. A proposta de PROT-Centro está actualmente em fase de consultas, tendo sido entregue à Comissão Mista de Coordenação a 30 de Dezembro de 2009. Após o parecer da Comissão, seguir-se-á o período de discussão pública.

Na proposta preliminar de modelo territorial apresentada à Comissão Mista de Coordenação é já, no entanto, possível constatar que faz parte integrante da visão estratégica para a região Centro um eixo específico para o turismo que contempla a valorização de

complementaridades e sinergias entre recursos turísticos susceptíveis de reconhecimento de procura.

Nesse âmbito, a visão territorial proposta para o desenvolvimento turístico da região assenta em três prioridades fundamentais:

- Maximizar sinergias e complementaridades entre os modelos de região Centro para consumo interno turístico e de região Centro como factor de atractividade da procura turística internacional;
- Posicionar estrategicamente a Região não só em relação às marcas Douro e Alentejo e viabilizar uma geoestratégia turística para o território que situe a Região em relação aos fluxos de touring horizontal (E – W) e vertical (N – S) que atravessam a região e que tire partido do estatuto de plataforma distribuidora de fluxos viários - (hub) entrada terrestre;
- Estabelecer quadros normativos e de intervenção de requalificação ambiental, urbanística, infra-estrutural, de recursos humanos e organizacional que potenciem a viabilização de complementaridades e sinergias entre recursos turísticos segundo uma lógica de organização da oferta.

O modelo territorial proposto para o desenvolvimento turístico é suportado no seguinte conjunto de pressupostos orientadores:

- O sector carece de um novo modelo de “governança” regional, ajustado aos desafios de organização de recursos e de oferta que a estratégia proposta exige; esta reorganização institucional é considerada fundamental para assegurar à Região uma presença mais activa na promoção do turismo nacional e para garantir uma escala não atomizada de iniciativas geradoras de complementaridades; para além da intervenção activa nos processos de promoção de âmbito nacional, a componente proposta para o modelo territorial de rotas multi-temáticas e de exploração de complementaridades de recursos exigirá competências profissionalizadas de promoção regional;

- A transversalidade do desenvolvimento turístico e a sua transformação como instrumento de reconversão produtiva e socioeconómica de territórios em perda demográfica e produtiva requer:
  - a existência de factores de atractividade e de competências de gestão;
  - a definição rigorosa de segmentos de mercado;
  - a garantia de condições de acessibilidade e mobilidade;
  - a consolidação de produtos turísticos susceptíveis de assegurar a sustentabilidade dos factores de atractividade;
  - disseminação de práticas de hospitalidade entre a população local;
- Ter em conta os efeitos multiplicadores de rendimento e de emprego que tendem a alargar a influência da actividade turística para além dos espaços que apresentam factores de atractividade;
- O reforço da capacidade empresarial no sector é fundamental assim como assegurar a essa capacidade empresarial uma maior intervenção no desenho de estratégias de organização de oferta, de valorização de recursos, de captação de mercados.

O mapa proposto decorre de uma estratégia para a Região em que ressaltam as seguintes prioridades de intervenção:

- Reforço de competências técnicas no sector, veiculado sobretudo por processos de transferência de conhecimento a realizar a partir das Universidades e Politécnicos da Região, segundo uma óptica de sustentabilidade turística;
- Contenção rigorosa dos ritmos de expansão urbana dos municípios, associando princípios de compactação, requalificação, reconversão e valorização de áreas rurais, da reserva agrícola e ecológica, dotando-as de condições que permitam estímulos para novos tipos de empreendedores capazes de potenciarem a ligação entre a

- actividade tradicional e a inovação e secundadas por um marketing turístico profissionalizado;
- Organização e operacionalização de sistemas de incentivos eficientes para a ocupação e utilização de terrenos abandonados ou ‘inutilizados’, numa lógica associativa ou privada que contemple o emparcelamento capaz de permitir condições para a prática de culturas agrícolas extensivas de pastoreio, criação de animais característicos e de alimentação biológica, agricultura e hortofrutícula biológica e ambientalmente saudáveis, requalificando os terrenos e valorizando progressivamente os vastos recursos hídricos, utilizando-os como elemento atractivo por excelência das actividades relacionadas com o turismo de natureza, turismo activo, turismo aquático não marítimo e do *touring* direccionado para segmentos exigentes de elevada qualidade.

### Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo nas Beiras

O Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo nas Beiras (PEDT Beiras), elaborado em 2002 pelo CEDRU – Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano para a Associação para o Desenvolvimento do Turismo na região Centro, tem como objectivo configurar uma estratégia e um programa de intervenção para a actividade turística nesse território, envolvendo os agentes públicos e privados mais directamente ligados ao sector turístico para este território.

A área abrangida pelo PEDT Beiras inclui 72 concelhos, repartidos pela região Centro e pela região Norte, que compreende as NUT III de Baixo-Vouga, Baixo Mondego, Dão-Lafões, Serra da Estrela, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Cova da Beira, Entre Douro e Vouga e Pinhal Interior Norte (onde se integra o concelho de Góis). O total da área abrangida corresponde a 22% do território nacional.

O PEDT Beiras começa por posicionar turisticamente as Beiras no contexto nacional e europeu, diagnosticando e avaliando o sistema turístico da região. A estratégia proposta é definida com base em grandes objectivos e metas, englobando igualmente um conjunto de acções e projectos considerados fundamentais para desenvolver e consolidar o tecido turístico e para afirmar a região como um destino com visibilidade e atractividade turística nacional e internacional. Define como as quatro grandes metas estratégicas:

1. Duplicar a procura turística (num horizonte máximo de 8 anos);
2. Alcançar a média do país quanto ao tempo médio de estada e ao valor médio de gastos turísticos (num horizonte máximo de 6 anos);
3. Duplicar as receitas de alojamento e restauração (num horizonte máximo de 8 anos);
4. Ultrapassar a meta dos 50 mil empregos directamente ligados à hotelaria e restauração (num horizonte máximo de 15 anos).

Do conjunto alargado das grandes apostas estratégicas preconizadas pelo PEDT Beiras destacam-se pela sua aplicabilidade às características e recursos do concelho de Góis:

Ao nível da valorização dos recursos turísticos:

- Promover a recuperação e valorização patrimonial de todos os aglomerados de interesse turístico, nomeadamente ao desenvolvimento dos conceitos de “Aldeias e Vilas Históricas” e “Aldeias de Xisto”;
- Promover a valorização ambiental e paisagística das áreas protegidas e/ou consideradas de interesse natural e a criação de condições para a sua fruição turística sustentável constitui outra das linhas estratégicas;
- Promover a excelência e a certificação da produção agrícola e artesanal e desenvolver uma rede de pólos referenciais e inovadores de mostra e venda desses produtos;
- Apoiar e valorizar turisticamente as tradições rurais, designadamente as festividades populares e religiosas;

Ao nível do reforço e qualificação da oferta de alojamento:

- Desenvolver, diversificar e personalizar a oferta de alojamento de apoio ao Turismo em Espaço Rural e ao Turismo de Natureza, reforçando, nomeadamente, o Turismo de Habitação, o Turismo de Aldeia e as Casas de Natureza;
- Reforçar a rede de Pousadas de Juventude, privilegiando os locais de maior apetência para o Turismo Jovem e Activo;
- Qualificar e desenvolver a oferta de campismo;

Ao nível do reforço e qualificação da oferta de equipamentos e serviços turísticos complementares:

- Prosseguir o esforço de densificação e qualificação da oferta de restauração com vista à criação de uma rede de restaurantes turísticos;

- Desenvolver a oferta de animação turística, no concerne a eventos (populares, religiosos, desportivos e culturais) e através da criação de parques aventura e de equipamentos desportivos (centros hípicas, complexos de ténis, kartódromos, etc.);
- Reforçar a oferta cultural museológica, criando alguns pólos verdadeiramente atractivos;
- Desenvolver a oferta de zonas de caça turística, numa óptica comercial e sustentável, dinamizadora do turismo cinegético;

Ao nível da dinamização e enquadramento do investimento turístico:

- Criar na Câmara Municipal um Gabinete de Apoio ao Investidor Turístico;
- Editar e divulgar o Guia de Apoio ao Investidor Turístico;

Ao nível da preparação, qualificação e profissionalizar os recursos humanos:

- Mobilizar e preparar localmente jovens e reformados para o apoio a actividades turísticas que não requeiram elevados níveis de qualificação;

Ao nível da informação, promoção e divulgação do potencial turístico:

- Implementar ao nível regional e concelhio um bom sistema de sinalização turística;
- Promover a elaboração, edição e divulgação de uma vasta gama de promocionais com qualidade gráfica e científica;
- Promover a realização calendarizada de grandes eventos com capacidade para motivar a visita e a estada turística;

Ao nível da mobilização para o turismo:

- Mobilizar os operadores turísticos para a promoção de pacotes short-breaks;
- Mobilizar vontades e iniciativas e concertar parcerias público-privadas para realização regular de eventos de animação projectáveis internacionalmente;

- Mobilizar a população residente para a animação cultural e turística e para a valorização patrimonial das suas casas, ruas e povoações.

Do diagnóstico e avaliação realizados resultou a selecção e configuração de um conjunto de produtos turísticos para as Beiras, conforme se apresenta:

- Produtos turísticos estruturantes de afirmação no curto prazo: *Touring* e Excursionismo; Turismo Cultural-Urbano; Turismo Sol e Mar; *Short-breaks*;
- Produtos turísticos estruturantes de afirmação no médio prazo: Turismo no Espaço Rural; Turismo Multiactivo; Turismo de Natureza e paisagem; Turismo de Eventos; Turismo de Reuniões e negócios; Termalismo e Saúde; Enoturismo/Gastronomia; Turismo Cinagético;
- Produtos turísticos complementares de afirmação no médio/longo prazo: Turismo Social; Turismo de Neve; Turismo de Golfe; Turismo Sénior; Turismo Jovem; Turismo de Incentivos; Residência Secundária.

A estratégia de promoção turística proposta sugere a adopção da marca “Centro de Portugal” como marca promocional da área em estudo, devendo a criação de submarcas ser efectuada com base nas identidades subregionais: “Rota da Luz”; “Dão-Lafões”; “Coimbra e Mondego”; “Beira Baixa” e “Serra da Estrela”.

Note-se que actualmente a promoção turística da região Centro é focada em cinco pólos de marca turística: “Coimbra”, no âmbito do qual se enquadra o concelho de Góis; “Castelo Branco/Naturtejo”; “Ria de Aveiro”; “Viseu/Dão-Lafões” e “Serra da Estrela”.

Os vectores prioritários da estratégia de marketing definida são esquematizados no quadro seguinte.

<b>PRODUTOS ACTUAIS</b>	<b>NOVOS PRODUTOS</b>
<p><b>PENETRAÇÃO DE MERCADOS COM UPGRADE DE PRODUTOS</b></p> <p><b>Mercados-alvo</b>                      Área Metropolitana de Lisboa                      Área Metropolitana do Porto                      Raia Espanhola (Castela e Leão, Extremadura)</p> <p><b>Produtos turísticos</b>                      Sol e Mar                      Touring e Excursionismo                      Turismo de Negócios                      Turismo de Saúde                      Serra da Estrela                      Turismo Multiactivo                      Enoturismo/Gastronomia                      Eventos</p>	<p><b>INOVAÇÃO EM PRODUTOS PARA MERCADOS ACTUAIS</b></p> <p><b>Mercados-alvo</b>                      Área Metropolitana de Lisboa                      Área Metropolitana do Porto                      Raia Espanhola (Castela e Leão, Extremadura)</p> <p><b>Produtos turísticos</b>                      Parques Temáticos                      Turismo de Natureza                      Cavalos                      Golfe                      Desporto Aventura                      Todo-o-Terreno</p>
<p><b>CONQUISTA DE MERCADOS COM PRODUTOS ACTUAIS</b></p> <p><b>Mercados-alvo</b>                      França                      Alemanha                      Itália                      Reino Unido                      Holanda                      EUA</p> <p><b>Produtos turísticos</b>                      Sol e Mar                      Turismo em Espaço Rural                      Aldeias Históricas                      Touring e Excursionismo                      Enoturismo/Gastronomia</p>	<p><b>DIVERSIFICAÇÃO DE PRODUTOS E DE MERCADOS</b></p> <p><b>Mercados-alvo</b>                      França                      Alemanha                      Itália                      Reino Unido                      Holanda                      EUA</p> <p><b>Produtos turísticos</b>                      Parques Temáticos                      Turismo de Natureza                      Cavalos                      Golfe                      Desporto Aventura                      Todo-o-Terreno</p>

Fonte: PEDT Beiras, 2002

Da articulação dos produtos turísticos com os diferentes espaços turísticos das Beiras resultou a visão prospectiva que elege como produtos turísticos estratégicos para o espaço do Pinhal Interior, onde se inclui o concelho de Góis:

- Turismo no Espaço Rural;

- *Touring* e Excursionismo;
- Turismo Multiactivo;
- Turismo Jovem;
- Turismo de Natureza;
- Residência secundária.

#### Plano Sectorial da Rede Natura 2000 – Serra da Lousã

A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica resultante da aplicação das Directivas n.º 79/409/CEE (Directiva Aves) e n.º 92/43/CEE (Directiva Habitats), que tem por objectivo “contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens no território europeu dos Estados-membros” da União Europeia. (Plano Sectorial da Rede Natura 2000, 2008)

Esta rede pretende constituir um conjunto ecologicamente coerente de áreas de conservação da natureza com importância comunitária, nas quais as actividades humanas devem ser compatíveis com a preservação dos valores naturais, através de uma gestão sustentável que tome simultaneamente em consideração as exigências ecológicas, económicas, sociais e culturais, bem como as particularidades regionais e locais.

A Rede Natura 2000 compreende dois tipos de áreas classificadas:

- Zonas de Protecção Especial (ZPE) – que se destinam essencialmente a garantir a conservação das espécies de aves e seus habitats;
- Zonas Especiais de Conservação (ZEC) – criadas com o objectivo de contribuir para assegurar a biodiversidade, através da conservação dos habitats naturais e semi-naturais e dos habitats de espécies da flora e da fauna selvagens considerados ameaçados no espaço da União Europeia.

Por toda a União Europeia existem mais de 20.000 sítios pertencentes à Rede Natura 2000, perfazendo cerca de 20% do território. Em Portugal continental a Rede Natura 2000 é composta por 29 Zonas de Protecção Especial e 60 Sítios da Lista Nacional. Estas áreas classificadas abrangem uma superfície total terrestre de 1.820.978,19 ha, representando cerca de 20,5% do território continental nacional. (Plano Sectorial da Rede Natura 2000, 2008)

Aprovado em Junho de 2008, o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 visa estabelecer orientações para a gestão territorial das ZPE e Sítios e definir o âmbito e o enquadramento das medidas de conservação das espécies de fauna, flora e habitats da Rede Natura 2000, tendo em conta o desenvolvimento económico e social das áreas abrangidas. Este plano constitui, assim, um instrumento de concretização da política nacional de conservação da diversidade biológica, visando a salvaguarda e valorização dessas áreas. Nessa medida é proposto um conjunto de orientações de gestão para todos os Sítios e ZPE, com vista a garantir a sua conservação a médio/longo prazo.

A serra da Lousã está incluída na região biogeográfica Mediterrânica. Classificada como Sítio da Lista Nacional pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/00 de 5 de Julho de 2000, de acordo com Plano Sectorial da Rede Natura 2000, a Serra da Lousã, com uma área de 15 158 ha, integrada na zona de Pinhal Interior Norte (NUTIII), abrangendo os concelhos de Castanheira de Pena, Figueiró de Vinhos, Góis, Lousã e Miranda do Corvo, apresenta um apreciável interesse paisagístico, com imponentes cristas quartzíticas de valor geomorfológico significativo, acompanhadas pela existência de cascalheiras (depósitos de vertente), áreas importantes para a manutenção de ecótipos de grande interesse genético. Representa a extremidade Sudoeste da cordilheira central, exibindo linhas de cumeeada entre os 800 e os 1200 metros, com declives acentuados, originando encostas íngremes e vales muito encaixados, nas vertentes a Norte e suaves a Sul onde, respectivamente, se fazem sentir as influências climáticas atlântica e mediterrânica. As inúmeras linhas de água, quase todas de carácter permanente, alimentam as bacias hidrográficas dos rios Zêzere e Mondego e assumem grande importância para espécies da fauna. (Plano Sectorial da Rede Natura 2000, 2008)

De acordo com a ocupação do território, apresenta como sistema dominante a floresta, a qual representa cerca de 51,9% de ocupação do solo, seguindo-se as áreas de matos e pastagens naturais (38,7%). As principais zonas agrícolas, que atingem no seu total cerca de 2 554ha (2% de área do Sítio) situam-se principalmente nas planícies de aluvião da freguesia da Lousã e nas várzeas ao longo dos rios Arouce, Ceira e respectivos afluentes.

Estão definidos como factores de ameaça neste Sítio: incêndios florestais; florestações com eucalipto (pelo carácter monoespecífico e contínuo dos povoamentos aumentam o risco de incêndio); corte da vegetação ribeirinha (decorrente de florestações em que não é respeitada uma faixa de protecção às linhas de água); invasão de espécies exóticas infestantes (potenciado por diversos factores, nomeadamente os incêndios florestais e a abertura de numerosos acessos na serra); implantação de infra-estruturas (o aumento significativo de acessibilidades permite o acesso a todo o tipo veículos, potenciando a pressão turística, o que gera consequências ao nível da degradação de habitats, risco de incêndio e redução da tranquilidade de espécies da fauna); pressão turística; passeios e provas motorizadas todo-o-terreno; implantação de empreendimentos hidroeléctricos.

As orientações de gestão para a Serra da Lousã definidas pelo Plano Sectorial da Rede Natura 200 são prioritariamente dirigidas para a conservação e manutenção das linhas de água e das galerias que as marginam, bem como da fauna que lhes está associada. Para além dos habitats e da fauna, interessa destacar também a importância da preservação dos habitats associados às cristas quartzíticas e às cascalheiras, bem como da manutenção do mosaico agrosilvo-pastoril em diversas áreas, de que é exemplo a área de Góis onde a meia encosta, em zonas de declive suave, se observa uma alternância entre vários tipos de formações onde se incluem prados, matos e áreas de castanheiro.

Face às ameaças identificadas, deverão ainda ser ordenadas as acessibilidades e as actividades de recreio e lazer, promovida a erradicação de espécies exóticas e assegurado o acompanhamento técnico das acções de ordenamento e gestão florestal. (Plano Sectorial da Rede Natura 2000, 2008)

Refira-se ainda que, de acordo com o Plano, constitui condição de base para a decisão pelas autoridades licenciadoras quanto à autorização de projectos turísticos a localizar na Serra da Lousã (fora das zonas urbanas ou urbanizáveis delimitadas no Plano Director Municipal), nomeadamente hotéis, apartamentos turísticos, parques de campismo e parques temáticos, a sujeição desses projectos a um processo de avaliação de incidências ambientais.

### PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural | Estratégia de Desenvolvimento Local da Beira Serra

A Região da Beira Serra integra os concelhos de Arganil, Góis, Oliveira do Hospital e Tábua. Composta por 59 Freguesias, a Beira Serra localiza-se no interior norte do Distrito de Coimbra, na NUT III do Pinhal Interior Norte, ocupando uma superfície total de 1.030,45 Km<sup>2</sup>, com uma população de 53.198 habitantes (INE, 2001, citado em PRODER - Estratégia de Desenvolvimento Local da Beira Serra 2007-2013).

O Programa de Desenvolvimento Rural apresenta como medidas prioritárias no seu “Subprograma 3 - Dinamização das Zonas Rurais”: (1) Diversificação da Economia e Criação de Emprego e (2) Melhoria da Qualidade de Vida.

No âmbito da medida que visa promover a diversificação da economia estão previstas acções específicas com vista à diversificação de actividades na exploração agrícola; à criação e desenvolvimento de micro-empresas e, também, ao desenvolvimento de actividades turísticas e de lazer. Para a melhoria da qualidade de vida contemplam-se acções de conservação e valorização do património rural e serviços básicos para a população rural.

A partir do diagnóstico do território e das suas oportunidades e potencialidades foi definida a Estratégia Local de Desenvolvimento para a Região da Beira Serra, que assume como objectivo estratégico “Melhorar a Qualidade de Vida da População” - objectivo orientador de toda a estratégia e para o qual concorrem todos os objectivos específicos identificados:

- Criar e Diversificar o Emprego;
- Promover a Competitividade e a Coesão;
- Potenciar as Dinâmicas Regionais;
- Dar Notoriedade à Região.

As potencialidades instaladas no território, os desafios lançados pelos parceiros e as complementaridades que se pretendem estabelecer com outros planos de desenvolvimento, conduziram à eleição do Turismo como o sector estratégico e a âncora, em que assenta a promoção do seu desenvolvimento. Nesse sentido, o PRODER prevê apoios financeiros específicos para a realização de investimentos na área do Turismo, incluindo em particular a restauração, o alojamento e a animação turística.

Assim, a Estratégia Local de Desenvolvimento aprovada para a Região da Beira Serra contempla a promoção de:

- Competitividade e Emprego / Criar e Diversificar o Emprego: estimular atitudes empreendedoras de carácter empresarial (auto-emprego e micro-empresas a partir da valorização dos recursos endógenos);
- Potencial Humano: valorização do capital humano da Região, as pessoas e as competências;
- Igualdade de Oportunidades: fomentar a participação de todos; qualificar serviços de proximidade de base social; maior envolvimento das populações e dos diferentes agentes; dinamizar sistemas de circulação de informação eficientes;
- Dinâmicas Regionais: dinamização de parcerias para racionalização de recursos; dinamização do papel do Conselho de Parceiros da Beira Serra;
- Dar notoriedade à Região: afirmar uma imagem de marca da Beira Serra como território moderno, competitivo, inovador, com sentido de solidariedade, coesão e da sua própria identidade.

A entidade responsável pela gestão do PRODER na Beira Serra é a Associação de Desenvolvimento Local ADIBER – Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra, que, em coordenação com os quatro municípios (Arganil, Góis, Oliveira do Hospital e Tábua) e com cerca de 80 entidades locais, tem desenvolvido activamente um conjunto alargado de projectos e actividades que visam o desenvolvimento económico e social, a melhoria da qualidade de vida e a fixação da população.

## Âmbito municipal

### Plano Director Municipal

O Plano Director Municipal (PDM) de Góis define como núcleo da estratégia da gestão municipal:

- O reforço da centralidade do “coração” de Góis e a criação de um sub-pólo na zona sul, em Alvares;
- A acessibilidade inter-concelhia e intra-concelhia;
- A oferta de solo industrial em área com aptidão para o efeito;
- O desenvolvimento do turismo;
- A animação cultural e de lazer.

Em função do uso dominante do solo são definidas no PDM de Góis as seguintes classes e categorias de espaços: aglomerados urbanos, espaços industriais, espaços para indústrias extractivas, espaços agrícolas, espaços florestais, espaços naturais, espaços culturais e espaços canais.

Note-se que o concelho de Góis é fundamentalmente um concelho rural, onde as características biofísicas, não permitindo o desenvolvimento de uma agricultura intensiva, determinaram a generalização das explorações florestais, que representam cerca de 75% da superfície do concelho. (PDM, 2003)

No que respeita aos espaços naturais é destacada a importância da protecção, conservação e gestão racional dos recursos naturais, bem como a salvaguarda dos valores paisagísticos. Integram-se nesta classe as albufeiras, os afloramentos rochosos, árvores isoladas, maciços florestais e as paisagens envolventes, que no seu conjunto constituem as zonas do território mais sensíveis do ponto de vista ecológico, paisagístico e ambiental. Tendo em vista a

valorização da paisagem e dos recursos naturais é identificada como medida prioritária de implementação a reflorestação. Tendo-se registado na última década graves agressões resultantes dos fogos florestais que consumiram uma área significativa da mancha florestal do concelho, a reflorestação deverá contribuir para a preservação das espécies autóctones e para a reposição da mancha florestal e da paisagem.

Nos espaços culturais privilegia-se a protecção, conservação e recuperação dos valores culturais, históricos, arqueológicos, arquitectónicos, artísticos e urbanísticos, com especial incidência para a valorização das características tipológicas das aldeias de: Aigra Velha, Aigra Nova, Comareira, Pena – aldeias que actualmente integram a Rede das Aldeias do Xisto, e ainda, Tarrastal, Cadafaz, Corterredor, Cerejeira, Povorais, Mestras e Cabreira.

Em 1999, aquando da elaboração do PDM actualmente em vigor, perspectivava-se que o ambiente rural do concelho, conjugado com a melhoria das acessibilidades entretanto realizada, poderia determinar a implantação de equipamentos turísticos de pequena dimensão, com capacidade para atrair e fixar turistas no quadro da rota das aldeias tradicionais existente na região.

A estratégia preconizada pelo Plano Director Municipal para o desenvolvimento do turismo no concelho de Góis assenta essencialmente na valorização da sua integração na rota de um conjunto de aldeias típicas na região e na existência de recursos cinegéticos e piscatórios directamente associados aos recursos naturais existentes, em especial, à floresta e aos cursos de água. As orientações estratégicas definidas no PDM prevêem assim:

- Reforço das medidas de protecção do património natural e edificado;
- Incentivo à criação de empresas de comércio e serviços com vista a uma melhor adequação da oferta à procura turística;
- Incremento da pesca e da caça como actividades de desporto e lazer;
- Enquadramento do turismo de habitação e agro-turismo de qualidade em harmonia com o meio ambiente;

- Dotação de equipamentos colectivos que sirvam de base à actividade turística.

Ao nível das acções propostas pelo PDM que poderão gerar impactes directos importantes na actividade turística, destaca-se, no domínio do fomento económico, a prioridade dada ao apoio técnico e à flexibilização dos regulamentos urbanísticos no que se refere a projectos de turismo, e, no domínio das infra-estruturas e equipamentos, a construção de novos equipamentos concelhios, nomeadamente: centro cultural, piscina coberta, pista de atletismo, pista de motocross, museu, casa das artes, parque biológico da Oitava e o metropolitano de superfície. Deste conjunto de equipamentos previstos encontram-se concretizados o centro cultural (incorporado no projecto da Casa do Artista, actualmente, no entanto, utilizado com um uso diferente), a pista de atletismo (integrado no conceito de circuito de manutenção), a pista de motocross e o parque da Oitava, encontrando-se ainda em desenvolvimento o projecto de criação de um museu.

### Programa Director de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo para o Município de Góis

O Programa Director de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo para o Município de Góis (PDICE Góis), elaborado em 2007, resulta da iniciativa da Câmara Municipal, que, reconhecendo a importância de definir uma estratégia local sustentada, centrada na inovação, competitividade e empreendedorismo, pretendeu através da elaboração deste instrumento de planeamento, identificar vantagens competitivas e explorar as oportunidades existentes, com base em parcerias estratégicas e nos factores diferenciadores do concelho.

O processo de elaboração do PDICE Góis passou pela identificação e envolvimento dos agentes locais para a concepção de apostas estratégicas e de uma carteira de projectos estruturantes a desenvolver no concelho de Góis, que possam constituir um motor do desenvolvimento local e competitividade territorial, nomeadamente ao nível dos sectores de

actividades tidos como estruturantes ou de maior potencial, assegurando o crescimento sustentado, o desenvolvimento económico e a coesão social.

Da análise realizada resultou a identificação de um conjunto de factores de diferenciação para a afirmação do concelho de Góis como espaço inovador e competitivo:

- promoção da educação, formação e cultura, com vista à criação de uma ambiente social dinâmico e empreendedor;
- inclusão da população imigrante, que tem vindo a aumentar e que adopta Góis como local de residência (definitiva ou temporária);
- valorização da multiculturalidade existente;
- aproveitamento sustentável dos valores naturais fortemente associados à Serra da Lousã, ao rio Ceira e ao Penedo de Góis, nomeadamente no sector do turismo e da floresta;
- promoção integrada do património natural e construído, alavancada na Rede de Aldeias do Xisto;
- aposta no Turismo Natureza e Turismo Activo, em estreita colaboração com as associações e empresas locais e regionais;
- excelência nos serviços de apoio social e promoção da qualidade de vida.

A visão para o Município de Góis foi então definida como: “Góis - um território acolhedor por natureza”. Para a sua concretização foram delineadas as seguinte três linhas de orientação estratégica:

- **Fortalecer o capital social – promover a integração e a criatividade**, considerando as prioridades de motivar o compromisso e a cidadania da população, de captar talentos que se comprometam e lutem pelo desenvolvimento do concelho, de estimular a existência de estratégias de ensino em que se cultive o valor do

imaterial, do arriscar, do conhecer e em que se estimule e premeie a criatividade e os seus resultados práticos;

- **Inovar no turismo natureza como âncora estratégica – integrar a diversidade**, assumindo e integrando a diversidade de recursos existente, numa abordagem focalizada nos princípios do Turismo de Natureza;
- **Valorizar a floresta como pilar de uma nova economia local**, considerando que importa promover a floresta como pilar de uma nova economia local, assente em três objectivos estratégicos - dinamizar a produção silvícola, fomentar a valorização ambiental e potenciar as energias renováveis.

Relativamente à vertente estratégica do turismo, tendo em consideração o diagnóstico elaborado, são relevados os seguintes aspectos para a implementação da estratégica:

- A crescente procura da Serra da Lousã como destino turístico na Região Centro e a ausência de um plano integrado de utilização (intermunicipal);
- A diversidade de recursos existente (p.e. Serra da Lousã, Aldeias do Xisto, Espaço Rural, Património Histórico e Arqueológico, Eventos) permite criar uma oferta turística apelativa durante todo o ano;
- O potencial do território concelhio para a prática de desportos aventura – p.e. downhill, enduro, TT e actividades em contacto com a natureza – p.e. pedestrianismo, expedições fotográficas, percursos interpretativos, orientação;
- A existência de empresas e associações locais com capacidade para explorar as potencialidades turísticas do concelho;
- A aposta concelhia no desenvolvimento da pesca e da actividade cinegética e a afirmação desse potencial a nível internacional (p.e. realização do Mundial de Pesca 2008);
- A existência de actividades agropecuárias passíveis de serem exploradas com fins turísticos – agroturismo, acrescentando-lhes mais-valia económica;

- A densidade de instituições de ensino e de I&D existentes a nível regional (Universidade de Coimbra, Instituto Politécnico de Coimbra, Escola Superior de Hotelaria) e de associações para a promoção turística (ATECO, ADXTUR) pode e deve ser potenciada através de sinergias entre os domínios académico, empresarial e autárquico.

Para a concretização da estratégia definida é proposto um conjunto de projectos mobilizadores dos quais se destacam, pelo seu contributo directo para o domínio do sector estratégico do turismo:

- Programa de ecoturismo;
- Plano de marketing do concelho de Góis;
- Espaços culturais e criativos;
- Expansão e valorização da Rede de Aldeias de Xisto;
- Programa de dinamização cultural e turística.

No âmbito do processo de apresentação pública do PDICE Góis foi pedido aos representantes da sociedade civil e das diversas instituições de saúde, educação, apoio social, sector público, cultural e associativo e tecido económico que se pronunciassem sobre a importância e prioridade para o concelho da globalidade dos projectos mobilizadores apresentados. É de realçar que, a seguir ao uso múltiplo da floresta, os projectos de dinamização cultural e turística e o programa de ecoturismo foram os que mereceram maior destaque, sendo considerados pelos intervenientes como os de maior alcance e importância estratégica para o desenvolvimento e competitividade do concelho.

O Programa Director de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo para o Município de Góis conclui sobre a necessidade de estruturação da oferta turística à escala municipal, salientando a necessidade de associar essa oferta turística às marcas turísticas da região Centro já reconhecidas a nível nacional e internacional, como as marcas “Coimbra” e “Aldeias do Xisto”.

**Anexo II**  
RECURSOS TURÍSTICOS

## Anexo II.

### Recursos Turísticos

<b>1. Recursos Primários .....</b>	<b>5</b>
1.1. Património Natural.....	5
1.2. Património Cultural.....	23
1.3. Equipamentos.....	57
1.4. Eventos .....	63
<b>2. Recursos Secundários.....</b>	<b>65</b>
2.1. Actividades .....	65
2.2. Equipamentos.....	67



## Critérios de avaliação dos recursos turísticos

**Notoriedade** – grau de conhecimento e divulgação ao recurso

- elevada | o seu conhecimento está amplamente difundido (na região, quase toda a gente sabe o que é)
- média | o seu conhecimento é limitado às pessoas que residem no concelho ou que por ele transitam
- fraca | pouca gente o conhece ou sabe o que é

**Capacidade de atractividade (1)** – capacidade para motivar a deslocação de turistas

- isoladamente | capacidade de atrair a visita de turistas por si só
- em associação | capacidade de atrair a visita de turistas em associação com outros recursos turísticos

**Capacidade de atractividade (2)** – capacidade para motivar a deslocação de turistas

- internacional | se motiva deslocações de pessoas de outros países
- nacional | se motiva deslocações de pessoas de todo o país
- regional | se motiva deslocações de pessoas de outros concelhos da região Centro
- local | se apenas atrai pessoas que já se encontram no concelho
- nula | se actualmente não tem por si mesmo qualquer potencial

**Potencial** – capacidade para se constituir como produto turístico

- âncora | recurso âncora para a composição de produto
- importante | recurso importante para a composição de produto
- com potencial | recurso com potencial de aproveitamento para a composição de produto



## 1. Recursos Primários

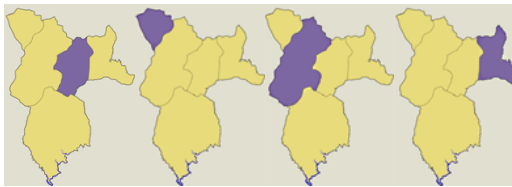
### 1.1. Património Natural

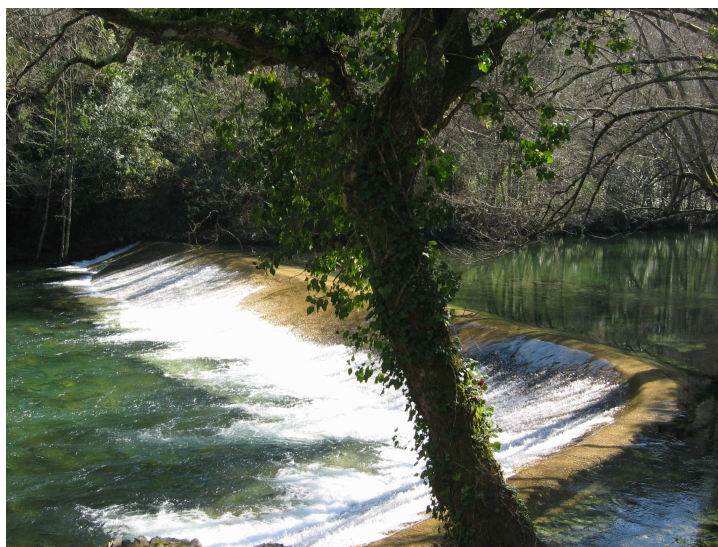
Categoria	Descrição	Freguesia	Notoriedade	Capacidade de	Capacidade de	Potencial
				Atractividade	Atractividade	
				(1)	(2)	
Rios/Ribeiras	Rio Ceira	Todas excepto Alvares	elevada	isoladamente	nacional	âncora
	Rio Sótão	Góis; Vila Nova do Ceira	média	em associação	regional	com potencial
	Ribeira da Pena	Góis	média	em associação	regional	com potencial
	Ribeira do Sinhel	Alvares	média	em associação	regional	com potencial
Serras	Serra da Lousã	Todas	elevada	isoladamente	nacional	âncora
	Serra do Açor	Góis	elevada	isoladamente	nacional	importante
Praias Fluviais	Praia Fluvial da Peneda	Góis	elevada	isoladamente	nacional	importante
	Praia Fluvial do Pêgo Escuro	Góis	média	isoladamente	nacional	importante
	Praia Fluvial do Cerejal	Góis	média	isoladamente	nacional	importante
	Praia Fluvial das Canaveias	Vila Nova do	média	isoladamente	nacional	importante
	Praia Fluvial da Cabreira	Cadafaz	média	isoladamente	nacional	importante
	Praia Fluvial de Alvares	Alvares	média	isoladamente	nacional	importante
	Praia Fluvial da Ribeira do Sin	Alvares	média	isoladamente	nacional	importante
	Piscina Fluvial de Amiosinho	Alvares	média	isoladamente	nacional	importante
	Praia Fluvial do Colmeal	Colmeal	média	isoladamente	nacional	importante
Espaços Naturais de Recreio e Lazer	Parque da Oitava	Góis	média	em associação	regional	com potencial

Fonte: Autoria própria



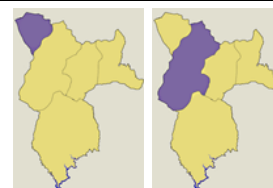
## RIO CEIRA

Recurso Turístico	PATRIMÓNIO NATURAL
Categoria	RIOS/RIBEIRAS
Sub-categoria	N/A
Descrição	As águas puras e cristalinas do rio Ceira permitem contemplar a tranquilidade e a beleza natural circundante e oferecem variadas praias fluviais.
Local	Góis, Vila Nova do Ceira, Cadafaz e Colmeal 
Entidade(s) gestora(s)	Câmara Municipal de Góis




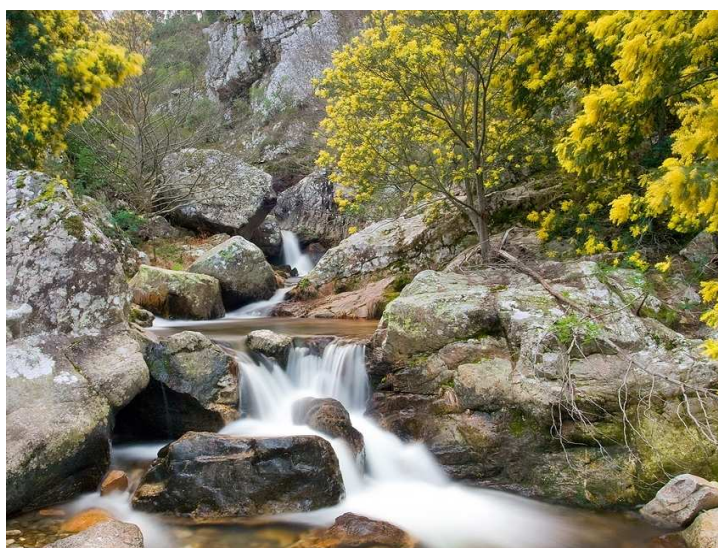
## RIO SÓTÃO

Recurso Turístico	PATRIMÓNIO NATURAL
Categoria	RIOS/RIBEIRAS
Sub-categoria	N/A
Descrição	O Rio Sótão é proveniente da Serra da Lousã, passa pela povoação de Ponte do Sótão e junta-se ao rio Ceira. Com um enquadramento paisagístico natural privilegiado contempla também algumas praias fluviais.
Local	Góis, Vila Nova do Ceira
Entidade(s) gestora(s)	Câmara Municipal de Góis




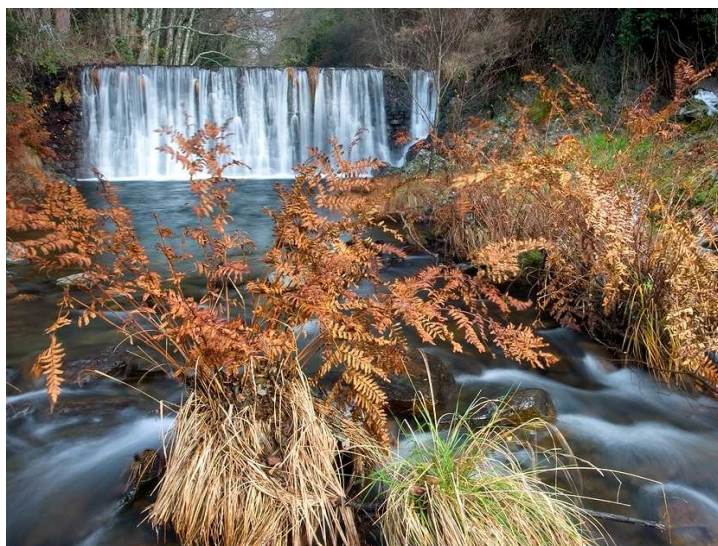
## RIBEIRA DA PENA

Recurso Turístico	PATRIMÓNIO NATURAL
Categoria	RIOS/RIBEIRAS
Sub-categoria	N/A
Descrição	<p>A ribeira da Pena tem águas cristalinas e frias, dada a sua proximidade da nascente e do facto de correr sobre terrenos rochosos. Esta ribeira dá muita vida à aldeia da Pena, pois é a partir dela que os campos são regados. O seu caudal nunca seca, sendo por isso aproveitado nos meses mais quentes do ano pelos habitantes locais e pelos visitantes para banhos. A ribeira reserva locais espéctaculares como cascatas, lagos e muita vegetação.</p>
Local	Góis 
Entidade(s) gestora(s)	Câmara Municipal de Góis



## RIBEIRA DO SINHEL

Recurso Turístico	PATRIMÓNIO NATURAL
Categoria	RIOS/RIBEIRAS
Sub-categoria	N/A
Descrição	<p>A ribeira de Sinhel tem a sua origem na serra da Lousã, pertence à bacia hidrográfica do Tejo e banha a vila de Alvares, quase a meio do seu percurso. Uma ponte de pedra com dois arcos, construída em 1858, atravessa a ribeira junto ao Soito, num lugar aprazível, onde grandes álamos completam a paisagem e propiciam um local de descanso e recreio.</p>
Local	Alvares 
Entidade(s) gestora(s)	Câmara Municipal de Góis

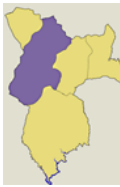


## SERRA DA LOUSÃ

Recurso Turístico	PATRIMÓNIO NATURAL
Categoria	SERRAS
Sub-categoria	N/A
Descrição	<p>A Serra da Lousã, juntamente com a Serra do Açor e a Serra da Estrela, forma o mais imponente dos alinhamentos montanhosos de Portugal: a Cordilheira Central. A Serra da Lousã abrange os concelhos de Lousã, Góis, Castanheira de Pêra, Miranda do Corvo e Figueiró dos Vinhos. Sendo fundamentalmente xistosa, nela existem veados, javalis e corços entre sobreiros, castanheiros, carvalhos e pinheiros.</p> <p>Em território predominantemente de xisto sobressaem em algumas zonas afloramentos quartzíticos. Os Penedos de Góis (1040m), escarpados, são um desses casos, junto à Aldeia do Xisto de Pena, que formam desníveis únicos, com quedas de água e ribeiras impetuosas. É um local deslumbrante com miradouros sobre a paisagem beirã.</p> <p>É uma serra que conjuga de forma única a vertente cultural e humana das Aldeias do Xisto com a natureza e as possibilidades de lazer que a sua paisagem proporciona.</p>
Local	 <p>Góis Vila Nova do Ceira Colmeal Cadafaz Alvares</p>
Entidade(s) gestora(s)	<p>Câmara Municipal de Góis</p> <p>Associação Florestal</p>

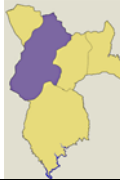


**SERRA DO AÇOR**

Recurso Turístico	PATRIMÓNIO NATURAL
Categoria	SERRAS
Sub-categoria	N/A
Descrição	<p>A Serra do Açor localiza-se entre a Serra da Estrela e a Serra da Lousã e é delimitada pelo rio Ceira e pelo rio Alva, abrangendo os concelhos de Góis, Oliveira do Hospital, Arganil e Tábua.</p> <p>A Área de Paisagem Protegida da Serra do Açor possui dois sítios de especial interesse: a Mata da Margarça e a Fraga da Pena, ambos no concelho de Arganil. Trata-se de uma área protegida com uma vegetação muito rica na sua diversidade: castanheiros, carvalhos, loureiros, medronheiros, azereiros, urze, rosmaninho, carqueja e giesta. A água das ribeiras é também uma presença constante.</p>
Local	Góis 
Entidade(s) gestora(s)	<p>Câmara Municipal de Góis, Arganil, Tábua e Oliveira de Hospital</p> <p>Associação Florestal</p> <p>ICNB</p>

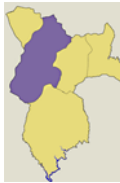


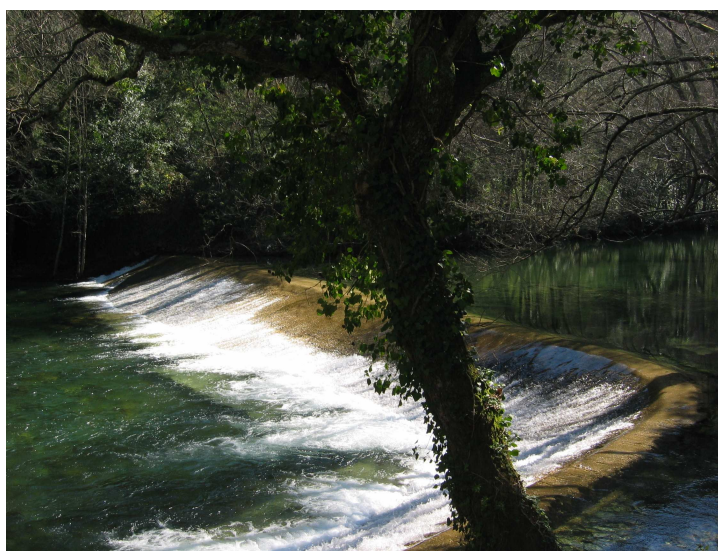
## PRAIA FLUVIAL DA PENEDA

Recurso Turístico	PATRIMÓNIO NATURAL
Categoria	PRAIAS FLUVIAIS
Sub-categoria	N/A
Descrição	<p>A praia fluvial do rio Ceira localiza-se no centro da Vila da Góis, com vista sobre o conjunto histórico da Ponte Real e da Capela do Mártir S. Sebastião. Um dos seus atractivos é a ilha de areia criada no meio do rio. A praia está dotada com nadador salvador, balneários e instalações sanitárias, painéis informativos, zonas de jardim, parque de merendas, bar/esplanada e serviço de aluguer de canoas.</p> <p>Esta praia encontra-se integrada na Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior, que conta com 21 praias qualificadas da região.</p>
Local	Góis 
Entidade(s) gestora(s)	Câmara Municipal de Góis

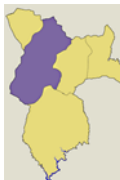


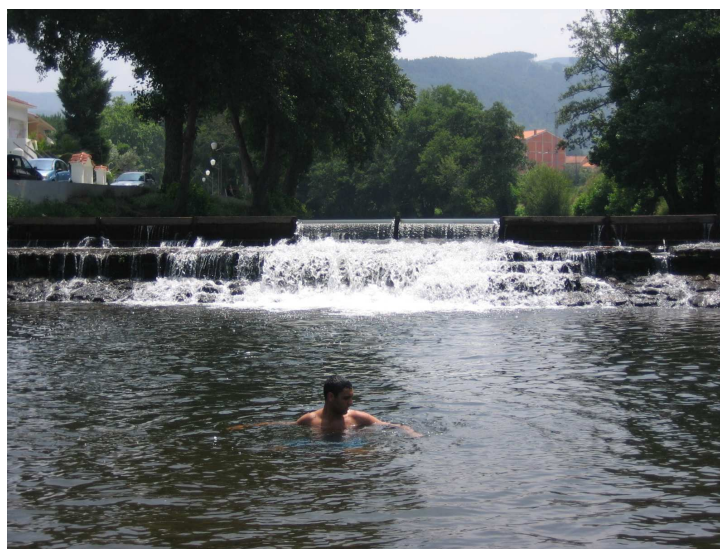
## PRAIA FLUVIAL DO PÊGO ESCURO

Recurso Turístico	PATRIMÓNIO NATURAL
Categoria	PRAIAS FLUVIAIS
Sub-categoria	N/A
Descrição	A praia fluvial do Pêgo Escuro, localizada a poucos metros do centro da Vila da Góis e da praia fluvial da Peneda, é um local mais recatado, que beneficia de um enquadramento paisagístico natural de grande beleza. Pode aceder-se a esta praia através de passeio pedonal junto à margem do rio que parte junto à Ponte Real de Góis.
Local	Góis 
Entidade(s) gestora(s)	Câmara Municipal de Góis

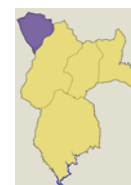


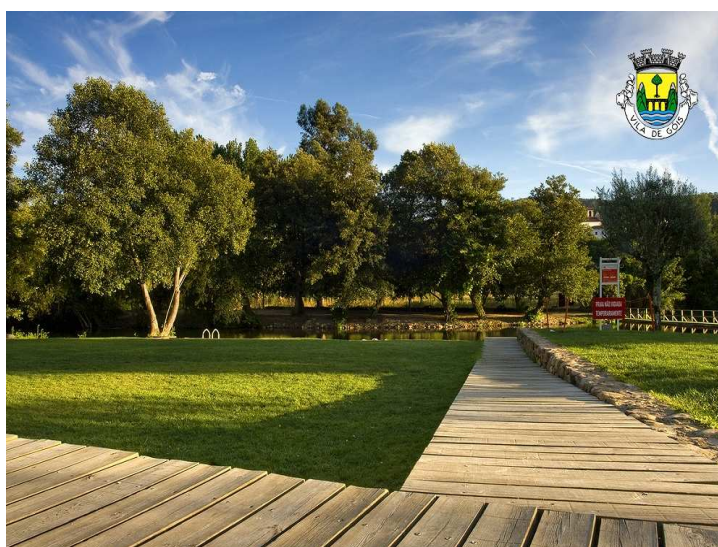
## PRAIA FLUVIAL DO CEREJAL

Recurso Turístico	PATRIMÓNIO NATURAL
Categoria	PRAIAS FLUVIAIS
Sub-categoria	N/A
Descrição	A praia fluvial do Cerejal, localiza-se a poucos metros do centro da Vila da Góis e da praia fluvial da Peneda.
Local	Góis 
Entidade(s) gestora(s)	Câmara Municipal de Góis



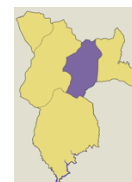
## PRAIA FLUVIAL DAS CANAVEIAS

Recurso Turístico	PATRIMÓNIO NATURAL
Categoria	PRAIAS FLUVIAIS
Sub-categoria	N/A
Descrição	<p>A praia fluvial das Canaveias localiza-se na aldeia da Várzea Pequena, freguesia de Vila Nova do Ceira, estando dotada com nadador salvador, balneários e instalações sanitárias, painéis informativos, parque de estacionamento, área reservada a autocaravanas, zona de jardim, parque de merendas e bar/esplanada,</p> <p>Esta praia encontra-se integrada na Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior.</p>
Local	Vila Nova do Ceira 
Entidade(s) gestora(s)	Câmara Municipal de Góis



## PRAIA FLUVIAL DA CABREIRA

Recurso Turístico	PATRIMÓNIO NATURAL
Categoria	PRAIAS FLUVIAIS
Sub-categoria	N/A
Descrição	A praia fluvial do rio Ceira localizada perto da aldeia da Cabreira beneficia de um cenário único composto por antigo casario de pedra e ponte romana sobre o rio.
Local	Cadafaz
Entidade(s) gestora(s)	Câmara Municipal de Góis



## PRAIA FLUVIAL DE ALVARES

Recurso Turístico	PATRIMÓNIO NATURAL
Categoria	PRAIAS FLUVIAIS
Sub-categoria	N/A
Descrição	A praia fluvial de Alvares localiza-se no centro da aldeia e sede de freguesia de Alvares, sendo o seu enquadramento paisagístico marcado pela ponte romana que atravessa a Ribeira do Sinhel.
Local	Alvares
Entidade(s) gestora(s)	Câmara Municipal de Góis




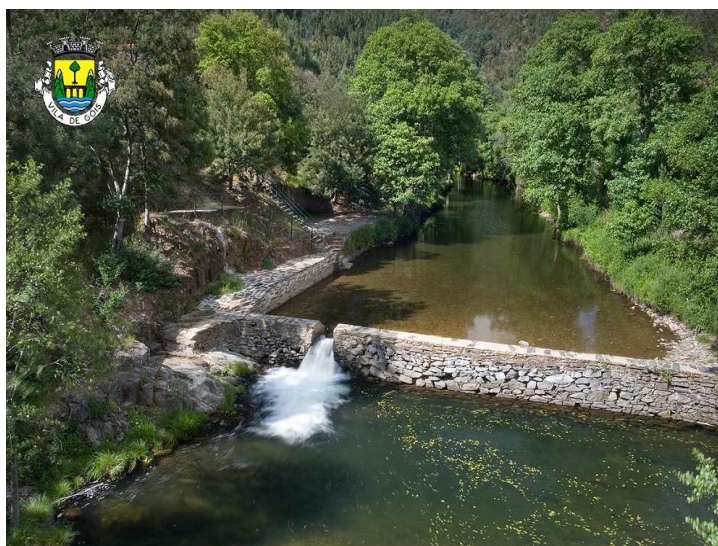
## PRAIA FLUVIAL DA RIBEIRA DO SINHEL

Recurso Turístico	PATRIMÓNIO NATURAL
Categoria	PRAIAS FLUVIAIS
Sub-categoria	N/A
Descrição	A praia fluvial da Ribeira do Sinhel, que tem como atractivo a beleza de uma queda de água, é uma das praias de que se pode usufruir na zona mais a Sul do concelho.
Local	Alvares
Entidade(s) gestora(s)	Câmara Municipal de Góis

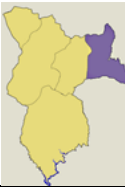


## PISCINA FLUVIAL DE AMIOSINHO

Recurso Turístico	PATRIMÓNIO NATURAL
Categoria	PRAIAS FLUVIAIS
Sub-categoria	N/A
Descrição	Situada na freguesia de Alvares, a praia fluvial de Amiosinho constitui uma autêntica piscina natural, sendo frequentada por centenas de veraneantes durante os meses de Verão.
Local	Alvares 
Entidade(s) gestora(s)	Câmara Municipal de Góis

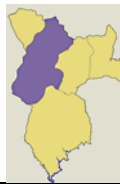


## PRAIA FLUVIAL DO COLMEAL

Recurso Turístico	PATRIMÓNIO NATURAL
Categoria	PRAIAS FLUVIAIS
Sub-categoria	N/A
Descrição	A praia fluvial do rio Ceira localizada no Colmeal apresenta condições óptimas para a prática balnear, sendo rodeada por uma vegetação luxuriante, tornando-a num local privilegiado de contacto com a natureza.
Local	Colmeal 
Entidade(s) gestora(s)	Câmara Municipal de Góis



## PARQUE NATURAL DA OITAVA

Recurso Turístico	PATRIMÓNIO NATURAL
Categoria	ESPAÇOS NATURAIS DE RECREIO E LAZER
Sub-categoria	N/A
Descrição	<p>A Mata da Oitava, na Serra da Lousã, ocupa 470 hectares da área do Município de Góis, totalmente inseridos na Rede Natura 2000. Desde os anos 70 que esta mata tem sido palco de diversas acções de plantação de espécies florestais perfeitamente adaptadas ao local e de interesse paisagístico e ambiental.</p> <p>No interior desta mata encontra-se o Parque da Oitava - parque de lazer, parque infantil e de merendas, perto de uma linha de água permanente, com um açude, especialmente construído para o apoio ao combate a incêndios florestais.</p>
Local	Góis 
Entidade(s) gestora(s)	Câmara Municipal de Góis

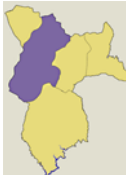
## 1.2. Património Cultural

## BASES PARA UM PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO CONCELHO DE GÓIS

Categoria	Sub-categoria	Descrição	Freguesia	Notoriedade	Capacidade de		Potencial
					Atratividade (1)	Atratividade (2)	
Monumental	Estações Arqueológicas	Antigo Hospital de Góis	Góis	média	em associação	regional	importante
		Petróglifo Pedra Letreira	Alvares	média	em associação	nacional	importante
		Petróglifo Pedra Riscada	Cadafaz	média	em associação	nacional	importante
	Igrejas/Capelas/Ermidas	Igreja Matriz de Góis	Góis	média	em associação	local	com potencial
		Igreja Matriz de Alvares	Alvares	média	em associação	local	com potencial
		Igreja Matriz de Vila Nova do Ceira	Vila Nova do Ceira	média	em associação	local	com potencial
		Igreja Paroquial do Cadafaz	Cadafaz	média	em associação	local	com potencial
		Igreja Paroquial do Colmeal	Colmeal	média	em associação	local	com potencial
		Igreja da Misericórdia de Góis	Góis	média	em associação	local	com potencial
		Capela do Mártir São Sebastião	Góis	média	em associação	local	com potencial
		Capela do Castelo	Góis	média	em associação	local	com potencial
		Capela de Santo António do Cadafaz	Cadafaz	fraca	em associação	local	com potencial
		Capela de Santo António de Góis	Góis	média	em associação	local	com potencial
		Capela de Alvem/Capela de Nossa Senhora do Amparo	Góis	fraca	em associação	local	com potencial
		Capela de N. Senhora da Amargura	Colmeal	fraca	em associação	local	com potencial
		Ermida de N. Senhora da Candosa	Vila Nova do Ceira	média	em associação	local	com potencial
		Ermida de N. Senhora da Guia	Góis	média	em associação	local	com potencial
	Palácios/Solares	Solar beirão da Quinta da Capela	Góis	média	em associação	regional	com potencial
	Pelouros/Cruzeiros	Pelourinho do Soito	Alvares	média	em associação	local	com potencial
	Casas típicas históricas	Edifício dos Paços do Concelho de Góis	Góis	média	em associação	local	com potencial
Antiga Casa da Roda		Góis	média	em associação	regional	com potencial	
Conjunto antigo casario Cabreira		Cadafaz	média	em associação	nacional	âncora	
Fontes/Chafarizes/Aqueduto	Fontanário do Pombal	Góis	média	em associação	local	com potencial	
	Cisterna do Pombal	Góis	média	em associação	local	com potencial	
Artístico	Museus	Colecção Museológica de Góis	Góis	fraca	em associação	regional	importante
		(Futura) Casa-Museu Alice Sande	Góis	média	em associação	local	com potencial
		Espaço Museológico de Vila Nova do Ceira	Vila Nova do Ceira	média	em associação	local	com potencial
		Núcleo Museológico da Cabreira	Cadafaz	fraca	em associação	local	com potencial
		Núcleo Museológico do Soito	Colmeal	fraca	em associação	local	com potencial
		Museu Casimiro Martins - Núcleo Museológico do Esporão	Góis	fraca	em associação	local	com potencial
		Museu Paroquial de Arte Sacra "Padre Ramiro Moreira"	Alvares	fraca	em associação	local	com potencial
		Espaço Museológico "Casa do Ferreiro"	Alvares	fraca	em associação	local	com potencial
	Grupos Corais	Grupo de Músicas e Cantares Tradicionais da Várzea	Vila Nova do Ceira	fraca	em associação	regional	com potencial
		Grupo de Violas e Cantares de Vila Nova do Ceira	Vila Nova do Ceira	fraca	em associação	regional	com potencial
	Grupos de Dança	Grupo de Dança da AERG	Góis	fraca	em associação	regional	com potencial
		Grupo de Danças de Salão	Góis	fraca	em associação	regional	com potencial
		Grupo de Dança Kaos	Vila Nova do Ceira	fraca	em associação	regional	com potencial
	Bandas	Filarmónica Varzeense FILVAR	Vila Nova do Ceira	média	em associação	nacional	importante
		Filarmónica da Associação Educativa e Recreativa de Góis	Góis	elevada	em associação	nacional	importante
		Grupo de Concertinistas de Góis	Góis	média	em associação	nacional	importante
		Orquestra ligeira "Force Band" da AERG	Góis	média	em associação	regional	com potencial
Grupos de Teatro	Grupo de Teatro Esporão	Góis	fraca	em associação	regional	com potencial	
	Grupo de Teatro Geração Varzeense	Vila Nova do Ceira	fraca	em associação	regional	com potencial	
Complementar	Parques/Jardins Públicos	Jardim do Castelo	Góis	média	em associação	regional	com potencial
		Largo do Pombal	Góis	média	em associação	local	com potencial
	Aldeias preservadas	Aldeias do Xisto (Comareira, Aigra Nova, Aigra Velha)	Góis	elevada	em associação	internacional	âncora
	Miradouros	Miradouro do Castelo	Góis	média	em associação	regional	com potencial
		Miradouro do Penedos de Góis	Góis	média	em associação	nacional	importante
	Moinhos/Lagares	Antigo Lagar da Cabreira	Cadafaz	média	em associação	nacional	com potencial
	Pontes (Obras de arte)	Antiga Ponte Real sobre o rio Ceira	Góis	elevada	em associação	internacional	âncora
		Ponte Romana sobre a Ribeira do Sinhel	Alvares	média	em associação	internacional	âncora
		Ponte Romana da Cabreira	Cadafaz	média	em associação	internacional	âncora
	Industrial	Minas	Minas de Volfrâmio	Góis	média	em associação	nula
Fábricas		Antiga Fábrica de Papel da Ponte de Sótão	Góis	elevada	em associação	nula	com potencial
Etnográfico	Artesanato	Miniaturas de alfaías agrícolas, casas de xisto e de cortiços	Todas	média	em associação	regional	com potencial
		Croché	Todas	média	em associação	regional	com potencial
		Mantas de retalhos	Todas	média	em associação	regional	com potencial
		Colheres de Pau	Todas	média	em associação	regional	com potencial
	Ranchos Folclóricos	Rancho Folclórico "As sachadeiras da Várzea"	Vila Nova do Ceira	elevada	em associação	nacional	importante
		Rancho Danças e Cantares do Cadafaz	Cadafaz	elevada	em associação	nacional	importante
		Rancho Folclórico Serra do Ceira	Colmeal	elevada	em associação	nacional	importante
Rancho Mensageiros da Alegria	Vila Nova do Ceira	elevada	em associação	nacional	importante		

Fonte: Autoria própria

## ESTAÇÃO ARQUEOLÓGICA DO ANTIGO HOSPITAL DE GÓIS

Recurso Turístico	PATRIMÓNIO CULTURAL
Categoria	MONUMENTAL
Sub-categoria	ESTAÇÕES ARQUEOLÓGICAS
Descrição	<p>Inicialmente criado para albergar peregrinos e pobres, mais tarde o antigo hospital de Góis (do séc. XVI) ter-se-á especializado no tratamento da sífilis, recebendo pacientes de todo o país. Tornou-se então um hospital com enorme projecção, até à data do seu encerramento, em 1831, provavelmente devido ao clima de instabilidade que se vivia na época.</p> <p>Em 2003 o Município de Góis adquiriu o conjunto edificado com a intenção de aí instalar o futuro museu municipal. Para tal, tem vindo a desenvolver uma intervenção prévia de carácter histórico e arqueológico. Foram, assim, postas a descoberto uma série de estruturas antigas, nomeadamente vestígios do que se pensa tratar da antiga torre do relógio; poços construídos em alvenaria de pedra; vestígios de um canal para transporte de água; pavimentos de pedra. Para além das estruturas encontradas, foi de grande qualidade o espólio arqueológico recolhido: uma peça de liga de cobre que deverá corresponder a um almofariz; fragmento de uma peça de barro relacionada com o culto religioso; grandes quantidades de cerâmicas (em fragmentos ou peças inteiras) de várias épocas; metais; vidros e moedas.</p>
Local	Góis 

---

Entidade(s) gestora(s)

---


---

Câmara Municipal de Góis

---

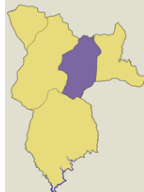


## PETRÓGLIFO PEDRA LETREIRA

Recurso Turístico	PATRIMÓNIO CULTURAL
Categoria	MONUMENTAL
Sub-categoria	ESTAÇÕES ARQUEOLÓGICAS
Descrição	<p>A Pedra Letreira é um monumento gravado na pedra dos primórdios da Pré-História recente, que se situa na povoação de Cabeçadas, na freguesia de Alvares. Descoberto na década de 1950, este monumento encontra-se classificado como Imóvel de Interesse Público desde 1997.</p> <p>O monumento é composto por uma plataforma de xisto rebaixada, disposta horizontalmente, na superfície da qual foram esculpidas diversas gravuras, com um machado de pedra polida, através da técnica de abrasão. Neste conjunto figuram, entre outras representações, um arco e flecha, motivos reticulados, pontas de seta e alabardas, e ainda figuras antropomórficas. Pela profusão das alabardas é possível datar este monumento, sem réplica no seu género, a um período avançado do Bronze Inicial ou Eneolítico Pleno.</p>
Local	Alvares 
Entidade(s) gestora(s)	Câmara Municipal de Góis

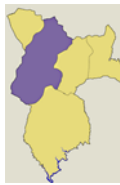


## PETRÓGLIFO PEDRA RISCADA

Recurso Turístico	PATRIMÓNIO CULTURAL
Categoria	MONUMENTAL
Sub-categoria	ESTAÇÕES ARQUEOLÓGICAS
Descrição	No local das Mestras, na freguesia do Cadafaz, num cenário entre xisto e urze encontram-se as insculpturas da Pedra Riscada. Antigo lugar de culto, este complexo petroglífico apresenta uma cronologia relativamente mais recente face à da Pedra Letreira.
Local	Cadafaz 
Entidade(s) gestora(s)	Câmara Municipal de Góis



## IGREJA MATRIZ DE GÓIS

Recurso Turístico	PATRIMÓNIO CULTURAL
Categoria	MONUMENTAL
Sub-categoria	IGREJAS / CAPELAS / ERMIDAS
Descrição	<p>Edifício de arquitectura religiosa, classificado como Monumento Nacional, desde 1910. Templo dedicado a Santa Maria Maior, padroeira da freguesia de Góis, cuja construção corresponde a diferentes momentos, nomeadamente aos séculos XV, XVI e XIX. De planta longitudinal composta por nave, capela-mor, duas capelas laterais (do lado esquerdo a Capela de S. José; do lado direito a Capela das Almas), sacristia e antiga sacristia.</p> <p>No interior, destaca-se, entre outras obras de arte de grande relevância, o imponente túmulo de D. Luís da Silveira. Obra de arte renascentista, atribui-se a sua autoria a Diogo de Castilho e Diogo de Torralva.</p>
Local	Góis 
Entidade(s) gestora(s)	Fábrica da Igreja de Góis

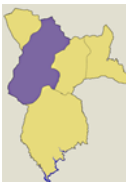


## IGREJA DA MISERICÓRDIA DE GÓIS

Recurso Turístico	PATRIMÓNIO CULTURAL
Categoria	MONUMENTAL
Sub-categoria	IGREJAS / CAPELAS / ERMIDAS
Descrição	Igreja de planta longitudinal composta de nave única e capela-mor semi-circular. No alçado lateral direito tem adossadas a Casa do Despacho e a sacristia. O templo é de construção quinhentista, alterada por vários restauros no séc. XIX.
Local	Góis 
Entidade(s) gestora(s)	Santa Casa da Misericórdia de Góis

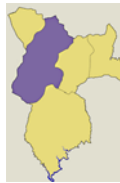


## CAPELA DO MÁRTIR S. SEBASTIÃO

Recurso Turístico	PATRIMÓNIO CULTURAL
Categoria	MONUMENTAL
Sub-categoria	IGREJAS / CAPELAS / ERMIDAS
Descrição	À entrada da ponte real da vila de Góis, na base do morro do Castelo, levanta-se a Capela do Mártir S. Sebastião, do séc. XVIII. De planta hexagonal, vincada de cantarias nas esquinas, com pequeno campanário à direita, portal armado e cúpula com fecho de pedra, no interior exhibe um espaço único iluminado por cinco óculos.
Local	Góis 
Entidade(s) gestora(s)	Fábrica da Igreja de Góis

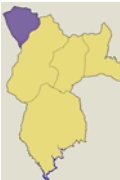


## CAPELA DO CASTELO

Recurso Turístico	PATRIMÓNIO CULTURAL
Categoria	MONUMENTAL
Sub-categoria	IGREJAS / CAPELAS / ERMIDAS
Descrição	Ermida a Nossa Senhora da Assunção, construída no séc. XVI, em estilo manuelino, por vontade de D. Luís da Silveira. Localizada na colina do Castelo, beneficia de vista panorâmica sobre toda a vila de Góis.
Local	Góis 
Entidade(s) gestora(s)	Fábrica da Igreja de Góis

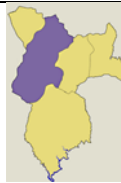


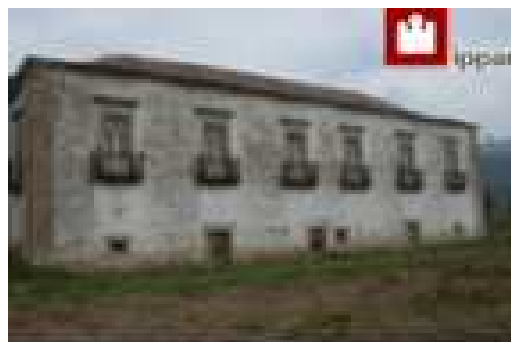
## ERMIDA DE N. SENHORA DA CANDOSA

Recurso Turístico	PATRIMÓNIO CULTURAL
Categoria	MONUMENTAL
Sub-categoria	IGREJAS / CAPELAS / ERMIDAS
Descrição	Capela erguida em honra de Nossa Senhora, localiza-se no lugar da Candosa, freguesia de Vila Nova do Ceira. Anualmente realiza-se nesta Ermida uma festa em honra desta Santa Padroeira, festa que atrai milhares de pessoas.
Local	Vila Nova do Ceira 
Entidade(s) gestora(s)	Fábrica da Igreja de Vila Nova do Ceira

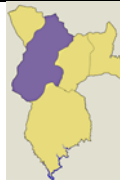


## SOLAR BEIRÃO DA QUINTA DA CAPELA

Recurso Turístico	PATRIMÓNIO CULTURAL
Categoria	MONUMENTAL
Sub-categoria	PALÁCIOS/SOLARES
Descrição	O Solar era pertença dos Barreto Chichorro, uma das mais importantes famílias da Vila no século XVII. A designação pela qual a quinta é conhecida deve-se à existência de uma capela, que se encontra num plano mais elevado.
Local	Góis 
Entidade(s) gestora(s)	Propriedade privada

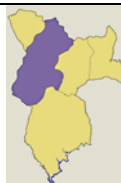


## EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO

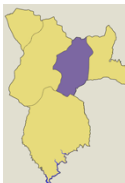
Recurso Turístico	PATRIMÓNIO CULTURAL
Categoria	MONUMENTAL
Sub-categoria	CASAS TÍPICAS HISTÓRICAS
Descrição	<p>Edifício classificado como Imóvel de Interesse Público, é uma das casas nobres edificadas na vila beirã durante o século XVII. A casa pertenceu à família Barreto Chichorro, uma das mais importantes da Vila de Góis, instituidora de uma capela na Igreja Matriz, onde estão sepultados alguns dos seus membros. No interior, destacam-se as decorações das aberturas do alçado principal e os quatro notáveis tectos de masseira, com caixotões pintados, provavelmente, na mesma época da construção, de autor desconhecido. O edifício seiscentista tem adossadas, de ambos os lados, duas construções recentes, sem valor arquitectónico.</p>
Local	Góis 
Entidade(s) gestora(s)	Câmara Municipal de Góis



## ANTIGA CASA DA RODA

Recurso Turístico	PATRIMÓNIO CULTURAL
Categoria	MONUMENTAL
Sub-categoria	CASAS TÍPICAS HISTÓRICAS
Descrição	A Roda dos Expostos, onde eram deixadas as crianças fruto de relações extra-matrimoniais, existiu em Góis e terá funcionado até 1850. Dessa época a antiga Casa da Roda apenas conserva as cantarias de pedra, sendo hoje uma casa de habitação particular.
Local	Góis 
Entidade(s) gestora(s)	Câmara Municipal de Góis

## CONJUNTO ANTIGO CASARIO DA CABREIRA

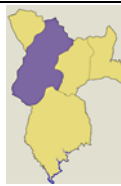
Recurso Turístico	PATRIMÓNIO CULTURAL
Categoria	MONUMENTAL
Sub-categoria	CASAS TÍPICAS HISTÓRICAS
Descrição	Casario típico de pedra, de frente para o rio Ceira, uma das construções é um antigo lagar de azeite.
Local	Cadafaz 
Entidade(s) gestora(s)	Câmara Municipal de Góis



## FONTANÁRIO DO POMBAL

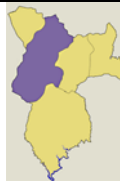
Recurso Turístico	PATRIMÓNIO CULTURAL
Categoria	MONUMENTAL
Sub-categoria	FONTES / CHAFARIZES / AQUEDUTOS
Descrição	Fonte oitocentista, também denominada Fonte do Jogo. A água das suas bicas vem da Cisterna do Pombal.
Local	Góis 
Entidade(s) gestora(s)	Câmara Municipal de Góis
	

## CISTERNA DO POMBAL

Recurso Turístico	PATRIMÓNIO CULTURAL
Categoria	MONUMENTAL
Sub-categoria	FONTES / CHAFARIZES / AQUEDUTOS
Descrição	Cisterna de planta quadrangular simples, cujas paredes estão totalmente revestidas de azulejos hispano-árabes.
Local	Góis 
Entidade(s) gestora(s)	Câmara Municipal de Góis

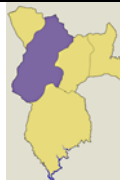


## COLECÇÃO MUSEOLÓGICA DE GÓIS

Recurso Turístico	PATRIMÓNIO CULTURAL
Categoria	ARTÍSTICO
Sub-categoria	MUSEUS
Descrição	<p>Trata-se de um exposição dedicada aos seus beneméritos – Alfredo e Carolina Travassos, Armando Travassos, Fátima Neves e Margarida Coelho - personalidades com fortes laços ao concelho de Góis, que doaram uma parte das suas memórias para que fossem expostas e dadas a conhecer. A coleção é composta por faianças, mobiliário, esculturas de arte sacra e algumas pinturas. Encontra-se em exposição em local provisório, aguardando a criação do futuro Museu de Góis, a implementar no conjunto edificado do antigo hospital, e que visará preservar, valorizar e divulgar o património cultural do concelho. A visita à exposição realiza-se sob marcação no posto de turismo.</p>
Local	Góis 
Entidade(s) gestora(s)	Câmara Municipal de Góis

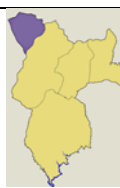


### (FUTURA) CASA-MUSEU ALICE SANDE

Recurso Turístico	PATRIMÓNIO CULTURAL
Categoria	ARTÍSTICO
Sub-categoria	MUSEUS
Descrição	Neste local, conforme a documentação histórica e a recente pesquisa arqueológica, ter-se-á erguido, em tempos remotos, o primeiro paço dos senhores de Góis – os “Paços velhos”. A casa actual poderá manter alguns vestígios do antigo palácio, no entanto, dessa construção, actualmente, pouco resta. Hoje, a casa e o espólio da artista Alice Sande pertence ao Município de Góis, por doação, em legado testamentário, da pintora e miniaturista com raízes familiares na terra, que passou parte da sua vida em Góis, e que manifestou a sua vontade em ver a sua residência transformada em Casa-Museu.
Local	Góis 
Entidade(s) gestora(s)	Câmara Municipal de Góis

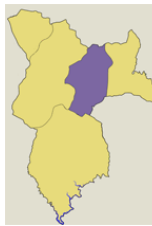


## ESPAÇO MUSEOLÓGICO DE VILA NOVA DO CEIRA

Recurso Turístico	PATRIMÓNIO CULTURAL
Categoria	ARTÍSTICO
Sub-categoria	MUSEUS
Descrição	A colecção do Espaço Museológico de Vila Nova do Ceira é bastante diversificada, sendo constituída por peças de diferentes temáticas, oferecidas pela comunidade ao longo dos anos. Este espaço encontra-se a funcionar na Junta de Freguesia de Vila Nova do Ceira.
Local	Vila Nova do Ceira 
Entidade(s) gestora(s)	Junta de Freguesia de vila Nova do Ceira

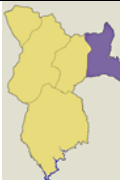


## NÚCLEO MUSEOLÓGICO DA CABREIRA

Recurso Turístico	PATRIMÓNIO CULTURAL
Categoria	ARTÍSTICO
Sub-categoria	MUSEUS
Descrição	Instalado na antiga Escola Básica do 1º Ciclo da Cabreira, o Núcleo Museológico da Cabreira apresenta a colecção “O Passado no Presente. Momentos do Quotidiano na Aldeia da Cabreira”, que reúne um vasto espólio de cariz etnográfico, juntando peças que testemunham as memórias vividas pelos homens e mulheres da região.
Local	Cadafaz 
Entidade(s) gestora(s)	Comissão de Melhoramentos da Cabreira




## NÚCLEO MUSEOLÓGICO DO SOITO

Recurso Turístico	PATRIMÓNIO CULTURAL
Categoria	ARTÍSTICO
Sub-categoria	MUSEUS
Descrição	Espaço museológico dedicado à história e tradição, apresentando peças antigas representativas do modo de vida das gentes serranas da região.
Local	Colmeal 
Entidade(s) gestora(s)	Comissão de Melhoramentos do Soito




## MUSEU CASIMIRO MARTINS | NÚCLEO MUSEOLÓGICO DO ESPORÃO

Recurso Turístico	PATRIMÓNIO CULTURAL
Categoria	ARTÍSTICO
Sub-categoria	MUSEUS
Descrição	Propriedade da Comissão de Melhoramentos do Esporão, este Núcleo Museológico conta com uma exposição permanente dedicada à terra, com peças ligadas ao quotidiano da vida rural, fotografias antigas e objectos raros. Existe também uma sala de exposições temporárias.
Local	Góis 
Entidade(s) gestora(s)	Comissão de Melhoramentos do Esporão




## MUSEU PAROQUIAL DE ARTE SACRA “PADRE RAMIRO MOREIRA”

Recurso Turístico	PATRIMÓNIO CULTURAL
Categoria	ARTÍSTICO
Sub-categoria	MUSEUS
Descrição	Temporariamente localizado na Igreja Matriz de Alvares, o Museu Paroquial de Arte Sacra Padre Ramiro Moreira tem expostas peças de arte sacra adquiridas através de recolha exaustiva de objectos que se encontravam por toda a freguesia de Alvares, em capelas e em casas particulares. Entre as peças mais significativas destaca-se uma imagem de S. Mateus, do séc. XVI, feita em pedra; um sacrário e um altar de talha dourada e um missal em latim, datado de 1801.
Local	Alvares 
Entidade(s) gestora(s)	Junta de Freguesia de Alvares

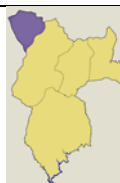


## ESPAÇO MUSEOLÓGICO CASA DO FERREIRO

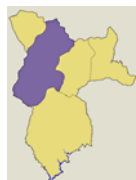
Recurso Turístico	PATRIMÓNIO CULTURAL
Categoria	ARTÍSTICO
Sub-categoria	MUSEUS
Descrição	Este Espaço Museológico está localizado em Alvares, na antiga casa que serviu de forja ao último ferreiro da terra. Na casa, constituída por duas divisões, é possível ver as várias ferramentas usadas nesta arte, assim como outros objectos antigos aí encontrados.
Local	Alvares 
Entidade(s) gestora(s)	Comissão de Melhoramentos de Alvares




## FILARMÓNICA VARZEENSE (FILVAR)

Recurso Turístico	PATRIMÓNIO CULTURAL
Categoria	ARTISTICO
Sub-categoria	BANDAS
Descrição	Banda Filarmónica da Associação Desportiva Recreativa e Cultural Filarmónica Varzeense (FILVAR), fundada em 1902.
Local	Vila Nova do Ceira 
Entidade(s) gestora(s)	Associação Desportiva Recreativa e Cultural Filarmónica Varzeense (FILVAR)

## FILARMÓNICA DA ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA E RECREATIVA DE GÓIS

Recurso Turístico	PATRIMÓNIO CULTURAL
Categoria	ARTISTICO
Sub-categoria	BANDAS
Descrição	<p>A Filarmónica de Góis remonta, segundo a tradição, ao longínquo ano de 1834. Nos primeiros anos do século XX a Filarmónica encontrava-se inactiva, vindo a ser reorganizada nos anos trinta e ressurgindo finalmente em 09 de Abril de 1933. Em 1 de Setembro de 1939 foi fundada a Associação Educativa e Recreativa de Góis e aí integrada a Filarmónica, hoje a sua secção de maior destaque. Conta actualmente com 35 executantes e uma pequena Escola de Música frequentada por jovens de ambos os sexos.</p> <p>Durante a sua já longa e brilhante vivência, esta Filarmónica tem mantido grande actividade cultural, actuando não só no concelho de Góis e concelhos limítrofes como ainda em diversas zonas do País.</p> <p>A Filarmónica da Associação Educativa e Recreativa de Góis foi distinguida com “Diploma” e “Medalha de Mérito” concedidos por deliberação da Câmara Municipal de Góis “Pelo seu longo e vasto trabalho ao serviço da Música e da Cultura, e pelo alto serviço prestado à comunidade goiense”.</p>
Local	Góis 
Entidade(s) gestora(s)	Associação Educativa e Recreativa de Góis

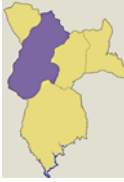
## LARGO DO POMBAL

Recurso Turístico	PATRIMÓNIO CULTURAL
Categoria	COMPLEMENTAR
Sub-categoria	JARDINS PÚBLICOS
Descrição	Largo principal do centro histórico da vila de Góis, o Largo do Pombal dispõe de um espaço amplo, cuidado e com mobiliário moderno, propício para acolher os mais diversos eventos, assumindo-se como ponto de encontro e centro cultural da Vila.
Local	Góis 
Entidade(s) gestora(s)	Câmara Municipal de Góis




## ALDEIAS DO XISTO

Recurso Turístico	PATRIMÓNIO CULTURAL
Categoria	COMPLEMENTAR
Sub-categoria	ALDEIAS PRESERVADAS
Descrição	<p>As Aldeias do Xisto são um projecto inovador de requalificação das aldeias, garantindo a qualidade de vida dos seus habitantes, preservando os seus valores de referência e abrindo novas perspectivas de desenvolvimento e de fixação da população local. As ruas, as casas e os equipamentos públicos foram recuperados, utilizando como elemento principal o xisto.</p> <p>O património das Aldeias de Xisto assenta na história, religião, arquitectura, gastronomia, ecologia e cultura vividas nestas aldeias. “Existe um mundo onde tudo se aproveita: as padieiras das portas e das janelas são de castanho, as lajes de xisto estão nos beirais, por cima das telhas e nas soleiras. Há telhas de canudo e as ferragens das portas são antigas! Dos soutos vêm as castanhas e a sopa de castanha é famosa até hoje. A cabra come-se quando velha e, macerada pelo vinho tinto, torna-se macia e dá sabor à chanfana. Das pequenas hortas vêm grelos frescos que, misturados com a broa e o azeite, chegam a migas deliciosas. Das urzes e com muitas abelhas ainda hoje se faz um excelente mel. O pão faz-se em casa e o seu cheiro perfuma as estreitas ruas. Os cabritos andam serra acima, serra abaixo, e isso faz deles pratos deliciosos quando o tempo próprio chega! E depois neste mundo, com umas quantas casinhas encavalitadas nas encostas, parecem apenas existir “quartos com vista” ! Mas não! Não é verdade! Existem pessoas, em regra com grandes rostos de avó, que partilham toda a sabedoria de um mundo em que tudo é escasso! Esse mundo tem nomes: Aigra Nova, Aigra Velha, Comareira e Pena (concelho de Góis) (...)” (<a href="http://www.turismo-centro.pt">www.turismo-centro.pt</a>)</p>

Local	Góis 
Entidade(s) gestora(s)	ADXTUR – Agência Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto   Lousitânea – Liga dos Amigos da Serra da Lousã




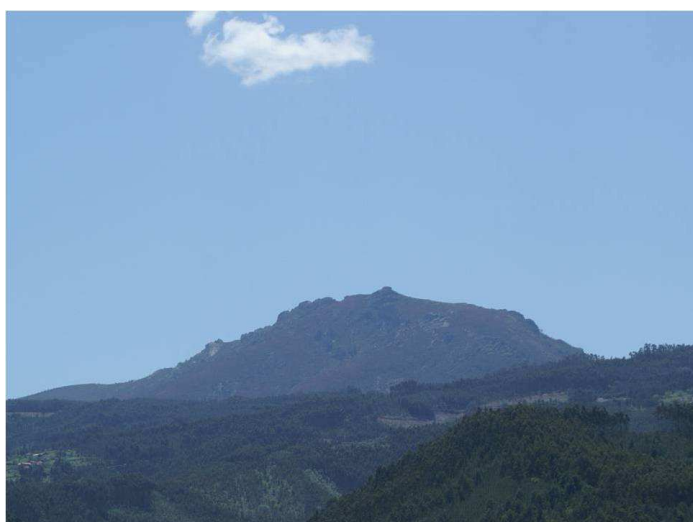
## MIRADOURO DO CASTELO

Recurso Turístico	PATRIMÓNIO CULTURAL
Categoria	COMPLEMENTAR
Sub-categoria	MIRADOUROS
Descrição	Miradouro na colina do Castelo, junto à Capela e ao Parque de Campismo, de onde se pode obter uma vista panorâmica sobre o centro histórico da vila da Góis e do rio que passa a seus pés.
Local	Góis 
Entidade(s) gestora(s)	Câmara Municipal de Góis

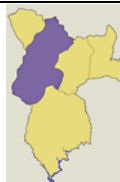


## MIRADOURO DO PENEDO DE GÓIS

Recurso Turístico	PATRIMÓNIO CULTURAL
Categoria	COMPLEMENTAR
Sub-categoria	MIRADOUROS
Descrição	Miradouro no Penedo de Góis, onde se pode obter uma vista panorâmica sobre a Serra da Lousã.
Local	Góis 
Entidade(s) gestora(s)	Câmara Municipal de Góis

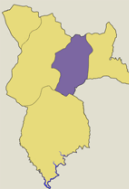


## ANTIGA PONTE REAL SOBRE O RIO CEIRA

Recurso Turístico	PATRIMÓNIO CULTURAL
Categoria	COMPLEMENTAR
Sub-categoria	PONTES (OBRAS DE ARTE)
Descrição	A Ponte Real da vila de Góis foi mandada edificar por D. João III em 1533. Ponte sobre o rio Ceira, é classificada como Imóvel de Interesse Público em 1974.
Local	Góis 
Entidade(s) gestora(s)	Câmara Municipal de Góis



## PONTE ROMANA DA CABREIRA

Recurso Turístico	PATRIMÓNIO CULTURAL
Categoria	COMPLEMENTAR
Sub-categoria	PONTES (OBRAS DE ARTE)
Descrição	Antiga Ponte Romana de pedra, com um arco, atravessa o rio Ceira no lugar da Cabreira, junto ao antigo casario.
Local	Cadafaz 
Entidade(s) gestora(s)	Câmara Municipal de Góis



## 1.3. Equipamentos


Categoria	Sub-categoria	Descrição	Freguesia	Notoriedade	Capacidade de	Capacidade de	Potencial	
					Atractividade	Atractividade		
					(1)	(2)		
Culturais	Artes e Espectáculos	Centro de Artesanato e Dinamização Social do Vale do Ceira	Cadafaz	média	em associação	regional	com potencial	
		Galeria Posto de Turismo de Góis	Góis	média	em associação	regional	com potencial	
		Casa da Associação Educativa e Recreativa de Góis	Góis	média	em associação	regional	com potencial	
		Biblioteca Municipal de Góis	Góis	média	em associação	regional	com potencial	
Desportivos	Zonas de caça	Campo de Treino de Caça de Vila Nova do Ceira	Vila Nova do Ceira	média	em associação	nacional	importante	
		Zona de Caça Municipal de Góis	Colmeal	média	isoladamente	nacional	âncora	
	Zonas de pesca desportiva	Concessão de Alvares	Alvares	média	isoladamente	nacional	âncora	
		Concessão de Góis	Góis	média	isoladamente	nacional	âncora	
		Concessão de Colmeal e Cadafaz	Cadafaz	média	isoladamente	nacional	âncora	
	Centros hípicas	Quinta do Linteiro	Góis	média	isoladamente	regional	importante	
	Pavilhões Multiusos	Pavilhão Gimnodesportivo de Góis	Góis	elevada	isoladamente	regional	importante	
		Pavilhão Polidesportivo de Vila Nova do Ceira	Vila Nova do Ceira	média	em associação	local	com potencial	
	Pistas	Circuito de Manutenção da Quinta do Baão	Góis	elevada	em associação	local	importante	
	Campo de Ténis	Clube de Ténis de Góis	Góis	elevada	isoladamente	regional	importante	
	Campo de Futebol	Campo de Futebol Eng. Augusto Nogueira Pereira	Góis	elevada	em associação	local	com potencial	
		Campo de Futebol de Chã de Alvares	Alvares	média	em associação	local	com potencial	
		Campo de Futebol do Esporão	Góis	média	em associação	local	com potencial	
		Campo de Futebol de Vila Nova do Ceira	Vila Nova do Ceira	média	em associação	local	com potencial	
	Campo Polidesportivo	Campo Polidesportivo de Alvares	Alvares	média	em associação	local	com potencial	
Campo Polidesportivo de Cortes		Alvares	fraca	em associação	local	com potencial		
Campo Polidesportivo da Cabreira		Cadafaz	fraca	em associação	local	com potencial		
Campo Polidesportivo da Aldeia Velha		Colmeal	fraca	em associação	local	com potencial		
Campo Polidesportivo da Ponte de Sótão		Góis	fraca	em associação	local	com potencial		
Campo Polidesportivo de Vale Moreiro		Góis	fraca	em associação	local	com potencial		
Campo Polidesportivo da E.B. 2,3 de Góis		Góis	média	em associação	local	com potencial		
Campo Polidesportivo do Cerejal	Góis	elevada	em associação	local	com potencial			
Recreativos	Espaços de Recreio Lazer	Parque do Cerejal	Vila Nova do Ceira	média	em associação	regional	com potencial	
		Parque da Simantorta	Alvares	fraca	em associação	local	com potencial	
		Parque da Chã de Alvares	Alvares	fraca	em associação	local	com potencial	
		Parque do Carvalhal	Góis	fraca	em associação	local	com potencial	
Piscinas de Recreio	Complexo do Cerro da Candosa	Vila Nova do Ceira	média	em associação	regional	com potencial		
Negócios	Auditórios/Centros Culturais	Salão dos Bombeiros Voluntários de Góis	Góis	média	em associação	regional	importante	
		Auditório da Casa do Artista	Góis	média	em associação	regional	com potencial	

Fonte: Autoria própria

## CENTRO DE ARTESANATO E DINAMIZAÇÃO SOCIAL DO VALE DO CEIRA


Recurso Turístico	EQUIPAMENTO
Categoria	CULTURAIS
Sub-categoria	ARTES E ESPECTÁCULO
Descrição	<p>Inaugurado em 28 de Março de 2010, no Corterredor, o Centro de Artesanato e Dinamização Social do Vale do Ceira foi pensado para funcionar com valências distintas, entre as quais um espaço de recreação da ruralidade do Vale do Ceira, no qual será dada prioridade à promoção do artesanato local e à fixação de artesãos e, por outro lado, a prestação de apoio social à população do Corterredor e criação de um espaço de convívio para os habitantes da aldeia.</p>
Local	Cadafaz 
Entidade(s) gestora(s)	Câmara Municipal de Góis Junta de Freguesia do Cadafaz Santa Casa de Misericórdia de Góis ADIBER

## CASA DO ARTISTA

Recurso Turístico	EQUIPAMENTO
Categoria	NEGÓCIOS
Sub-categoria	AUDITÓRIOS/CENTROS CULTURAIS
Descrição	<p>Casa-mãe do maior souto da Vila de Góis, o antigo solar da Quinta dos Maías do séc. XVIII, foi actualmente transformada em Casa do Artista, tendo sido objecto de profundas obras de recuperação. O espaço ocupado pelas antigas cavaliças foi transformado num moderno auditório; as lojas do piso térreo aproveitadas para galeria de arte; os quartos, no piso superior, como residência temporária de artistas; o sótão adaptado para atelier artístico.</p>
Local	Góis 
Entidade(s) gestora(s)	Câmara Municipal de Góis




## CENTRO HÍPICO QUINTA DO LINTEIRO

Recurso Turístico	EQUIPAMENTO
Categoria	DESPORTIVO
Sub-categoria	CENTROS HÍPICOS
Descrição	Quinta com cavalos, localizada no lugar do Linteiro, na freguesia e Góis, onde é possível fazer aulas de equitação e passeios a cavalo.
Local	Góis 
Entidade(s) gestora(s)	Propriedade privada



## CONCESSÕES DE PESCA DESPORTIVA

Recurso Turístico	EQUIPAMENTO
Categoria	DESPORTIVO
Sub-categoria	ZONAS DE PESCA DESPORTIVA
Descrição	Concessão de Alvares (alvará n° 85/2003) Início: Roda Cimeira - Fim: Foz da Ribeira do Sinhel Concessão de Góis (alvará n° 86/2003) Início: Açude da Peneda - Fim: Ponte Nova Concessão de Colmeal e Cadafaz (alvará n° 103/2003) Início: Retorta - Fim: Ponte Nova da Cabreira
Local	Góis 
Entidade(s) gestora(s)	Associação Florestal de Góis





## 1.4. Eventos

Categoria	Sub-Categoria	Descrição	Freguesia	Notoriedade	Capacidade de Atractividade (1)	Capacidade de Atractividade (2)	Potencial
Religiosos	Procissões e Romarias	Dia de Corpo de Deus	Todos	elevada	em associação	local	com potencial
		São Mateus: Agosto	Alvares	média	em associação	local	com potencial
		Santa Margarida: Agosto	Alvares	média	em associação	local	com potencial
		São Baptista: 1º Fim-de-semana Set. (Cortes)	Alvares	média	em associação	local	com potencial
		Santo António: 13 de Junho	Todos	média	em associação	local	com potencial
		N. Sª da Candosa: 15 de Agosto	Vila Nova do Ceira	elevada	em associação	local	com potencial
		Santa Bárbara: finais de Agosto	Vila Nova do Ceira	elevada	em associação	local	com potencial
		N. Sr. das Neves	Cadafaz	média	em associação	local	com potencial
		N. Srª da Conceição: 8 de Dezembro	Cadafaz	média	em associação	local	com potencial
		Santo Amaro: 15 de Janeiro	Cadafaz	média	em associação	local	com potencial
		São Domingos: 4 de Agosto	Cadafaz	média	em associação	local	com potencial
		N. Sª dos Remédios: 2º Domingo Julho	Cadafaz	média	em associação	local	com potencial
		N. Sª do Desterro: 13 Dez. (Santa Luzia)	Cadafaz	média	em associação	local	com potencial
		Mártir São Sebastião: 20 de Janeiro	Cadafaz	média	em associação	local	com potencial
Nosso Senhor da Amargura: 3º Domingo de Agosto	Colmeal	média	em associação	local	com potencial		
Desportivos	Motociclismo	Provas do Campeonato Nacional de Enduro	Góis	elevada	isoladamente	internacional	importante
		Prova da Taça Nacional de DOWNHILL	Góis	elevada	isoladamente	internacional	importante
		MOTO RALLY	Góis	elevada	isoladamente	internacional	importante
		Provas do Campeonato Nacional de Motociclismo	Góis	elevada	isoladamente	internacional	importante
Negócios	Feiras	FACIG - Feira Agrícola, Comercial e Industrial de Góis	Góis	elevada	isoladamente	regional	importante
		GóisArte	Góis	elevada	isoladamente	regional	importante
		Feira dos Santos: 1 de Novembro	Góis	elevada	em associação	local	com potencial
		Feira/Mercado semanal de Góis (Terça-feira)	Góis	elevada	em associação	local	com potencial
		Feira/Mercado mensal de Alvares (2º Domingo do mês)	Alvares	média	em associação	local	com potencial
		Feira/Mercado mensal de Vila Nova do Ceira (3º Domingo do mês)	Vila Nova do Ceira	média	em associação	local	com potencial
Mega eventos		Concentração Motard Anual (Agosto)	Góis	elevada	isoladamente	internacional	âncora

Fonte: Autoria própria



## 2. Recursos Secundários

### 2.1. Actividades

<b>Categoria</b>	<b>Sub-categoria</b>	<b>Descrição</b>
Gastronomia e Vinhos	Pratos Típicos	Chanfana Cabrito assado em forno de lenha Tibornada Bucho recheado Enchidos Sopa de Castanha Broa de Milho Queijo de Cabra Queijo de Ovelha
	Doçaria regional	Filhós Bolo Doce de Góis Bolo da Várzea Tigelada Arroz Doce
	Vinhos regionais	Aguardente de Mel Aguardente de Medronho
Artigos típicos		Miniaturas de alfaias agrícolas, casas de xisto e de cortiços Cestaria Mantas de retalhos Colheres de Pau
Circuitos Turísticos		Rota das Aldeias do Xisto Rota do Azeite Roteiro dos Monumentos do Centro Histórico de Góis Percurso Pedestre "Caminho do Xisto das Aldeias de Góis"

Fonte: Autoria própria



## 2.2. Equipamentos

<b>Categoria</b>	<b>Nome</b>	<b>Local</b>	<b>Freguesia</b>
Parques de Campismo e Caravanismo	Parque Municipal de Campismo de Góis	Góis	Góis
Estabelecimentos Hoteleiros / Meios Complementares de Alojamento	Casa de Stº António	Góis	Góis
	Centro de Férias da Mata (União para a Acção Cultural e Juvenil Educativa)	Mata	Vila Nova do Ceira
Turismo no Espaço Rural	Casa de S. Francisco	Alvares	Alvares
	Casa da Cerejinha	Pena	Pena
	Casa do Neveiro	Pena	Pena
	Casa da Comareira	Comareira	Comareira
	Quinta da Simantorta	Alvares	Alvares

<b>Categoria</b>	<b>Nome</b>	<b>Local</b>	<b>Freguesia</b>
Restaurantes	Restaurante Beira Rio	Góis	Góis
	Restaurante Retiro dos Sabores	Góis	Góis
	Restaurante Taberna Ti Maria do Augusto	Góis	Góis
	Restaurante Pizzaria Grill Encosta da Seara	Góis	Góis
	Café Restaurante Goiense O Careca	Góis	Góis
	Café Restaurante Primavera	Góis	Góis
	Restaurante self-service e take away Dom Garfo	Góis	Góis
	Café Restaurante Caravela	Góis	Góis
	Restaurante Bar O Cantinho	Góis	Góis
	Restaurante Progresso	Góis	Góis
	Restaurante O Barata	Esporão	Góis
	Restaurante Caçoila	Esporão	Góis
	Restaurante Ratoeira	Regateira	Góis
	Restaurante Tranca da Barriga	Cabreira	Cadafaz
	Café Restaurante Central	Vila Nova do Ceira	Vila Nova do Ceira
	Restaurante Alto da Serra	Cabeçadas	Alvares
	Taberna David	Mega Cimeira	Alvares
	Café Restaurante Miguéla	Casal de Cima	Alvares
	Café Restaurante Portela do Torgal	Portela do Torgal	Alvares

<b>Categoria</b>	<b>Nome</b>	<b>Local</b>	<b>Freguesia</b>
Cafés/Bares/Pastelarias	Bar Irmãos Figueiredos (May Tay)	Góis	Góis
	Padaria Pastelaria e Pizzaria Ideal de Góis	Góis	Góis
	Padaria Pastelaria Kentidoce	Góis	Góis
	Croissanteria e gelataria O Broas	Góis	Góis
	Snack-Bar Ténis	Góis	Góis
	Café, Cervejaria e Bar Pombalinho	Góis	Góis
	Café Snack-Bar Chave D'Ouro	Góis	Góis
	Café Avenida	Góis	Góis
	Café das Bombas	Bordeiro	Góis
	Café O Terreiro	Bordeiro	Góis
	Café de Maria Elisabete M. B. Duarte	S. Martinho	Góis
	Café de Maria de Fátima Alves Pinto	Vale de Moreira	Góis
	Café Maria Helena Barata	Ponte de Sótão	Góis
	Café Paris	Ponte de Sótão	Góis
	Café São Gens	Ponte de Sótão	Góis
	Café Floresta	Portela de Góis	Góis
	Café Sr. Casimiro	Esporão	Góis
	Café de José Martins	Vila Nova de Ceira	Vila Nova de Ceira
	Café de Mário Garcia	Vila Nova de Ceira	Vila Nova de Ceira
	Café Toka	Vila Nova de Ceira	Vila Nova de Ceira
	Café Varzeense	Vila Nova de Ceira	Vila Nova de Ceira
	Café de Ataíde Barata	Amioso Cimeiro	Alvares
	Café do Barata	Cortes	Alvares
	Café de Gracinda Ferreira	Alvares	Alvares
	Café do José Henriques Correia de Carvalho	Amioso do Senhor	Alvares
	Café de José Laranjeira	Cortes	Alvares
	Café de Manuel Antunes dos Reis	Cortes	Alvares
	Café de Manuel Lopes Tavares	Alvares	Alvares
	Café de Maria Isabel dos Santos David	Roda Cimeira	Alvares
	Café O Zeca	Alvares	Alvares
Café Longuinho	Cabreira	Cadafaz	
Café Salvador	Cabreira	Cadafaz	
Café de Abel	Colmeal	Colmeal	
Café de José Álvaro Domingos	Colmeal	Colmeal	
Bares de apoio às Praias Fluviais	Esplanada/Bar da Avó Tomásia, Góis	Góis	Góis
	Esplanada/Bar do Pego Escuro, Góis	Góis	Góis
	Esplanada/Bar da Praia das Canaveias	Várzea Pequena	Vila Nova do ceira

Fonte: Autoria própria

**Anexo III**  
ENTIDADES CONSULTADAS  
E GUIÃO BASE DE ENTREVISTA

## Anexo III.

### Entidades consultadas e guião de base de entrevista

<b>Entidades consultadas.....</b>	<b>3</b>
Entidades municipais.....	3
Associações de desenvolvimento local.....	3
Empresas turísticas .....	3
Outras .....	3
<b>Guião Base .....</b>	<b>5</b>



## Entidades consultadas

### Entidades municipais

Câmara Municipal de Góis	11.06.2010
--------------------------	------------

---

### Associações de desenvolvimento local

Lousitânea – Liga dos amigos da Serra da Lousã	07.06.2010
--	------------

ADIBER – Assoc. de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra	08.06.2010
---	------------

---

### Empresas turísticas

TransSerrano – Formação e Serviços na Natureza, Lda.	02.04.2010
--	------------

Irmãos Figueiredo, Lda.	12.06.2010
-------------------------	------------

---

### Outras

Góis Moto Clube	13.06.2010
-----------------	------------



## Guião Base

### **Papel da entidade no desenvolvimento e na dinamização do turismo do concelho**

- Objectivos estratégicos, público-alvo, âmbito de actividade, área geográfica de intervenção;
- Plano de actividades e/ou de desenvolvimento para o turismo;
- Principais projectos em curso;
- Parceiros com quem se relaciona;
- Principais bloqueios à sua actuação;

### **Avaliação do turismo no concelho**

- Principais potencialidades e oportunidades para o desenvolvimento turístico do concelho;
- Principais factores críticos ou ameaças ao desenvolvimento turístico do concelho;
- Principais carências em serviços de apoio ao turismo;
- Papel do concelho no turismo da região;

### **Definição da estratégia de desenvolvimento do turismo para o concelho**

- Eixos/temas que devem estruturar a estratégia de desenvolvimento do turismo no concelho;
- Projectos e investimentos, de âmbito municipal e supra-municipal, que considera prioritários para o desenvolvimento turístico do concelho;
- Parcerias/parceiros a mobilizar;
- Disponibilidade da entidade para se envolver em projectos em articulação com outras entidades.

**Anexo IV**  
CARÁCTER DE IMPORTÂNCIA  
E PLANEAMENTO TEMPORAL DAS ACÇÕES

## Anexo IV.

### Carácter de importância e planeamento temporal de implementação das acções

Eixo I. Concepção e Desenvolvimento de Produtos Turísticos.....	3
Eixo II. Selecção de Mercados Alvo.....	3
Eixo III. Desenvolvimento, qualificação e diferenciação da oferta turística.....	4
Eixo IV. Reforço da informação, divulgação e promoção do destino turístico .....	6
Eixo V. Promoção da formação profissional, investimento, empreendedorismo e inovação.....	7
Eixo VI. Estruturação do sistema turístico.....	8
Eixo VII. Operacionalização do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico.....	9



Eixo I.

Concepção e Desenvolvimento de Produtos Turísticos

Não aplicável.

Eixo II.

Seleção de Mercados Alvo

Não aplicável.

## Eixo III.

## Desenvolvimento, qualificação e diferenciação da oferta turística

	Carácter de Importância	Planeamento Temporal de Implementação		
		Curto Prazo 0-1 ano	Médio Prazo 2-3 anos	Longo Prazo 3-5 anos
<b>Eixo III. Desenvolvimento, qualificação e diferenciação da oferta turística</b>				
<b>Promover a qualidade urbana e paisagística</b>				
Valorização da paisagem e do espaço público na envolvente do rio	Ação Estruturante			
Recuperação e revitalização de antigos moinhos e lagares	Ação Prioritária			
Preservação da autenticidade arquitectónica e paisagística	Ação Prioritária			
Iluminação cénica da vila de Góis	Ação Complementar			
Requalificação da colina do Castelo	Ação Prioritária			
Construção de uma praça de eventos no Castelo	Ação Complementar			
<b>Criar infra-estruturas e equipamentos turísticos de aproveitamento dos valores naturais</b>				
Construção de infra-estruturas de apoio à actividade de recreio e lazer nos espaços naturais	Ação Estruturante			
Criação de rede de miradouros	Ação Prioritária			
Criação de um Parque Natural	Ação Prioritária			
Criação de um Parque de Ungulados	Ação Complementar			
Promoção da criação de centro equestre	Ação Complementar			
<b>Dinamizar a oferta turística ligada a actividades de contacto com a natureza</b>				
Elaboração de um plano de utilização dos espaços vocacionados para práticas desportivas outdoor	Ação Prioritária			
Dinamização da actividade de birdwatching	Ação Complementar			
Realização de safaris e concursos fotográficos	Ação Complementar			
Dinamização de pesca desportiva	Ação Complementar			
Ordenamento e promoção de actividades de caça	Ação Complementar			
<b>Potenciar e reforçar o aproveitamento turístico das praias fluviais</b>				
Criação de um Eoparque Aquático	Ação Estruturante			
Requalificação e alargamento da rede de praias fluviais	Ação Prioritária			
Elaboração de um programa de dinamização das praias fluviais	Ação Prioritária			
Realização de acordos com creches, jardins infantis e ATL's para frequência das praias fluviais	Ação Complementar			
<b>Criar uma oferta especializada para o estudo e investigação da área das Ciências Naturais</b>				
Realização de protocolos com Universidades para a criação de pólo universitário para as Ciências Naturais	Ação Prioritária			
Apoio à organização de congressos, conferências, seminários e workshops temáticos sobre Ciências Naturais	Ação Prioritária			
Criação de um Centro de Interpretação Ambiental	Ação Prioritária			
Concepção de programas de visita especiais para escolas	Ação Complementar			
<b>Requalificar e valorizar o património cultural</b>				
Criação do Museu da Beira-Serra	Ação Prioritária			
Valorização do património arqueológico   Pedra Lesteira e Pedra Riscada	Ação Prioritária			
Conservação e beneficiação do património religioso   Capelas e Ermidas	Ação Complementar			
<b>Reforçar a dinamização da rede das Aldeias do Xisto</b>				
Expansão e valorização da rede das Aldeias do Xisto	Ação Prioritária			
Reforço do programa de dinamização das Aldeias do Xisto	Ação Prioritária			

Fonte: Autoria própria

	Carácter de Importância	Planeamento Temporal de Implementação		
		Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo
		0-1 ano	2-3 anos	3-5 anos
<b>Eixo III. Desenvolvimento, qualificação e diferenciação da oferta turística</b>				
<b>Promover a criação de percursos, rotas e circuitos</b>				
Criação da “Rota: O Rio e a Serra”	Ação Prioritária			
Criação da “Rota das Capelas e Ermidas da Serra”	Ação Prioritária			
Criação da “Rota das Minas”	Ação Prioritária			
Criação de percursos pedestres	Ação Prioritária			
Criação de roteiros de Todo-o-Terreno	Ação Prioritária			
Criação, dinamização e optimização de rotas e circuitos supra-municipais	Ação Estruturante			
Elaboração de publicações relativas às redes de percursos pedestres, rotas e circuitos	Ação Complementar			
<b>Promover e divulgar as artes e ofícios tradicionais</b>				
Promover a criação de rede de promoção, comercialização e distribuição de artesanato de âmbito regional	Ação Prioritária			
Criação de um programa de revitalização do artesanato local	Ação Prioritária			
Divulgação do artesanato local	Ação Complementar			
<b>Dinamizar um programa anual de eventos</b>				
Criação de uma agenda anual de eventos culturais	Ação Prioritária			
Reforço da promoção de eventos desportivos	Ação Prioritária			
Publicação de agenda cultural	Ação Prioritária			
<b>Criar uma oferta de alojamento qualificada e diferenciada</b>				
Promoção da instalação de novas unidades de alojamento	Ação Estruturante			
Criação de parques de campismo e caravanismo	Ação Prioritária			
Promoção da construção de um Parque Aventura	Ação Prioritária			
Criação de um Centro de Estágios para desportos motorizados	Ação Prioritária			
<b>Divulgar e promover os produtos da região</b>				
Criação de um modelo de interligação entre os produtores agrícolas e os agentes da restauração local	Ação Prioritária			
Desenvolvimento de uma oferta integrada de produtos tradicionais	Ação Estruturante			
Conceção e comercialização de novos produtos associados à floresta	Ação Prioritária			
Criação de um programa de incentivo à comercialização do “Cabaz da Beira Serra”	Ação Prioritária			
<b>Divulgar e promover a gastronomia local</b>				
Definição de uma carta gastronómica	Ação Prioritária			
Desenvolvimento de estudo sobre as origens e as influências da gastronomia local	Ação Complementar			
Dinamização de eventos valorizadores de uma oferta gastronómica de qualidade	Ação Prioritária			
<b>Promover a qualificação e revitalização da restauração</b>				
Criação de incentivos à qualificação das unidades de restauração existentes	Ação Prioritária			
Promoção de ações de formação dirigidas aos agentes de restauração	Ação Prioritária			
Promoção da criação de novas unidades de restauração	Ação Prioritária			
<b>Melhorar a rede de acessibilidades, transportes e condições de mobilidade</b>				
Beneficiação da rede viária	Ação Prioritária			
Elaboração de um plano de sinalização turística rodoviária	Ação Prioritária			
Criação de transporte turístico, durante os meses de Verão	Ação Prioritária			
Criação de uma capista	Ação Prioritária			
Disponibilização de serviço de utilização pública de bicicletas	Ação Complementar			

Fonte: Autoria própria

## Eixo IV.

## Reforço da informação, divulgação e promoção do destino turístico

	Carácter de Importância	Planeamento Temporal de Implementação		
		Curto Prazo 0-1 ano	Médio Prazo 2-3 anos	Longo Prazo 3-5 anos
<b>Eixo IV. Reforço da informação, divulgação e promoção do destino turístico</b>				
<i>Definir uma estratégia de marketing turístico</i>				
Elaboração de um plano de marketing turístico	Acção Prioritária		■	
Realização de estudos de opinião periódicos	Acção Prioritária		■	
<i>Criar e promover a imagem turística do destino "Góis"</i>				
Criação e promoção de uma imagem de marca própria	Acção Estruturante		■	
<i>Divulgar e promover a oferta turística do concelho junto do público</i>				
Produção e distribuição de materiais promocionais e informativos	Acção Prioritária	■		
Criação de um site de divulgação turística	Acção Prioritária	■		
Participação em feiras e exposições	Acção Prioritária		■	
Publicidade em rádios, jornais e revistas	Acção Prioritária	■		
<i>Divulgar e promover a oferta turística do concelho junto do sector profissional do turismo</i>				
Divulgação junto do trade para captação de turistas	Acção Prioritária		■	
Convite à visita de jornalistas, escritores e fotógrafos	Acção Prioritária	■		
Participação em feiras de negócios de turismo e viagens	Acção Prioritária		■	
Concepção de conteúdos de comunicação para apresentações e exposições	Acção Prioritária		■	
Divulgação da agenda de eventos às entidades institucionais do turismo	Acção Prioritária	■		
<i>Reforçar as formas e os meios de informação ao turista</i>				
Disponibilização de informação turística em suportes electrónicos móveis	Acção Complementar		■	
Elaboração de um Guia de Turismo Sustentável	Acção Complementar		■	
Criação de rede de pontos de informação turística	Acção Prioritária			■
<i>Promover a notoriedade do destino</i>				
Promoção e apoio à realização de eventos	Acção Prioritária	■		
<i>Dotar o concelho de sinalética turística integrada</i>				
Elaboração de um projecto de sinalética integrada	Acção Prioritária		■	

Fonte: Autoria própria

## Eixo V.

Promoção da formação profissional, investimento, empreendedorismo e inovação

	Carácter de Importância	Planeamento Temporal de Implementação		
		Curto Prazo 0-1 ano	Médio Prazo 2-3 anos	Longo Prazo 3-5 anos
<b>Eixo V. Promoção da formação profissional, investimento, empreendedorismo e inovação</b>				
<i>Criação de oferta integrada de educação e formação no domínio do turismo</i>				
Promoção de ações de formação profissional na área do turismo	Acção Prioritária			
Reforço da oferta escolar na área do turismo	Acção Prioritária			
Criação de bolsas de estudo de turismo	Acção Complementar			
Realização de estágios profissionais	Acção Prioritária			
<i>Promoção do empreendedorismo que gere inovação e competitividade empresarial</i>				
Criação de um serviço de apoio ao empreendedorismo	Acção Prioritária			
Incentivo ao empreendedorismo dos jovens locais	Acção Prioritária			
<i>Atracção de novos investimentos qualificantes</i>				
Criação de incentivos à fixação de empresas turísticas	Acção Estruturante			

Fonte: Autoria própria

## Eixo VI.

## Estruturação do sistema turístico

	Carácter de Importância	Planeamento Temporal de Implementação		
		Curto Prazo 0-1 ano	Médio Prazo 2-3 anos	Longo Prazo 3-5 anos
<b>Eixo VI. Estruturação do sistema turístico</b>				
<i>Criação de estrutura de gestão turística</i>				
Reforço da estrutura e serviços de turismo da Câmara Municipal	Acção Estruturante	■		
<i>Criação de redes de articulação e integração entre agentes e iniciativas turísticas</i>				
Intensificação da participação em redes temáticas	Acção Prioritária		■	
Aprofundamento do processo associativo entre as autarquias da região	Acção Prioritária		■	
Apoio ao associativismo das empresas turísticas	Acção Prioritária		■	
Reforço de articulação com a Entidade Regional de Turismo do Centro	Acção Prioritária	■		
<i>Desenvolvimento de base de conhecimento e de informação sobre o turismo no concelho</i>				
Criação de um observatório do Turismo de Góis	Acção Prioritária			■
<i>Certificação dos serviços de turismo do município</i>				
Conceção e implementação de um Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente	Acção Prioritária		■	

Fonte: Autoria própria

## Eixo VII.

### Operacionalização do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico

	Carácter de Importância	Planeamento Temporal de Implementação		
		Curto Prazo 0-1 ano	Médio Prazo 2-3 anos	Longo Prazo 3-5 anos
<b>Eixo VII. Operacionalização do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico</b>				
Dinamização do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico				
Criação de uma estrutura de dinamização e acompanhamento do PEDT	Acção Prioritária			
Divulgação e mobilização para a implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico				
Divulgação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico junto da população residente	Acção Prioritária			
Avaliação e revisão do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico				
Definição de sistema de controlo e monitorização do Plano Estratégico	Acção Prioritária			

Fonte: Autoria própria

**Anexo V**  
FICHA DE ACÇÃO ESTRUTURANTE

## Anexo V.

### Fichas de Acção Estruturantes

Valorização da paisagem e espaço público na envolvente do rio .....	2
Construção de infra-estruturas de apoio à actividade de recreio e lazer nos espaços naturais.....	3
Criação de um Ecoparque Aquático.....	4
Criação, dinamização e optimização de rotas e circuitos supra-municipais.....	5
Promoção da instalação de novas unidades de alojamento .....	6
Desenvolvimento de uma oferta integrada de produtos tradicionais .....	7
Criação e promoção de uma imagem de marca própria .....	8
Criação de incentivos à fixação de empresas turísticas .....	9
Reforço da estrutura e serviços de turismo da Câmara Municipal .....	10

### Valorização da paisagem e espaço público na envolvente do rio

Eixo	Desenvolvimento, qualificação e diferenciação da oferta turística
Medida	Promover a qualidade urbana e paisagística
Descrição	Propõe-se promover a requalificação e valorização da paisagem natural em toda a envolvente do rio Ceira e aumentar a vocação dos espaços públicos junto às margens com vista a proporcionar uma maior utilização e fruição deste espaço de excelência, sendo, para tal, necessário aumentar as áreas de passeio pedonal, introduzir mobiliário e equipamento urbano, introduzir iluminação pública e criar novos pontos de contacto e acesso à água.
Articulação com outras acções	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Recuperação e revitalização de antigos moinhos e lagares</li> <li>➤ Preservação da autenticidade arquitectónica e paisagística</li> <li>➤ Requalificação e alargamento da rede de praias fluviais</li> <li>➤ Criação da “Rota: O Rio e a Serra”</li> <li>➤ Criação de percursos pedestres</li> </ul>
Parceiros/Entidades a envolver	<p>Câmara Municipal de Góis</p> <p>Câmaras Municipais dos concelhos vizinhos banhados pelo rio Ceira</p> <p>Associação Florestal</p> <p>Proprietários de terrenos junto às margens do rio</p>
Planeamento Temporal de Implementação	Médio-Prazo (2-3 anos)
Produtos Turísticos valorizados	<p>Touring Cultural e Paisagístico</p> <p>Turismo de Natureza – Contemplar</p>

### Construção de infra-estruturas de apoio à actividade de recreio e lazer nos espaços naturais

Eixo	Desenvolvimento, qualificação e diferenciação da oferta turística
Medida	Criar infra-estruturas e equipamentos turísticos de aproveitamento dos valores naturais
Descrição	Propõe-se promover a construção de infra-estruturas de apoio às actividades de recreio e lazer nas áreas naturais, através da criação de locais próprios para essas actividades, devidamente sinalizados e dotados de mobiliário urbano, balneários, posto de primeiros socorros, parque de estacionamento, ponto de informação e outras estruturas de apoio.
Articulação com outras acções	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Elaboração de um plano de utilização dos espaços vocacionados para práticas desportivas outdoor</li> <li>➤ Recuperação e revitalização de antigos moinhos e lagares</li> <li>➤ Criação de percursos pedestres</li> <li>➤ Dinamização da actividade de birdwatching</li> </ul>
Parceiros/Entidades a envolver	<p>Câmara Municipal de Góis</p> <p>Associação Florestal</p> <p>ICNB</p> <p>Empresas de animação turística</p>
Planeamento Temporal de Implementação	Médio-Prazo (2-3 anos)
Produtos Turísticos valorizados	<p>Touring Cultural e Paisagístico</p> <p>Turismo de Natureza – Contemplar</p> <p>Turismo de Natureza – Ousar</p>

## Criação de um Ecoparque Aquático

Eixo	Desenvolvimento, qualificação e diferenciação da oferta turística
Medida	Potenciar e reforçar o aproveitamento turístico das praias fluviais
Descrição	Propõe-se promover a construção de um Ecoparque Aquático, constituído por piscinas naturais e infra-estruturas e equipamentos de apoio à realização de actividades de recreio e lazer e desportos aquáticos: canoagem, pólo aquático, insufláveis, escorregas, etc., integrando e respeitando a paisagem e envolvente natural do rio Ceira, contribuindo para o reforço e qualificação da oferta turística.
Articulação com outras acções	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Requalificação e alargamento da rede de praias fluviais</li> <li>➤ Elaboração de um programa de dinamização das praias fluviais</li> <li>➤ Realização de acordos com creches, jardins infantis e ATL's para frequência das praias fluviais</li> <li>➤ Promoção da construção de um Parque Aventura</li> </ul>
Parceiros/Entidades a envolver	<p>Câmara Municipal de Góis</p> <p>Investidores privados</p> <p>Empresas de animação turística</p>
Planeamento Temporal de Implementação	Médio-Prazo (2-3 anos)
Produtos Turísticos valorizados	Turismo de Natureza – Ousar

### Criação, dinamização e optimização de rotas e circuitos supra-municipais

Eixo	Desenvolvimento, qualificação e diferenciação da oferta turística
Medida	Promover a criação de percursos, rotas e circuitos
Descrição	Propõe-se a tomada de iniciativa para a criação, dinamização e optimização de rotas e circuitos rodoviários supra-municipais, que permitam integrar e afirmar as potencialidades naturais e patrimoniais do concelho em roteiros de dimensão e área de abrangência de escala regional. Deverá atender-se ao facto de existir já a Rota das Aldeias do Xisto.
Articulação com outras acções	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Valorização da paisagem e do espaço público na envolvente do rio</li> <li>➤ Recuperação e revitalização de antigos moinhos e lagares</li> <li>➤ Criação da “Rota: O Rio e a Serra”</li> <li>➤ Criação da “Rota das Minas”</li> <li>➤ Criação da “Rota das Capelas e Ermidas da Serra”</li> <li>➤ Expansão e valorização da rede das Aldeias do Xisto</li> </ul>
Parceiros/Entidades a envolver	<p>Câmara Municipal de Góis</p> <p>Câmaras Municipais dos concelhos vizinhos e do Pinhal Interior Norte</p> <p>Entidade de Turismo do Centro</p>
Planeamento Temporal de Implementação	Longo-Prazo (3-5 anos)
Produtos Turísticos valorizados	<p>Touring Cultural e Paisagístico</p> <p>Turismo de Natureza – Contemplar</p>

## Promoção da instalação de novas unidades de alojamento

Eixo	Desenvolvimento, qualificação e diferenciação da oferta turística
Medida	Criar uma oferta de alojamento qualificada e diferenciada
Descrição	Propõe-se promover a criação de uma oferta hoteleira qualificada assente nas características rurais e valores naturais presentes no concelho, particularmente através da instalação de novas unidades de alojamento que se enquadrem nos conceitos de turismo de natureza e turismo em espaço rural, como é o caso de unidades de turismo de habitação, de casas de campo e de hotéis rurais, como forma de dotar o concelho de uma oferta de alojamento diferenciada, enquadrada com as características do meio, complementar à já existente na região e àquela que se perspectiva nos projectos em curso. Deverá ser privilegiada a reabilitação do edificado existente, com interesse arquitectónico, histórico ou artístico, para a criação de unidades ambientalmente sustentáveis e inseridas no conceito de turismo responsável. Para tal deverão ser definidas políticas municipais de divulgação junto de potenciais investidores e de incentivo e apoio à instalação de novas unidades de alojamento.
Articulação com outras acções	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Criação de parques de campismo e caravanismo</li> <li>➤ Promoção da construção de um Parque Aventura</li> <li>➤ Preservação da autenticidade arquitectónica e paisagística</li> </ul>
Parceiros/Entidades a envolver	<p>Câmara Municipal de Góis</p> <p>Investidores privados</p>
Planeamento Temporal de Implementação	Médio-Prazo (2-3 anos)
Produtos Turísticos valorizados	<p>Touring Cultural e Paisagístico</p> <p>Gastronomia e Vinhos</p>

## Desenvolvimento de uma oferta integrada de produtos tradicionais

Eixo	Desenvolvimento, qualificação e diferenciação da oferta turística
Medida	Divulgar e promover os produtos da região
Descrição	Propõe-se criar e organizar uma oferta integrada de produtos tradicionais, com base no cabrito, queijo de cabra, enchidos, castanha, compotas, mel, etc. Deverá incluir a criação de um programa de incentivo à venda nas lojas do concelho, de sinalética, de elementos interpretativos e de uma marca e logótipo para identificar restaurantes e rede de lojas onde o turista possa encontrar produtos certificados e experimentar alguns desses produtos. Organização de uma feira anual dedicada aos produtos regionais, que reúna a participação de empresas ligadas à sua produção, do concelho e de outras regiões do país. O sucesso desta acção será potenciado se puder vir a ser implementada a uma escala supra-municipal.
Articulação com outras acções	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Criação de um modelo de interligação entre os produtores agrícolas e os agentes da restauração local</li> <li>➤ Concepção e comercialização de novos produtos associados à floresta</li> <li>➤ Criação de um programa de incentivo à comercialização do “Cabaz da Beira Serra”</li> <li>➤ Definição de uma carta gastronómica</li> <li>➤ Promoção da criação de novas unidades de restauração</li> </ul>
Parceiros/Entidades a envolver	<p>Câmara Municipal de Góis</p> <p>Produtores locais</p> <p>Empresas de comércio e restauração</p>
Planeamento Temporal de Implementação	Médio-Prazo (2-3 anos)
Produtos Turísticos valorizados	<p>Touring Cultural e Paisagístico</p> <p>Gastronomia e Vinhos</p>

### Criação e promoção de uma imagem de marca própria

Eixo	Reforço da informação, divulgação e promoção do destino turístico
Medida	Criar e promover a imagem turística do destino "Góis"
Descrição	Propõe-se criar e promover, a partir do conceito de turismo preconizado para o concelho e do plano de marketing turístico a realizar, uma imagem forte, inovadora e apelativa para o turismo do concelho, com marca, slogan e logótipo próprios, a serem utilizados de forma sistemática por todos os agentes, operadores, empresas, instituições e entidades públicas e privadas, em todos os suportes e meios de comunicação e divulgação turística do concelho, garantindo a necessária uniformização e coerência da imagem do destino turístico, de forma a permitir a sua fácil e intuitiva identificação.
Articulação com outras acções	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Elaboração de um plano de marketing turístico</li> <li>➤ Elaboração de um projecto de sinalética integrada</li> <li>➤ Produção e distribuição de materiais promocionais e informativos</li> </ul>
Parceiros/Entidades a envolver	Câmara Municipal de Góis
Planeamento Temporal de Implementação	Médio-Prazo (2-3 anos)
Produtos Turísticos valorizados	Todos

### Criação de incentivos à fixação de empresas turísticas

Eixo	Promoção da formação profissional, investimento, empreendedorismo e inovação
Medida	Atracção de novos investimentos qualificantes
Descrição	Propõe-se a definição de uma política clara de incentivos à fixação de empresas na área do turismo. A política para a atracção de investimentos deverá incluir um conjunto estruturado de medidas que poderão envolver a criação de uma linha de apoio financeiro específica, a agilização dos processos de licenciamento, a disponibilização de serviços técnicos municipais, a facilitação e o apoio à realização de candidaturas para acesso a sistemas de incentivos financeiros à actividade turística e a realização de investimentos públicos de suporte ao investimento privado.
Articulação com outras acções	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Elaboração de um plano de marketing turístico</li> <li>➤ Criação e promoção de uma imagem de marca própria</li> <li>➤ Elaboração de um plano de sinalização turística rodoviária</li> <li>➤ Criação de rotas e circuitos</li> </ul>
Parceiros/Entidades a envolver	<p>Câmara Municipal de Góis</p> <p>Potenciais investidores privados</p>
Planeamento Temporal de Implementação	Médio-Prazo (2-3 anos)
Produtos Turísticos valorizados	Todos

## Reforço da estrutura e serviços de turismo da Câmara Municipal

Eixo	Estruturação do sistema turístico
Medida	Criação de estrutura de gestão turística
Descrição	<p>Propõe-se o reforço da estrutura e serviços de turismo da Câmara Municipal, nomeadamente através do alargamento do quadro de pessoal especializado e da dotação financeira destinada a esta área. Este reforço deverá ser estruturado tendo em vista como principais linhas de actuação: a gestão e regulamentação do destino turístico; a criação de condições para o correcto aproveitamento turístico dos recursos; a certificação das condições de qualidade da oferta turística; a promoção de parcerias público-privadas; a divulgação de Góis como destino turístico e a promoção externa junto dos potenciais investidores e dos principais mercados. Desta forma será possível uma intervenção mais activa, abrangente e estruturada por parte da autoridade municipal.</p>
Articulação com outras acções	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Criação de uma estrutura de dinamização e acompanhamento do PEDT</li> <li>➤ Criação de um observatório do Turismo de Góis</li> <li>➤ Intensificação da participação em redes temáticas</li> <li>➤ Reforço de articulação com a Entidade Regional de Turismo do Centro</li> </ul>
Parceiros/Entidades a envolver	Câmara Municipal de Góis
Planeamento Temporal de Implementação	Curto-Prazo (0-1 ano)
Produtos Turísticos valorizados	Todos

